



**Universidade do Minho**  
Instituto de Educação e Psicologia

Ana Filipa de Almeida Duarte

**Ensaiar a maternidade:  
Estudo sobre os processos de construção  
dialógica de uma identidade maternal**

Dezembro de 2009



**Universidade do Minho**

Instituto de Educação e Psicologia

Ana Filipa de Almeida Duarte

**Ensaiar a maternidade:**

**Estudo sobre os processos de construção  
dialógica de uma identidade maternal**

Tese de Doutoramento em Psicologia  
Área de Conhecimento de Psicologia Clínica

Trabalho efectuado sob a orientação de  
**Professor Doutor Miguel M. Gonçalves**

Dezembro de 2009

## DECLARAÇÃO

**Nome:** ANÁ FILIPA DE ALMEIDA DUARTE

**Endereço Electrónico:** afaduarte@gmail.com    **Telefone:** 917 415 416

**N.º do Bilhete de Identidade:** 11326919

**Título da Tese de Doutoramento:**

Ensaiair a maternidade: Estudo sobre os processos de construção dialógica de uma identidade maternal

**Orientador:**

Professor Doutor Miguel M. Gonçalves

**Ano de conclusão:** 2009

**Designação do Doutoramento:**

Psicologia, Área de Conhecimento de Psicologia Clínica

É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO INTEGRAL DESTA TESE, APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO,  
MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE.

Universidade do Minho, / /

Assinatura: \_\_\_\_\_

*“As coisas vulgares que há na vida, não deixam saudade  
só as lembranças que doem, ou fazem sorrir...  
... e há dias que marcam a alma e a vida da gente”*  
Autor desconhecido

À Madalena,  
que na sua simplicidade iluminou a minha vida.



## AGRADECIMENTOS

As primeiras palavras desta dissertação são reservadas a todos aqueles que, de um modo ou de outro, possibilitaram a realização deste projecto e em muito valorizaram o meu percurso de desenvolvimento pessoal, académico e profissional. Gostaria de expressar a minha maior gratidão:

Ao meu orientador Professor Doutor Miguel M. Gonçalves, pelo modelo de rigor, competência e profissionalismo, pelos desafios que continuamente me endereçou e pela confiança que sempre depositou no meu trabalho. Mais do que tudo, pela imensa compreensão e amizade que pontuaram o seu acompanhamento desta investigação.

Ao Professor Doutor João Salgado, pelo incentivo nos momentos certos e pelo modo como o seu pensamento criativo e sempre divergente me ajudou a colocar novas questões e a aprofundar interrogações e conhecimentos.

Ao Professor Doutor Jaan Valsiner, pela sua comovente generosidade e simpatia para com os investigadores mais jovens, pelo olhar único e inspirador perante a experiência humana e pela marca indelével que as suas observações deixaram no meu trabalho e no meu pensamento científico.

A todos os investigadores com quem partilhei o meu trabalho, pelo privilégio de momentos únicos de discussão e reflexão. Em especial à Prof. Doutora Ana Cecília Bastos, pela sua simpatia e apoio, e à Prof. Doutora Maria Lyra, pelas críticas que enriqueceram este trabalho e me tornaram mais completa enquanto investigadora.

Aos meus colegas e amigos do grupo de investigação coordenado pelo Professor Doutor Miguel M. Gonçalves, por todos os momentos e experiências que engrandeceram e valorizaram o meu percurso, pelo apoio, companheirismo e colaboração. Em particular, à Catarina Rosa e à Sofia Tavares, pela co-autoria no trabalho e na aventura que empreendemos e finalizamos juntas – parabéns pelo futuro!

À Fundação para a Ciência e a Tecnologia pelo financiamento concedido através da atribuição de uma bolsa de investigação científica, no âmbito do Programa

Operacional Ciência e Inovação (POCI) 2010 apoiado pelo Fundo Social Europeu (FSE).

Às mulheres que participaram nesta investigação, pelo modo autêntico e sentido como disponibilizaram as suas vivências e emoções, sobretudo num momento tão especial e íntimo das suas vidas.

Aos meus amigos de sempre, por se manterem teimosamente presentes na minha vida e por fazerem da distância um mero pormenor geográfico. Em particular à Rute e à Carla, pela cumplicidade única e eterna que nos une e, mais uma vez, pela alma, pela fé... e pela partilha de cada passo neste caminho.

À minha família e amigos de S. Miguel, pelas qualidades de bem receber e por terem sido, desde o primeiro dia, uma fonte de segurança e alegria que aqueceram os meus dias e me ajudaram a superar muitas adversidades.

Ao Luís Barata, pelo apoio técnico na fase final deste trabalho e pela “consultoria” informática muito *sui generis*.

À minha família... os meus pais, Alice e Fernando, e o meu irmão Marco, pelo amor incondicional e pela inspiração que continuamente me oferecem. Obrigada por acreditarem em mim e alimentarem a vontade e a coragem de me superar, mantendo-me igual a mim própria e não esquecendo o que é realmente importante.

Ao Tim, por me ter apoiado e acreditado em mim incondicionalmente mesmo não sendo este um sonho dele... por ter esperado e aguardado e por, a certa altura, não me permitir adiar mais os sonhos que eram nossos e não admitir que eu deixasse a vida à espera... obrigada pelo teu optimismo incorrigível, pela tua confiança em mim e pelo teu bom senso... por te teres aventurado comigo nesta viagem única da maternidade.

À Madalena, que nasceu na fase final deste projecto e que, em poucos meses, vestiu o meu olhar de ternura e dotou a palavra maternidade daquela densidade última de significado que anos de leituras e reflexão não me poderiam dar – o intangível e indizível da vida. No teu sorriso (desdentado!), meu amor, cabe todo o meu mundo.

# ENSAIAR A MATERNIDADE: ESTUDO SOBRE OS PROCESSOS DE CONSTRUÇÃO DIALÓGICA DE UMA IDENTIDADE MATERNAL

## Resumo

Os seres humanos são continuamente desafiados pela riqueza e diversidade da sua experiência subjectiva a desenvolver e organizar processos de construção de significado, de forma a regular as suas relações com o ambiente social e a desenvolver um sentido de identidade e de coerência pessoal (Valsiner, 1998). Estes desafios parecem ser particularmente relevantes nos momentos de transformação desenvolvimental que pontuam o ciclo de vida dos indivíduos, na medida em que exigem uma actualização dos seus significados pessoais no sentido de permitir a integração das novas experiências (Hermans & Hermans-Jansen, 2003). Neste contexto a transição para a maternidade afigura-se como uma das tarefas desenvolvimentais normativas mais relevantes e exigentes no percurso de vida de uma mulher, consistindo numa fase do ciclo vital em que alguns elementos da identidade prévia são ameaçados e novos elementos terão que ser integrados. Assumindo também que a maternidade constitui um fenómeno associado a intensas prescrições culturais, propomo-nos investigar de que modo é que um grupo de mulheres à espera do primeiro filho elabora narrativamente a sua adaptação à maternidade. Analisamos igualmente a natureza dos processos dialógicos desencadeados pela conseqüente transformação identitária pessoal.

As questões suscitadas e os objectivos definidos neste trabalho decorrem de um enquadramento teórico norteado fundamentalmente pelos modelos dialógicos da mente humana, em particular pela teoria do *self* dialógico. Como tal, iniciamos a componente teórica desta dissertação por uma revisão dos principais pressupostos e linhas conceptuais deste modelo, analisando criticamente a evolução da própria teoria e as contribuições inovadoras que a sua formulação final acrescenta à teorização do *self*. De seguida, apresentamos uma síntese de algumas propostas mais recentes que convidam a uma análise das dinâmicas dialógicas a partir de um ponto de vista desenvolvimental. Por fim, e considerando a temática seleccionada como ilustração destes processos de negociação da identidade pessoal, expomos uma reflexão crítica em torno dos factores sociais e históricos que contribuíram decisivamente para a construção e delimitação do



fenómeno cultural da maternidade, quer ao nível dos seus significados, quer ao nível da prescrição das suas práticas.

No plano empírico conduzimos uma investigação de natureza eminentemente qualitativa junto de uma amostra de 11 mulheres, prestes a experimentar a maternidade pela primeira vez. Atendendo aos objectivos de pesquisa delineados e ao enquadramento conceptual definido, o estudo organiza-se em duas partes complementares do ponto de vista dos procedimentos de análise. A primeira parte é dedicada à identificação dos recursos linguísticos utilizados pelas participantes no processo de significação das suas recentes experiências grávidas e maternas e permitiu, sobretudo, caracterizar a complexa teia de significações a partir da qual estas mulheres atribuem sentido e coerência a esta nova fase do desenvolvimento da sua identidade pessoal. As diferentes trajetórias discursivas observadas conduziram-nos à distinção de três sub-grupos de participantes em função do modo como negociam a integração de uma nova posição maternal no seu repertório prévio.

Na segunda parte do estudo empírico, a análise microgenética e comparativa dos processos semióticos presentes nos relatos dos três sub-grupos levou-nos a concluir que algumas participantes se identificam de modo mais relevante com a ideologia tradicional, passando a desvalorizar significativamente a sua posição profissional. Para este sub-grupo, que designámos de *Desvalorização da identidade profissional*, a posição profissional passa a ser associada sobretudo a imposições externas e socialmente sugeridas. Por sua vez, o sub-grupo a que chamámos *Ambivalência emocional e pressão institucional* distingue-se por uma valorização pessoal de ambas as posições identitárias consideradas, conduzindo a um nível significativo de conflito intrapessoal e ao desenvolvimento de estratégias de flexibilização do campo semiótico “*boa mãe*”. Finalmente, o sub-grupo *Valorização da maternidade pelo exercício profissional* destaca-se dos restantes pela construção de uma estrutura semiótica particularmente inovadora, porquanto inverte as concepções dos discursos tradicionais, apresentando o exercício profissional como uma mais-valia para uma maternidade plena, satisfatória e mais adequada. Esta situação materializa uma resistência absoluta às prescrições culturais e uma reconstrução transformadora do campo semiótico hiper-generalizado do qual partem, viabilizando percursos de significação alternativos e mais personalizados.

# **REHEARSING MOTHERHOOD: STUDY OF DIALOGICAL CONSTRUCTION PROCESSES OF A MATERNAL IDENTITY**

## **Abstract**

Human beings are continuously challenged by the richness and the diversity of their subjective experience to expand and organize processes of meaning construction, in order to both regulate their relations with the social environment and develop a personal sense of individuality and coherence (Valsiner, 1998). These challenges seem to be particularly relevant at those times of developmental transformation inherent to the life cycle of individuals, since they require an update of their personal meanings in order to assimilate these new experiences (Hermans & Hermans-Jansen, 2003). In this context, transition to motherhood presents itself as one of the major normative developmental tasks in a woman's life course and it corresponds to a phase of the life cycle during which some elements of previous identity are threatened and new elements must be integrated. Moreover, assuming that motherhood is a phenomenon associated to very influential cultural prescriptions, we intend to explore the meanings constructed by a group of women expecting their first child in order to elaborate their adjustment to motherhood. Also, we examine the nature of dialogical processes triggered by the resulting change in personal identity.

Questions and goals defined within this work result from a theoretical background essentially guided by dialogical models of human mind, particularly the dialogical self theory. As such, we begin the theoretical section of this dissertation with an overview of this model main assumptions and conceptual guidelines and with a critical analysis of the theory development and of some innovative contributions to the conceptualization of the self offered by its final formulation. Following, we suggest an articulation of most recent proposals that invite to a developmental analysis of dialogical dynamics. At last, and attending to the theme selected as an example of these processes of personal identity negotiation, we present a critical review of social and historical factors that decisively influenced the construction and definition of motherhood's cultural phenomenon, both at meaning and practical levels.

In the empirical section, we carried out an essentially qualitative research with a sample of eleven women which were about to experience motherhood for the first time.

Considering the research goals previously defined and the outlined theoretical framework, the study is organized into two complementary analytic parts. The first part of the study is dedicated to the identification of linguistic resources used by participants in the discursive elaboration of their recent experiences of pregnancy and motherhood. Globally, this first part of the study enabled us to make a depiction of the complex meaning matrix used by these women to assign some sense and coherence to this new phase of development in their personal identities. The observation of different discursive trajectories suggested the discrimination of three sub-groups of participants depending on the way the assimilation of a new maternal position in their previous repertoire was negotiated.

In the second part of the empirical study, the microgenetic comparative analysis of semiotic processes identified in the reports of the three sub-groups lead us to conclude that some participants identify themselves more strongly with the traditional ideology and, thus, devalue their professional position in a significant way. To this sub-group, named as *Depreciation of the professional identity*, the professional position becomes basically associated to external and socially suggested impositions. In turn, the sub-group that we called *Emotional ambivalence and institutional pressure* values both identity positions equally, leading to significant levels of intrapersonal conflict and triggering the development of strategies to make the semiotic field “good mother” somehow more flexible.

Finally, the sub-group *Valuation of motherhood through professional performance* is quite distinctive due to the construction of a particularly innovative semiotic structure, given that it inverts the conceptions of traditional speeches by presenting professional activity as an advantage to achieve a full, pleasing and more adjusted motherhood. This situation reveals an absolute resistance to cultural implications and suggests a transforming reconstruction of the hyper-generalized semiotic field these women depart from, sanctioning alternative and more personalized meaning constructions.

## ÍNDICE

<b>Introdução</b> .....	1
<b>Capítulo I – A leitura dialógica da identidade: O <i>self</i> dialógico</b> .....	5
1. Introdução .....	7
2. Influências estruturantes: Da multiplicidade à contextualização dialógica .....	8
2.1. William James: distinção entre <i>I</i> e <i>Me</i> e os princípios da multivocalidade .....	8
2.2. O <i>self</i> múltiplo e multifacetado: uma ênfase na pluralidade .....	9
2.3. Metáfora narrativa: o <i>self</i> enquanto autor .....	10
2.4 . Pensamento dialógico de Bakhtin: a dimensão espacial .....	13
3. Formulação da teoria .....	15
3.1. Enquadramento relacional e metáfora do diálogo no estudo do <i>self</i> .....	15
3.2. O <i>self</i> dialógico: pressupostos centrais .....	17
3.2.1. Estrutura espacializada e corporalizada .....	18
3.2.2. Descentralização e permeabilidade .....	21
3.2.3. Dimensão social e inclusiva .....	22
3.2.4. Contextualização histórica e cultural .....	26
3.3. Potenciais dinâmicos do <i>self</i> dialógico: troca intersubjectiva e domínio ...	32
3.4. Integração e inovação na leitura dialógica do <i>self</i> : uma reflexão .....	35
4. Conclusão .....	38
<b>Capítulo II – Potencialidades desenvolvimentais do <i>self</i> dialógico</b> .....	41
1. Introdução .....	43
2. Desenvolvimento no <i>self</i> dialógico .....	44
3. Orientação para o futuro e imaginação .....	46
4. Análise desenvolvimental dos processos de significação no <i>self</i> dialógico:	
Abordagens de inspiração dialéctica .....	50
4.1. Mediação semiótica e auto-regulação no <i>self</i> dialógico .....	51
4.1.1. Estruturas semióticas hierárquicas: integração e coerência no <i>self</i> ...	53
4.1.2. Signos promotores e a regulação desenvolvimental .....	56
4.2. Processos de transformação dialógica: inovação e estabilidade .....	57
4.3. O domínio microgenético da produção semiótica .....	61

4.3.1. A dialéctica na emergência de significados .....	61
4.3.2. Estratégias semióticas de regulação dialógica .....	65
5. Conclusão .....	68

### **Capítulo III – A construção histórico-social e discursiva da maternidade:**

<b>Contextos, significados e discursos .....</b>	<b>71</b>
1. Introdução .....	73
2. Percursos históricos na definição dos contornos da maternidade .....	75
2.1. Delimitação histórica da posição social da mulher: transformação do conceito de família e construção progressiva da noção de infância .....	75
2.1.1. O início da civilização e a invisibilidade e subordinação do feminino .....	75
2.1.2. A Idade Média: a sacralização da mãe e o abandono da infância ....	77
2.1.3. A Modernidade: o reconhecimento da infância e dos laços familiares .....	79
2.1.4. Idade Contemporânea: da idealização e “profissionalização” da maternidade à emancipação feminina .....	81
a) Os finais do século XVIII e a Revolução Francesa .....	81
b) Século XIX – o início da industrialização .....	83
c) O século XX – a “educação das mães” e a maternidade sob vigilância .....	85
2.2. A natureza da mulher e a delimitação do espaço feminino: o início da ideologia tradicional da maternidade .....	90
2.3. Maternidade e construção de género: “desnaturalização” da maternidade..	91
2.3.1. Primeira vaga do feminismo: o discurso pró-natalista e maternalista	94
2.3.2. Segunda vaga do feminismo: o feminismo “científico” e académico	95
3. Significados e discursos sobre a maternidade .....	97
3.1. A construção da ideologia tradicional da maternidade .....	99
3.1.1. Unidimensionalidade do feminino: indissociação entre feminilidade e maternidade .....	99
3.1.2. A maternidade biológica: noções de instinto e de amor maternal ...	101
3.1.3. A ideologia da maternidade intensiva .....	103
3.2. Idealização da maternidade: estereótipos da “boa mãe” e da “má mãe” ...	107

4. Diversidade das práticas contemporâneas: os novos contornos e expressões da maternidade .....	110
4.1. Novas práticas, múltiplas trajectórias .....	111
4.1.1. Emergência dos valores de individualização e de autonomia pessoal e incremento da ruptura matrimonial .....	112
4.1.2. Aumento da idade média do primeiro casamento e do primeiro filho e descida nas taxas de natalidade .....	113
4.1.3. Incorporação massiva da mulher no mercado de trabalho .....	114
4.2. Manutenção do ideal da maternidade intensiva .....	115
4.3. Mães trabalhadoras: o desafio da visão tradicional .....	119
5. Reflexão e síntese final .....	126

<b>Capítulo IV – Contribuição empírica: Estudo sobre os processos de construção dialógica de uma identidade maternal .....</b>	<b>131</b>
1. Introdução .....	133
2. Metodologia .....	135
2.1. Objectivos e questões de partida .....	138
2.2. Constituição da amostra .....	140
a. Caracterização das participantes .....	142
2.3. Procedimento e recolha de dados .....	143
2.3.1. Instrumentos .....	143
2.3.2. Procedimentos gerais .....	147
2.3.3. Estratégias de validação .....	148
3. Parte A – A construção discursiva da identidade .....	150
3.1. Tratamento dos dados .....	150
3.2. Apresentação de resultados .....	153
3.2.1. Indicadores de funcionamento psicológico .....	154
a. Sintomatologia .....	154
b. Índice de bem-estar .....	155
Síntese: uma reflexão .....	156
3.2.2. Análises discursivas .....	157
A) Construções discursivas da maternidade .....	157
Repertório 1 – Maternidade como determinação biológica .....	157

i) Maternidade como um passo “natural” e tacitamente esperado .....	160
ii) Valorização da gravidez e da maternidade .....	161
iii) Significado da maternidade: realização e responsabilidade .....	162
iv) Noção de amor e instinto maternas .....	163
v) A mãe como cuidador por excelência .....	164
vi) A centralidade e prioridade familiar .....	165
Repertório 2 – Maternidade como construção pessoal ou percurso idiossincrático .....	167
i) Não-maternidade como possibilidade .....	168
ii) Admissão de experiências negativas .....	169
iii) Áreas de impacto negativo da maternidade .....	171
iv) Dificuldades de adaptação ao novo papel .....	172
v) Presença do pai e partilha de tarefas .....	173
vi) Necessidade de um espaço pessoal .....	174
B) Construções discursivas do mundo profissional .....	177
Repertório 3 – Profissão como escolha vocacional e factor de auto- realização .....	177
i) Profissão e carreira como realização pessoal .....	178
ii) Necessidade de evolução e valorização .....	179
3.3. Análise e discussão de resultados .....	181
3.3.1. Presença de dois repertórios distintos sobre a maternidade .....	181
3.3.2. Presença de dois repertórios contraditórios e ambivalentes: Maternidade como determinação biológica e Profissão como escolha vocacional e factor de auto-realização .....	188
4. Parte B – A produção de significados e a microgênese .....	195
4.1. Tratamento dos dados .....	196
4.2. Apresentação de resultados .....	197
A. Posições identitárias .....	197
B. Análise semiótica do conflito .....	198
4.3. Análise e discussão de resultados .....	250
5. Síntese geral .....	262
5.1. Discussão geral dos estudos .....	262
5.2. Limitações do estudo .....	266

<b>Capítulo V – Conclusão</b> .....	269
<b>Referências Bibliográficas</b> .....	281
<b>Anexos</b> .....	301





## ÍNDICE DE QUADROS, GRÁFICOS E FIGURAS

Quadro 1. Dados demográficos das participantes .....	142
Quadro 2. Dados gestacionais das participantes .....	143
Quadro 3. Matriz dos elementos discursivos do Repertório 1 identificados nos relatos de cada participante .....	159
Quadro 4. Matriz dos elementos discursivos do Repertório 2 identificados nos relatos de cada participante .....	168
Quadro 5. Matriz dos elementos discursivos do Repertório 3 identificados nos relatos de cada participante .....	178
Quadro 6. Síntese das posições definidas pelas participantes na Tarefa de Articulação Dialógica (TAD) .....	197
Quadro 7. Modalidades dialógicas desenvolvidas pelas participantes relativamente à comunicação entre a posição maternal/familiar e a posição profissional (pós-parto) .....	252
Quadro 8. Estratégias de <i>bypass</i> semiótico elaboradas pelas participantes no pós-parto a partir da posição maternal .....	254
Quadro 9. Estratégias de <i>bypass</i> semiótico elaboradas pelas participantes no pós-parto a partir da posição profissional .....	256
Quadro 10. Estratégias de <i>bypass</i> semiótico elaboradas pelas participantes no pós-parto relativamente à resolução do conflito .....	259
Gráfico 1. Evolução dos níveis de sintomatologia (B.S.I.) .....	154
Gráfico 2. Evolução do Índice de Bem-estar .....	155
Figura 1: Representação do percurso dialógico da Madalena a respeito das dinâmicas entre as posições maternal e profissional .....	202
Figura 2: Representação do percurso dialógico da Inês a respeito das dinâmicas entre as posições maternal e profissional .....	206
Figura 3: Representação do percurso dialógico da Maria a respeito das dinâmicas entre as posições maternal e profissional .....	210
Figura 4: Representação do percurso dialógico da Adriana a respeito das dinâmicas entre as posições maternal e profissional .....	215

Figura 5: Representação do percurso dialógico da Beatriz a respeito das dinâmicas entre as posições familiar e profissional .....	220
Figura 6: Representação do percurso dialógico da Carla a respeito das dinâmicas entre as posições maternal e profissional .....	224
Figura 7: Representação do percurso dialógico da Alice a respeito das dinâmicas entre as posições maternal e profissional .....	230
Figura 8: Representação do percurso dialógico da Sofia a respeito das dinâmicas entre as posições familiar e profissional .....	236
Figura 9: Representação do percurso dialógico da Cláudia a respeito das dinâmicas entre as posições familiar e profissional .....	242
Figura 10: Representação do percurso dialógico da Carolina a respeito das dinâmicas entre as posições maternal e profissional .....	249

## INTRODUÇÃO

O interesse pelas experiências humanas e, sobretudo, pela profundidade e densidade dos significados humanos, conduziu-nos a um posicionamento teórico e epistemológico que privilegia os fenómenos de significação narrativa, defendendo que, enquanto seres eminentemente narrativos, qualquer compreensão profunda dos nossos estados de espírito, das nossas realizações e dificuldades, implicará necessariamente uma observação do conteúdo e do significado das nossas histórias, das nossas construções do mundo, do nosso mundo de construções. Estas considerações conceptuais reflectiram-se, de modo gradual, numa atenção crescente às dinâmicas de negociação intrapessoal que vão tendo lugar à medida que se desenvolve esta noção de integridade e unicidade pessoal que nos é tão familiar e que pode ser genericamente designada de *identidade*. O actual estudo resulta assim do nosso interesse em contribuir para uma melhor compreensão do modo como se cumpre e se realiza este projecto continuamente inacabado e esta unidade multifacetada que é o *self* ou a identidade humana, na sua dimensão mais pessoal e individualizada, mas sempre irrevogavelmente social e partilhada.

Uma breve revisão bibliográfica é suficiente para constatarmos a omnipresença do conceito de identidade ao longo de toda a história da investigação e prática psicológicas, destacando-se, nas décadas mais recentes, um movimento crescente que sublinha a natureza corporalizada e intersubjectiva do *self*, bem como o papel da história e da cultura na definição do conteúdo e da forma dos processos psicológicos básicos (Hermans, Kempen & van Loon, 1992). Nesta linha, adoptámos como principal grelha de leitura conceptual e interpretativa o modelo do *self* dialógico, o qual pode ser visto como um esforço teórico para estender o *self* de uma entidade auto-contida para um processo que é extensível à outra pessoa e à sociedade em geral na qual este se situa (Hermans, 2004).

De uma forma genérica, interessava-nos explorar, partindo de uma perspectiva dialógica, a natureza e as particularidades dos processos de significação que permitem às pessoas estruturar-se e reorganizar-se em momentos de maior desestabilização e desafio desenvolvimental, mantendo um sentido coerente de si mesmas. Simultaneamente, e atendendo à importância que reconhecemos à contextualização cultural e histórica dos processos individuais de significação, pretendíamos igualmente

incluir como cenário empírico o leque de práticas e tradições discursivas que enquadram o processo de desenvolvimento de um núcleo de significados pessoais.

Partindo destas considerações gerais e seguindo as proposições centrais de uma psicologia dialógica e discursiva, fomos desenhando de modo exploratório e indutivo as questões e as linhas centrais do presente estudo, adoptando como objecto de análise os significados e os processos de negociação dialógica desencadeados pela tarefa de transição para a maternidade. A eleição da temática específica de adaptação à maternidade fica a dever-se ao facto de reunir um conjunto de características relevantes e pertinentes face ao posicionamento teórico adoptado. Com efeito, trata-se de uma tarefa desenvolvimental particularmente significativa e que envolve uma dimensão de reorganização pessoal e de transformação da identidade, reflectida na integração de uma nova posição identitária maternal. Neste sentido, constitui um desafio relevante que coloca maiores exigências de gestão da multiplicidade identitária, quer ao nível intrapessoal, quer ao nível da conjugação de valores e princípios individuais com as directrizes e prescrições culturais prevalentes. A elevada atenção social de que se tem vindo a revestir o fenómeno da maternidade, a par com uma delimitação cultural e discursiva muito impositiva daquilo que se entende por boas práticas maternas, conduziram-nos ainda a um conjunto de questões em torno da natureza dos recursos simbólicos disponibilizados culturalmente às mulheres para atribuírem sentido às suas experiências de ensaio da função materna e do tipo de constrangimentos que lhes podem colocar na definição dos seus percursos discursivos individuais.

A presente dissertação pretende, assim, traduzir de modo sistemático o processo de reflexão e investigação que empreendemos, organizando-se em cinco capítulos.

No primeiro capítulo, definimos as fronteiras conceptuais e as abordagens que situam teoricamente o estudo desenvolvido através de uma exposição dos pressupostos base e dos fundamentos conceptuais da teoria do *self* dialógico, seguida de uma análise dos contributos mais relevantes e originais que esta abordagem oferece a uma compreensão do *self*. De acordo com uma epistemologia dialógica, a existência humana, assim como os processos de significação e de conhecimento, são fundamentalmente comunicacionais e relacionais, instituindo-se discursivamente no diálogo entre um Eu e um Outro (Salgado & Gonçalves, 2007). No seu conjunto, esta perspectiva sugere uma elaboração consideravelmente mais dinâmica, plural e relacional do *self*.

No segundo capítulo sublinhamos e discutimos as potencialidades de uma análise desenvolvimental do *self* dialógico, articulando esta reflexão com as propostas de inspiração dialéctica que enfatizam os processos de transformação dialógica e de auto-regulação que têm lugar no sistema *self*. O carácter dinâmico da conceptualização dialógica, a sua abertura à mudança e inovação, bem como o papel da imaginação, constituem elementos centrais para a uma leitura desenvolvimental do *self* e dos seus processos de transformação e actualização de acordo com as exigências apresentadas pelo seu contexto interno e externo.

A transição para a maternidade, temática escolhida para ilustrar os processos de negociação e de transformação dialógica no contexto da subjectividade individual, ocupa-nos então o terceiro capítulo desta exposição. A este propósito, propomos uma breve viagem pelos significados que historicamente foram sendo produzidos para definir a maternidade como destino último da mulher e contribuindo para uma progressiva diferenciação dos espaços masculino e feminino na esfera social. Merecem igualmente a nossa atenção os discursos sociais e científicos que paulatinamente se associaram na edificação de uma ideologia da função materna, habitualmente referida como *maternidade intensiva*, que acentua a necessidade de uma dedicação integral por parte da mulher e idealiza amplamente as práticas do cuidar, impondo uma versão essencialista da maternidade e delimitando de modo mais ou menos explícito as fronteiras de uma adequada *maternalização*. No contexto desta análise da maternidade, enquanto fenómeno culturalmente circunscrito e objecto historicamente construído, centramos a nossa atenção na realidade actual e na crescente diversificação das práticas contemporâneas no que diz respeito à concretização da maternidade na vida das mulheres. Mais concretamente, debruçamo-nos em particular sobre o caso das mulheres que optam por conciliar a maternidade com a manutenção de uma carreira profissional vocacionalmente significativa e exigente do ponto de vista da sua auto-realização, dissecando a situação de dissonância em que esta escolha as coloca face à referida ideologia da maternidade intensiva, ainda amplamente presente nos discursos culturais actuais.

O quarto capítulo corresponde à apresentação do estudo empírico realizado, o qual é composto por duas partes. A primeira parte do estudo consiste numa análise discursiva dos padrões linguísticos encontrados nos relatos das participantes no seu esforço de significação das experiências de gravidez e maternidade. Os resultados obtidos permitiram-nos compreender que estas mulheres constroem as suas experiências

gravídicas e maternais por recurso a diferentes linhas de significação, oscilando entre trajectórias discursivas mais personalizadas e individuais e outras mais conformistas face às prescrições culturais e aos conteúdos simbólicos socialmente sancionados relativamente à maternidade.

A identificação de diferentes posicionamentos adoptados pelas participantes no que concerne à construção discursiva da sua identidade maternal e à integração da mesma no seu repertório identitário prévio conduziu à contrastação de três sub-grupos. Deste modo, na segunda parte do estudo procurámos explorar, a partir de uma análise microgenética dos processos individuais de significação, a natureza dos conflitos e tensões dialógicas identificados nas primeiras análises, enfatizando as diversas resoluções semióticas encontradas por cada sub-grupo de participantes no seu esforço de integração da sua nova posição identitária maternal.

A adopção de uma perspectiva dialógica reflecte-se assim, neste trabalho, quer ao nível do enquadramento teórico que norteia a interpretação e reflexão acerca dos dados, quer na própria metodologia desenvolvida para recolha e análise desses mesmos dados.

Por fim, partilhamos no quinto capítulo algumas reflexões e considerações finais, motivadas pela discussão crítica dos resultados encontrados no capítulo anterior, procurando discutir de que modo as experiências destas mulheres informam e desafiam assumpções habitualmente sustentadas acerca das mulheres, da feminilidade e da maternidade.

## **CAPÍTULO I**

### **A LEITURA DIALÓGICA DA IDENTIDADE: O *SELF* DIALÓGICO**





## 1. Introdução

Os modelos dialógicos da mente humana distinguem-se pela ênfase na dimensão descentralizada, relacional e social do *self*<sup>1</sup>. Em linha com esta orientação teórica, Hermans, Kempen e van Loon (1992), num dos primeiros trabalhos publicados sobre o modelo do *self* dialógico, apresentam uma posição construtivista que pretende transcender a visão etnocêntrica, racionalista e individualista do *self*, herdeira de uma perspectiva cartesiana que, na sua opinião, prevalece na maioria das concepções psicológicas (cf. também Hermans & Kempen, 1993). Neste sentido, argumentam que é absolutamente necessário considerar a natureza corporalizada do *self*, bem como a sua dimensão social e historicamente contextualizada, distanciando-se das teorizações que enfatizam um *self* intelectualizado e descorporalizado, com uma dimensão eminentemente individual e *ego* centrada. A alternativa conceptual proposta por Hermans e colaboradores, que estabeleceu as fundações para muitas das contribuições posteriores na linha do pensamento dialógico, reside no entendimento do *self* enquanto um processo desenvolvimental, multivocal e dialógico, daí decorrendo uma auto-narrativa em permanente actualização (Hermans & Hermans-Jansen, 2003; Salgado & Gonçalves, 2007). Isto significa que, face à necessidade humana de atribuir significado aos seus elementos experienciais e de os organizar de modo coerente, as pessoas estão continuamente envolvidas num processo de produção narrativa que verdadeiramente constrói a sua realidade pessoal e social (Gonçalves, M., 2003; Gonçalves, O., 2000; Hermans & Hermans-Jansen, 1995). Esta significação da experiência, contudo, tem necessariamente lugar no contexto das interações sociais e da relação com o outro, encontrando na linguagem o seu instrumento privilegiado no sentido de viabilizar uma construção discursiva partilhada e, portanto, dialogada. Ou seja, na sua essência, a inovação mais significativa presente numa conceptualização dialógica do *self* assenta na rejeição da entidade isolada como unidade básica de análise na teorização da identidade e na sua substituição pela ênfase na relação e na co-construção conversacional da realidade subjectiva (Hermans, 1996; Josephs & Valsiner, 1998; Salgado & Gonçalves, 2007). No seu conjunto, esta perspectiva sugere uma elaboração consideravelmente mais dinâmica, plural e relacional do *self* (Gonçalves, 2003; Josephs & Valsiner, 1998).

---

<sup>1</sup> Importa esclarecer que, ainda que o conceito de *self* possa ser traduzido para a língua portuguesa como “sentido de si”, optámos por utilizar o termo original em inglês, na medida em que é o mais usual na literatura psicológica e também por nos parecer que a sua tradução não faz inteiramente justiça à noção inicial. Acresce que, ao longo deste trabalho, usamos igualmente e de forma equivalente o termo “identidade”.

De forma a evidenciar o processo constitutivo e a evolução da própria teoria, começamos por descrever as principais fontes de influência no desenvolvimento da proposta dialógica de Hubert Hermans, analisando o modo como se reflectem no seu pensamento. Seguidamente, caracterizamos os principais pressupostos e fundamentos da teoria do *self* dialógico, desde o trabalho fundacional de Hermans e colaboradores até aos desenvolvimentos mais significativos que desde então têm sido apresentados por diversos autores, provenientes de variadas áreas da psicologia (e.g., neuropsicologia, psicologia do desenvolvimento, psicologia clínica). Finalizamos com uma reflexão orientada para aquelas que consideramos serem as contribuições mais relevantes e distintivas desta leitura dialógica da identidade e, por outro lado, para algumas questões que nos parecem carecer ainda de algum aprofundamento teórico.

## **2. Influências estruturantes: Da multiplicidade à contextualização dialógica**

A proposta teórica que nos é apresentada nos dois trabalhos iniciais e basilares de Hubert Hermans e colaboradores (Hermans & Kempen, 1993; Hermans, Kempen & Van Loon, 1992), ainda que original na sua leitura dialógica da identidade e na aproximação dos conceitos de diálogo e de *self*, resulta amplamente de uma integração do pensamento e das contribuições de diversos autores. A concepção de um *self* simultaneamente sujeito e objecto de si próprio, presente nas posições assumidas por William James e, posteriormente por George Mead; a desreificação do *self* e a afirmação da sua natureza múltipla e diversificada; bem como as metáforas narrativa e dialógica, afirmam-se como marcadas influências no pensamento de Hermans, que as reconhece como importantes fontes de inspiração (Hermans & Kempen, 1993; Hermans, 1996, 2003, 2004).

### **2.1. William James: distinção entre *I* e *Me* e os princípios da multivocalidade**

O pensamento original de James (1890/1950) tem representado no campo da Psicologia um terreno fértil ao desenvolvimento de muitas das suas ideias em torno do *self* (Hermans, 1996; Hermans & Hermans-Jansen, 2003), nomeadamente o argumento de que o *self* pode constituir-se simultaneamente como sujeito, organizador subjectivo da experiência vivida (*self-as-knower*), e como objecto da sua própria análise e auto-

reflexão (*self-as-known*) (*idem*). Dito de outra forma, James distinguiu dois componentes responsáveis pela nossa experiência do *self*, que designou como o *I* e o *Me*. O *I* corresponde à capacidade reflexiva e interpretativa que, à medida que estrutura e organiza o fluxo experiencial, nos permite desenvolver um “sentido de identidade pessoal” ao longo do tempo e de diferenciação face aos outros, sendo por isso o responsável pela nossa noção de continuidade e estabilidade. Neste sentido, o *I* pode ser qualificado a partir de três características centrais: continuidade temporal, diferenciação e unicidade pessoal, e finalmente, volição (Hermans, 1996, 2004; Hermans & Hermans-Jansen, 2003; Hermans & Kempen, 1993). São justamente as propriedades subjectivas do *self-as-knower* e o seu papel enquanto um activo processador da experiência que o distinguem e o dotam destas particularidades (Hermans, 2001c).

Por sua vez, o *Me* corresponde à dimensão empírica e objectivável do *self*, especificamente a tudo aquilo que poderemos chamar *meu*. Nas palavras de James, “não só o seu corpo e os seus poderes psíquicos, mas as suas roupas e a sua casa, a sua mulher e filhos, os seus ancestrais e amigos, a sua reputação e trabalhos, as suas terras e cavalos, e barco e conta bancária” (James, 1890/1902, p. 291). Daqui se depreende que as pessoas e os objectos no ambiente pertencem ao *self*, na medida em que são sentidos como “meus”. O *Me* inclui então três categorias: características materiais (corpo, roupas, pertences), características espirituais (pensamentos, consciência) e características sociais (relações, papéis) (Hermans, 1996, 2004; Hermans & Hermans-Jansen, 2003).

A inclusão desta dimensão do *self* postula, na opinião de Hermans (1996, 2004; Hermans & Hermans-Jansen, 2003), uma continuidade entre o *Me* e o *Mine*, o que revela um entendimento do *self* enquanto um sistema aberto e extensível a elementos particulares do ambiente. Esta concepção de um *self* extenso é especialmente relevante, porquanto constitui um primeiro passo para a inclusão do outro como parte do *self* e para a consideração de uma dimensão social que abre espaço a contrastes, oposições e negociações entre “vozes” que fazem parte da comunidade mais ampla (Rosenberg, 1979, cit. Hermans & Hermans-Jansen, 2003).

## **2.2. O *self* múltiplo e multifacetado: uma ênfase na pluralidade**

Além da produtiva distinção entre o *I* e o *Me*, James desenvolveu outras ideias acerca do *self* que em muito influenciaram vários pensadores posteriores. Uma delas foi

a tese de que, em cada um de nós, existem sempre muitos possíveis *selves* ou personagens, entre os quais vamos alternando (James, 1890/1950). Este ponto de vista remete-nos hoje claramente para as noções de multiplicidade e de narrativa que, mais tarde, vieram a integrar as novas teorias do *self*.

De facto, e na linha da proposta de James sobre a multiplicidade de *selves*, observámos, sobretudo no decorrer da década de 80, uma expansão notável de desenvolvimentos teóricos e empíricos que sublinham a natureza múltipla e diversa do *self* (e.g., Higgins, 1987; Linville, 1987; Markus & Nurius, 1986; McAdams, 1993), em reacção a uma concepção monádica e unitária, herdeira da visão etnocêntrica e racionalista até então prevalente nas teorias do *self* (Hermans *et al.*, 1992). Afirma-se assim uma ênfase generalizada no carácter multifacetado do *self*, a par com uma proliferação massiva de termos e conceitos que representam as diversas propostas teóricas sobre esta problemática, nomeadamente as noções de *sub-selves*, sub-personalidades, *selves* potenciais, *selves* possíveis, *selves* privados, públicos e colectivos, *selves* reais, ideais e morais, *imagoes*, *schemas*, protótipos ou facetas (cf. Hermans, 1996; Hermans & Hermans-Jansen, 2003).

Pese embora as suas dissemelhanças e diferentes origens, os vários conceitos teorizados partilham um ponto de vista que rejeita em definitivo uma concepção de *self* enquanto um todo indiferenciado ou inteiramente unificado, desprovido de qualquer conflito ou tensão (Hermans & Hermans-Jansen, 2003). A asserção da diversidade do *self*, abre caminho à exploração do modo como os vários elementos se relacionam entre si e promove o interesse em torno dos potenciais dinâmicos do *self*, o que irá permitir uma transposição de uma noção ainda algo estática de multiplicidade para o conceito dinâmico de multivocalidade (Hermans, 1996).

### **2.3. Metáfora narrativa: o *self* enquanto autor**

Uma outra dimensão importante do pensamento de Hermans é inspirada pela ideia de que os seres humanos atribuem sentido e unidade à sua experiência através da construção de histórias ou narrativas (Hermans & Hermans-Jansen, 2003; Hermans & Kempen, 1993; White & Epston, 1990). Como tal, a identidade ou o *self*, vão sendo constituídos à medida que a pessoa organiza narrativamente as vivências significativas e pessoalmente relevantes, dando origem à produção de uma narrativa auto-biográfica (Hermans & Hermans-Jansen, 1995). Esta metáfora narrativa terá, por isso,

repercussões inquestionáveis na compreensão dos processos psicológicos, nomeadamente no conceito de *self*. A este nível, podemos referir dois autores cujo trabalho foi particularmente influente no desenvolvimento da proposta teórica do *self* dialógico: Jerome Bruner (1986, 1990) e Theodore Sarbin (1986) (cf. Hermans, 1996).

Bruner (1986) é um dos principais defensores da abordagem narrativa, argumentando que o pensamento humano pode operar basicamente em dois modos distintos: argumentativo e narrativo. Assim, o modo argumentativo diz respeito a um tipo de pensamento proposicional, essencialmente dedutivo, que visa a abstracção de princípios gerais e cuja finalidade prática é a afirmação da sua veracidade. Num plano diametralmente oposto, o pensamento narrativo corresponde a uma modalidade de pensamento imaginativo que visa descrever e dar sentido à experiência, considerando as suas particularidades e idiossincrasias e localizando-a no tempo e no espaço, o que permite a construção de boas histórias e a consideração das intenções e acções humanas (Bruner, 1986). É este tipo de pensamento que as pessoas usam para atribuir coerência à sua experiência quotidiana e que se reflecte nas narrativas que constroem sobre si e sobre o mundo (Hermans *et al.*, 1992). Dito de outro modo, enquanto o modo de funcionamento cognitivo de natureza argumentativa ou lógica tenta transcender o particular procurando níveis superiores de abstracção, o modo narrativo oferece uma contribuição única à construção subjectiva do mundo ao colocar a condição humana em geral nas particularidades da experiência, localizando a experiência no espaço e no tempo (Hermans *et al.*, 1992).

Paralelamente, Sarbin (1986) identifica-se também com esta interpretação narrativa dos processos psicológicos, defendendo que a estrutura básica de organização do conhecimento é eminentemente narrativa, na medida em que exige uma localização espacio-temporal e uma interpretação de intenções. De acordo com Sarbin, as pessoas estão continuamente a organizar as acções e os episódios do quotidiano numa estrutura narrativa que reúne factos concretos e criações fantasiosas, acrescentando que, não só os relatos pessoais, como também as histórias não vocalizadas como as fantasias e o sonhar acordado, o planear, o recordar e até mesmo o amar e odiar são guiados por esquemas narrativos (Hermans *et al.*, 1992).

De modo a ilustrar os seus argumentos em favor da natureza intrinsecamente narrativa do pensamento humano, Bruner e Sarbin referem as experiências de um psicólogo belga, Michotte (1946/1963), acerca da percepção humana de causalidade (cf. Hermans, 1996). Nestas experiências, os sujeitos eram confrontados com um ecrã em

que se podiam observar dois ou mais pequenos rectângulos coloridos em movimento. O aspecto mais curioso dos resultados desta experiência prende-se com o facto de, ainda que a velocidade, direcção e distância percorrida pelas figuras fossem aleatoriamente produzidas, quando confrontados com configurações particulares, os participantes invariavelmente atribuíram causalidade aos movimentos dos rectângulos. Por exemplo, se o rectângulo A parava após um movimento em direcção ao rectângulo B, e o rectângulo B começava então a mover-se, os participantes diriam que B “saiu do caminho” de A. Nestes casos, os participantes relatavam tipicamente as suas percepções em termos “*as if*”. Por exemplo, “é como se A, ao tocar em B, tivesse induzido uma corrente eléctrica que desencadeasse o movimento de B” (cf. Hermans, 1996, p. 36).

A partir destas e de outras observações, Sarbin (1986) e Bruner (1986) concluíram que as explicações dos participantes reflectiam a necessidade humana de encontrar intenções e objectivos no comportamento, procurando atribuir algum nível de inteligibilidade ao comportamento das formas geométricas através de uma produção narrativa. Ou seja, os participantes construíam narrativas que pudessem dar uma explicação plausível do que estava a acontecer e faziam-no organizando os factos observados numa estrutura de relações de espaço/tempo, orientadas em direcção a uma finalidade (Hermans, 1996).

Partindo deste entendimento do funcionamento subjectivo dos seres humanos, Sarbin propõe uma reconceptualização narrativa da distinção *I/Me* inicialmente sugerida por James (Hermans, 1996, 2003, 2004; Hermans & Kempen, 1993). Nesta nova óptica narrativa, sugere-se que o pronome vocalizado *I* funciona como o autor, enquanto o *Me* representa o actor ou figura narrativa. Mais explicitamente, o *self* corresponde a uma construção narrativa da autoria de um *I* com liberdade criativa para organizar episódios, acontecimentos e acções, nas quais o *Me* aparece como protagonista. Esta estruturação temporal e historiada da experiência humana materializa-se também na possibilidade do Eu (*I*) reconstruir o passado e usar a imaginação para desenhar cenários futuros possíveis em torno de si próprio como personagem (*Me*) (Hermans, 1996, 2004; Hermans & Hermans-Jansen, 2003; Hermans *et al.*, 1992).

Face ao exposto, o *self* pode ser reformulado como um *self* narrativo, reflectindo a natureza corporalizada e imaginativa da mente humana, e as acções, pensamentos e sentimentos do actor-*self* são compreendidos como movimentos através do espaço e do tempo (Hermans *et al.*, 1992). Ou seja, o processo narrativo de atribuir sentido à experiência imediata implica simultaneamente uma revisitação de episódios passados,

através da recuperação e articulação de memórias significativas, bem como uma associação a cenários futuros antecipados e imaginados. O sujeito narrativo, a partir da sua posição no presente (ou das suas várias posições presentes possíveis e sempre em mudança), pode facilmente orientar-se para o passado e para o futuro, ocupando assim outras posições do Eu que adicionam complexidade e riqueza narrativa à sua autobiografia e reflectem as qualidades temporais e históricas da experiência humana (Lyddon, Yowell & Hermans, 2006).

Pese embora as vantagens e avanços reconhecidos pelo autor nesta concepção inovadora, Hermans (1999) considera que estas abordagens tradicionais à narrativa enfatizam sobretudo a sua dimensão temporal enquanto um requisito essencial à construção de histórias, carecendo, na sua opinião, de um princípio espacial igualmente importante. Hermans (1996, 2004; Hermans *et al.*, 1992; Hermans & Hermans-Jansen, 2003) encontra na obra de Bakhtin o suporte para dar sentido a essa “espacialização” do *self*.

#### **2.4. Pensamento dialógico de Bakhtin: a dimensão espacial**

As reflexões de Mikhail Bakhtin (1929/1973), sobretudo resultantes da análise extensiva da obra literária de Dostoevsky, constituíram referências muito importantes para o estudo do funcionamento dialógico da mente (Hermans *et al.*, 1992; Hermans & Kempen, 1993). De um ponto de vista teórico, um dos elementos mais significativos da obra de Bakhtin para a psicologia do *self* é a metáfora do romance polifónico, que reúne o mundo dos diálogos internos e externos numa conceptualização teórica que enfatiza a dimensão espacial das narrativas e permite expandir significativamente a distinção inicial entre o *I* e o *Me* (Hermans, 1996; Hermans & Hermans-Jansen, 2003).

A originalidade da tese de Bakhtin (1929/1973), exposta no seu livro *Problems of Dostoevsky's Poetics*, reside na conclusão de que Dostoevsky tinha criado, em obras literárias como *Crime e Castigo* ou *O Duplo*, uma nova estrutura literária que ele designou de romance polifónico. A principal característica do romance polifónico, e a razão do seu carácter inovador no contexto literário, é o facto de apresentar um número variado de pontos de vista, independentes e mutuamente opostos, corporalizados em personagens que, no decorrer da história, estabelecem e mantêm diálogos entre si e inclusivamente com o narrador (Hermans, 1996, 2004; Hermans & Hermans-Jansen, 2003). Uma vez que cada personagem tem a liberdade de apresentar a sua própria visão



do mundo e de, inclusivamente, interpelar o narrador, desafiando-o e discordando do seu ponto de vista, o que resulta em termos literários é uma polifonia de vozes, isto é, uma narrativa com diversas posições ideológicas em confronto, sendo que a do narrador é apenas mais uma (Hermans *et al.*, 1992). Aliás, o conceito de polifonia resulta de uma comparação com as composições musicais concebidas para serem tocadas por uma orquestra e nas quais se harmonizam diversos instrumentos, com posições espaciais diferenciadas, que vão mantendo um “diálogo” musical no qual tanto se opõem como se acompanham (Hermans, 1996; Hermans & Hermans-Jansen, 2003). Esta simultaneidade de perspectivas é ainda mais profundamente enriquecida por Dostoevsky, que assume a liberdade literária de colocar em diálogo personagens imaginárias, *alter egos* ou versões passadas ou futuras de uma mesma personagem (Hermans & Hermans-Jansen, 2003).

A inovação desta construção literária reside, em síntese, na inexistência de um narrador onisciente, que conhece e controla o desenrolar da história e a evolução de cada personagem, e na sua substituição por uma multiplicidade de autores, cada um defendendo a sua versão da história e contribuindo para “uma pluralidade de consciências” (Hermans, 1996, p. 32). No romance polifónico, o narrador aparece como apenas mais uma perspectiva ou mais uma voz, a par com as vozes de outras tantas personagens, com as quais mantém trocas dialógicas marcadas pela divergência, tensão e desafio. O autor é assim desdobrado e multiplicado numa pluralidade de perspectivas autorais, cada uma com o estatuto de um outro Eu e com uma posição única no espaço e no tempo. A partir destas várias posições de autoria, é possível então estabelecer relações conversacionais ou dialógicas, através das quais se processa a construção de significados múltiplos e relativos, em contínua evolução graças à simultaneidade de diferentes pontos de vista e à justaposição de elementos temporais passados e futuros.

A presença simultânea destes diversos autores narrativos, resulta assim numa “espacialização” da narrativa que abre um amplo campo de tensão dialógica e traduz o confronto num mesmo eixo espaço-temporal de uma pluralidade de mundos (Hermans, 1996; Hermans & Hermans-Jansen, 2003). Na visão de Bakhtin, a espacialidade é uma característica intrínseca do diálogo: “esta insistência persistente em ver todas as coisas como coexistentes e em perceber e representar todas as coisas lado a lado e em simultâneo, como se no espaço ao invés de no tempo, conduz o autor (Dostoevsky) a dramatizar no mesmo espaço as contradições e estádios internos do desenvolvimento de uma única pessoa” (1929/1973, p.23).

O carácter espacializado e dialógico da narrativa é precisamente o elemento crucial que Hermans recupera desta metáfora polifónica proposta por Bakhtin para ampliar as concepções do *I* e do *Me* e para complementar a noção de temporalidade das histórias biográficas. Neste sentido, por um lado, uma implicação relevante da noção de espacialização é o facto de ela nos permitir movermo-nos além da definição prevalente de narrativa como intrinsecamente temporal, ou seja, como tendo um princípio, um desenvolvimento e um fim. Em vez disso, assume-se que o tempo e o espaço são igualmente importantes, resultando numa visão da narrativa que, enquanto uma estrutura espacio-temporal, é intrinsecamente aberta.

Por outro lado, a teorização do *self* enquanto um espaço narrativo no qual um Eu (*I*) continuamente dá sentido à experiência, historiando acontecimentos e episódios que têm o *Me* como protagonista, evolui para uma concepção mais dinâmica e plural na qual são admitidos não um, mas vários centros experienciais capazes de contribuir para este processo de produção de significados. Em suma, à semelhança do que acontece no romance polifónico, também o processo de construção de significados relacionados com o *self* é atribuído a vários autores narrativos que, coexistentes no tempo e localizados em diferentes posições espaciais, estabelecem diálogos entre si nos quais expressam diferentes pontos de vista sobre um mesmo elemento da experiência. Da mesma forma, a multiplicação de posições de autoria implica também a simultaneidade de narrativas pessoais.

### **3. Formulação da teoria**

#### **3.1. Enquadramento relacional e metáfora do diálogo no estudo do *self***

Num enquadramento conceptual que congrega todas as influências referidas numa síntese original e integrativa, Hermans e colaboradores (Hermans & Kempen, 1993; Hermans *et al.*, 1992) propõem uma teorização do *self* enquanto um espaço descentralizado e relacional, no qual múltiplas versões do Eu se articulam e entram em diálogo. Enquadrado narrativamente e concebido como capaz de se mover subjectivamente através do espaço e do tempo, o *self* é perspectivado como ocupando imaginativamente e alternadamente um número variado e variável de posições de autoria que permitem relações dialógicas mútuas (Hermans & Kempen, 1993). Nas palavras dos autores, e em linha com a metáfora polifónica, o *self* pode ser definido em

termos de uma “multiplicidade dinâmica de posições do Eu na paisagem da mente, sendo esta mente entrelaçada pelas mentes de outras pessoas” (Hermans, 2002, p. 147).

Assim, o *self* dialógico é eminentemente múltiplo porquanto deixa de se considerar a existência de um único *I*, enquanto agente organizador e centralizador dos constituintes do *Me*, substituindo-o por uma diversidade descentralizada de posições do Eu (Hermans & Hermans-Jansen, 2003). Acresce que cada posição está capaz de criar uma “voz” que se relaciona com as “vozes” das outras posições numa relação dinâmica de dialogicalidade, resultando num *self* complexo, multivocal e narrativamente estruturado (Gonçalves & Salgado, 2001). Por outras palavras, estas posições são entendidas como interlocutores num processo de construção de significado, uma vez que, de um ponto de vista dialógico, à medida que a pessoa assume diferentes posições, ela está a dotar cada uma delas com uma voz capaz de entrar em diálogo com outras, tornando possível a criação de novos significados pela transformação das posições envolvidas no diálogo ou pela emergência de novas posições que, de alguma forma, resolvem temporariamente a tensão dialógica. Esta tensão dialógica deve-se à independência das posições entre si, o que possibilita a existência de divergências e desacordos, conflito e/ou cooperação. Isto significa que cada posição vocal do Eu equivale a um outro sujeito no *self*, funcionando como um centro original e autónomo de organização, e reconhecendo-se em cada uma as qualidades de agente do *I*, o que explica a natureza do *self* enquanto um narrador dialógico (Hermans, 1996).

Esta nova metaforização do *self* em termos dialógicos apresenta, entre outras, a inovação de afirmar a multiplicidade na construção de narrativas do *self*, não só em termos da possibilidade de, em diferentes histórias assumirmos posições ou personagens diversificadas, mas também a possibilidade de assumirmos diferentes posições de autoria. Por outras palavras, a introdução de uma leitura dialógica na compreensão do *self*, permitiu a Hermans integrar as noções de narrativa imaginativa e de diálogo num mundo multi-autoral, apontando para o desdobramento do *self* em diferentes *Eu's*, ou seja, em vários autores independentes, mas em comunicação entre si através do diálogo, o que amplia a distinção inicial de James entre o *I* e o *Me* e aprofunda o seu reenquadramento narrativo proposto por Sarbin (Hermans, 1996; Hermans & Hermans-Jansen, 2003; Hermans *et al.*, 1992).

Além disso, ao conceber o *self* enquanto um espaço relacional, Hermans integra igualmente na sua conceptualização da subjectividade humana o papel do Outro como interlocutor neste processo de co-construção dialógica de significados (Hermans, 1996,

2001c; Hermans & Kempen, 1993). Na medida em que a produção de significados relacionados com o *self* emerge das constantes trocas conversacionais entre as várias posições do Eu, todo o processo de atribuição de sentido à experiência implica um posicionamento perante outros, cujas posições e opiniões são necessariamente antecipadas e levadas em conta e que, deste modo, influenciam indelevelmente o processo de significação.

Globalmente considerada, esta posição teórica acrescenta pelo menos três propriedades centrais e originais na descrição e compreensão dos processos identitários – a dimensão espacial, o diálogo e a *alteridade* no *self*. Por um lado, o *self* é dotado da possibilidade, não de um, mas de vários autores ou posições do Eu, desenvolvendo cada um a sua narrativa acerca dos acontecimentos. Esta diversidade autoral, à semelhança do conceito de romance polifónico, implica uma espacialização do processo narrativo, distribuído por diversas possibilidades de localização do centro experiencial que, ocupando perspectivas distintas sobre a realidade, é identificado com diferentes posições do Eu. Por outro lado, este movimento entre as várias posições do Eu é possível à luz da manutenção de trocas dialógicas entre elas, sendo que o diálogo permite abrir as narrativas de cada posição à mudança e transformação, por confronto com os pontos de vista de outras posições.

### **3.2. O *self* dialógico: pressupostos centrais**

Entendendo o *self* enquanto um processo altamente dinâmico e relacional, Hermans pretendia ultrapassar em definitivo as concepções individualistas e racionalistas do *self* enquanto uma entidade isolada, centralizada e unificada, prevalentes na cultura ocidental (Hermans *et al.*, 1992). Neste sentido, o autor procurou demonstrar de que modo o seu conceito de *self* dialógico permite resolver, através das suas propriedades mutuamente implicadas de espacialidade e de multivocalidade, ambas as dicotomias herdadas de uma concepção cartesiana do *self*: a oposição entre mente e corpo e a separação entre *self* e outro (Hermans & Hermans-Jansen, 2003).

A inovação trazida por esta abordagem da subjectividade humana prende-se com quatro elementos ou pressupostos conceptuais fundamentais, designadamente a sua corporalidade e estrutura espacializada, o seu carácter descentralizado e aberto à mudança, a permeabilidade às vozes de outros e o seu enraizamento histórico e cultural

(Hermans, 2003). São estes princípios teóricos que expomos agora de forma mais compreensiva.

### 3.2.1. Estrutura espacializada e corporalizada

Dispondo da possibilidade de ocupar uma grande diversidade de posições distintas e autónomas, o *I* move-se então entre as várias posições do Eu, distribuídas num espaço imaginário equivalente ao espaço real, criando campos dinâmicos nos quais se desenvolvem negociações, contradições e integrações (Hermans, 1996; Hermans & Hermans-Jansen, 2003; Hermans & Kempen, 1993; Hermans *et al.*, 1992). Esta concepção do *self* no contexto de uma multiplicidade narrativa permite assim enquadrá-lo enquanto um movimento flexível no espaço, sendo a alternância entre as diversas posições do seu repertório explicada por recurso às noções de *posicionamento* e *reposicionamento*. Estes conceitos remetem claramente para uma conceptualização espacial do *self* (Hermans, 1996) e expressam também uma dimensão de dinamismo, na medida em que traduzem uma flexibilidade dinâmica muito mais evidente do que o termo mais estático e tradicional de *papel* (cf. Harré & Van Langenhove, 1991).

Este carácter eminentemente dinâmico deriva da reciprocidade intrínseca do acto de posicionamento enquanto prática discursiva, isto é, do facto de cada um dos interlocutores envolvidos numa conversação (ou numa relação dialógica) posicionar imediatamente o outro enquanto simultaneamente se posiciona a si mesmo (Harré & Van Langenhove, 1991). Deste modo, sempre que alguém assume uma determinada posição conversacional, automaticamente atribui ao(s) seu(s) interlocutor(es) uma outra posição relativa, a qual pode ser aceite ou rejeitada, desencadeando novos movimentos de reposicionamento e funcionando como um recurso através do qual os intervenientes podem negociar novas posições. O termo *posição* é assim um termo espacial, uma vez que uma posição está sempre localizada em relação ou em oposição a outras posições (Hermans, 1996).

Esta noção de um espaço dialógico no qual se distribuem uma variedade de posições do Eu, cada uma posicionada espacialmente em relação às restantes e reflectindo igualmente uma localização temporal única, ilustra perfeitamente a integração das estruturas espaciais no domínio do *self* dialógico. As dinâmicas dialógicas estabelecidas no decorrer destes movimentos de posicionamento, sejam elas diálogos com outros reais ou puramente imaginados, implicam necessariamente

interlocutores espacialmente localizados e envolvidos em movimentos de pergunta e resposta, concordância e discordância (Hermans, 2001c). É neste sentido que Hermans (2001c) afirma que “o espaço não está simplesmente fora do *self*, mas também no *self*” (p. 259).

Acresce que, esta conceptualização espacializada do *self* ilustra igualmente o seu carácter corporalizado. Assim, sendo a multivocalidade identitária representada enquanto uma diversidade de posições associadas a uma voz, presume-se um actor corporalizado, localizado num espaço juntamente com outros actores que estão envolvidos numa acção coordenada (Hermans, 1996, 2003). Aliás, para Bakhtin, os significados pessoais (e.g. ideias, pensamentos, memórias) só podem tornar-se verdadeiramente dialógicos quando são corporalizados, o que acontece quando existe uma “voz” real ou imaginária que emana de uma posição pessoal e cria afirmações que respondem de modo compreensível às afirmações de outra “voz” (Hermans, 2004).

O carácter recíproco do acto de posicionamento, bem como a alteridade dos diálogos internos, implicam que o *self* possa alternar repetidamente entre variadas posições discursivas, assumindo inclusive a posição e a voz de um outro internalizado, mas que só possa ocupar uma posição particular em cada momento. Na medida em que cada posição reflecte efectivamente uma localização específica no espaço e no tempo, por oposição a outras localizações possíveis ou às localizações de outros, elas são irreduzíveis entre si, não podendo ser ocupadas em simultâneo, mas antes em sequência.

Na linha desta afirmação da natureza corporalizada do *self*, Hermans sublinha ainda que, conseqüentemente, as relações dialógicas não devem ser restringidas a processos mentais internos, nem mesmo a diálogos exclusivamente linguísticos, devendo ser igualmente considerada a dimensão de comunicação corporalizada e não-verbal (Hermans, 2001c). Neste sentido, os próprios diálogos são concebidos como processos corporalizados, enriquecidos por um leque de estratégias comunicacionais não-verbais como gestos, expressões faciais, vocalizações e entoações e com início desde o nascimento (Hermans & Kempen, 1993). Com efeito, o autor refere alguns trabalhos desenvolvidos no contexto da psicologia do desenvolvimento (e.g., Fogel, 1993; Rochat, 2000; Rochat, Querido & Striano, 1999) que demonstram a existência de formas pré-linguísticas de diálogo já durante o primeiro ano de vida. (Hermans, 2001c, 2002).

A este propósito, Hermans (2001c, 2002) menciona algumas investigações centradas nas trocas comunicacionais que ocorrem durante a amamentação e que

parecem apontar para a existência de comportamentos de alternância comunicacional entre mãe e bebê desde as primeiras horas de vida (Kaye, 1977; Newson, 1977; Stern, 1977). Esta conclusão deriva da observação de uma tendência por parte da mãe para responder ao padrão de sucção do seu bebê, permanecendo em silêncio nos períodos em que o bebê suga e falando com ele ou tocando-lhe quando ele pára. Ou seja, a mãe reage aos períodos de sucção do bebê como uma “alternância”, isto é, como se constituísse a adoção por parte do bebê de um acto comunicacional numa sequência conversacional efectiva. Deste modo, a mãe está a criar com o bebê o início de um padrão dialogicamente estruturado (Kaye, 1977, cit. Hermans, 2001c) que posteriormente, no decorrer do desenvolvimento da criança, irá evoluir para uma resposta efectiva do bebê através de vocalizações, cuja incidência tende a aumentar de modo contingente às respostas da mãe (Bloom, Russell, & Davis, 1986, cit. Hermans, 2001c).

Por outro lado, investigadores como Rochat (2000, cit. Hermans, 2002) e Fogel (1993) demonstraram que, além dos diálogos que iniciam com os outros, os bebês também desenvolvem trocas dialógicas consigo próprios.

Rochat (2000, cit. Hermans, 2002) evidenciou que, sobretudo desde o nascimento mas mesmo no espaço intra-uterino, os bebês têm experiências proprioceptivas que lhes permitem conhecer o seu próprio corpo como uma entidade diferenciada do ambiente. Os bebês colocam os seus membros em contacto com outras partes do seu corpo e, ao fazer isso, experienciam a combinação de propriocepção e de um tipo de estimulação desencadeada pelo duplo toque (“*double-touch stimulation*”). Neste tipo de toques, os bebês experimentam a sensação mútua da sua mão a tocar no queixo e inversamente do seu queixo a tocar na mão. Ao mesmo tempo sentem o seu corpo como oposto ao corpo de outra pessoa porque o corpo de outra pessoa ou outro objecto não implicam este tipo de toque duplo. Como defendeu Fogel (1993), este tipo de estimulação permite ao bebê envolver-se numa modalidade precoce de actividade dialógica corporalizada: quando o bebê traz o joelho à boca, abre a sua boca antes que esta e o joelho se toquem.

Em suma, o corpo afirma-se no contexto da proposta dialógica do *self* como um primeiro meio privilegiado de comunicação com o mundo e consigo próprio, viabilizando a produção de conhecimento e de auto-conhecimento através da acção corporizada. Este papel fundamental do corpo enquanto dispositivo de organização da experiência mantém-se depois ao longo de todo o desenvolvimento, tornando o *self* um fenómeno corporalizado. Além disso, a própria noção de um *self* extenso, que

estabelece a continuidade entre o *Me* e o *Mine* (o meu corpo), afirma igualmente a natureza corporalizada do *self* e resolve a primeira dicotomia estabelecida pelo pensamento cartesiano – a separação entre mente e corpo (Hermans & Hermans-Jansen, 2003).

### 3.2.2. Descentralização e permeabilidade

Uma característica distintiva do *self* dialógico é a sua incorporação simultânea do espaço e do tempo como elementos igualmente relevantes na estruturação dos diálogos e da produção de significados. A teoria do *self* dialógico aborda certamente a dimensão temporal enquanto uma característica constitutiva das histórias ou narrativas, mas enfatiza da mesma forma a dimensão espacial ao conceber o espaço identitário como uma pluralidade de posições do Eu, heterogêneas e descontínuas, localizadas num ponto específico do espaço e do tempo e relacionadas entre si graças às suas propriedades dialógicas (Hermans, 1996).

Como se depreende, a concepção proposta é também uma reacção ao ideal ocidental do *self* enquanto uma estrutura de equilíbrio centralizada, questionando directamente a existência de um sujeito unitário, fechado e altamente centralizado, como uma entidade em si mesmo, tendo uma existência “acima” ou “fora” do ambiente social. No *self* dialógico, as variadas posições do Eu representam diferentes pontos de ancoragem que podem organizar as outras posições identitárias num dado momento e que funcionam, por isso, de modo independente, como centros experienciais e organizadores da identidade (Hermans, 1996; Hermans & Kempen, 1993; Hermans, Kempen & van Loon, 1992). Neste sentido, o *self* dialógico emerge como um espaço subjectivo amplamente descentralizado e distribuído por múltiplos pontos de vista potenciais.

Na opinião de Hermans (Hermans, 2001c), ainda que esta dimensão de pluralidade e de abertura da mente humana já estivesse presente na proposta de James, são as noções de *polifonia* e de *multivocalidade* sugeridas por Bakhtin que traduzem uma ênfase muito mais definitiva na descontinuidade. Com efeito, na sua conceptualização do *self*, James admite seguramente a possibilidade de uma multiplicidade de *selves* ou personagens e, por outro lado, através da sua noção de uma transição gradual entre o *Me* e o *Mine*, preconiza um *self* aberto e extensível ao ambiente e aos outros (Hermans, 1996, 2001c). Todavia, na sua visão, a continuidade e



identidade pessoais são ainda garantidas pela presença de um *I* distinto e volitivo que unifica estes diversos elementos como partes de um contínuo fluxo da consciência. Diferentemente, os conceitos de *polifonia* e de *multivocalidade* avançados por Bakhtin, reflectindo uma multiplicidade de visões do mundo divergentes e sustentadas por interlocutores verdadeiramente autónomos, constitui, quando aplicado à teorização do *self*, um verdadeiro desafio não apenas para a noção de individualidade (o *self* enquanto uma entidade discreta em relação a outros *selves*), mas também à unidade e continuidade do *self* (Hermans, 1996, 2001c, 2003). Ou seja, considerando o *self* enquanto uma simultaneidade polifónica de vozes independentes, a implicação é uma descentralização muito mais abrangente do *self*.

Enquanto um processo multivocal e dialógico, o *self* é constituído por várias posições, vozes ou personagens, cada um deles funcionando como um agente activo parcialmente independente que gera memórias, pensamentos e histórias específicos, não existindo qualquer entidade centralizada e controladora a ordenar quando é que as personagens entram em acção. Ao invés, as personagens alternam entre si, sendo a personagem dominante a cada momento identificada pelo sujeito como o Eu (*I*) (Hermans & Dimaggio, 2004).

### **3.2.3. Dimensão social e inclusiva**

A natureza social inerente à concepção do *self* dialógico foi sendo referida ao longo desta exposição, mas merece-nos agora uma análise mais atenta. Efectivamente, esta dimensão social decorre, desde logo, do facto do *self*, no âmbito da sua multivocalidade, ser constituído por uma “comunidade” de vozes autónomas e relativamente independentes, podendo mesmo ser definido enquanto uma “sociedade da mente” (Hermans, 2002). O espaço de trocas dialógicas e a consequente possibilidade de ocorrência de tensões, conflitos e negociações, no âmbito de relações assimétricas de poder entre as variadas posições do Eu, assemelha-se, neste caso, a uma sociedade humana, tal como a conhecemos (Hermans, 2006). Ou seja, a dimensão social está implicada, desde logo, no carácter relacional assumido pelo processo de construção de significados associados à identidade no contexto de um *self* dialógico.

No entanto, o *self* dialógico é também profundamente social, sobretudo porque reconhece a evidência da presença do outro *no self*. Com efeito, Hermans faz questão de sublinhar que a diversidade de vozes ou posições do Eu que compõem o repertório

peçoal não são exclusivamente internas (e.g. “Eu enquanto mãe”, “Eu enquanto psicóloga”, “Eu enquanto sonhadora”), incluindo também posições externas que pertencem ao domínio extenso do *self* (e.g. “o meu filho”, “o meu marido”, “o meu anjo da guarda”) e que podem igualmente entrar em diálogo entre si ou com as posições internas (Hermans, 2006; Hermans *et al.*, 1992). Deste modo, enquanto as posições internas são sentidas como partes do próprio, as posições externas são percebidas como elementos do ambiente, referindo-se a pessoas ou objectos que, presentes no seu mundo relacional, são sentidos pelo indivíduo como significativos e relevantes da perspectiva de uma ou mais posições internas (e.g. “o meu bebé é tão importante para mim porque eu sempre desejei muito ser mãe”). Inversamente, as posições internas adquirem relevância a partir da sua relação com uma ou mais posições externas (e.g. “foi depois do meu filho nascer que me senti verdadeiramente mãe”). Por outras palavras, o significado e a importância subjectivos das posições internas e externas são construídos com base nas suas interacções mútuas ao longo do tempo, pelo que não faz qualquer sentido considerar as posições em si mesmas isoladamente. Não existem posições, sejam elas internas ou externas, dissociadas desta mutualidade, reflectindo simultaneamente a constante abertura e relação estabelecida entre o sujeito e o mundo experiencial em que se move (Hermans, 2001c; 2003).

Como tal, o *self* não constitui uma entidade fechada que possa ser descrita exclusivamente através de posições internas entendidas como “traços” ou “propriedades” monológicas, devendo ser entendido no contexto de outras posições e grupos de posições. Esta noção de abertura e integração de posições externas é coerente com a proposta de James de um *self* extensível ao ambiente, mas adquire na conceptualização dialógica uma dimensão mais profunda e mais abrangente. Neste sentido, no contexto do *self* dialógico o outro é genuinamente concebido como um outro “Eu” (Hermans, 1996; 2003), mais na linha da proposta dialógica de Bakhtin. Com efeito, de acordo com o ponto de vista de Bakhtin, o outro social não é apenas parte do *Me*, enquanto objecto da auto-reflexão, mas constitui sobretudo uma extensão do *I* ao nível do sujeito (Hermans, 1996). Dito de outro modo, no *self* dialógico, à semelhança do que acontece num contexto de polifonia, o outro é concebido como uma pessoa que, enquanto outro “Eu”, oferece uma perspectiva distinta e relativamente autónoma, com a qual se podem estabelecer diálogos com o potencial de transformação e inovação, precisamente devido a este confronto de pontos de vista.

Quer isto dizer que o outro pode ocupar posições no sistema *self*, na medida em que eu construo esse outro enquanto uma posição do Eu que eu posso ocupar e que corresponde a uma visão alternativa sobre o mundo e sobre mim mesmo (Hermans, 2001c; Hermans & Hermans-Jansen, 2003; Hermans *et al.*, 1992). Acresce que esta perspectiva pode ou não ser congruente com a perspectiva efectiva do outro real representado, assim como o outro pode ser largamente o produto da imaginação e pode até ser completamente imaginário. Daqui decorre que o auto-conhecimento é construído paralelamente e à medida que se desvenda o conhecimento do outro e que este outro é abordado dialogicamente, permitindo-lhe fazer ouvir a sua voz e as suas opiniões. O auto-conhecimento não é dissociável da descoberta da alteridade do outro e, conseqüentemente, este auto-conhecimento é aprofundado quando esta alteridade é admitida e explorada como parte do domínio externo do *self*. Neste sentido, Hermans (2003) argumenta que o auto-conhecimento diz respeito, não ao *self* como objecto, mas ao *self* como projecto, uma vez que “o *self-em-relação-com-o-outro* é uma forma de exploração social e de descoberta como parte de um diálogo inacabado, tanto externo com o outro real, como interno com o outro imaginado” (p. 104).

Esta compreensão da dimensão social do *self* difere e não deve ser confundida, por exemplo, com a tese de Mead (1934) de que o *self* tem a capacidade para “assumir o papel do outro”, uma vez que esta concepção implica que o *self* assume a perspectiva *real* do outro. Como dissemos, Hermans vai mais além na sua teorização, afirmando que, no *self* dialógico, o outro é construído como uma parte integrante do *self*, desempenhando papéis construtivos na sua organização e avaliação (Hermans, 2003). Assim, o *self* dialógico é também social, na medida em que, através da imaginação, as vozes internalizadas de terceiros entram igualmente nos nossos autodiálogos e tomam parte no processo de significação em curso (Hermans, 2001c; Hermans *et al.*, 1992; Hermans & Dimaggio, 2004).

Com efeito, e em linha com contribuições recentes sobre a origem desenvolvimental do *self* dialógico, parece que, desde fases muito iniciais da infância, as relações interpessoais precoces passam a ser integradas num sentido de *self* em desenvolvimento enquanto padrões de memória que irão funcionar como vozes ou personagens no nosso cenário interior e influenciar as relações futuras (Bertau, 2004). Forma-se assim um processo cíclico no qual os outros são incorporados no *self*, assumindo posições importantes nos diálogos internos da criança, sendo que, complementarmente, o *self* terá que coordenar as relações entre estes vários sujeitos. Em

resultado, “o *self* está verdadeiramente imerso num mundo de relações” (Hermans & Dimaggio, 2004, p. 3) e, como tal, os outros tornam-se efectivamente parte do nosso *self*<sup>2</sup>.

Estas mesmas propriedades da proposta dialógica permitem resolver a segunda dicotomia de uma concepção cartesiana do *self* – a oposição entre *self* e outro – ao integrar a tese de que o outro não está apenas fora, mas igualmente dentro do *self*. Esta integração do outro no *self*, que decorre da possibilidade de interiorização das vozes de interlocutores significativos e da sua (re)construção como posições externas no *self*, pode igualmente acontecer em relação ao que Hermans chama de “vozes colectivas”, isto é, às vozes dos grupos sociais ou comunidades de pertença dos indivíduos (Hermans, 1996; Hermans & Hermans-Jansen, 2003; Hermans & Kempen, 1993). A distinção entre vozes individuais e colectivas corresponde à distinção entre dois tipos de posições nas quais as pessoas podem ser localizadas – posições sociais e pessoais (Hermans, 2001c). Neste sentido, as posições sociais são organizadas em torno de um conjunto de normas, expectativas, valores e prescrições veiculadas socialmente, equivalendo ao que tradicionalmente entendemos por papéis sociais. Por sua vez, as posições pessoais estruturam-se em torno da configuração particular que as pessoas atribuem às suas experiências individuais, sob a orientação das sugestões sociais, mas por vezes em oposição ou em conflito com as expectativas sociais implicadas.

Esta noção também vai buscar influências a Bakhtin (1929/1973) e ao seu interesse pelas *linguagens sociais*, isto é, nas modalidades particulares de discurso usadas por diferentes grupos numa mesma sociedade. Para Bakhtin, existe uma enorme diversidade de linguagens sociais dentro de uma mesma linguagem nacional, como se pode constatar pela existência de dialectos sociais, das gírias profissionais e de linguagens específicas de gerações e grupos etários (Hermans, 1996; Hermans & Kempen, 1993). Neste sentido, o orador particular não fala simplesmente de um ponto de vista da pessoa enquanto indivíduo, mas no seu discurso perpassam frequentemente vozes de grupos e instituições, num processo comunicacional que Bakhtin nomeou de *ventriloquismo*. Este termo designa assim a simultaneidade de elocuições individuais e

---

<sup>2</sup> Devemos notar que este foco actual na natureza corporalizada de todos estes processos, quer no campo da psicologia desenvolvimental, quer da neuropsicologia, tem produzido contribuições promissoras para a compreensão das origens e funcionamento do *self* dialógico, nomeadamente através da procura de um modelo neural que sustente a teoria (Lewis, 2002; Lewis & Todd, 2004). Focando-se no funcionamento autónomo de dois importantes sistemas atencionais no córtex pré-frontal, intimamente conectados com áreas emocionais como o sistema límbico, Lewis propõe um modelo de um cérebro dialógico que explica parcialmente a alternância entre posições semi-autónomas.

colectivas que se materializa quando uma segunda voz, colectiva ou não, fala através da posição de uma outra voz (Hermans, 1996). O termo multivocalidade inclui assim, não só a existência simultânea de diferentes vozes ou posições individuais, mas também a existência simultânea de vozes individuais e vozes colectivas. Ou seja, sempre que produzimos significado fazemo-lo através de linguagens sociais e, como tal, estas linguagens sociais moldam e constroem consideravelmente, muitas vezes de modo pouco consciente, aquilo que as vozes individuais podem dizer (Hermans, 2002). Estas linguagens sociais representam, por isso, vozes colectivas, porque vão além das elocuições individuais e únicas das pessoas individualmente.

Introduzimos aqui o conceito de *vozes colectivas* por duas razões. Primeiro, porque na óptica de Hermans (1996; Hermans & Kempen, 1993) a conceptualização dialógica do *self* pretende sublinhar com a importância devida a existência simultânea de vozes individuais e colectivas. Para o autor, esta perspectiva torna pertinente a questão da frequência e extensão com que as vozes de grupos específicos de pertença podem estar implicitamente presentes nas expressões de pontos de vista aparentemente individuais (particularmente nas narrativas de conteúdo moral, ideal, desejado ou indesejado). Esta é precisamente a segunda razão pela qual importa discutir o conceito de *vozes colectivas* e que nos remete para a dimensão histórica e culturalmente enraizada do *self* dialógico.

#### **3.2.4. Contextualização histórica e cultural**

Numa análise do *self* dialógico, tal como ele é entendido por Hermans (Hermans *et al.*, 1992), não se poderá desconsiderar o seu enraizamento sócio-cultural, bem como as conseqüentes e profundas implicações, tanto na forma, como no conteúdo dos processos dialógicos. Na verdade, os indivíduos, de um ponto de vista pessoal, nem sempre se identificam ou concordam em absoluto com as opiniões e valores dos grupos a que pertencem (e.g. "como psicólogos, *nós* estamos habituados a dizer..., mas *Eu* penso que isto não faz sentido porque...", cf. Hermans, 1996, p. 47) no entanto e ainda assim, os grupos e as relações entre grupos influenciam seriamente e limitam os sistemas de significado que emergem das relações dialógicas (Hermans & Hermans-Jansen, 2003).

Deste modo, o *self* dialógico é um *self* social também no sentido em que opera sob a orientação do mundo social, uma vez que a construção de toda a complexa

estrutura de significados relacionada com o *self* está imersa na história colectiva e nas actividades narrativas de cada sociedade (Valsiner, 2004). Quer isto dizer que qualquer construção de significado tem lugar no contexto de uma herança histórica e cultural que não pode ser ignorada e que muitos dos significados socialmente partilhados orientam e constroem as possibilidades de significação, e como tal as possibilidades discursivas, de cada indivíduo (Hermans & Kempen, 1993). De um ponto de vista dialógico, as culturas podem ser vistas como vozes ou posições colectivas que são igualmente integradas no espaço dialógico funcionando como interlocutores adicionais e relevantes para o processo de trocas conversacionais que aí tem lugar. Estas vozes ou posições são entendidas como expressões de *selves* historicamente situados que estão permanentemente envolvidos em relações dialógicas com outras vozes (Hermans, 2001c; Hermans & Kempen, 1998; Josephs, 2002).

Em resultado da coexistência de vozes individuais e vozes colectivas, e na medida em que os diferentes grupos sociais de pertença diferem na sua influência e poder social, a construção de significado é influenciada por estas diferenças de poder e as diferentes posições não dispõem todas de iguais oportunidades para expressar as suas perspectivas e pontos de vista. Pelo contrário, estes significados são organizados pelas posições sociais representadas pelos grupos aos quais elas pertencem, sendo que as vozes de alguns grupos têm mais oportunidade do que outras para serem ouvidas (Hermans & Hermans-Jansen, 2003).

Nesta mesma linha de pensamento, também Bruner (1990) já defendera que os *selves* não são núcleos isolados de consciência, nem emergem de forma desenraizada do presente, mas antes são interpessoalmente distribuídos e retiram significado das circunstâncias históricas que dão forma aos valores culturais. A implicação para o *self* desta dimensão cultural, também já antevista por Bruner, manifesta-se no papel dos valores culturais enquanto organizadores, porquanto nos localizam numa cultura (e.g. como homem, mulher, novo, velho, branco, negro...) mas também enquanto constrangimentos ao desenvolvimento do conteúdo e organização do *self*. Quando falamos do *self* dialógico, os constrangimentos culturais evidentes e discutidos pelo autor (Hermans *et al.*, 1992) passam sobretudo pela marcada tendência para uma noção centralizadora, tradicionalmente implicada nas teorizações do ideal ocidental do *self*, e que, na prática, pode desencadear processos de maior ou menor monologização. A imposição cultural, mais ou menos explícita, de uma necessidade de centralização e definição clara das fronteiras do *self*, coloca sérias limitações à liberdade dialógica nas

relações entre as diferentes posições do Eu e, de forma mais decisiva, ao tipo de personagens que são admitidas como partes integrais de um *self* em desenvolvimento. Se, ainda assim, for tolerado algum grau de divergência no repertório de personagens ou posições do *self*, então podemos supor que a pressão para a centralização se fará sentir na propensão para tornar dominante uma posição (ou uma aliança restrita entre posições), o que reduz igualmente a possibilidade de diálogo que, para o seu completo desenvolvimento requer um elevado grau de abertura para a troca e modificação de perspectivas (Hermans *et al.*, 1992). Nas palavras de Hermans e colaboradores (Hermans *et al.*, 1992), “o *self* dialógico pode ser concebido como uma possibilidade humana fundamental, ainda que culturalmente e psicologicamente constrangida” (p. 30).

Efectivamente, podemos constatar que muitas vozes colectivas precedem a vida de cada indivíduo e, como tal, pré-estruturam o seu repertório de posições, habitualmente através do funcionamento das posições externas (e.g. família, educadores e meios de comunicação social), que são então internalizadas sob a forma de posições sociais (e.g. eu como criança em casa; eu como aluno na escola). Desta forma, as narrativas pessoais produzidas pelos indivíduos no seu esforço de atribuir sentido a si próprios e ao mundo experiencial em que se situam são inevitavelmente permeadas pelas vozes dos grupos sociais e culturais com quem entram em contacto. Ainda que estas sugestões sócio-culturais não anulem de todo a individualidade de cada um, estabelecem fronteiras e limites aos processos de significação particulares e impõem, por vezes de modo subtil, compromissos com audiências passadas, presentes e futuras.

A consideração desta matriz histórica e cultural na constituição e desenvolvimento da subjectividade humana conduz à conceptualização do *self* dialógico como sendo composto por diversos estratos ou camadas, sendo que as mais antigas e profundas correspondem justamente às posições ou vozes que transportam esta herança cultural (Hermans, 2001; Hermans & Kempen, 1998). Roland (2001) oferece-nos uma reflexão em torno deste comprometimento histórico de algumas posições do *self*, referindo o caso das comunidades emigrantes como uma ilustração clara da presença, por vezes tensional, de posições do Eu enraizadas em diferentes momentos do desenvolvimento. Nestas circunstâncias de migração para outro país, com valores e referências culturais muito distintas, as experiências precoces das relações familiares são incorporadas como vozes de membros da família situados na sua cultura de origem, tornando-se parte de um *self* que posteriormente é exposto a outras vozes e posições culturais significativamente distintas através dos contactos interpessoais e experiências

vividas no país de destino. Nestas situações, não só os emigrantes de primeira geração como até mesmo os seus descendentes, já numa segunda ou terceira gerações, podem sentir dificuldades de integração e negociação entre as vozes mais profundas que traduzem as suas raízes culturais (transmitidas, por exemplo, através de uma certa cultura familiar e da manutenção das tradições e valores da cultura de origem) e as posições mais recentes, derivadas dos contactos com a nova sociedade.

Um outro exemplo particularmente significativo deste enraizamento histórico-cultural do *self* dialógico prende-se com as mudanças de valores e de práticas relativamente ao papel social da mulher e com os movimentos de emancipação feminina verificados desde o século XIX. Roland (2001) observou que muitas das mulheres que actualmente beneficiam destas conquistas dos movimentos femininos e que assumem a decisão de conciliar a vida familiar com o investimento em carreiras exigentes e pessoalmente gratificantes expressam, todavia, um profundo sentimento de culpa relativamente ao seu papel de mães. Ainda que partilhando de uma lógica de valores completamente nova, estas mulheres não deixam de se culpabilizar por não passarem tempo suficiente com os seus filhos, o que parece traduzir uma identificação com o papel maternal tradicional, internalizado em estratos mais antigos do seu repertório de posições do Eu. Ou seja, este sentimento de culpa é de algum modo construído com base na camada histórica da “voz da maternidade tradicional” que continua a fazer-se ouvir através da transmissão cultural entre gerações (Roland, 2001, p.315).

Em síntese, entende-se, assim, que o pensamento e a acção individual são estruturados no encontro entre o subjectivo e o cultural, isto é, mesmo as vozes de carácter mais idiossincrático são construídas através da relação que a pessoa estabelece com a cultura nas suas dimensões social, ideológica e material, nascendo nas zonas de contacto entre a pessoa e a cultura (Josephs, 2002; Zittoun, Duveen, Gillespie, Ivinson & Psaltis, 2003). Todavia, também as vozes colectivas não são simplesmente “internalizadas” de modo isomórfico, mas antes são reconstruídas como parte do *self* num processo de apropriação e transformação pessoal (Hermans, 2002). Quer isto dizer que a afirmação desta dimensão cultural e social na construção de significados não ignora a intencionalidade pessoal de cada indivíduo no seu processo de significação, na medida em que o facto de se seleccionarem determinados recursos simbólicos e não outros, bem como o posicionamento adoptado de conformidade ou de resistência ao impacto destas veiculações sócio-culturais, abre espaço à individualidade (Hermans &



Hermans-Jansen, 2003; Potter & Wetherell, 1987; Simão, 2007). Neste sentido, mesmo quando os significados construídos pelo indivíduo constituem parte de um sistema simbólico colectivo, são ainda assim significados dos quais os indivíduos têm que se apropriar (Zittoun, Duveen, Gillespie, Ivinson & Psaltis, 2003).

Esta análise do compromisso histórico e cultural do *self* dialógico e da sua relação com o contexto cultural em que se desenvolve reflecte a tese de Valsiner (1998) acerca das culturas colectivas e pessoais, de acordo com a qual se perspectiva “a cultura como simultaneamente presente, quer nas unidades sociais (grupos, comunidades étnicas e países), quer dentro das pessoas individualmente” (p. 47). Assim, se ao nível do grupo social se estabelecem normas e significados amplamente partilhados (cultura colectiva), por outro lado o indivíduo particular transporta consigo a versão internalizada da cultura colectiva, que difere idiossincraticamente da mesma.

Vários autores (Josephs, 2000, 2002; Lawrence & Valsiner, 2003; Simão, 2007; Valsiner, 2003, 2004, 2007; Zittoun *et al.*, 2003) têm sublinhado a reciprocidade transformativa desta relação dialógica entre a subjectividade individual e as sugestões sociais e culturais, salientando que, face à heterogeneidade e, por vezes, à ambiguidade das sugestões culturais, o indivíduo integra as mensagens sociais (e.g. convicções culturais, normas, ideias, valores) na sua produção de significado personalizando-as, transformando-as e externalizando-as depois em produções individuais (e.g. linguagem, arte) com o potencial de transformar a cultura. Deste modo, os mundos social e pessoal impõem reciprocamente e continuamente constrangimentos um ao outro, conduzindo a transformações efectivas em ambos (Lawrence & Valsiner, 2003).

Como defende Valsiner (2003), as mensagens culturais são sempre activamente transformadas por todos os participantes na transferência cultural do conhecimento, na medida em que, tanto aqueles que as transmitem às gerações mais jovens como aqueles que recebem estas mensagens, procedem a um processo de análise e síntese que lhes confere uma dimensão de construção pessoal. Nas suas palavras, “aquilo que é narrado na sociedade e aquilo que é construído pela pessoa podem definir o enquadramento para modos de ser efectivos que transcendem, tanto as narrativas socio-históricas como as narrativas pessoais” (Valsiner, 2003). Neste sentido, a transferência da cultura inclui a transformação do que está a ser transferido (*idem*).

Valsiner (2000, 2007) sugere que este processo de influência mútua entre os sistemas sócio-culturais e pessoais se concretiza através de processos básicos de internalização e externalização nos quais os sistemas sócio-culturais guiam as acções e o

pensamento das pessoas enquanto mensagens sociais internalizadas que, após serem apropriadas e transformadas no contexto dos seus auto-diálogos (diálogos consigo mesmas e com outros imaginados) são externalizadas sob a forma de interpretações únicas e personalizadas. Ou seja, as orientações sociais e culturais permitem à pessoa integrar-se num determinado grupo de pertença e, partilhando das mesmas normas, regras e expectativas, participar nas actividades e na vida comunitária desse grupo (Lawrence & Valsiner, 2003). Todavia, estas orientações têm que ser transformadas e desenvolvidas em significados pessoais que possam orientar os objectivos, planos e comunicações pessoais – as sugestões globais são iguais para todos os elementos do grupo, mas a sua interpretação e compreensão são pessoais e distintas para cada indivíduo, dependendo dos processos individuais de “ancoragem” a valores, metas e experiências idiossincráticas.

Estes processos de internalização e de externalização consistem assim na aceitação das mensagens culturais e na sua submissão a questionamento e reflexão através de diálogos internos. Em cada encontro dialógico presente entre a subjectividade individual e as sugestões sócio-culturais, estes processos são usados ao serviço da construção de uma posição pessoal que pode ser depois expressa de volta ao mundo social. Desta forma, os encontros microgenéticos alimentam o processo de mudança ontogenética, ao serem incorporados em novos diálogos e acções e usados como base para futuras transações construtivas com o mundo social (Lawrence & Valsiner, 2003). Cada posição dialógica consecutiva é uma construção nova e também uma reconstrução de versões prévias similares, mas agora enriquecidas pela experiência actual do indivíduo (*idem*).

Um aspecto que se torna particularmente relevante quando consideramos a relação dialógica (e dialéctica) entre *self* e cultura e o potencial transformativo recíproco que ela encerra prende-se com a contextualização das produções de significado individuais. Isto é, as pessoas estão necessariamente contextualizadas numa determinada cultura e momento histórico, o que obviamente influencia o tipo de recursos simbólicos (e.g. valores, discursos, normas, expectativas sociais) que lhes são culturalmente disponibilizados para fazer sentido dos acontecimentos e experiências que vivenciam (Zittoun *et al.*, 2003). Assim, o leque de posições identitárias possíveis depende também dos recursos linguísticos disponíveis no contexto cultural em que a pessoa se encontra e dos posicionamentos que adopta em relação aos mesmos (Potter & Wheterell, 1987, 1995).

Em suma, qualquer produção de significados individual pode ser vista como sendo cultural e socialmente guiada (mas não determinada) e, ao mesmo tempo, pessoalmente construída (Josephs, 2002). Entendemos assim que qualquer análise dos processos de construção de significado deverá considerar, não só o papel das tradições sócio-culturais enquanto recursos discursivos que influenciam cada processo individual de significação, mas também o modo como as pessoas transformam estas prescrições sociais, criando uma cultura pessoal no âmbito do seu processo de desenvolvimento (Valsiner, 2000).

### **3.3. Potenciais dinâmicos do *self* dialógico: troca intersubjectiva e domínio**

A multivocalidade do *self*, a par com o potencial dialógico das suas numerosas vozes, configura-o como um fenómeno marcadamente dinâmico e inacabado e abre lugar ao estudo do modo como esta pluralidade é (auto)organizada e de como se relacionam entre si as posições do Eu que compõem o repertório de cada indivíduo.

Hermans aborda esta questão salientando, antes de mais, que, à semelhança do que acontece numa sociedade, as trocas dialógicas entre as diferentes posições que compõem o repertório de cada indivíduo, dada a sua autonomia relativa para expressarem os seus pontos de vista de modo independente, são marcadas pela emergência de dissonância, contradição, conflito e oposições (Hermans, 1996, 2002; Hermans & Kempen, 1993). Como tal, a produção de significados no contexto do *self* nasce desta “arena” dialógica enquanto um campo de tensão no qual as diferentes vozes ou posições do Eu se envolvem em transacções conversacionais de acordo e desacordo, apoio e oposição, contradição e negociação, num ciclo de co-construção que integra movimentos constantes de *posicionamento*, *contra-posicionamento* e *reposicionamento* (Hermans, 2002; Hermans & Kempen, 1993). Dito de outro modo, os significados emergem, portanto, no espaço relacional intra e inter-pessoal do *self* dialógico, no qual têm lugar os diálogos entre as posições do Eu que, a cada momento, são convocadas como “vozes” relevantes para a experiência em causa. Consequentemente, a co-existência de diversas posições do Eu possibilita a elaboração em simultâneo de diferentes significados pessoais sobre uma mesma experiência e, como tal, implica a oportunidade para a transformação e o desenvolvimento destas posições pelo confronto com os pontos de vista de outras (Hermans & Kempen, 1993).

Hermans (1996) chama precisamente a atenção para a necessidade de se compreender a multiplicidade do *self* dialógico num contexto de dinamismo e de maleabilidade e não como um conjunto de sub-partes interrelacionadas de forma mecânica ou como um leque de elementos de um padrão interpessoal fixo. O dinamismo e a flexibilidade que estes movimentos dialógicos contínuos conferem ao mundo subjectivo e aos processos psicológicos humanos são, aliás, apontados como a principal propriedade do *self* dialógico (Valsiner, 2004). Deste modo, é através da construção de relações entre as diversas posições do Eu, bem como de uma permanente actualização e re-construção da própria estrutura dessas posições, que o *self* se auto-organiza e continuamente se adapta ao ambiente e ao fluxo ininterrupto de experiências sensoriais e perceptivas (Valsiner, 2002a, 2004).

Hermans (1996, 2002; Hermans & Kempen, 1993) salienta que compreender os potenciais dinâmicos do *self* implica necessariamente abordá-los na sua dupla dimensão de *troca intersubjectiva* e de *domínio* ou *poder social*, ambas características intrínsecas do *self* dialógico. Para o autor, a multivocalidade do *self* organiza-se numa estrutura hierárquica e dinâmica que permite um relativo domínio de algumas vozes sobre as restantes posições, assumindo maior preponderância no processo de significação (Hermans, 2001c, 2004; Hermans & Kempen, 1998). O domínio prende-se, assim, com o facto das vozes de algumas posições serem mais facilmente ouvidas e terem, numa situação particular, mais oportunidade para se expressarem e comunicarem do que outras. Neste sentido, a alternância entre trocas inter ou intra-subjectivas mais simétricas e diálogos mais marcados pelo domínio de algumas posições sobre outras funciona estrategicamente como mecanismo de organização da pluralidade de significados produzidos.

Do ponto de vista do autor (Hermans, 2001c, 2003, 2006), as relações dialógicas podem variar consideravelmente quanto ao seu nível de simetria e assimetria, sendo que, quanto mais simétrico for o diálogo, mais oportunidades oferece para que as várias posições envolvidas se influenciem mutuamente e contribuam para o significado final construído. Pelo contrário, quanto maior for o nível de assimetria (ou o diferencial de poder) entre os interlocutores, maior é a probabilidade para a supressão de alguns significados e para a limitação da troca de pontos de vista e experiências.

Esta noção de *simetria* foi desenvolvida por Linell (1990, cit. Hermans 1996) no contexto da análise das trocas dialógicas entre interlocutores e da observação dos padrões de iniciativa e resposta no diálogo. De acordo com Linell, a assimetria existe

em cada sequência individual de acto-resposta, uma vez que os interlocutores só podem encetar uma comunicação com sentido se estiverem capazes de tomar iniciativas e de apresentar os seus pontos de vista alternadamente. Assim, a assimetria pode manifestar-se de diferentes formas numa conversação, seja pelo facto de um dos interlocutores assumir a iniciativa do diálogo, passando a deter uma maior influência na conversação do que o outro; seja simplesmente porque uma das partes envolvidas na conversação fala mais do que a outra, criando um domínio relativo em resultado da quantidade de discurso produzido; ou ainda, pelo facto de um dos interlocutores introduzir um novo tópico ou uma nova perspectiva sobre um tópico em discussão e, deste modo, passar a ter mais influência na direcção que a conversa segue e adquirir um certo privilégio para apresentar os seus pontos de vista.

Importa, contudo, sublinhar que, como parte de um processo de alternância, os actores alternam continuamente os papéis de “detentor do poder” e de “sujeito ao poder” no curso da sua conversação (Hermans, 1996, 2004). O autor utiliza então os termos *simetria* e *assimetria* para distinguir sequências de acto-resposta nas quais o equilíbrio de poder emerge naturalmente da contínua reciprocidade (alternância de domínio) daquelas em que uma voz assume predominantemente uma dominância sobre as outras.

Na opinião de Hermans (1996, 2004; Hermans & Kempen, 1993), ainda que este exemplo se refira a duas pessoas diferentes em comunicação, a ocorrência de assimetrias de poder também pode ser extensível aos diálogos mantidos pelas diversas posições ou vozes no *self*. Ou seja, as diferenças de poder não estão presentes apenas no mundo externo, mas antes, devido à intensa transacção entre os dois, elas organizam também o mundo interno. Conclui-se, portanto, que o poder é uma característica intrínseca da alternância dialógica e não algo que entre em contradição com a noção de diálogo ou que aliene a sua natureza. Tanto os diálogos verbais como os não-verbais (Fogel, 1993) precisam de algum tipo de organização para que os parceiros comunicacionais possam assumir as suas posições de alternância na conversa (Hermans, 2004).

Gostaríamos, no entanto, de sublinhar a necessidade de manter uma visão dinâmica deste domínio, uma vez que a transformação dos equilíbrios de poder é sempre possível, nomeadamente através daquilo que Hermans designa de *inversão do domínio* (*dominance reversal*, Hermans 1996). Este fenómeno traduz a possibilidade de

uma posição suprimida ou temporariamente silenciada poder tornar-se, subitamente, mais dominante do que a posição inicialmente mais influente.

Por outro lado, além das diferenças no domínio que são intrínsecas aos processos de alternância dialógica, existem também factores institucionais e sociais que contribuem para diferenças de poder no diálogo. A influência das expectativas e normas sociais e institucionais estende-se não só aos diálogos entre diferentes indivíduos, mas também aos diálogos internos dos indivíduos (Hermans, 1996, 2004). Neste sentido, o acordo ou desacordo entre diferentes partes do *self* não têm lugar num “espaço interno livre” (Hermans, 2004, p. 17). Ao invés, as normas sociais e culturais reflectem-se no diálogo interno e, por implicação, no domínio relativo das vozes alternativas ou em conflito. Os grupos, instituições e culturas são representados no *self* como vozes colectivas que influenciam directamente o seu equilíbrio de poder. Desta forma, e como vimos no ponto anterior, determinados discursos sociais e culturais, funcionando como orientações para a produção individual de significados, podem ser incorporados no *self* como vozes colectivas, investidas de grande autoridade e assumindo posições de poder, capazes de desvalorizar e limitar significativamente outras vozes mais fracas.

Em síntese, no âmbito da sua multiplicidade, as várias posições do Eu criam um campo de tensão dialógica no qual podem cooperar num processo de co-construção de significado, sendo que algumas podem tornar-se mais dominantes do que outras, pelo que as vozes das posições menos dominantes podem ser temporariamente silenciadas, expressando um movimento numa direcção monológica (Hermans, 1996, 2001c, 2003; Hermans & Kempen, 1998). Entenda-se, todavia, que esta monologização do *self* constitui sempre um estado infinitamente transitório, na medida em que a prevalência de uma posição pode rapidamente ser desafiada por outra(s) voz(es) que, ainda que temporariamente silenciada(s), permanece(m) contudo acessíveis para reentrar na dinâmica das trocas dialógicas (Hermans & Hermans-Jansen, 2003). A tendência monológica é entendida, assim, como uma limitação da alteridade no espaço dialógico, assumindo sempre um carácter dinâmico e provisório.

### **3.4. Integração e inovação na leitura dialógica do *self*: uma reflexão**

Uma vez apresentados os pressupostos centrais e as propriedades mais relevantes da teorização dialógica do *self*, propomos agora uma breve reflexão em torno

do seu processo evolutivo, bem como das inovações mais significativas que trouxe à compreensão dos processos psicológicos humanos.

Ainda que, ao reflectir acerca dos seus trabalhos mais iniciais, Hermans (2006) assumia que, em determinado momento, sentiu uma forte identificação com a abordagem narrativa, a continuidade do seu trabalho e da reflexão em torno da natureza do *self* conduziram-no a uma percepção das propostas narrativas como limitadas e insuficientes para dar conta da complexidade e diversidade presentes no processo de construção identitária (Hermans, 1999, 2006). A este respeito, refere, antes de mais, a evidência de que as pessoas habitualmente não apresentam apenas uma única história coerente e integrativa sobre as suas vidas, mas antes vão historiando várias narrativas, muitas vezes consideravelmente diferentes e mesmo contraditórias, parecendo até resultantes da actuação de diferentes autores ou de diferentes posições nos seus *selves* (Hermans, 2006). Esta observação evolui, no pensamento de Hermans, precisamente para a conceptualização de um processo de alternância entre várias posições no *self* durante o acto de narrar, o qual permite a enunciação de distintos pontos de vista e, conseqüentemente, a construção de narrativas alternativas (e.g. apresentar uma visão diferente sobre a maternidade, do ponto de vista da mulher e do ponto de vista da profissional).

Daqui decorre assim uma diferença fundamental entre as abordagens narrativas que inspiraram o pensamento de Hermans e a sua proposta dialógica posterior e que consiste na possibilidade de inovação colocada pela existência de diálogos entre as várias posições de autoria no contexto do *self*. Neste sentido, enquanto as abordagens narrativas reconheciam tradicionalmente a existência de uma auto-narrativa, dotada de maior ou menor integração, a psicologia dialógica propõe a existência de uma multiplicidade de autores no *self* cada um com a possibilidade de narrar diferentes histórias (Hermans, 2006).

Além disto, a distinção que começa aqui a desenhar-se entre o conteúdo narrado (a história em si) e o acto de narrar, abre caminho a uma segunda insatisfação com as teorizações narrativas acerca do *self* e que corresponde à não consideração do interlocutor da narração. Dito de outra forma, Hermans concorda que a história (*story*) terá que estar sempre e inevitavelmente ligada ao acto narrativo (*storytelling*), porque sempre que uma pessoa conta uma história, está necessariamente a contá-la a alguém, presente ou não, real ou imaginário (Hermans, 1996, 1999). O processo de significação, ou a construção de narrativas, implica necessariamente um interlocutor, no sentido em

que é sempre influenciado e desafiado pela antecipação da reacção de um outro (Hermans, 1996, 2001a; Hermans & Kempen, 1993). Quer isto dizer que, no entender do autor, nenhum processo de construção de significado tem lugar fora desta reciprocidade do acto narrativo, que o torna um processo altamente dialógico de co-construção. Com efeito, quando uma narrativa é contada, não é apenas uma história estruturada e coerente que é transmitida ao outro como algo absolutamente finalizado e que é propriedade exclusiva do narrador. Pelo contrário, uma narrativa biográfica é continuamente estruturada e re-estruturada por duas ou mais posições vocalizadas que, nas suas trocas dialógicas, mantêm, revêem, reorganizam e desenvolvem qualquer história existente (Hermans & Dimaggio, 2004).

Assim, afirmar que existe uma mutualidade no acto narrativo que coloca em relação o *self* e o outro, implica considerar a sua emergência num contexto de *alteridade*. É neste sentido que Salgado e Gonçalves (2007) sugerem que todas as nossas intenções e significados são imbuídos pelos significados dos outros, na medida em que as pessoas estão em diálogo constante com diferentes audiências, presentes, passadas ou futuras, fisicamente presentes ou não, e por isso todo o diálogo, seja ele externo ou interno, é dirigido a potenciais outros. Em conclusão, o facto de um ouvinte estar sempre presente ou implicado em qualquer processo de significação, coloca o *self* como um fenómeno dialógico por excelência (Hermans & Kempen, 1993).

Uma importante implicação desta visão dialógica ou conversacional é o facto do *self* não ser visto como um fenómeno intra psíquico, mas antes como um fenómeno relacional, que tipicamente transcende as fronteiras entre o “interior” e o “exterior”. Esta visão do *self* abre a possibilidade para estudar o “significado”, e a “construção de significado” em particular, como um “movimento” entre posições dialógicas. Com o conceito de significado, estamos, como defenderam Bruner (1990) e Harré (1992), no coração da “segunda revolução na psicologia cognitiva” (Hermans & Kempen, 1993).

Esta questão remete-nos ainda para uma outra característica do modo como Hermans entende os processos relacionados com o *self*, que se prende com o papel transformador da imaginação. Retomaremos esta temática mais adiante, a propósito das potencialidades desenvolvimentais do *self*, porém, importa desde já salientar a relevância que o autor concede à criatividade e à imaginação no processo de constituição identitária, nomeadamente pela possibilidade deste Outro, a quem endereçamos invariavelmente a nossa produção de significado, poder não estar presente ou não ter sequer uma existência real. No entender de Hermans, a estruturação da



experiência humana numa narrativa pessoal faz-se a partir de dois tipos de diálogos – os diálogos reais com os interlocutores que encontramos na nossa vivência quotidiana e os diálogos imaginários que ensaiamos com as posições internalizadas de pessoas reais significativas ou de figuras ficcionadas que habitam o nosso espaço identitário (Hermans, 2001a). Estas duas modalidades de diálogo são indissociáveis e igualmente determinantes na nossa construção narrativa do mundo, pelo que, para o autor, a imaginação é um factor importante na definição do comportamento real.

Em síntese, a teoria do *self* dialógico permite-nos olhar para os processos de construção de significado a partir de quatro pressupostos centrais: (1) a existência de um espaço subjectivo imaginário; (2) povoado por uma multiplicidade de posições do Eu, dinâmicas e independentes, localizadas num ponto particular do tempo e do espaço; (3) entre as quais se estabelecem movimentos dialógicos recorrentes que viabilizam a emergência de diferentes significados e pontos de vista; e (4) que se encontram organizadas de acordo com uma estrutura hierárquica flexível e versátil que traduz a possibilidade de domínio de uma posição sobre outras (Hermans & Kempen, 1993).

#### **4. Conclusão**

Acreditamos ter demonstrado, neste primeiro capítulo, o essencial da proposta teórica de Hermans em torno das possibilidades de um *self* dialógico, bem como uma imagem do seu processo evolutivo ao longo das últimas décadas. Parece-nos, de facto, que se trata de um enquadramento conceptual potencialmente muito produtivo para a análise do *self* e que poderá, inclusivamente, enriquecer uma perspectiva desenvolvimental no estudo dos processos identitários.

Todavia, gostaríamos de salientar alguns aspectos que consideramos relevantes no entendimento desta visão dialógica e que beneficiariam de alguma reflexão, sublinhando em particular a dificuldade persistente em fazer corresponder empiricamente a sofisticação conceptual da proposta dialógica. Do nosso ponto de vista, esta dificuldade prende-se com duas questões centrais – a operacionalização dos conceitos, designadamente do que se entende por *voz* ou *posição do Eu*; e o desenvolvimento de metodologias capazes de captar o dinamismo e a espontaneidade dos processos dialógicos descritos (Gonçalves & Salgado, 2001)

Efectivamente, importa recordar que a proposta da noção de *posições do Eu* nasce da pretensão de ultrapassar as concepções mais tradicionais e reificadoras do *self*,

concebendo-o como um processo dinâmico e em permanente actualização. No entanto, parece-nos que eventualmente a descrição avançada pelo autor sobre estas posições denuncia, por vezes, uma raiz cognitivista que tende a reificá-las como entidades de facto existentes algures dentro do indivíduo. Por outras palavras, consideramos fundamental que não se perca de vista a dimensão metafórica da concepção do *self* enquanto uma comunidade de “vozes” que, efectivamente, dependem da perspectiva adoptada momento a momento face à realidade e resultam de uma capacidade humana fundamental – a imaginação. Esta questão tem sido, aliás, repetidamente apontada como uma das dificuldades recorrentes na teorização dialógica do *self*, na medida em que a operacionalização de alguns conceitos e metáforas centrais do modelo se tem revelado difícil face à polissemia e ao nível de abstracção das noções teóricas implicadas (Salgado, 2004; Salgado & Gonçalves, 2007; Salgado & Hermans, 2005). É este o caso da noção de *voz* que, por exemplo, no entendimento de autores de pendor mais narrativo (e.g. Raggatt, 2002) é integrada numa concepção do *self* dialógico enquanto metáfora, no sentido em que corresponde às diferentes narrativas que compõem o *self* e que competem em relações de poder. Isto é completamente diferente de uma perspectiva que assume o dialogismo como uma base absolutamente intersubjectiva da experiência e da constituição do *self*, no sentido em que cada posição é suscitada em relação a uma contra-posição e a sua base é sempre o diálogo com um Outro, correspondendo assim a *voz* a um instrumento relacional e semiótico. Com efeito, para Salgado (2004), por exemplo, a *voz* é algo que é dito e activado a partir de uma posição e endereçado a uma audiência, o que é absolutamente distinto da noção também adoptada por Stiles (1997), para quem o conceito de *voz* se refere ao mesmo processo que as noções de *esquema* ou de *objecto interno* (Salgado & Hermans, 2005).

Por outro lado, consideramos que a proposta dialógica na abordagem dos fenómenos do *self* coloca um desafio exigente, até agora ainda dificilmente resolvido, e que consiste no desenvolvimento de metodologias e de instrumentos adequados à investigação destes processos. A inovação e sofisticação desta contribuição conceptual esbarra nitidamente na dificuldade de aceder a fenómenos tão fugazes, sobretudo se considerarmos a intenção de os explorar numa dimensão mais experiencial. Ainda que algum constrangimento semiótico seja sempre incontornável, na medida em que esta mediação é inevitavelmente implicada em qualquer atribuição de sentido à experiência, mesmo quando não verbalizada, no nosso entender seria relevante perceber de que

modo a alteridade e a dialogicalidade se organizam e emergem ao nível da nossa experiência mais corporalizada e menos intelectualizada do mundo.

No próximo capítulo, apresentamos e aprofundamos as contribuições de outros autores que, mais recentemente, têm empreendido um esforço de reflexão em torno das potencialidades e limitações da proposta dialógica, procurando designadamente dotá-la de uma extensão desenvolvimental. Algumas destas propostas teóricas pretendem precisamente contribuir para uma resposta a alguns dos desafios conceptuais referidos, nomeadamente no que respeita à necessidade de uma análise mais rigorosa das dinâmicas processuais do *self* dialógico.

## **CAPÍTULO II**

### **POTENCIALIDADES DESENVOLVIMENTAIS DO *SELF* DIALÓGICO**



## 1. Introdução

A proposta dialógica originalmente apresentada por Hubert Hermans, estabelece como ideia de base para a conceptualização da identidade a existência de relações e, conseqüentemente, de trocas dialógicas, entre diversas posições do Eu, as quais se mantêm e desenvolvem no contexto do *self* enquanto um campo especializado (Hermans, 1996; Hermans *et al.*, 1992; Hermans & Hermans-Jansen, 2003; Hermans & Kempen, 1993; Valsiner, 2002a). Neste sentido, a alteridade do *self*, bem como a sua natureza profundamente social, configuram-no como um sistema aberto à mudança e à emergência de novidade, na medida em que o confronto entre diferentes pontos de vista acerca de um mesmo objecto ou acontecimento conduz muito frequentemente a processos de negociação e de transformação que diversificam e enriquecem a produção de significados pessoais. Assim, muito embora a perspectiva do *self* dialógico não se enquadre originalmente nas teorias desenvolvimentais, alguns dos seus pressupostos centrais estabelecem a base para um estudo dos processos de desenvolvimento do próprio *self* de modo igualmente inovador, designadamente a ênfase no seu carácter dinâmico e móvel, a capacidade de orientação para o futuro e o papel atribuído à imaginação nos processos de significação.

No entanto, e ainda que Hermans (1999, 2003; Hermans & Hermans-Jansen, 2003) tenha repetidamente salientado a dimensão de abertura à novidade e o potencial de transformação do *self* dialógico, Valsiner (2002a, 2004) sublinha que, de um ponto de vista desenvolvimental, não basta perceber a estrutura e a organização dinâmica do *self* dialógico. Neste sentido, o autor considera que é absolutamente necessário expandir a nossa compreensão da dialogicalidade analisando de que modo é que o significado é transformado ao mesmo tempo que se verifica a actualização da estrutura de posições do Eu que desencadeia inovação e mudança. Ou seja, Valsiner (2002a) propõe que, uma vez reconhecida a multivocalidade do *self* como característica fundamental, se torna pertinente desenvolver a perspectiva do *self* dialógico explicando os processos de desenvolvimento que têm lugar no contexto da própria estrutura de posições do Eu, salientando a ocorrência de diferenciação e de integração hierárquica nessa mesma estrutura.

Neste sentido, Valsiner oferece importantes contribuições, tanto para o desenvolvimento de uma hipótese explicativa mais compreensiva acerca da organização

estrutural e dinâmica do *self* dialógico, como também para a teorização dos processos de mudança e inovação no *self* através da actualização constante dessa mesma estrutura.

Neste segundo capítulo, pretendemos oferecer uma visão mais dinâmica dos processos dialógicos do *self*, salientando as suas propriedades desenvolvimentalmente relevantes. Além disso, complementamos esta perspectiva com as propostas de outros autores que, pelas suas contribuições e reflexões, aprofundam a nossa compreensão do modo como o *self* dialógico se constitui, não só como um sistema relacional e aberto à mudança, mas também como capaz de auto-organização e de auto-regulação semiótica (Hermans, 1996; Josephs & Valsiner, 1998; Valsiner, 1999, 2001, 2002b, 2004).

## **2. Desenvolvimento no *self* dialógico**

Tal como já foi discutido, o diálogo entre diferentes vozes ou posições do Eu é um processo omnipresente no desenvolvimento do *self* ao longo do ciclo de vida. Adicionalmente, as trocas dialógicas, por oposição às relações lógicas, são amplamente abertas e não finalizadas, o que preserva a possibilidade de emergência de novidade e de inovação decorrente dos processos de posicionamento e reposicionamento e da consequente adopção de diferentes pontos de vista acerca de um mesmo tema (Hermans, 1996; Hermans & Hermans-Jansen, 2003). Nesta concepção intrinsecamente dinâmica do *self*, na qual o Eu (*I*) tem a capacidade de se mover de uma posição particular para outra posição e de regressar à posição inicial (Marková, 1987), estes constantes movimentos de posicionamento e de reposicionamento podem originar mudança e desenvolvimento no contexto do sistema de significados do *self* (Hermans & Hermans-Jansen, 2003).

Hermans (1996) identifica, aliás, dois factores primordiais que promovem a mudança e abrem o *self* dialógico à inovação: a integração de novas posições do Eu e a influência de posições externas. Assim, entendendo o *self* como um sistema aberto com trocas constantes com o ambiente, é de esperar que, em resultado de alterações desenvolvimentais ou ambientais, novas posições possam ser integradas enquanto outras passam a ser desconsideradas. Aliás, os movimentos de posicionamento e de reposicionamento entre as diversas posições do Eu correspondem a um processo, nunca a um resultado fixo e definitivo, pelo que devem ser entendidos enquanto um exercício sempre inacabado e que, por isso, é aberto à mudança em cada momento do futuro imediato (Duarte, Rosa & Gonçalves, 2006). Daqui decorre que o repertório de posições

do Eu é constantemente reinventado à medida que vão tendo lugar os diálogos internos e externos nos quais as pessoas, enquanto seres relacionais, estão imersas. Desta forma, o *self* dialógico opera, quer através da construção de relações entre as várias posições identitárias, quer através de uma permanente actualização e reconstrução da própria estrutura dessas posições, viabilizando a integração de novas perspectivas e/ou a alteração da importância e relevo de outras (Valsiner, 2002a; 2004).

Com efeito, o carácter dinâmico e móvel destas posições do Eu está de acordo com uma perspectiva desenvolvimental que distingue a pertinência de determinadas posições identitárias em diferentes momentos do ciclo de vida. Ou seja, em momentos de transição, algumas posições podem tornar-se altamente relevantes e prevalentes no *self*, enquanto outras perdem temporariamente (ou definitivamente) saliência e passam a ser mais silenciadas. Estes períodos de transição são também, como seria de esperar, entendidos por Hermans (Hermans & Hermans-Jansen, 2003) como os mais propícios a um maior movimento de trocas dialógicas entre o *self* e os outros e de transformação de posições no *self*. Acresce que, as novas posições recentemente integradas trazem nova informação e um novo ponto de vista ao *self*, o que terá inevitavelmente implicações ao nível do conteúdo das trocas dialógicas com as posições mais antigas e poderá conduzir a acomodações e transformações na estrutura e conteúdo do *self* (Hermans, 1996). A este respeito, podemos considerar que, por exemplo, a tarefa desenvolvimental de transição para a maternidade constitui um momento de particular importância no contexto do ciclo de vida da mulher e, numa leitura dialógica, sugere a integração de, pelo menos, uma nova posição identitária maternal que irá necessariamente introduzir novidade e desafio no repertório de posições prévias.

No que diz respeito ao segundo factor – a acção das posições externas – o autor sublinha o seu papel influente sobre as dinâmicas internas do *self*, na medida em que, correspondendo à internalização e à reconstrução pessoal de posições de outros significativos, estas posições vão ecoar no contexto do sistema *self* como vozes provenientes do exterior e frequentemente divergentes e dissonantes face a posições internas (Hermans, 1996). Ou seja, estas posições externas funcionam como “centros de iniciativa” com grande potencial construtivo, na medida em que veiculam pontos de vista diferentes e por isso, facilmente desafiam e questionam as posições internas do *self* (*idem*). Sendo a identidade considerada enquanto um processo multivocal e dialógico, a perspectiva do outro assume uma importância primordial e tem muito a contribuir para a inovação do *self* (Hermans, 1999). Neste sentido, as posições não devem ser entendidas



como centros estáveis de conhecimento, mas antes como perspectivas que podem, por um período variável de tempo, desempenhar um papel na troca directa com o ambiente social. Como tal, o *self* dialógico é continuamente desafiado por questões, desacordos, conflitos e confrontos, veiculados por outros reais reflectidos como posições no *self*, podendo influenciar muito as suas dinâmicas internas a partir do exterior.

Em síntese, e nas palavras do autor, a dialogicalidade abre caminho a duas constatações, “a primeira é o facto do pensamento dialógico conduzir automaticamente a um aumento na experiência de novidade; a segunda é o facto de que celebrar o outro enquanto uma contraposição no pensamento dialógico aumenta a experiência de novidade” (Hermans, 1999, p. 82). Assumindo a capacidade de inovação do *self* dialógico, importa então perceber sob que condições é que um processo activo de posicionamento e reposicionamento conduz à auto-renovação (Hermans, 1996).

### **3. Orientação para o futuro e imaginação**

Ainda que não tenha surgido exactamente na esfera das ciências desenvolvimentais, os progressos teóricos e metodológicos verificados no âmbito de uma conceptualização dialógica do *self* oferecem possibilidades novas e potencialmente férteis para o estudo de fenómenos complexos de um ponto de vista desenvolvimental (Valsiner, 2004, 2006). A ênfase na multivocalidade e na possibilidade dos indivíduos adoptarem diferentes perspectivas face a uma mesma realidade ou mesmo de adoptarem posições imaginadas no futuro, está de acordo com um critério essencial das abordagens desenvolvimentais e que corresponde à possibilidade de um funcionamento no modo *as-if* ou, dito de outra forma, ao uso da imaginação (Valsiner, 2004, 2006). De acordo com Valsiner, vivemos a maior parte do tempo num mundo ficcional em que agimos “*como-se*” (*as-if*) a realidade fosse ou pudesse ser de determinada maneira e que, muitas vezes, se concretiza numa realidade efectiva, “*como-é*” (*as-is*), materializando as nossas expectativas e construções passadas. Aliás, Valsiner aponta precisamente estes dois elementos – a possibilidade de funcionamento *as-if* e a orientação para o futuro – como requisitos fundamentais para qualquer modelo teórico do desenvolvimento considerando que a teoria do *self* dialógico permite concretizar ambas as exigências (cf. Valsiner, 2004).

Este modo de funcionamento ficcional tem, aliás, equivalência no jogo simbólico observado nas crianças e cumpre as mesmas funções de auto-organização e

de estabelecimento de relações com o ambiente, tendo sido apontado como uma importante característica do desenvolvimento humano ao longo de todos os grupos etários (Josephs, 1998). Assim, através das suas actividades lúdicas de “faz-de-conta”, as crianças frequentemente ensaiam comportamentos dos adultos, constroem histórias e cenários e atribuem personalidades, vida e “vozes” a objectos inanimados. Ainda que envolvendo uma dimensão importante de diversão e entretenimento, estas actividades ultrapassam amplamente o carácter lúdico e constituem um meio fundamental de aprendizagem acerca do funcionamento da realidade. Através do seu jogo de “faz-de-conta”, as crianças exploram as suas necessidades, esperanças e ansiedades e desenvolvem capacidades e aptidões, transformando-se a si mesmas e participando activamente no seu próprio desenvolvimento. Dito de outro modo, no decorrer desta actividade simbólica, a criança transcende o mundo imediatamente disponível através da reconstrução semiótica do seu significado, o que se constitui como um processo fértil de produção de significados (ou de produção de realidades – “*world-making*”) e, como tal, um contexto para o desenvolvimento de novidade (Josephs, 1998).

É neste sentido que, na opinião de Josephs (1998), o jogo simbólico infantil pode ser visto como uma manifestação da capacidade ilimitada dos seres humanos para construir realidades orientadas para o futuro (ou “*what-if's*”), no decorrer de todo o seu ciclo de vida. Deste modo, tal como os diálogos infantis com bonecas ou outros objectos inanimados, ou mesmo a comunicação com amigos imaginários, servem muitas vezes uma relevante função de auto-regulação emocional, também os adultos podem desenvolver formas mais adaptativas e eficientes de *coping* com situações reais que lhes provocam preocupação e ansiedade através da construção da voz do outro no domínio imaginário do *as-if*. Além disso, o funcionamento *as-if* permite igualmente antecipar o futuro e construí-lo mentalmente de determinada forma, tornando-o menos desconhecido e ameaçador, na medida em que, de certo modo, este futuro (ou um futuro possível e temido) passa a ser conhecido a partir do presente. Esta situação é também muito visível nos jogos simbólicos das crianças, através dos quais elas recriam imaginativamente, no contexto aqui-e-agora, cenários temidos que irão enfrentar no futuro (e.g. visitar o dentista, ir para a escola pela primeira vez).

Neste sentido, é através do funcionamento subjectivo neste modo de antecipação e ensaio do futuro que os indivíduos definem imagens de estados futuros desejados ou temidos, orientando-se desta forma para eles e estabelecendo condições para o seu próprio desenvolvimento no sentido de se aproximarem ou afastarem desses estados

imaginados (Valsiner, 2006). A este respeito, podemos dizer que “o homem é um “tornar-se” e não um “ser”... procuramos realização e justificação menos naquilo que somos do que naquilo que esperamos vir a ser... contudo, o futuro basicamente permanece inacessível para todos nós. (...) Assim, de alguma forma, o futuro é como uma terra estrangeira que teremos que visitar, quer queiramos ou não, confrontando-nos com esperanças e medos sobre os quais não temos controlo, e como tal ele pode constituir tanto uma limitação como uma expansão do nosso potencial de acção. Em ambos os sentidos, ele torna-se uma dimensão básica do nosso *self*.” (Boesch, 1991, p. 176, cit. Josephs, 1998).

Com efeito, este tipo de exercício imaginativo, não sendo limitado pela racionalidade ou pela lógica, implica a transcendência do mundo presente (*as-is*) pelo mundo orientado para o futuro (*as-if-could-be*) e permite uma transformação, quer da própria pessoa, quer dos seus significados presentes e passados (Josephs, 1998). Os futuros possíveis são alimentados pelas memórias e construções subjectivas do passado, mas ao mesmo tempo, o passado pode ser mudado e reconstruído pela antecipação do futuro. Assim, a estabilidade do processo de produção de significados é garantida pelo facto do passado ser projectado para o futuro, enquanto a mudança resulta da transformação do passado pelas expectativas relativas a um futuro possível (“*as-if-could-be*”). Através deste duplo movimento no momento presente, este presente move-se em direcção ao seu estado futuro imediato e torna-se um novo presente, num processo interminável e constante de antecipação do futuro (Josephs, 1998).

Em suma, esta modalidade de funcionamento simbólico é entendida como uma forma construtiva e adaptativa de fazer sentido do mundo e de regular as próprias emoções, constituindo-se como uma ferramenta para lidar com a realidade e, ao mesmo tempo, como um meio para a construção de novas realidades (Josephs, 1998). Em consonância com esta ideia, Hermans e colaboradores chamam precisamente a atenção para o facto de que a construção espacializada e narrada da experiência exige um respeito pelo “*as-if*” que não pode ser menosprezado (Hermans *et al.*, 1992).

Esta questão remete-nos de forma muito clara para o papel da imaginação no desenvolvimento do *self* e na sua abertura à mudança, na medida em que é esta capacidade criativa que possibilita a definição de um espaço dialógico que se constitui como pano de fundo para toda e qualquer comunicação entre as posições identitárias. Neste sentido, ela permite-nos criar um espaço imaginado, paralelo ao espaço real e concreto, no qual se desenvolvem todos os autodiálogos entre as várias posições do Eu,

oferecendo, deste modo, um contexto para o desenvolvimento e evolução destas diferentes posições. É através da imaginação que o *self* dialógico, entendido enquanto autor narrativo, pode engendrar e antecipar futuros possíveis e reconstruir o passado à medida que se move no espaço e no tempo entre diferentes posições discursivas (Hermans *et al.*, 1992).

Mais do que isso, a imaginação permite-nos incluir nestes diálogos, não só versões passadas e/ou futuras de nós mesmos, como também reconstruções de figuras reais internalizadas e até personagens completamente imaginárias, abrindo assim um riquíssimo campo de possibilidades dialógicas e uma zona de desenvolvimento potencial (Cunha, 2007). Mesmo na ausência de interações reais, é frequente as pessoas manterem uma comunicação “silenciosa” e imaginária com um vasto número de audiências privadas, desde figuras de familiares e amigos, a entidades abstractas e imaginárias, como a consciência ética ou moral ou uma entidade divina (Hermans, 1996; Hermans *et al.*, 1992). Como tal, também quando nos encontramos sós, o nosso mundo subjectivo é povoado por uma diversidade de interlocutores, perante os quais ensaiamos potenciais interações e desenvolvemos respostas emocionais e cognitivas (Hermans, 1996). Neste sentido, os diálogos imaginários influenciam a nossa vida quotidiana a um nível significativo e constituem uma parte essencial da nossa construção narrativa do mundo, desenvolvendo-se a par com os diálogos concretos com outros reais e entrelaçados com interações efectivas.

A possibilidade de confrontar diferentes pontos de vista acerca de um mesmo objecto ou acontecimento ou, por outras palavras, o encontro com o Outro na sua diferença e unicidade, dá lugar a uma justaposição de ideias e opiniões, criando níveis de tensão dialógica que exigem algum tipo de negociação e de construção partilhada, amplificando os processos de significação de modo considerável. Aqui se salienta, por isso, o papel fundamental da imaginação precisamente pela possibilidade que nos confere de ocupar a posição de um Outro *como se* (“*as-if*”) a voz dele se fizesse ouvir, reconstruindo-a de modo idiossincrático a partir das nossas experiências reais de interacção com este mesmo Outro.

A imaginação permite assim explorar, actualizar e expandir aquilo que ainda não existe no momento actual, mas que é tornado presente como desenvolvimento potencial (Gonçalves & Cunha, 2006). Com efeito, a imaginação parece ocupar um papel fundamental no desenvolvimento humano e a sua importância tem vindo a ser repetidamente salientada por Hermans (cf. Hermans, 2006; Hermans *et al.*, 1992). No

entanto, uma compreensão mais integrativa dos potenciais de desenvolvimento do *self* exige ainda uma explicação destes processos de transformação, bem como uma teorização acerca do modo como este desenvolvimento é regulado (Valsiner, 2002a, 2004).

#### **4. Análise desenvolvimental dos processos de significação no *self* dialógico: abordagens de inspiração dialéctica**

O foco no modo de funcionamento *as-if* põe em relevo uma outra dimensão incontornável do funcionamento humano e que corresponde ao recurso à mediação semiótica. Na leitura semiótica de Valsiner, as trocas dialógicas que têm lugar no *self* envolvem o uso de signos (ou instrumentos semióticos) que permitem regular a fluidez de toda a estrutura de posições identitárias e dos próprios movimentos de posicionamento e reposicionamento (Valsiner, 2004). Do seu ponto de vista, o processo de produção de significados é entendido como a construção de sentido para a experiência vivida através da linguagem, sendo que a construção de signos – e especialmente de símbolos – constitui a capacidade crucial dos seres humanos (Josephs & Valsiner, 1998; Valsiner, 2000). Por outras palavras, assume-se que o ser humano está envolvido num processo contínuo de construção de significados semioticamente mediados, na medida em que as suas reflexões acerca do mundo e do próprio *self* são activamente construídas, negociadas e transformadas através de signos, em particular de natureza linguística (Josephs & Valsiner, 1998). Assim, o *self* dialógico é também um *self* semioticamente auto-regulado, sendo que esta mediação semiótica lhe permite distanciar-se do contexto concreto aqui-e-agora e antecipar condições futuras, preparando-o para responder às exigências situacionais do próximo momento temporal (Josephs & Valsiner, 1998; Valsiner, 2002b; Valsiner, 2004). Deste modo, a pessoa torna-se simultaneamente um actor que está localizado num dado “contexto de actividade” e, ao mesmo tempo, um agente reflexivo que está distanciado da situação específica na qual está imerso (Valsiner, 2003). À luz de uma perspectiva desenvolvimental, a construção e o uso de signos – a mediação semiótica – pode assim ser vista como um mecanismo de pré-adaptação ao ambiente, uma vez que fornece ao *self* ferramentas semióticas úteis que reduzem a incerteza e imprevisibilidade do futuro imediato e medeiam a relação com o mundo exterior (Josephs & Valsiner, 1998).

À semelhança de Valsiner, Josephs (2000) também reconhece a possibilidade de adotar uma leitura desenvolvimental face à construção de significado, entendendo-a em si mesma como um processo micro-desenvolvimental, na medida em que se trata de um processo aberto e com uma infinidade de caminhos de evolução possíveis. A autora enfatiza o modo como os significados expressos pelas vozes ou posições do Eu emergem a partir de um estado de ambiguidade e indefinição, podendo – instantanea ou lentamente – tornar-se estruturados, generalizados e integrados. Pelo contrário, outros significados podem também permanecer pouco definidos, pouco estruturados e/ou desintegrados. Da mesma forma, alguns significados podem ser activamente mantidos durante algum tempo ou ser ultrapassados. Assim, a um nível de análise microgenético, é possível perceber que, mesmo fenómenos aparentemente unitários, que ocorrem em curtos períodos de tempo, na verdade são sujeitos a desenvolvimento e reflectem a emergência de sentido e coerência a partir de uma situação difusa de indefinição (Josephs, 2000).

Propomos, então, uma exposição mais detalhada que aprofunda as posições teóricas destes dois autores fundamentais e que têm procurado expandir as potencialidades da teoria dialógica para um estudo desenvolvimental do *self*. Apresentamos assim, de seguida, o essencial das perspectivas de J. Valsiner e I. Josephs acerca dos processos de construção de significado.

#### **4.1. Mediação semiótica e auto-regulação no *self* dialógico**

Um dos grandes desafios que se coloca ao ser humano é a sua capacidade de lidar com o caos experiencial que advém da estimulação sensorial, emocional e cognitiva e ao qual necessariamente tem que atribuir sentido e coerência. Na opinião de vários autores, aliás, a construção de significados, organizados e estruturados narrativamente, constitui a condição *sine qua non* de sobrevivência psicológica, exactamente na medida em que nos dota de uma indispensável compreensão de nós mesmos e do mundo que nos rodeia (Gonçalves, 2000; Gonçalves, Korman & Angus, 2000; Hermans & Kempen, 1993).

Assim, num notável esforço de significação do curso experiencial, as pessoas estão constantemente envolvidas num processo de construção de significados, de forma a regular as suas relações com o ambiente (Josephs & Valsiner, 1998). Neste sentido, e como salienta Valsiner (2001, 2002b, 2004), todas as actividades humanas, as

intrapessoais e as interpessoais, são, em última análise, actividades semióticas, na medida em que são mediadas pela construção e uso de signos. Acresce que, face ao indeterminismo que caracteriza as condições ambientais, existe a necessidade de obter algum tipo de estabilidade e de capacidade de antecipação (e preparação para) do futuro. Na visão de Valsiner (2005a), todo o desenvolvimento é a construção do estado futuro do organismo no presente, face a esse futuro.

Efectivamente, as exigências de coerência e de integração dos sistemas psicológicos humanos, reflectem-se nesta tentativa de estabilização do fluxo de informação experiencial através da síntese de ferramentas semióticas com poder de abstracção e que operam simultaneamente como instrumentos de auto-regulação e de redução da incerteza do futuro imediato (Valsiner, 2002b). Deste modo, cada signo que é construído e usado durante a janela temporal infinitamente breve a que convenientemente chamamos “o presente” constitui um instrumento semiótico mediador que se estende do passado para o futuro possível e antecipado (mas ainda desconhecido) (Valsiner, 2005a). Como tal, de um ponto de vista desenvolvimental, a construção e a reconstrução de significados, através de utensílios simbólicos como a linguagem, constitui um elemento crucial no exercício de pré-adaptação ao ambiente e é entendida como um processo inseparável do curso da experiência consciente (Valsiner, 1999).

Na opinião de Valsiner, os processos de produção de significado podem ser produtivamente analisados à luz de uma perspectiva dialógica, na medida em que, ao enfatizar a dialogicalidade como um conceito geral, o foco teórico passa a ser dirigido às dinâmicas das relações e não aos componentes do sistema (Valsiner, 2002a). Assim, a teoria do *self* dialógico estabelece que a subjectividade humana é constituída através de movimentos dialógicos entre posições do Eu com perspectivas distintas, as quais se mantêm e desenvolvem no âmbito do *self* enquanto um campo de significados (Hermans & Kempen, 1993). Nesta actividade de produção de significados, e através de utensílios semióticos altamente elaborados, o *self* pode dotar cada posição com uma “voz” que, por sua vez, pode entrar em interacção com as “vozes” de outras posições, numa relação dinâmica de dialogicidade (Valsiner, 2004).

A partir destes pressupostos base, Valsiner (2002a) propõe que a natureza multivocal e polifónica do *self* dialógico e o espaço existente para o diálogo entre as várias posições discursivas podem ser vistos como catalizadores poderosos dos processos de criação e estruturação de significados. Obviamente, à semelhança de uma sociedade em que coexiste uma polifonia de vozes, ora consonantes, ora dissonantes, o

*self* multivocal depara-se com a necessidade de gerir processos dialógicos incessantes e imbuídos de tensão, oposição, negociação e integração (Hermans, 2002).

A este respeito, Hermans elabora teoricamente os potenciais dinâmicos do *self*, como vimos anteriormente, em particular através do conceito de diferenciais de poder e domínio que são estabelecidos entre as várias posições do Eu. Por outro lado, o autor abre também caminho a uma abordagem dos processos de desenvolvimento no contexto do *self* dialógico ao reconhecer a possibilidade de emergência de novidade e de transformação, através, por exemplo, da síntese de novas posições do Eu graças à capacidade integrativa do *self* (trocas dialógicas, desacordo entre posições, integração e novas relações). Todavia, na opinião de Valsiner (2004), a teoria dialógica carece ainda de capacidade explicativa quando consideramos a exigência de integração e coordenação da “sociedade” de vozes que compõem o *self*, bem como do modo como este obtém uma estrutura simultaneamente dinâmica e estável a partir desta multiplicidade derivada da interação permanente com o mundo experiencial (Valsiner, 2004). Dito de outro modo, falta ainda explicar de que forma é que, no âmbito da sua multiplicidade e diversidade experiencial, o *self* constrói um sentimento de continuidade e mantém a sua integridade identitária, evitando a dispersão e organizando todas as transformações e novas sínteses que vão tendo lugar.

De acordo com a proposta de Valsiner (2004, 2005a), é neste ponto que o conceito de mediação semiótica se liga com a teoria dialógica do posicionamento e reposicionamento, na medida em que é através da construção e organização de signos em super-estruturas hierárquicas que os seres humanos regulam a fluidez da estrutura de posições do Eu. Ou seja, do seu ponto de vista, esta auto-regulação é conseguida através de uma coordenação dinâmica e hierárquica das “vozes”.

#### **4.1.1. Estruturas semióticas hierárquicas: integração e coerência no *self***

Perante a diversidade e a indeterminação da informação experiencial recebida, bem como devido à multiplicidade de pontos de vista associados ao repertório de posições do Eu, o *self* gera continuamente uma variedade de significados abstractos, traduzidos em signos ou instrumentos semióticos e organizados em estruturas hierárquicas de acordo com o seu nível de generalização.

A elaboração de signos permite ao ser humano criar uma estabilidade relativa dentro do campo experiencial, “capturando” algumas características (generalizadas) do



fluxo irreversível da experiência pessoal (Valsiner, 2001). Como qualquer construção de ordem superior, esta mediação semiótica implica processos de generalização em que algumas características (ao invés de outras) das posições do Eu são abstraídas e generalizadas para campos semióticos mais amplos e dominantes (Valsiner, 2005a). É através desta abstracção que cada signo construído no presente é relacionado com outros previamente criados e/ou utilizados. Dito de outro modo, através desta abstracção, o signo é separado do contexto no qual emergiu e é transferido para outros contextos novos, sendo assim capaz de assumir uma existência autónoma e de se constituir como um verdadeiro regulador semiótico (Valsiner, 2001).

Esta potencialidade de generalização dos signos é o que, na prática, permite às pessoas unir diferentes experiências pessoais do passado com uma nova experiência e obter um sentido de continuidade pessoal e, ao mesmo tempo, de integridade identitária. Através desta função semiótica, os seres humanos podem operar na base de reconstruções de memórias ou imaginar futuros possíveis, ao mesmo tempo que lidam directamente com o fluxo de experiência imediata (Valsiner, 2002b).

Na opinião de Valsiner, a mediação semiótica das funções psicológicas humanas opera através de dois processos complementares – a *generalização abstraccionista* e a *especificação contextual* (na versão original, *abstracting generalization* e *contextualizing specification*, cf. Valsiner, 2001). Assim, através de processos de *generalização abstraccionista*, o *self* cria novos níveis de reguladores semióticos, removendo progressivamente o seu papel *re-pre-presentacional* (ao abstrair algumas características centrais dos signos, descontextualizando-os e generalizando-os para campos semióticos mais integradores) até etapas de complexidade e abstracção superiores. Isto quer dizer que alguns significados, e conseqüentemente as posições do Eu que os sustentam, adquirem um nível de abstracção que lhes permite integrar os níveis superiores da hierarquia e, deste modo, tornar-se dominantes enquanto importantes reguladores semióticos da conduta pessoal.

Estes significados são o que Valsiner (2001, 2005a) designa de mediadores semióticos hiper-generalizados e constituem um campo semiótico regulatório (“*upconscious*”), que não é acessível ao questionamento verbal, mas que alimenta as acções concretas das pessoas na sua vida quotidiana, promovendo formas particulares de sentir e de pensar à medida que estas atravessam os incontáveis contextos da vida real (Valsiner, 2003, 2004, 2007). Um exemplo destes significados hiper-generalizados – os meta-significados – podem ser os valores pessoais que orientam a conduta

individual ou conceitos extremamente gerais como “amor”, “justiça”, “liberdade”, “depressão”, entre outros.

Dada a sua natureza sobre-generalizada, estes signos têm um carácter nebuloso, no sentido em que, ainda que muito significativos na construção subjectiva da pessoa, a sua completa explicitação é inacessível (Valsiner, 2005a). Em todo o caso, eles oferecem um enquadramento de significado extremamente importante à compreensão que as pessoas têm da sua experiência actual e, como tal, podem ser utilizados para regular contextos muito específicos, sendo aplicados constantemente em situações do dia-a-dia (Valsiner, 2001). Ou seja, este tipo de reguladores semióticos, não só nos fornecem conhecimento generalizado e abstracto acerca dos nossos mundos, como também transportam consigo sugestões afectivas que nós usamos no nosso quotidiano, reflectindo o referido processo de *especificação contextual* (Valsiner, 2001, 2007).

Em síntese, ao mesmo tempo que tem lugar o reposicionamento dos diferentes elementos do *self* dialógico (posições do Eu), verifica-se também uma abstracção ou generalização do significado desse mesmo reposicionamento através da elaboração e do uso de ferramentas semióticas. Estes instrumentos semióticos, são integrados numa estrutura hierárquica de significado, na qual os significados que ocupam os níveis superiores da hierarquia – os meta-significados – funcionam como reguladores dos que se situam em níveis inferiores – significados mais específicos – que, por sua vez, tornam significativa a experiência imediata (Valsiner, 2002a, 2003). Diferentes mediadores semióticos operam, por isso, em paralelo e a diferentes níveis de generalização.

Através da construção e hierarquização de ferramentas semióticas, o *self* cria um mecanismo organizador extremamente complexo que permite regular os movimentos dialógicos das posições discursivas, viabilizando ou impedindo que estas se movam dentro do campo do *self* dialógico, de acordo com as necessidades de cada situação (Valsiner, 2005a). Desta forma, a mediação semiótica garante, quer a flexibilidade, quer a inflexibilidade do sistema psicológico humano, através de processos de *generalização abstraccionista* e de *especificação contextual* que operam transversalmente em todas as camadas da hierarquia de regulação semiótica (Valsiner, 2001).

#### 4.1.2. Signos promotores e a regulação desenvolvimental

O fluxo da experiência imediata dá origem a um número crescente de significados abstractos, pelo que as hierarquias semióticas estão constantemente a ser construídas pelo *self* dialógico, dando origem a uma estrutura dinâmica de controlo hierarquicamente crescente (Valsiner, 1999, 2001). Neste sentido, o *self* dialógico opera como um sistema auto-catalítico, isto é, um sistema cujos componentes (posições do Eu) se reproduzem enquanto lidam com a novidade da experiência (Valsiner, 2002a).

Como tal, na opinião de Valsiner (1999, 2002a), a questão crucial nesta proliferação da mediação semiótica da experiência é a capacidade auto-organizativa do sistema regulatório para parar o seu próprio crescimento, isto é para garantir a sua suficiência na regulação da experiência imediata, bloqueando a proliferação desnecessária da evocação de signos em qualquer contexto aqui-e-agora. A produção de significados é adaptativa quando pode conduzir de forma flexível à generalização de experiências úteis e relevantes, enquanto evita uma generalização semelhante de outras.

É através desta função auto-regulatória que se torna evidente a acção dos reguladores semióticos, no seu papel fundamental de catalisação da emergência de novidade e/ou de bloqueio da transformação. De acordo com Valsiner (2004, 2005a), alguns reguladores semióticos hiper-generalizados que integram o campo semiótico de nível superior adquirem um nível de abstracção que lhes permite funcionar como guias do leque de construções possíveis no futuro. Estes reguladores adquirem, deste modo, uma função promotora relativamente à produção de significados futuros, análoga ao que acontece com as sequências na organização genética humana que promovem a expressão de outras partes do gene, pelo que Valsiner os designa de *signos promotores* (Valsiner, 2004). Os *signos promotores*, decorrentes da estrutura espacial do *self* dialógico, oferecem-lhe, por sua vez, uma extensão temporal orientada para o futuro ao delimitarem a variabilidade possível da construção de significados para as experiências futuras com o ambiente interno e/ou externo (Valsiner, 2002b; 2004, 2005a). Ou seja, estes símbolos transportam consigo uma característica fundamental à adaptação humana – a sua *ontopotencialidade* – porquanto sugerem um campo de significados futuros possíveis (Valsiner, 2002b).

Ao definirem o leque semiótico de significados prováveis, estes *signos promotores* frequentemente constroem a novidade, assimilando-a em estruturas familiares prévias (Lawrence & Valsiner, 2003). Neste sentido, a noção de função

promotora dos símbolos constitui um esforço para dar sentido à transferência selectiva de experiências imediatas (conhecidas como processos microgenéticos) para a manutenção de algumas formas generalizadas destas experiências para uso futuro (nível ontogenético). Assim, considerando o elevado número de sugestões ambientais e a actividade semiótica permanente do *self* dialógico no sentido de as organizar de modo coerente, parece óbvio que esta transferência não pode ser isomórfica, isto é, não pode existir uma correspondência directa entre a enorme produção semiótica observada ao nível microgenético e a sua contrapartida ontogenética. Com efeito, uma adequada triagem dos domínios microgenéticos é crucial para uma trajectória de vida ontogenética adaptativa, pelo que, em situações normais, a hiper-productividade da microgénese é acompanhada por um conservadorismo da ontogénese (Valsiner, 2004). Como tal, a multiplicidade experiencial e hiper-produção semiótica a um nível microgenético só parecem emergir para um nível de organização superior através da sua recorrência e/ou intensidade afectiva (Cunha, 2007).

O *self* dialógico é assim um sistema auto-organizado que se orienta a si próprio em direcção ao futuro, permitindo ou bloqueando a emergência do seus novos estados (Valsiner, 2002a).

#### **4.2. Processos de transformação dialógica: inovação e estabilidade**

Numa outra linha de análise, Valsiner (2005a, 2006) tem salientado também a necessidade de oferecer uma teorização mais detalhada e consistente acerca dos processos que permitem a actualização de uma determinada estrutura de posições do Eu sempre que se verificam processos de inovação, como por exemplo, a integração de novas posições ou a alteração das relações de domínio verificadas. Nas suas palavras, “a imagem apresentada para o *self* dialógico permanece estática – é o processo de transformação da estrutura de domínio de um dado estado do *self* dialógico numa nova estrutura que nos oferece um relance do modo como o sistema *self* funciona” (Valsiner, 2006, pp. 3-4). Ou seja, o que o autor propõe (Valsiner, 2002a, 2004), é a ideia de que um *self* dialógico que é capaz de viabilizar a emergência de novidade e ao mesmo tempo bloquear a sua emergência, precisa de uma extensão teórica da sua natureza auto-regulatória que possa evidenciar os processos de desenvolvimento dentro da estrutura das dinâmicas das posições do Eu.

De acordo com Valsiner (2002a, 2004), os processos gerais de mediação semiótica constituem parte de um sistema de controlo flexível que regula as relações entre as posições do Eu. É através destes processos auto-regulatórios que o *self* dialógico gera a riqueza de significados que dão sentido à experiência imediata, e no entanto, são também estes processos que permitem limitar e constranger o grau de abertura do *self* à construção de novos significados. Ou seja, são os mesmos processos semióticos que explicam a inovação e a estabilidade do *self*.

Importa então perceber quais são os mecanismos que permitem a manutenção da estabilidade e em que condições esses mesmos mecanismos permitem a transformação e a mudança. Para compreendermos de que modo é que a dialogicalidade pode dar origem à síntese de novas posições do Eu e à abertura à construção de significados inovadores, ou pelo contrário, de que modo é que a novidade é obstruída, Valsiner propõe uma tipologia das relações dialógicas (cf. Valsiner, 2002a).

Nesta teorização acerca da variedade de modalidades específicas que as trocas dialógicas podem assumir, Valsiner defende que algumas ajudam a manter a estabilidade dinâmica, enquanto outras preparam o *self* para o desenvolvimento através da sua desestabilização inicial e optimização da capacidade para a síntese de novos significados transformadores das próprias relações dialógicas. O sistema aqui-e-agora de posições do Eu permite a sua abertura à emergência de novos fenómenos no futuro imediato ou, alternativamente, exclui essa emergência (Valsiner, 2002a).

Considerando as formas de dialogicalidade que mantêm a estabilidade do *self* e o fecham à emergência de novidade, Valsiner (2002a) descreve dois processos possíveis: *alimentação mútua* entre duas posições do Eu (*mutual in-feeding*) e *proliferação*. No primeiro caso, temos uma modalidade de trocas dialógicas em que duas posições distintas se alimentam reciprocamente, mantendo-se num equilíbrio dinâmico e simbiótico em que as duas vozes reverberam indefinidamente sem evolução (e.g. “Apetece-me voltar ao trabalho”; “Gostava tanto de ficar mais tempo com o bebé”). Ou seja, é produzido um ciclo oscilatório entre duas posições, semelhante a uma onda de *feedback* dinâmico, mas estável na sua ambivalência e incapaz de uma evolução em qualquer dos sentidos.

A ambivalência estabilizada que é produzida por este tipo de dialogicalidade não é passível de evolução em si mesma, sendo necessária a atenuação da tensão entre as partes (i.e. neutralização através da eliminação da relação), ou a evolução para uma situação de *proliferação* das partes do sistema. A proliferação de vozes ou sub-partes de

posições do Eu corresponde ao segundo tipo de modalidade dialógica que mantém a estabilidade, na medida em que, pese embora uma maior diferenciação ou multiplicação de significados sustentados pelas posições em diálogo, a estrutura da relação é mantida (e.g. posição X - “Apetece-me voltar...; “gostava mesmo muito de voltar”; “sinto falta da minha faceta profissional” / posição Y – “Gostava tanto de ficar mais tempo com o bebé”; “quero ficar em casa”; “seria tão agradável poder ficar mais tempo”). A proliferação desencadeia um aparente aumento da complexidade do *self*, devido ao desenvolvimento de múltiplas sub-posições com significados próprios, mas na verdade corresponde a um tipo de relação dialógica qualitativamente equivalente à anterior, mantendo-se a ambivalência básica e mutuamente sustentada das relações. A característica crucial desta polifonização é a ausência de estruturação ou de integração.

Por outro lado, Valsiner (2002a) defende que, pelo seu carácter dinâmico, a estabilidade do *self* dialógico é sempre muito temporária e em qualquer momento pode evoluir para algum tipo de instabilidade. Neste sentido, o autor propõe cinco tipos de formas dialógicas que correspondem a momentos de instabilidade no *self*, seja por expansão semiótica, seja por apropriação de uma posição face a outra(s).

A primeira modalidade dialógica relacionada com a expansão de significados no *self* é a *escalada mútua* e deriva de um processo de proliferação. Quer isto dizer que, paralelamente à multiplicação das vozes ou sub-posições do Eu, se verifica uma construção de significados progressivamente mais extremos em termos do conteúdo e do seu carácter oposicional (e.g. posição X - “Apetece-me voltar...; “preciso mesmo de voltar a trabalhar”; “é intolerável pensar em não voltar à vida activa!” / posição Y – “Gostava tanto de ficar mais tempo com o bebé”; “preciso mesmo de ficar com ele”; “deixá-lo agora é absolutamente inadmissível!”). Todavia, não há ainda qualquer alteração estrutural da relação dialógica.

Por outro lado, no caso do segundo tipo de expansão de significados, a *neutralização por separação (de-coupling)*, verifica-se uma transformação efectiva da relação entre as vozes, através da dissolução da ligação prévia, o que possibilita a redução dos níveis de tensão entre as posições em causa e a manutenção de ambas (e.g. “Apetece-me voltar ao trabalho e pronto, vou voltar”; “Gostava tanto de ficar mais tempo com o bebé que não vou pensar em mais nada”). Por outras palavras, assume-se a simultaneidade da dualidade de significados, um pouco à semelhança do fenómeno de coexistência harmoniosa descrito anteriormente (cf. elaboração em Josephs, Valsiner & Surgan, 1999).

Em síntese, pode dizer-se que estas duas modalidades dialógicas que conduzem à expansão semiótica no contexto do *self*, a *escalada mútua* e a *neutralização por separação*, transformam quantitativamente ou qualitativamente as partes da oposição dialógica, de forma a permitir a sua manutenção. Ainda que seja apenas a operação do conjunto de processos de *apropriação* que admite a transformação de um dos opostos e/ou da sua relação, Valsiner considera que também as modalidades de expansão semiótica abrem lugar ao desenvolvimento do *self*, na medida em que o tornam alvo de desestabilização.

Finalmente, no caso das modalidades dialógicas que operam por apropriação, temos a possibilidade de *domínio* de uma voz sobre outra(s) que, à semelhança do processo de *dominância* descrito por Hermans (Hermans & Kempen, 1993), se traduz na possibilidade de uma das posições se sobrepor e subordinar a posição oposicional, graças à existência de um diferencial de poder entre as duas (e.g. “Enquanto profissional continuo a ter projectos, mas neste momento a voz da mãe é mais importante e é quem manda!”).

Uma versão extrema deste domínio corresponde ao processo de *expropriação*, no qual a voz subordinada é absolutamente silenciada perdendo qualquer possibilidade de expressão no espaço dialógico (e.g. “Neste momento é tão importante ser mãe que já nem chego a ouvir os protestos que ouvia antes da minha faceta profissional!”). Trata-se de um processo que pode conduzir a uma *monologização* do *self* (Valsiner, 2000).

Por fim, uma outra versão da apropriação de uma posição por outra é o *ventriloquismo*, um tipo de relação parasita entre “vozes” que permite a uma posição utilizar a voz de outra para se expressar (e.g. uso de um ditado popular por parte de alguém – “A voz maternal sobrepõe-se, mãe é mãe, como se costuma dizer, não é?”).

Em suma, Valsiner (2002a) entende que a multivocalidade do *self* dialógico constitui a base para a transformação desse *self*, na medida em que a riqueza e a tensão que caracterizam as trocas dialógicas conduzem à síntese continuada de novas oposições e conflitos entre significados, os quais são desenvolvidos e resolvidos pelo desaparecimento de uma das partes ou por novas sínteses. Contudo, esta transformação é uma ocorrência relativamente conservadora: a síntese de novas posições do Eu pode ser e é frequentemente bloqueada com sucesso, quer por um aumento da multivocalidade do *self*, quer pelo seu oposto – uma redução da multivocalidade (monologização) do *self*.

### **4.3. O domínio microgenético da produção semiótica**

Seguindo uma lógica de apresentação conceptual em que partimos dos aspectos mais gerais e do enquadramento global da proposta semiótica de Valsiner para os conceitos e ideias mais específicos, propomos seguidamente um esclarecimento mais detalhado do entendimento do mesmo autor relativamente ao processo particular de emergência de significados ao nível microgenético.

Esta teorização tem sido igualmente enriquecida pelas contribuições de Josephs, sobretudo no que se prende com o estudo e reflexão acerca do dinamismo das relações entre as vozes ou posições do Eu. Neste sentido, expomos ainda a sua proposta de um conjunto de estratégias de *bypass* semiótico enquanto processos microgenéticos de regulação da síntese e negociação de significados.

#### **4.3.1. A dialéctica na emergência de significados**

Como vimos anteriormente, a estruturação da ambiguidade e diversidade experienciais é conseguida através da elaboração de signos (i.e. processos de mediação semiótica) e da sua organização em estruturas flexíveis e dinâmicas de controlo desta mesma produção de significados. Reconhecendo a influência da escola de pensamento dialéctica, Valsiner e Josephs, a par com outros colaboradores, (Josephs & Valsiner, 1998; Josephs, Valsiner & Surgan, 1999), entendem que sempre que atribuímos algum significado à nossa experiência, emergem simultaneamente uma série de outros significados potenciais, dando forma a um campo semiótico mais vasto que constituirá o contexto de evolução destes significados. Este campo semiótico que se torna, assim, o alvo em foco dos processos de significação em cada momento distingue-se imediatamente do restante universo de sugestões ambientais, caracterizadas pela ambiguidade e pela indefinição, tal como uma figura se distingue e pode ser contrastada com o seu fundo.

A origem deste pensamento remonta a Alexius Meinong, que estabeleceu as bases para o pensamento da *Gestalt* na Áustria nos anos de 1880, defendendo a assimetria básica entre dois componentes da representação: o {Anti-A} opera como *negativum* em relação a {A} (Josephs, Valsiner & Surgan, 1999). À luz desta perspectiva, assume-se que, sempre que os seres humanos constroem significados, é imediata e automaticamente implicado um campo de opostos, impreciso e pouco



definido, mas que se estabelece como a contrapartida correspondente ao significado iniciado. Isto significa que, logo que um significado {A} é construído (por exemplo, *mãe*), é também criado paralelamente um outro campo de significados, {Anti-A} (por exemplo, *esposa, filha, professora, cuidadora, educadora*), que se define de forma menos precisa e por oposição ao primeiro e que implica igualmente um campo de significados-a-existir ou uma *potencialidade de significados* que ajudam, pelo seu contraste, a definir de modo mais claro o significado de {A} (Josephs, Valsiner & Surgan, 1999). Ao mesmo tempo, paralelamente a este conjunto formado pelo significado e pelo seu respectivo campo semiótico – o par {A} e {Anti-A} – temos que considerar um universo contrastante, referido como {Não-A} e do qual fazem parte todos os significados que não têm nenhuma relação com o significado referido ou com o seu campo semiótico<sup>3</sup> (no exemplo referido, poderiam ser as cores do arco-íris ou o conjunto das estações do ano).

Os autores (Josephs, 2000; Josephs & Valsiner, 1998; Josephs, Valsiner & Surgan, 1999; Valsiner, 2006) conceptualizam assim o processo de construção de significado em termos de dualidades e afirmam que os significados emergem enquanto campos de opostos unificados – ou *complexos de significado bipolares* – os quais poderiam ser representados como {A  $\diamond$  Anti-A}, sendo A o significado inicial. Ou seja, são construídos dois campos co-relacionados (A e Anti-A) que, por sua vez, se tornam num complexo de significado que é diferenciado e contrastado face ao restante universo de possibilidades {Não-A} (cf. Josephs, Valsiner & Surgan, 1999, para uma elaboração mais detalhada). A este respeito, refira-se que os dois campos do complexo de significados diferem na sua organização, uma vez que o campo {Anti-A} se caracteriza por uma certa indeterminação, tratando-se de um campo desestruturado ou *quasi-estruturado*, que vai emergindo gradualmente em conjunto e por contraste com o campo {A}. Inclui todas as versões de signos que não pertencem ao conjunto de similaridade do campo A e aqueles que não pertencem ao (infinitamente longo) conjunto de {Não-A}.

De acordo com Josephs (2000; cf. também Josephs, Valsiner & Surgan, 1999), a transformação dialógica dos complexos de significado pode ocorrer de acordo com a diferenciação progressiva de qualquer um dos campos semióticos, o que corresponde a

---

<sup>3</sup> Originalmente, os autores utilizam as designações de A  $\diamond$  Non-A para se referirem aos campos de opostos unificados e para os distinguirem de Not-A, ou seja, o campo de significados possíveis que não pertencem nem se relacionam com o complexo de significados definido. Optámos por esta nomenclatura em língua portuguesa - A  $\diamond$  Anti-A - procurando sublinhar o carácter dialéctico da relação ente os dois campos do complexo e também para os diferenciar de Não-A.

dois processos distintos: o *crescimento* e a *elaboração construtiva*. Desta forma, o *crescimento* corresponde ao processo de diferenciação semiótica e de elaboração do campo {A} – por exemplo, perante o significado *mãe*, a pessoa poderá iniciar uma reflexão em torno da sua experiência de transição para a maternidade, caracterizando aquilo que a maternidade significa para si (e.g. “Acho que ser mãe é proteger incondicionalmente, é ter uma força... Sei lá, é tudo ser assim... amor! Tudo, tudo, tudo! É perder tempo só a olhar para o bebé!”). Por sua vez, a *elaboração construtiva* é um processo que opera sobre o campo semiótico {Anti-A}, conduzindo-o a um estado de maior definição; por exemplo, na continuidade do exemplo anterior, a pessoa pode partir do significado *mãe* para imediatamente passar para o campo oposto, elaborando em torno da sua outra posição de mulher (e.g. “Ora bem, eu sou mãe, mas também sou mulher... agora falando na outra parte, tenho a preocupação de não me esquecer que também sou mulher! A prioridade é ela, mas eu não me posso esquecer que tenho uma família! Ela é a prioridade neste momento, mas tenho um marido, não é? E existe também o meu “eu”, não é?”).

Aliás, devido ao seu carácter de maior indefinição, o campo {Anti-A} é o local onde tem lugar a maior transformação do significado e aquele que mais provavelmente conduz a uma elaboração posterior e à emergência de novidade, uma vez que permite a inserção de novos e desafiadores complexos de significado. A emergência destes novos complexos de significado (B, C, D...) conduz também necessariamente à emergência dos seus opostos (Anti-B, Anti-C, Anti-D...).

Os autores definem estes complexos de significado como “signos (significados *per se*) que apresentam alguns aspectos do mundo, os seus opostos implicados, e qualificativos que estão relacionados com os signos ou com os seus opostos” (Josephs & Valsiner, 1998, p. 70) e apontam esta qualidade dialéctica como uma condição essencial para a existência de qualquer processo de transformação ou novidade. Por outras palavras, cada signo construído imediatamente co-constrói o seu oposto, ou seja, um contra-signo (Josephs, 2000; Josephs & Valsiner, 1998) e é esta relação oposicional entre os dois campos de significado que por vezes pode alcançar um estado de tensão e conduzir a uma elaboração posterior de significados que muda a relação anterior. Neste sentido, a tensão é o elemento crucial para abrir o complexo de significado à transformação ao entrar em diálogo com outros complexos de significado emergentes que são inseridos num dos campos do complexo anterior (Josephs, 2000; Josephs & Valsiner, 1998). Através da inserção, é estabelecida uma relação entre o complexo

recentemente emergente e o complexo anterior, o que conduz a um *contraste* entre os dois complexos de significado – [ $\{A \text{ e Anti-A}\} \diamond \{B \text{ e Anti-B}\}$ ].

Este contraste pode assumir duas modalidades distintas: os dois complexos em oposição podem permanecer numa *coexistência harmoniosa* e ser mantidos como tal (e.g. “Quero ir trabalhar [A] e quero ficar com o bebé [B], o que acho normal, porque gosto muito das duas coisas”) ou podem entrar num estado de *rivalidade* (e.g. “Tenho muitas saudades do emprego, de me sentir activa [A], mas também não consigo deixar o bebé...” [B]). A coexistência harmoniosa, tratando-se de uma oposição não-tensional, tende a fechar os complexos de significado à transformação posterior e não desencadeia mudança (Josephs, 2000; Josephs & Valsiner, 1998). Pelo contrário, as oposições tensionais são relações que abrem os complexos de significado à transformação subsequente, podendo mesmo desencadear processos de escalada, quando o novo significado construído  $\{B \text{ e Anti-B}\}$  executa um *take over* sobre o significado previamente construído:  $\{B\}$  monopoliza o campo completo de  $\{\text{Anti-A}\}$  e o complexo  $\{A \diamond \text{Anti-A}\}$  é ultrapassado pelo novo complexo  $\{B \diamond \text{Anti-B}\}$ , tal como nesta continuação do exemplo anterior: “Mas no fundo acho que voltar ao emprego vai ser bom para mim e para ele [bebé]” (Josephs, 2000).

Assim, se, por um lado, as relações oposicionais entre os dois campos de significado podem revestir-se de tensão e conflito, por outro lado também é perfeitamente possível que significados mutuamente contraditórios do ponto de vista lógico coexistam harmoniosamente num espaço de proximidade sem colocar desafios à integridade do *self*. A questão crítica para a compreensão destas diferenças reside na identificação das regras pelas quais um determinado complexo de significado é mantido ou sujeito a transformação. Ou seja, a dialogicalidade do *self* pode envolver diversas formas de transformação de complexos de significado em novas dualidades, por exemplo quando uma oposição é resolvida pela integração dos dois pólos num meta-significado integrativo ou pelo domínio de um dos pólos sobre o outro (Valsiner, 2002a). A gestão de todos estes processos é conseguida, como vimos anteriormente, devido à estruturação hierárquica de que se reveste toda a construção e operação de signos e significados e que permite, por um lado, a emergência de mudança e transformação, e por outro lado, a manutenção conservadora de alguns complexos de significado que permanecem funcionais (Josephs, Valsiner & Surgan, 1999).

### 4.3.2. Estratégias semióticas de regulação dialógica

As trocas dialógicas são habitualmente moduladas pelo uso de diversos tipos de *estratégias de bypass semiótico* (“*circumvention strategies*”, cf. Josephs, 2000; Josephs & Valsiner, 1998; Josephs, Valsiner & Sorgan, 1999), que não são mais do que instrumentos semióticos usados como reguladores dessas relações dialógicas. As estratégias de *bypass* semiótico correspondem, por isso, a meios semióticos elaborados no âmbito de um processo dialógico de construção de significado e que podem modificar a relação entre complexos de significado de forma a negociar e manter os objectivos que as pessoas estabelecem em cada contexto aqui-e-agora ao mesmo tempo que mantêm o seu esforço de dar sentido ao seu mundo social (cf. Josephs & Valsiner, 1998, para uma completa elaboração deste assunto). Por outras palavras, estas “ferramentas” semióticas são designadas de estratégias de *bypass* semiótico, porque permitem alterar o “resultado” do pensamento da pessoa (e.g. conduta, sentimentos internos) *independentemente* do significado em si mudar ou não. Por exemplo, em – “Eu gostava de continuar em casa com o bebé, mas isso também não é assim muito saudável, não é?” – o significado é mantido, mas a pessoa contornou o significado ao distanciar-se. Neste processo, um significado “frágil” pode ser fortalecido através de uma estratégia de *bypass* semiótico, ou em alternativa, pode ser ultrapassado. Da mesma forma, significados mutuamente contraditórios de uma perspectiva lógica, podem permanecer próximos um do outro sem criar qualquer tensão.

Mais uma vez, é a organização hierárquica da construção de significado que permite esta flexibilidade, na medida em que as estratégias de *bypass* semiótico permitem a operação de signos de nível superior (ou meta-significados) no processo de significação corrente e, desta forma, medeiam a resolução de situações de tensão ou conflito dialógico (Josephs, 2000). Estas situações de tensão ou conflito, sejam eles internos ou interpessoais, são habitualmente evidenciadas no discurso pela presença de conjunções adversativas (e.g. *mas, porém, todavia*) que reflectem o constrangimento que determinados signos ou significados, personificados em vozes ou posições discursivas específicas, podem exercer relativamente a outras vozes ou posições, como se pode observar no exemplo referido (“Eu gostava de continuar em casa com o bebé, mas isso também não é assim muito saudável, não é?”). Este tipo de momentos no discurso pode inclusive ser visto, em termos psicológicos, como reflexo de um movimento de reposicionamento de uma posição do Eu para outra posição distinta,

numa mesma elocução (Cunha, 2007). O modo como a pessoa lida com estas tensões poderá conduzir à manutenção da estabilidade ou à emergência de mudança, pelo que estas situações poderão indiciar momentos de instabilidade no *self*, particularmente vulneráveis à mudança (*idem*).

Entre os vários tipos de construções semióticas que possibilitam contornar ambivalências e reduzir tensões, podemos referir (cf. Josephs & Valsiner, 1998):

a) o uso de *qualificativos semânticos* que permitem circunscrever e qualificar os significados, possibilitando novas versões dos mesmos e mantendo os complexos de significado abertos à transformação posterior (e.g. “Para mim a posição maternal é a mais importante!” ou “Adorava progredir mais na minha carreira, mas será que isso é assim tão importante?”);

b) a elaboração de *macro-organizadores moralistas ou prescritivos* que são ferramentas que operam a um nível semiótico mais generalizado, com uma natureza avaliativa e representando convicções, regras, valores e visões do mundo, podendo ser orientados para o *self* ou para objectos. Estes macro-organizadores garantem estabilidade, continuidade e previsibilidade nas nossas tentativas de fazer sentido da vida e aparecem sob a forma de frases “devo” ou “tenho que” (e.g. “Acho que devo ficar com o bebé” ou “Tem que ser, eu tenho que continuar a minha vida e voltar ao trabalho”);

c) a afirmação de *preferências pessoais* que contêm temporariamente a ambivalência ao assumir uma mudança de foco devido a fortes motivações e aspectos pessoalmente valorizados, ainda que sem negar outros constrangimentos e imposições relevantes (e.g. “Eu devia ficar com o bebé, mas ainda assim gostava de voltar a trabalhar”);

d) o foco em *objectivos pessoais mais fortes e concorrentes* que, de modo semelhante à estratégia anterior, viabiliza sublinhar motivações pessoais significativas, que temporariamente se sobrepõem e permitem estabilizar os significados (e.g. “Tenho que me dedicar muito porque o trabalho assim o exige” ou “Eu acho que o mais importante é o bebé estar perto da mãe”);

e) a manutenção da *coexistência harmoniosa de complexos de significado*, em situações em que se assume que domínios separados de crenças ou complexos de significado podem manter-se e aceitar-se em paralelo, apesar da sua óbvia incompatibilidade, garantindo assim uma enorme flexibilidade no pensamento da pessoa

(e.g. “Sinto saudades do meu trabalho e quero voltar, mas também quero ficar mais tempo com o bebé, o que se compreende, não é?”);

f) o recurso a *acções directas ou simbólicas* que permitem contornar o significado inicial e a conseqüente tensão ou ambivalência produzidas. A acção simbólica é uma das formas mais poderosas de contornar um significado focado, visto que frequentemente os actos simbólicos estão firmemente enraizados em sistemas de crenças culturais e fortalecidos socialmente através de rituais (e.g. “Não vou abdicar dos meus direitos enquanto mãe” ou “Ele está a dormir e eu aproveito para fazer um bocado do trabalho”);

g) a introdução de *auxiliares simbólicos*, quer sejam socialmente sugeridos, quer sejam criados autodiologicamente e que correspondem habitualmente a frases descontextualizadas e triviais (e.g. provérbios), presentes nos discursos populares e prontas a ser usadas, permitindo à pessoa distanciar-se provisoriamente da situação. Esta estratégia não altera o significado, nem o comportamento em si, mas viabiliza um distanciamento emocional e a mudança de sentimentos internos, proporcionando um alívio momentâneo da tensão (e.g. “Não há volta a dar” ou “É a vida! É uma consequência da vida”, ou ainda “Mas é o que é possível”);

h) a elaboração de *abstracções*, ou seja, de significados mais generalizados e que, de modo semelhante à estratégia anterior, possibilitam um distanciamento emocional provisório da situação de ambivalência produzida (e.g. “Também não é assim muito saudável”; “Porque a ele também não lhe faz bem!”);

i) o desafio de *um macro-organizador por parte de um outro macro-organizador concorrente*, implicando que um macro-organizador prévio seja temporariamente ultrapassado por um macro-organizador de nível superior, claramente moralista (e.g. “Eu sei que tenho que me dedicar ao meu emprego porque é um compromisso que assumi, mas acredito que uma mãe deve acima de tudo estar disponível para os seus filhos”);

j) a inserção de *organizadores simbólicos imunizados*, os quais constituem símbolos de nível semiótico maximamente elevados; não herdam necessariamente a noção moralista e avaliativa dos macro-organizadores, mas são imunizados porque nenhuma contra-evidência factual pode desafiar-los como resultado da sua natureza puramente simbólica (e.g. “Eu sei que tenho que me dedicar ao meu emprego, mas entendo que a maternidade é uma dádiva de Deus e, por isso, deve ser a prioridade”).

Importa notar que os macro-organizadores operam como processos generativos rígidos e viabilizam um número infinito de aplicações e especificações, pelo que constituem ferramentas semióticas que constroem amplamente a construção de novos complexos de significado, bem como a modificação dos complexos já desenvolvidos. Neste sentido, ainda que eles ofereçam estabilidade à experiência subjectiva, a sua operação exclusiva (ou demasiado frequente) na nossa vida conduziria inevitavelmente a uma rigidez patológica – a aplicação de apenas algumas regras básicas iria gerar homogeneidade no âmbito de um sistema fechado. Seria impossível criar qualquer fluxo semiótico ou novidade (Josephs & Valsiner, 1998). Assim, os macro-organizadores, embora úteis, têm que ser temporariamente neutralizados, o que acontece frequentemente através do recurso a outro tipo de estratégias de *bypass* semiótico que permitem manter inquestionada a validade e aplicabilidade do macro-organizador, mas que permitem uma excepção à regra (e.g. “Eu penso que as mães até deveriam ficar um ano em casa com os bebés, mas eu pessoalmente não conseguiria, eu sinto falta de produzir, de trabalhar!”).

## 5. Conclusão

Numa conceptualização dialógica, a identidade é sempre entendida enquanto um processo profundamente relacional e dinâmico de construção de significados pessoais que inevitavelmente são permeados pelas vozes e pelos pontos de vista de uma diversidade de audiências privadas, reais ou imaginadas. Deste modo, entende-se que a subjectividade humana se constrói e desenvolve necessariamente num contexto de *alteridade*, isto é, que os significados humanos são criados nas relações com os outros e por entre as relações com os outros (Salgado & Hermans, 2005). Dada a natureza relacional e comunicacional da existência humana, qualquer significado subjectivo é necessariamente produzido no âmbito de experiências intersubjectivas e comunicacionais, pelo que o *self* dialógico é essencialmente um *self-com-outros* (Salgado & Gonçalves, 2007).

A proposta dialógica salienta igualmente a dimensão descentralizada e corporalizada do *self* no sentido em que, no âmbito destas trocas intersubjectivas, o Eu tem a possibilidade de habitar várias posições distintas à medida que endereça diferentes audiências e temas de diálogo. Por outro lado, sublinha-se ainda a dimensão social do *self*, na medida em que as audiências endereçadas influenciam decisivamente os

significados e posições que instituem o *self*, introduzindo potenciais de conflito e de mudança e contribuindo para a riqueza e diversidade do processo de significação pessoal (Salgado & Hermans, 2005). Em função desta sua natureza relacional, a subjectividade humana opera sob a orientação do mundo social, reflectido no espaço dialógico pelas vozes internalizadas de outros significativos e de grupos sociais relevantes, bem como de orientações e directrizes culturais existentes no contexto histórico de cada indivíduo.

Além da sua abertura e plasticidade, o *self* dialógico assume ainda propriedades de um sistema auto-organizado e semioticamente auto-regulado, que se afirma como agente activo no controlo do seu próprio funcionamento e desenvolvimento (Valsiner, 2004, 2005a). Como vimos, de forma a regular a fluidez estrutural das suas posições discursivas e a manter a sua integridade identitária, o *self* dialógico organiza-se através de uma estruturação hierárquica de significados, regulada por signos e meta-significados orientadores. Assim, a diversidade da informação experiencial dá origem a um número crescente de significados abstractos, organizados numa estrutura hierárquica em que cada nível superior de significados regula o funcionamento dos níveis inferiores. Estes processos auto-regulatórios geram a multiplicidade de significados do mundo experiencial, bem como conduzem à elaboração de meta-significados que paralelamente coordenam uma actividade constante e flexível de actualização da estrutura dinâmica de posições discursivas e definem as fronteiras dos campos semióticos possíveis para construção de significados no futuro (Valsiner, 2002a, 2004).

Em síntese, enquanto processo desenvolvimental, o *self* dialógico segue uma tendência de procura de estabilização e integração na produção de conhecimento acerca de si próprio e do mundo envolvente. Todavia, a estabilidade enquanto dado adquirido é uma impossibilidade, trata-se de um processo em certa medida ilusório que resulta das dinâmicas de relação entre o organismo e o mundo e que é constantemente desafiado em direcção à dialogicalidade e à diversidade (Valsiner, 2002b).

De um ponto de vista desenvolvimental, o *self* dialógico está em contínua evolução e num processo permanente de adaptação aos desafios colocados pelo mundo experiencial e subjectivo, constituindo alguns períodos momentos mais críticos para a introdução de inovação e mudança. A este propósito, entendemos que o momento de transição para a maternidade e de antecipação do nascimento do primeiro filho constitui um espaço por excelência de desafio às competências de auto-organização e auto-regulação do *self* dialógico, não só pelas mudanças identitárias que acarreta, com a



inclusão de uma nova faceta pessoal profundamente exigente e significativa, como também pelo valor simbólico e culturalmente regulado de que se reveste este acontecimento de vida. Com efeito, como esclarece Valsiner (2000), toda a transformação e desenvolvimento psicológicos dos adultos que estão no processo de se tornarem pais são guiados colectiva e culturalmente, através de directrizes muito concretas que regulam comportamentos, acções e pensamentos. Como tal, a integração de uma nova posição maternal no repertório identitário do *self* dialógico poderá implicar difíceis processos de negociação entre vozes mais pessoais e vozes colectivas, reflexo das intensas orientações culturais que envolvem o fenómeno da maternidade.

Assim, propomos no capítulo seguinte uma abordagem à temática da maternidade na sua dimensão de produto cultural e discursivo, procurando salientar os factores que contextualizaram e informaram os significados, os valores e as orientações práticas historicamente associados à função materna. Esta análise do fenómeno pretende justamente sublinhar o modo como a cultura tem vindo a construir a maternidade, no intuito de desvendar os constrangimentos que são impostos às mulheres na sua própria estruturação discursiva da experiência de maternidade por via da internalização destes significados socialmente partilhados, reflectidos em vozes colectivas poderosas.

## **CAPÍTULO III**

### **A CONSTRUÇÃO HISTÓRICO-SOCIAL E DISCURSIVA DA MATERNIDADE: CONTEXTOS, SIGNIFICADOS E DISCURSOS**



## 1. Introdução

A maternidade tem sido um tema recorrentemente discutido nas esferas sociais, culturais, políticas e científicas, observando-se nas últimas décadas um interesse crescente em torno dos seus significados e contextos, das suas práticas e implicações. Englobando frequentemente de modo pouco diferenciado uma dupla dimensão de prática efectiva de prestação de cuidados básicos e continuados a uma criança e de evento biológico de gestação e parto, a maternidade continua aparentemente a ser um fenómeno amplamente idealizado (Johnston, & Swanson, 2006; Matlin, 2000; Tardy, 2000). Mais do que isso, de um modo geral esta experiência tem sido repetidamente admitida como um elemento central na identidade feminina, de tal modo que a não maternidade aparece muitas vezes olhada como desviante (Phoenix & Woollett, 1991; Mcquillan, Greil, Shreffler, & Tichenor, 2008; Raeff, 1996; Solé & Parella, 2004; Valsiner, 2000). Aliás, de certa forma, a concretização da maternidade parece ainda ser olhada, social e culturalmente, como um “ritual de passagem” para a idade adulta na trajetória de vida da mulher, assinalando a sua transformação e realização identitária plena e oferecendo um critério cultural de acesso à verdadeira maturidade (Monteiro, 2005; Phoenix & Woollett, 1991; Woollett, 1991).

Neste contexto, diversos autores têm alertado para a importância e necessidade de entender e de estudar a maternidade, não apenas como um facto biológico, mas como uma produção social e cultural, envolta em teorias do senso comum e num legado de imagens culturais e ideológicas, construídas ao longo de séculos num processo socio-histórico gradual, e que inevitavelmente influenciam as experiências de qualquer nova mãe (Johnston & Swanson, 2006; Letherby, 1994; Sévon, 2005; Tardy, 2000; Woollett, 1991). Como tal, o modelo sócio-cultural de maternidade ainda vigente e culturalmente dominante nos nossos dias, um modelo que em larga medida romantiza o conceito social da “mãe” e idealiza as práticas do cuidar, deverá ser visto como uma criação histórica relativamente recente e analisado na sua dimensão de construção social (Hays, 1996; Monteiro, 2005; Solé & Parella, 2004).

Neste capítulo pretendemos, por isso, oferecer uma reflexão crítica em torno da evolução dos significados associados à maternidade ao longo dos séculos, começando por apresentar uma breve aproximação ao contexto histórico de transformação das relações familiares e do modo como foi sendo construída e perspectivada a infância, na medida em que, paralelamente a este processo, se foi definindo a posição social da

mulher e, mais especificamente, o seu papel nos espaços público e privado da vida em comunidade. Assim, após uma síntese do percurso histórico que progressivamente conduziu à definição de um mundo feminino e de um mundo masculino em esferas sociais absolutamente distintas, abrimos lugar à apresentação do modelo de feminilidade assim produzido, remetido para a invisibilidade da esfera doméstica e privada e indissociável da função materna e reprodutiva.

Reflectimos ainda em torno de alguns discursos sociais e científicos que até aos dias de hoje têm contribuído para construir o fenómeno da maternidade e para influenciar as práticas de prestação de cuidados maternos, questionando as funções que estes discursos servem e em que medida contribuem para uma desvalorização ou valorização da maternidade enquanto prática. Da mesma forma, discutimos de que modo os discursos sócio-culturais contribuem para uma determinada construção da feminilidade e da maternidade, constringendo as possibilidades identitárias das mulheres ainda nos nossos dias. Neste ponto impõe-se reflectir em torno das concepções mais essencialistas e “naturalizadoras” da maternidade, destacando as noções de instinto e de amor materno e do seu papel na constituição de novos significados que gradualmente ajudaram a transformar a maternidade numa verdadeira ideologia do cuidar e desenharam os limites da maternidade adequada.

Da literatura produzida em torno destas temáticas, destacam-se sobretudo as teorias críticas e as perspectivas feministas que, de um ponto de vista de género, têm procurado “desmontar” estes discursos e reflectir acerca das suas implicações na vida das mulheres. Estas perspectivas dão especial importância à análise dos discursos culturais e sociais (por exemplo, a respeito das construções tradicionais sobre a masculinidade e a feminilidade, da maternidade e das práticas a ela associadas, da harmonização da maternidade com o emprego), salientando a construção enviesada que fazem do fenómeno.

Por fim, contrastamos a teia de significados que historicamente foram sendo associados ao fenómeno do “ser mãe” com a recente multiplicação de formas de expressão e contextos de efectivação da maternidade, de modo a evidenciar as ambiguidades e contradições que cabem na experiência de muitas mães, confrontadas com um modelo único e tendencialmente uniformizante, ainda prevalente nos discursos sócio-culturais. Neste ponto, concedemos particular atenção ao caso das mulheres que escolhem conciliar a maternidade com carreiras profissionais exigentes e com um

investimento profissional relevante, na medida em que é deste grupo que posteriormente nos ocuparemos no estudo empírico.

## **2. Percursos históricos na definição dos contornos da maternidade**

Tal como a maternidade, a família e a infância têm sido igualmente instituições e objectos sociais fortemente culturalizados ao longo da história do mundo ocidental, de tal modo que a ideologia a partir da qual as perspectivamos actualmente nos parece tão absolutamente *natural* que frequentemente não a problematizamos (Badinter, 1980; Monteiro, 2005). Aliás, a sua prevalência e consistência ao nível dos discursos culturais e das prescrições sociais são de tal modo impositivas que não raramente outras ideologias e modelos familiares ou maternais são marginalizados e entendidos como inadequados ou desviantes (Monteiro, 2005).

Por tudo isto, importa então debruçarmo-nos, ainda que sumariamente, sobre o percurso histórico que assumiram as conceptualizações da infância e da maternidade, no contexto mais amplo das relações familiares e sociais, e que culminaram com a definição de uma determinada imagem da mulher. Esta breve contextualização histórica legitima-se tanto mais porquanto é da progressiva definição cultural e discursiva da feminilidade, desenvolvida ao longo dos últimos séculos, que resulta paralelamente a produção de um conjunto particular de significados associados à maternidade. Posteriormente, foi também por oposição a essa mesma construção tradicional da mulher que se tornou possível ensaiar a emancipação do colectivo feminino e questionar o significado social da maternidade.

### **2.1. Delimitação histórica da posição social da mulher: transformação do conceito de família e construção progressiva da noção de infância**

#### **2.1.1. O início da civilização e a invisibilidade e subordinação do feminino**

Antes de mais, interessa esclarecer que não cabe no âmbito desta revisão uma análise detalhada da história da mulher, pretendendo-se apenas uma síntese histórica e contextualizadora que permita elucidar o processo de construção discursiva da maternidade, bem como a flutuação de significados que foi suscitando. Por conseguinte, bastará começar por lembrar que, como muito bem descreve Isabel Barreno (1992), “o

discurso masculino ao longo da História (porque eram os homens os únicos que podiam discursar sobre a História, sobre eles próprios e sobre as mulheres) parece ter trazido uma contaminação ideológica profunda em relação a toda a História da humanidade na forma como eram vistas as mulheres, a função materna e o papel das mulheres na sociedade” (p. 28).

Com efeito, na sua análise histórica, a autora salienta que, a partir do momento em que foi aos homens que coube a definição das práticas e dos discursos que estruturam e organizam qualquer sociedade, a própria leitura e interpretação dos factos históricos foi enviesada por uma ideologia exclusivamente masculina e patriarcal, que determinou uma desvalorização sistemática daquilo que pertence fundamentalmente ao universo feminino. A este propósito, e tomando como exemplo precisamente o fenómeno da maternidade e da fecundidade, a autora entende que esta seria uma questão especialmente valorizada e de suprema importância nos primórdios da humanidade, uma vez que a continuidade e viabilidade do grupo dependia essencialmente do número de indivíduos e, portanto, da fecundidade das mulheres. Na sua opinião, o facto das primeiras representações da figura humana que conhecemos serem figuras de mulher com os caracteres sexuais femininos bastante acentuados, e que se pensa serem deusas da fecundidade, comprovará justamente a importância atribuída então à figura feminina e ao seu “poder” reprodutivo (Barreno, 1992).

Todavia, a autora chama a atenção para o facto de que, em todas as leituras e análises históricas destes primeiros tempos da humanidade, o factor sistematicamente enfatizado como indispensável para a continuidade da espécie e para a imposição dentro do grupo ser a força física e, conseqüentemente, a capacidade guerreira e de caça dos elementos masculinos. Neste contexto, toda a dependência que o grupo tinha da maternidade é amplamente desvalorizada e obscurecida pela história, e ela passa a ser um facto socialmente menosprezado (Barreno, 1992).

Assim, na sua leitura crítica acerca da perspectiva histórica que tem sido adoptada relativamente à função materna, Barreno (1992) entende que a reprodução dos indivíduos seria tão ou mais importante que a força física em termos da continuação e sobrevivência do grupo e o facto desta ter sido repetidamente construída como um elemento de fraqueza e fragilidade do universo feminino só pode ser explicado pela contaminação das ciências sociais pela ideologia patriarcal, o que conduziu a uma interpretação distorcida da leitura inicial dos indícios pré-históricos.

Durante vários séculos a situação genérica foi fundamentalmente esta – quer ao nível ideológico, quer ao nível das práticas humanas, o elemento valorizado era o masculino, sendo a dimensão feminina social e legalmente regulada como propriedade do masculino e entendida como algo que lhe está naturalmente subordinado (Barreno, 1992). Dito de outro modo, a autora entende que, a fim de assegurar a autoridade e propriedade sobre a sua descendência, os homens tomam também para si a propriedade sobre as mulheres, as quais, até muito recentemente, não detinham qualquer função na educação e formação das crianças. Esta situação configura a origem da família e prolonga-se historicamente até ao Império Romano – “entre os Romanos, o *pater familias* tinha o poder de vida ou morte não só sobre os filhos como sobre a mulher – a mulher era considerada como uma coisa, posse do seu marido; era o apêndice fazedor de filhos que o homem tinha, possuía. Portanto, a maternidade é desvalorizada enquanto função da mulher, mas é obviamente valorizada em termos sociais como propriedade do homem” (Barreno, 1992, p. 30).

Face a esta subalternidade da condição da mulher, esvaziada de qualquer pretensão de capacidade de intervenção social, não é efectivamente de supor que lhe coubesse a condução da formação das crianças. Com efeito, até à Idade Média, se nas classes mais desfavorecidas as crianças sobreviviam de modo mais ou menos anárquico, nos estratos socio-económicos mais elevados, era prática habitual as crianças serem entregues a uma ama e posteriormente a um perceptor, sendo que, no caso dos rapazes, a sua educação a partir dos 7 anos era confiada exclusivamente a homens, entendendo-se que o contacto com mulheres a partir dessa idade não era muito desejável (Barreno, 1992).

### **2.1.2. A Idade Média: a sacralização da mãe e o abandono da infância**

Durante a Idade Média, e em parte devido à forte influência do cristianismo nas culturas ocidentais, surge uma nova imagem de mulher, inspirada na divindade e sacralidade da figura de Maria e que dá o mote para o desenvolvimento e imposição social de um discurso acerca do universo feminino que, pela primeira vez, enfatiza a sua dimensão maternal (Fidalgo, 2003; Barreno, 1992). A figura da mãe, e paralelamente a identidade feminina, são então apresentadas num espaço de significação construído em torno de uma imagem sublimada de feminilidade sem pecado, sofredora, generosa e



compassiva, que permanecia remetida ao espaço privado da vida doméstica e subalternizada pelo matrimónio (Barreno, 1992).

O discurso da abnegação e sacrifício das mães torna-se dominante, contribuindo para a produção de um ideal de maternidade que a aproxima do divino e do mito, inalcançável pela condição humana e falível das mulheres, mas que se impõe como exemplo e inspiração (Fidalgo, 2003). Esta atitude global de renúncia e altruísmo que se impunha às mulheres enquanto mães era igualmente extensível à relação conjugal, esperando-se que a mulher vivesse em função da satisfação das necessidades e interesses do marido. Por outro lado, o papel “natural” ou “instintivo” da mãe cuidadora emergiu como a chave para a sobrevivência da infância e evoluiu rapidamente no discurso social para um dever religioso que iria igualmente conduzir à harmonia conjugal (Sommerfield, 1989).

Através deste discurso começam assim a disseminar-se aquelas que serão as sementes de um verdadeiro culto da maternidade e que terá o seu desenvolvimento nos séculos seguintes. Na opinião de Woodward, (1997, cit. Fidalgo, 2003), a imagem da mãe sofredora constitui, provavelmente, o núcleo mais arcaico onde radica a história das atitudes face à maternidade na cultura ocidental, sendo a ideologia judaico-cristã largamente responsável pela culpa vivida pelas mulheres quando não sentem estar à altura destas exigentes prescrições.

Numa reflexão mais abrangente, e considerando a realidade material destes séculos nas sociedades ocidentais, poderemos dizer que o discurso medieval sobre a maternidade e a infância é ambíguo e contraditório com os comportamentos e práticas adoptadas. Neste sentido, enquanto a arte e a religião idolatravam e mitificavam a figura maternal, na vida quotidiana as mulheres permaneciam amplamente sujeitas ao marido, que tinha sobre elas, inclusivamente, poder de morte, numa subordinação que se manteve durante séculos (Badinter, 1980; Fidalgo, 2003). Da mesma forma, e no que respeita ao modo como é entendida e tratada a infância, observa-se uma clara incoerência entre a sua sacralização e idealização nas dissertações do cristianismo e as práticas de abandono a que estavam votadas muitas crianças, sujeitas a negligências grosseiras e entregues a amas que lhes proporcionavam cuidados de qualidade bastante duvidosa (Barreno, 1992; Sommerfield, 1989).

Ainda que, durante os séculos XV e XVI, a preocupação com o bem-estar físico das crianças tenha assumido uma importância crescente, verificando-se uma tendência

por parte dos médicos no sentido de salientarem os benefícios físicos da amamentação e aconselharem mães a amamentar os seus filhos, na verdade as descrições da vida social e familiar deste período reflectem de modo claro a indiferença e a completa falta de empatia por parte da sociedade como um todo face às crianças, particularmente antes do século XVII (Sommerfield, 1989).

Assim, ao nível da realidade concreta, a sociedade medieval continuava a não entender a infância na sua dimensão particular, não distinguindo claramente a criança do adulto e não lhe atribuindo um estatuto especial. Aliás, considerando as práticas educativas defendidas e adoptadas, bem como as estatísticas de mortalidade infantil e de abandono então verificadas, conclui-se que, no plano efectivo, é reconhecido à criança um lugar pouco significativo no seio da família (Badinter, 1980; Fidalgo, 2003). Por esta altura, as crianças ainda eram vistas como pequenos adultos e globalmente tratadas com indiferença emocional (Ariès, 1962, cit. Sommerfield, 1989).

### **2.1.3. A Modernidade: o reconhecimento da infância e dos laços familiares**

A era moderna constitui um período por excelência de revolução científica, racionalismo e expansão económica. No entanto, no que diz respeito à condição feminina e à estrutura familiar, mantêm-se as mesmas contradições já observadas na Europa medieval – por um lado a veneração de uma imagem santificada de mulher, configurada na Virgem Maria; por outro lado, na prática social e quotidiana, a manutenção do total esvaziamento da posição social da mulher, com a ausência de qualquer peso social ou político (Fidalgo, 2003).

Mesmo durante o século XVII, o Século das Luzes e marco elementar na aquisição dos direitos fundamentais dos indivíduos (o direito da propriedade de si, como sinónimo de liberdade individual; o direito ao património; e o direito à justiça e à celebração livre de contratos), as mulheres permaneceram excluídas destas conquistas sociais, remetidas para o espaço doméstico e sujeitas a uma política de alianças matrimoniais combinadas de acordo com os interesses patrimoniais das famílias (Fidalgo, 2003). Esta invisibilidade pública das mulheres era também consideravelmente assegurada pela privação do acesso a uma instrução consistente, excluindo-as da formação em áreas como a filosofia ou a ciência e advogando-se para elas uma educação para valores morais e para os “talentos” domésticos.

Ao nível da organização e estrutura sociais, este período fica igualmente marcado pela consolidação da ascensão da burguesia, a qual se traduziu, ao nível dos comportamentos maternos, numa reprodução dos modelos já populares entre a classe aristocrática, nomeadamente no que concerne à entrega das crianças, imediatamente ao nascimento, para serem cuidadas por terceiros (Barreno, 1992). Como nos relata Badinter (1980), foi sobretudo a partir do século XVII que o costume de entregar os filhos para serem cuidados por amas, já amplamente praticado entre a aristocracia desde o século XIII, se estendeu igualmente à burguesia, alargando-se depois, já no século XVIII, a todas as camadas da sociedade urbana e tornando-se um fenómeno generalizado. Na sua opinião, as motivações para esta prática não eram uniformes nas diferentes classes sociais, podendo distinguir-se, por um lado, a situação das mulheres da classe operária urbana, empregadas nas manufacturas emergentes, e que o faziam por uma questão de necessidade económica; e por outro lado, os fundamentos mais sociais das burguesas e aristocratas que entregavam os seus filhos ao cuidado de amas para poderem acompanhar os maridos na vida pública e nos eventos de sociedade (Badinter, 1980).

Curiosamente, observamos mais uma vez uma clara dissonância entre as práticas descritas e a emergência de uma certa ideologia em torno da infância que começa a considerá-la como um período especial da vida dos seres humanos e que inaugura também a eleição das mães como as figuras naturalmente responsáveis pela sua criação.

De facto, no que diz respeito às concepções acerca da infância e à teorização das práticas educativas, parece ter ocorrido uma mudança considerável a partir do século XVII e, de modo mais efectivo, no século XVIII, ainda que exclusivamente nas classes socialmente mais favorecidas (Badinter, 1980; Barreno, 1992; Monteiro, 2005; Sarraceno, 1988, cit. Fidalgo, 2003). Progressivamente, assiste-se nesta altura a uma valorização crescente da infância que, na família aristocrática e burguesa, começa a adquirir um estatuto de maior atenção e a tornar-se objecto das reflexões e estratégias educativas. As aprendizagens tradicionais são substituídas pela escolarização e, pese embora esta escola ainda se distancie das versões actuais e constitua sobretudo um lugar de disciplina, começa contudo a emergir um conceito novo para a educação da infância, que triunfou no século XIX e inspirou o modelo de educação liberal da actualidade (Fidalgo, 2003; Monteiro, 2005). Estes novos ideais acerca da infância são expressos

nas obras de filósofos como Rousseau, que afirma a natureza sagrada, “nobre” e inocente da criança (Badinter, 1980; Fidalgo, 2003).

Da mesma forma, no século XVII ergue-se a base do conceito moderno de família, que deixa de ser uma instituição para a transmissão do nome e dos bens e começa a assumir a sua função moral e emocional (Fidalgo, 2003), ainda que, na opinião de Ariès (1973; cit. Badinter, 1980), muito embora esta família do século XVII se distinga já claramente da estrutura familiar medieval, ela não é ainda o que se chama a família moderna, caracterizada verdadeiramente pela manutenção de laços afectivos e de intimidade entre os seus elementos.

Assim, o século XVII foi um ponto de viragem na história da criança e da família em termos da importância crescente atribuída à unidade familiar nuclear e da percepção do seu papel educativo. Claramente, os progenitores estavam a ser convocados para um maior investimento pessoal no desenvolvimento dos seus filhos, cabendo às mães a responsabilidade pelo desenvolvimento precoce de afectos e aos pais o compromisso de assegurar a satisfação das suas necessidades educacionais posteriores (Sommerfield, 1989).

#### **2.1.4. Idade Contemporânea: da idealização e “profissionalização” da maternidade à emancipação feminina**

##### ***a) Os finais do século XVIII e a Revolução Francesa***

Ainda que as concepções sobre a infância tenham sofrido mudanças assinaláveis desde meados do século XVII e inícios do século XVIII, na opinião de vários autores, a criança ainda não detinha um estatuto verdadeiramente dotado de significação e, concomitantemente, à expressão de amor maternal também ainda não era dado um valor social ou moral relevante (Badinter, 1980; Shorter, 1975, cit. Fidalgo, 2003).

A mulher do século XVIII continuava a centrar a sua vida no marido, de quem dependia economicamente, e não nos filhos. Por isso, como salienta Fidalgo (2003), “entregar um filho a uma ama seguia a ordem lógica do espírito do tempo, que não valorizava a demonstração de amor pelos filhos, devendo as esposas estar mais ocupadas em agradar aos maridos” (p. 98).

Porém, a ideologia em torno da infância deriva naturalmente, e de forma mais ou menos directa, dos valores, crenças e organização hierárquica da sociedade como um

todo em cada momento histórico, pelo que, a partir dos finais do século XVIII, a criança ganha notoriamente um valor mercantil, na medida em que o Estado a passou a olhar mais como um investimento a longo prazo e não apenas como um encargo económico no imediato (Badinter, 1980). Esta alteração de perspectiva, centrada agora na noção do ser humano como potencial de mão-de-obra, lucro e riqueza, não deverá estar dissociada de um capitalismo nascente nas sociedades ocidentais.

De entre as principais orientações relativamente às crianças e aos adequados preceitos de as cuidar, destaca-se a exaltação do aleitamento materno, em detrimento do aleitamento das amas, e no cada vez maior destaque e importância atribuídos aos cuidados directamente proporcionados pelas mães, agora apresentadas como as principais responsáveis pela vida dos filhos (Sommerfield, 1989). À medida que as práticas maternais vão sendo pensadas e reflectidas, as tarefas educativas e de prestação de cuidados vão-se complexificando e a medicina começa também a adquirir um estatuto de influência crescente e que se tornará incontornável a partir do século XIX. Acresce ainda a criação de escolas e liceus, destinados à formação intelectual das crianças e jovens, que até então eram educados em casa, assim como a produção de legislação de protecção à infância. Todavia, paradoxalmente, nem todas as crianças eram privilegiadas com estes direitos e liberdades, uma vez que, para as classes mais desfavorecidas, as realidades da Revolução Industrial apenas exacerbaram a exploração e a miséria dos pais, bem como dos seus filhos, que continuavam a contribuir de modo relevante para o sustento das suas famílias através do trabalho em minas e fábricas (Fidalgo, 2003; Sommerfield, 1989).

Paralelamente, assiste-se então na Europa desenvolvida e civilizada, especialmente a partir do fim do século XVIII, a um verdadeiro “reinado da criança”, com a multiplicação de obras literárias que apelam a novos sentimentos dos pais e, em particular, ao amor maternal (Stasevskas, 1999). Gradualmente, começa a desenhar-se um novo projecto educativo para a infância, expresso por filósofos e pedagogos que recolocam a criança dentro da família e atribuem à mãe uma nova centralidade. Estas mudanças no funcionamento familiar e nas práticas de educação infantil estarão justamente na base de uma maternidade como modelo cultural, tal como hoje a conhecemos (Fidalgo, 2003). À medida que as crianças foram permanecendo em casa a serem cuidadas pelas suas próprias mães, foram-se desenvolvendo relações mais próximas entre pais e crianças e algumas atitudes educativas mais autoritárias e

controladoras foram sendo substituídas por estilos parentais mais permissivos, como fora sugerido, por exemplo, por Rousseau (Sommerfield, 1989).

Em França, a Revolução do final do século teve um impacto notório na redefinição dos espaços público e privado, verificando-se uma invasão sem precedentes da autoridade pública na esfera mais particular da família, procurando também exaltar a vida privada e doméstica como reduto por excelência da mulher e criando uma tendência para situar a mulher, devido à sua natureza frágil e emocional, no espaço privado (Stasevskas, 1999).

### ***b) Século XIX – o início da industrialização***

A função materna e a posição da mulher adquirem novas formas e conteúdos ao longo dos séculos XIX e XX, à medida que se vão consolidando os processos de industrialização e o liberalismo político e económico (Monteiro, 2005; Solé & Parella, 2004). Neste sentido, observa-se um movimento de privatização e psychologização da função materna que é progressivamente reforçado paralelamente ao processo de exclusão das mulheres do mercado de trabalho (Solé & Parella, 2004).

Na opinião de alguns autores, o século XIX representa um período em que se produz a verdadeira mitificação da maternidade (Barreno, 1992; Hays, 1996; Solé & Parella, 2004), associada a uma ênfase da valorização da infância e dos métodos a ela associados e, por outro lado, das ideias acerca de um modelo de maternidade adequada, baseado no pressuposto do *instinto materno* (Monteiro, 2005). Se até aqui, como vimos, era prática corrente as mulheres das classes mais favorecidas entregarem os seus filhos para serem amamentados e criados por amas de leite, seguindo o modelo cultural de não se ocuparem directamente da criação dos seus filhos, as transformações económicas, sociais e culturais do século XIX vêm trazer uma concepção nova e completamente distinta da maternidade e do lugar da mulher na sociedade (Badinter, 1980; Solé & Parella, 2004).

Assim, no decorrer do século XIX, a subsistência económica da sociedade deixa de estar fundamentalmente ligada à agricultura ou mesmo só ao comércio e passa a estar ligada à produção industrial. Paralelamente, ao nível político e social, o princípio da realidade é posto em causa e a burguesia torna-se realmente uma classe dominante, impondo progressivamente uma nova lógica social que legitima o seu poder político e ideológico e que se orienta para a dignificação do indivíduo enquanto tal, pelo seu valor

inerente e variável em função, não da ascendência familiar, mas sim daquilo que possui e do modo como se apresenta socialmente (Barreno, 1992).

Na linha desta nova norma de valorização do indivíduo, procede-se a uma exaltação sem precedentes da maternidade e da função materna, sempre ligada aos espaços privados. Com efeito, se até então o espaço privado das actividades domésticas e o espaço público das responsabilidades profissionais não tinham propriamente uma fronteira definida, a partir do século XIX esta divisão torna-se clara, atribuindo-se ao universo feminino a vocação do lar e dos cuidados às crianças e relegando-se aos homens o espaço público da produção económica e da decisão política (Barreno, 1992). É neste contexto sócio-cultural que a mulher aparece cada vez mais associada às funções de cuidadora e de educadora, essencialmente mãe e esposa (Barreno, 1992), enquanto ao marido cabia o papel de provedor familiar, defendendo-se a ideia do “salário familiar”, com o qual um homem poderia, supostamente, sustentar a sua família condignamente (Stasevskas, 1999). De acordo com a análise histórica de alguns autores (Hays, 1996; McMahan, 1995, cit. Monteiro, 2005), a maternidade adquire nesta altura uma conotação moral e um novo valor social – às mulheres, como mães e guardiãs do “lar”, era atribuída a função moral de contribuir para a criação de uma sociedade melhor. A dedicação da mulher à casa, aos filhos e à família é sugerida como uma forma de aceder a uma identidade social valorizada e reconhecida (Badinter, 1980; Monteiro, 2005).

Este “familiarismo” do século XIX e início do século XX é interpretado, por exemplo, por McMahan (1995, cit. Monteiro, 2005), como forma privilegiada de regulação do acesso das mulheres a outras esferas de realização identitária que não apenas as associadas à maternidade e ao lar: “ (...) os múltiplos elos simbólicos entre a maternidade e a moralidade feminina, estabelecidos na família burguesa, constituem-se num modelo culturalmente privilegiado de maternidade” (p. 29). Consistentemente, as escolas existentes continuavam a dirigir-se apenas aos rapazes, sendo que às raparigas era destinada a educação em casa, o que vedava e tornava cada vez mais difícil o acesso ao mundo público por parte das mulheres (Stasevskas, 1999).

Assim, na Europa do século XIX, observa-se um extraordinário esforço em organizar o público e o privado que acaba por focalizar os interesses sobre a família, garantia da moralidade natural.

### *c) O século XX – a “educação das mães” e a maternidade sob vigilância*

A primeira metade do século XX fica indelévelmente marcada pela ocorrência de duas guerras mundiais que, não só transformaram de forma decisiva os cenários políticos e económicos internacionais, como também, e de forma relacionada, tiveram um impacto profundo nos espaços viabilizados e nas funções atribuídas às mulheres desta época.

Na primeira década do século, anteriormente à eclosão da Primeira Guerra Mundial, mantinha-se, como vimos, um discurso “familiarista” e de promoção dos deveres e virtudes maternas que preconizava a dedicação das mulheres à família e a sua preservação no contexto da esfera doméstica e privada (Badinter, 1980; Barreno, 1992; Monteiro, 2005). A família era perspectivada, nesta altura, como a célula fundamental da sociedade e a queda da natalidade estimulou uma cultura de valorização da mãe e da criança (Stasevskas, 1999). Ainda assim, vinham a verificar-se, já desde finais do século XIX, algumas manifestações femininas relevantes, no sentido de trazer para o debate público e para a arena política algumas questões relativas à posição da mulher, reclamando, por exemplo, o seu direito ao voto. No entanto, a emergência da guerra à escala mundial interrompe este movimento e as mulheres vão gradualmente sendo mobilizadas para substituir os homens na produção industrial, sobretudo em sectores mais fundamentais. Ainda que não se possa propriamente dizer que o género feminino ocupou o mundo laboral, este foi um movimento importante, descortinando um novo universo na vida das mulheres (Stasevskas, 1999).

Estas mudanças tiveram, contudo, um carácter meramente provisório e de recurso face às circunstâncias sociais muito particulares deste período, pelo que, logo nos anos 20, regressaram os discursos que apelavam à necessidade de devolver as mulheres à esfera doméstica e às actividades maternas e de prestação de cuidados que lhes vinham sendo endossadas desde finais do século XVIII. Desta forma, como refere Stasevskas, cristalizam-se novamente os papéis de mãe e de dona de casa - “a convergência entre o ensino secular da Igreja, a valorização da feminilidade a partir do século XIX e os deveres que incumbem às mulheres numa sociedade em vias de medicalização conduziu, entre as duas guerras, ao triunfo do discurso sobre a mulher mãe, esposa e “sem profissão”” (Sohn, 1991, p. 119, cit. Stasevskas, 1999).

A ocorrência de um novo conflito mundial, entre 1939 e 1945, desencadeou uma situação semelhante de alguma incorporação das mulheres no mercado de trabalho e em



tarefas de assistência aos soldados, mais uma vez como recurso necessário em tempos críticos. Contudo, tratou-se novamente de uma situação transitória e os anos 50 trouxeram consigo mais uma vez a questão social e ideológica de como reconduzir de forma satisfatória as mulheres ao seu lugar dentro de casa (Tardy, 2000).

Com efeito, vários autores entendem que o período do pós-guerra, nos meados do século XX, marca uma viragem decisiva na determinação do modelo cultural de maternidade que temos ainda actualmente, em larga medida devido à intensificação dos discursos com vista a uma certa “domesticação” das mulheres (Hays, 1996; McMahon, 1995, cit. Monteiro, 2005; Solé & Parella, 2004; Sommerfield, 1989). Como salienta Riley (1983, cit. Bailey, 1999), é sintomático que as mães que, após a Segunda Guerra Mundial, tinham necessariamente que sair para trabalhar, tenham sido sistematicamente excluídas do discurso público, por oposição a uma ênfase enviesada no valor do trabalho que as mulheres desempenhavam em casa e de uma representação da mulher trabalhadora como aquela que não tinha filhos (Bailey, 1999). Dito de outro modo, no Reino Unido do pós-guerra, por exemplo, entendia-se, pelo discurso público vigente, que as mulheres deveriam ser ou mães ou profissionais, numa dissociação absoluta das esferas pública e privada (Bailey, 2000). Por outro lado, o contexto doméstico era apresentado repetida e insistentemente como um reduto seguro e adequado à mulher (Bailey, 2000; Solé & Parella, 2004). Trata-se de um período em que o amor maternal é incomparavelmente exaltado como valor natural e social insubstituível e em que se propõe às mulheres que se ocupem pessoalmente dos seus filhos e que se lhes dediquem a tempo inteiro, não apenas durante a amamentação (Solé & Parella, 2004). Como sublinha Arendell (2001), ainda que as mulheres não tivessem regressado de imediato e massivamente aos seus lares após o fim da II Guerra Mundial, a ideologia de que as mães deveriam ser casadas e dedicadas a tempo inteiro a este papel e ao âmbito doméstico era cada vez mais persistente e poderosa.

Estes esforços no sentido da “educação das mães”, iniciados já no século XIX, são alvo de uma evidente intensificação, apoiados agora também no discurso científico que, quer seja proveniente do contexto da medicina ou da psicologia, começa a engendrar um novo conceito de amor maternal, ligado à ideia de um instinto universal e natural em todas as mulheres, e veiculando orientações científicas quanto à melhor forma de desempenhar a maternidade (Monteiro, 2005). É nesta altura, portanto, que se multiplicam as publicações especializadas acerca da infância e do novo papel da “boa mãe”, aconselhando e esclarecendo as mulheres, quer sejam actuais ou futuras mães,

acerca dos modos cientificamente validados para cuidar e educar as crianças (Sommerfield, 1989). Estas orientações psicológicas e medicalizadas convergem para a criação de um ideal, predominantemente burguês, de “fada do lar” que, gradualmente, se tornará hegemónico no mundo ocidental e se irá expandir também à elite da classe trabalhadora. A influência deste ideal é tão poderosa que as filhas das mães trabalhadoras começam a optar por ficar em casa depois de casadas, a fim de cumprir os preceitos deste modelo de maternidade (Monteiro, 2005; Solé & Parella, 2004).

Monteiro (2005) aponta como exemplo português destes esforços de mobilização das mulheres para retomarem os seus papéis de esposas e mães, a criação em 1936, da *Obra das Mães*. Trata-se de uma organização feminina que, corporalizando a ideologia e os interesses do Estado fascista, advogava uma imagem de feminilidade indissociável da maternidade e orientava a sua actividade para a reeducação das mulheres para a sua função materna e familiar. À semelhança do que aconteceu um pouco por toda a Europa, um dos propósitos fundamentais subjacente aos discursos pró-natalistas e “familialistas” do Antigo Regime era o de que as mulheres abandonassem o mercado de trabalho e, desta forma, se evitasse a degeneração do instinto maternal e o enfraquecimento da família tradicionalmente concebida (Monteiro, 2005).

Podemos dizer, por isso, que se observa nesta altura o nascimento da “maternidade científica”, ou seja, um modelo de maternidade e de prática de cuidados que confia na ciência como guia para um desempenho cada vez mais satisfatório de uma tarefa que, paradoxalmente, continua a ser conotada com uma dimensão instintiva e *natural*. A infância começa a ser considerada um tempo de lazer e liberdade e a criança adquire finalmente um lugar central na família, o que desencadeia um assinalável interesse, nomeadamente por parte da psicologia, quanto ao estudo e investigação detalhada dos aspectos psicológicos do desenvolvimento (Fidalgo, 2003; Tizard, 1991; Woollett & Phoenix, 1991). Os conselhos tradicionalmente veiculados pelas avós, pela família ou por outras mulheres, passam então a ser preteridos aos conselhos dos médicos e pediatras, entendidos como mais fiáveis (Monteiro, 2005). Teorias desenvolvimentistas de autores como Freud, Erikson, Piaget ou Bowlby, são amplamente difundidas e popularizadas neste período, reforçando o papel das mães na promoção de um desenvolvimento equilibrado e saudável dos seus filhos. Rapidamente as mulheres dão por si numa encruzilhada de directivas contraditórias, debatendo-se entre seguir as práticas familiares transmitidas entre gerações, ouvir a sua própria

intuição ou respeitar as orientações institucionais e científicas, o que não raras vezes tem conduzido a sentimentos de confusão e de insegurança (Tardy, 2000).

Saliente-se que, inicialmente, estas directrizes eram exclusivamente direccionadas às mães e não aos pais, insistindo-se na necessidade da presença maternal contínua junto da criança, de modo a garantir e otimizar um desenvolvimento equilibrado e saudável. Com efeito, os primeiros estudos acerca do desenvolvimento infantil assumiam, explícita ou implicitamente, que as mães, e não os pais, amas ou outros, deviam ser e eram efectivamente responsáveis pela prestação de cuidados à criança (Phoenix & Woollett, 1991). A este respeito, salientamos a posição de John Bowlby, um dos principais teóricos do desenvolvimento e uma referência científica incontornável desta época, relativamente à natureza única e insubstituível da relação de proximidade afectiva e intimidade estabelecida entre mãe e criança.

Assim, ao concentrar-se na díade mãe-filho, a psicologia do desenvolvimento assume que as mães são as influências críticas na vida dos filhos, daí se depreendendo que os pais e outras pessoas importantes fossem vistas apenas como marginalmente significativas (Woollett & Phoenix, 1991).

Do mesmo modo, paralelamente à apropriação científica por parte de teóricos e peritos dos discursos quanto à melhor forma de prestar cuidados e educação às crianças, verifica-se igualmente uma leitura cada vez mais institucionalizada da gravidez e do parto, enquanto eventos biológicos profundamente medicalizados e que, na opinião de alguns autores, contribuiu para um excesso de tecnologia relativamente ao acto de nascer e para a sua conseqüente desumanização (Fidalgo, 2003; Tardy, 2000). Neste sentido, durante séculos as questões da gravidez e do nascimento foram perspectivadas como fenómenos profundamente “femininos” e pertencentes ao domínio culturalmente delimitado das actividades e conhecimentos das mulheres, permitindo-se aos homens apenas um acesso limitado e controlado (Valsiner, 2000). No entanto, a emergência de uma maternidade científica reflectiu-se também num afastamento progressivo destes eventos do contexto familiar e do saber tradicional das mulheres, sendo que, actualmente, tanto a gravidez como o parto foram absolutamente monopolizados pelo mundo mais asséptico e desumanizado dos serviços hospitalares que, durante décadas, constituiu um contexto essencialmente masculino. Assim, o controlo médico ao longo de todo o processo gestacional, com medidas obstétricas a desvendar o crescimento e desenvolvimento fetal; o isolamento da mãe no momento do parto, muitas vezes apenas rodeada de profissionais de saúde; a apropriação de todas as tarefas por parte dos

técnicos, usando termos, procedimentos e utensílios médicos desconhecidos para as mulheres; ou o afastamento da mãe e do bebé nas primeiras horas de vida, constituíram-se como rotinas amplamente aceites e praticadas.

Obviamente que não se ignora a importância da intervenção médica em situações particularmente difíceis ou de risco, bem como as consequências que daí advêm, por exemplo, ao nível da redução da mortalidade neo-natal ou do controlo eficiente de eventuais complicações de saúde peri-natais na mãe ou no bebé. Todavia, esta medicalização e profissionalização de todo o processo gravídico e do momento do parto reflecte-se muitas vezes num sentimento de impotência por parte das mulheres, retirando-lhe capacidade de participação e decisão e prejudicando o envolvimento emocional e a vivência afectiva destas experiências tão intrinsecamente pessoais<sup>4</sup>.

Os anos 60 e 70 trouxeram igualmente algumas inovações importantes que desencadearam um processo de reflexão e questionamento social relevante acerca das consequências que estas duas guerras mundiais provocaram, não só na sociedade enquanto todo, como também, e em particular, na vida quotidiana da mulher, nas relações familiares e profissionais e no acesso feminino ao mundo laboral (Stasevskas, 1999). A este nível, importa referir, desde logo, o aperfeiçoamento e a divulgação crescente dos contraceptivos hormonais e dos dispositivos intra-uterinos, abrindo a possibilidade de um planeamento familiar mais eficaz e possibilitando às mulheres limitar, antecipadamente, a maternidade (Stasevskas, 1999; Tardy, 2000). Pela primeira vez as mulheres passaram a poder escolher se queriam ou não um filho de determinada relação sexual e, conseqüentemente, a ter a possibilidade de decidir sobre o número de filhos que desejavam. Como refere Tardy (2000), a questão central para a mulher deixa de ser exclusivamente “quando é que eu serei mãe?”, para passar também a ser “será que eu vou ser mãe?”.

Por outro lado, no clima económico e social dos anos 70 e 80, a mãe que ficava em casa tornou-se rapidamente menos comum devido a factores como o crescimento rápido nas famílias monoparentais, a mudança nos papéis da mulher e o desejo crescente de envolvimento activo por parte de alguns pais nos cuidados aos seus filhos (Sommerfield, 1989).

---

<sup>4</sup> A este propósito, importa referir, contudo, as práticas actuais e crescentes de inclusão do pai na sala de partos e a possibilidade de escolha por parte das mães em permanecer junto do bebé logo após o nascimento, bem como alguns movimentos no sentido da realização de partos em casa, os quais podem ser vistos como esforços de correcção humanizante dos excessos de tecnologia e tentativas de devolução do protagonismo à mãe e à família.

Assim, não só se assiste a um crescendo de críticas à ordem social estabelecida e aos valores burgueses dominantes, como também, e ao nível mais concreto, se vai materializando uma maior participação das mulheres nas várias esferas da vida pública, o que contribui para uma redefinição das relações na vida privada (Stasevskas, 1999).

## **2.2. A natureza da mulher e a delimitação do espaço feminino: o início da ideologia tradicional da maternidade**

Salientamos como reflexão central que esta breve revisão histórica nos suscita, a evidência de como as condições socio-políticas e os discursos prevalentes, ao longo de séculos nas sociedades ocidentais, remeteram as mulheres para uma dimensão de invisibilidade e desmerecimento social. Estes discursos, incessantemente repetidos pelas instituições, definiram sistematicamente as mulheres como seres dependentes dos homens, sem qualquer contribuição particular de relevo a dar à vida pública e social, que não a mera presença ao lado do marido. Remetidas ao contexto privado e aos papéis de esposa e de mãe durante séculos, as mulheres viram ainda, em determinado momento, a sua tão aclamada função social de mães ser delimitada por fronteiras estabelecidas pelos homens, a quem coube designar a adequação das suas actividades, a imposição do amor incondicional e a incompatibilidade com outras tarefas ou áreas de vida (Barreno, 1992).

Ainda que, como vimos, a maternidade tenha sido sistematicamente relegada ao domínio do privado e do pessoal, trata-se obviamente de um fenómeno que ultrapassa inquestionavelmente a dimensão pessoal da vivência feminina, na medida em que encerra um conjunto de significados socialmente produzidos e indissociáveis da própria construção da feminilidade. Uma evidência desta indissociabilidade e da natureza profundamente social da maternidade prende-se com as flutuações óbvias no significado e no valor social que lhe foram sendo reconhecidos ao longo da história, contingencialmente às realidades políticas e económicas de cada época e numa íntima relação com as alterações nos modelos de família e nas concepções de infância. Nas palavras de Badinter (1980), “é em função das exigências e dos valores dominantes de uma dada sociedade que são determinados os papéis respectivos do pai, da mãe e da criança. Quando o farol ideológico restringe a sua iluminação ao homem-pai, dando-lhe todos os poderes, a mãe fica na sombra e o seu estatuto aproxima-a do da criança. Pelo contrário, quando a sociedade se interessa pela criança, pela sua sobrevivência e pela

sua educação, o farol encontra-se assestado sobre a mãe, que se torna figura essencial, em detrimento do pai. Conforme a valorização ou depreciação sociais da maternidade, a mulher será mais ou menos boa mãe” (pp. 21-22).

Assim, os mesmos discursos que durante séculos silenciaram a participação das mulheres na esfera pública e as remeteram sistematicamente para funções domésticas e de prestação de cuidados, apresentadas como seu destino “natural” e único caminho para a realização e concretização pessoais, contribuíram também para a edificação e para a gradual consolidação e difusão de um determinado modelo cultural de maternidade (Monteiro, 2005).

Em síntese, podemos dizer que o conjunto de processos descritos anteriormente, e em desenvolvimento desde o século XVII, teve como resultado a construção de uma imagem maternal mitificada e a definição do papel de mãe como uma função biologicamente determinada e intrinsecamente feminina. Paulatinamente, a maternidade foi sendo apresentada como “natural” e normativa na vida de qualquer mulher, descrita em termos positivos e compensadores e, como tal, construída como uma experiência desejável, não problemática e “satisfatória” (Marshall, 1991). Consequentemente, a pressão social para que as mulheres sejam mães e para que dediquem a este papel pelo menos a maior parte do seu tempo e investimento emocional, colocando os interesses e as necessidades dos seus filhos à frente de qualquer outro interesse ou projecto individual e, mais ainda, a pressão para que o façam manifestando uma intensa felicidade e realização pessoais, constitui um quadro normativo de referência para a maternidade que vários autores designam de ideologia da “maternidade intensiva” ou maternidade a tempo inteiro (Arendell, 2001; Fursman, 2002; Hays, 1996; Johnston & Swanson, 2006; Oakley, 1984; Solé & Parella, 2004).

### **2.3. Maternidade e construção de género: “desnaturalização” da maternidade**

As reflexões e estudos em torno dos significados historicamente construídos e enraizados acerca da maternidade têm repetidamente conduzido à sua análise de uma perspectiva de género. A este propósito, vários autores têm apontado a noção de género como um eixo incontornável de qualquer compreensão do modo como foram sendo definidas a posição social da mulher e a sua função reprodutiva, estando uma e outra intimamente vinculadas (Bailey, 2000; McMahon, 1995, cit. Monteiro, 2005; Phoenix,

Woollett & Loyd, 1991; Solé & Parella, 2004). Neste sentido, o género é entendido como o resultado das relações e práticas socialmente construídas, organizadas em torno das diferenças biológicas visíveis entre os sexos e que define uma “maneira de ser feminina” e uma “maneira de ser masculina”, segundo as quais se delimitam e atribuem capacidades, papéis e funções diferenciadas para mulheres e homens (Monteiro, 2005; Solé & Parella, 2004).

O conceito de “género” pretende assim distanciar-se do conceito mais biológico de “sexo”, enfatizando a sua dimensão socialmente construída e salientando que as diferenças inter-individuais encontradas entre homens e mulheres ao nível psicológico e comportamental, durante muito tempo atribuídas à dimensão natural e biológica e a características específicas de cada sexo, encontram largamente a sua explicação nas práticas e discursos culturalmente produzidos ao longo da história.

A recorrência desta perspectiva de género nos estudos e análises acerca das representações e significados da maternidade centra-se em dois elementos fundamentais – por um lado, entende que historicamente a maternidade foi invariavelmente usada para definir os contornos sociais da própria feminilidade, tornando-a por excelência uma experiência de *gender* e *engendering* (McMahon, 1995, cit. Monteiro, 2005); por outro lado, defende a posição de que esta associação não é inocente ou neutra, uma vez que a contemplação das diferenças biológicas entre os sexos e a construção diferencial de género tiveram subjacente, ao longo da história, uma perspectiva hierárquica que tem conduzido a uma inferiorização do feminino (Monteiro, 2005). Por outras palavras, encontrando-se a maternidade inevitavelmente ligada à divisão da função reprodutiva, esta sua dimensão biológica incontornável favoreceu, na leitura feminista, a sua utilização como objecto de uma interpretação marcadamente essencialista e naturalizadora, apresentando-a como um fenómeno absolutamente universal para todas as mulheres e indissociando-a de uma posição de subalternidade do género feminino (Monteiro, 2005; Solé & Parella, 2004).

As posições feministas, em particular, sustentam, por isso, que um conjunto de processos históricos, económicos, culturais, políticos e ideológicos, tem contribuído para suportar uma ordem patriarcal, a nível social e também familiar. Nesta medida, é sua intenção desenvolver uma análise crítica que permita desconstruir estes processos, no sentido de impulsionar a redefinição de muitos dos pressupostos das ciências humanas que estiveram na base da leitura que tem sido feita da maternidade (Fidalgo, 2003).

Antes de mais importa esclarecer que o feminismo não constitui uma corrente única ou unidireccional e que, sob esta designação geral, podemos encontrar uma ampla heterogeneidade de movimentos e posições, o que se traduz na própria diversidade com que diferentes correntes feministas abordaram e questionaram a temática da maternidade (Monteiro, 2005).

Naturalmente que existem pontos de convergência e é possível identificar um razoável patamar de coerência entre os vários feminismos, designadamente no que se prende com o reconhecimento da posição social de inferioridade das mulheres e com a constatação da discriminação por elas sofrida em função do sexo, bem como na defesa de uma distribuição equitativa do poder económico, social, político e cultural para as mulheres e para os homens e na exigência do reconhecimento público das mulheres como cidadãs detentoras de direitos e de deveres semelhantes aos dos homens. Todavia, não obstante o acordo quanto a estas questões de base, os diferentes movimentos feministas constituem-se efectivamente como espaços diversos de debate sobre o que é e como deve ser construída a igualdade entre homens e mulheres e reclamam, cada um deles, metodologias e instrumentos específicos de análise e de intervenção social (Neves & Barbosa, 2003). Trata-se, então, de um conjunto de movimentos internacionais que espelham posições política e culturalmente bastante diferenciadas, e que incluem desde os movimentos sufragistas e filantropistas dos finais do século XIX e início do século XX, até à pluralidade das teorias feministas académicas desenvolvidas a partir dos anos 60 (Monteiro, 2005).

De um modo geral, a análise do movimento feminista como um todo tende habitualmente a organizá-lo em grandes períodos históricos e a distinguir duas fases primordiais e amplamente diversas quanto ao discurso político e social adoptado, bem como quanto às implicações práticas das suas actividades – são elas a primeira e a segunda vagas do feminismo.

Concretamente no contexto da problematização e reflexão feminista acerca da maternidade, aquela que efectivamente nos interessa no âmbito deste trabalho, o debate tem oscilado entre uma defesa e exaltação da função materna, enquanto expressão máxima da diferenciação e especificidade da identidade feminina, e a adopção de uma perspectiva crítica que a entende como factor de subordinação e opressão das mulheres por parte de uma sociedade patriarcal (Monteiro, 2005). Verifica-se, portanto, uma tensão central no movimento feminista que advém da dialéctica entre uma intenção de defesa da identidade feminina enquanto distinta da masculina, reclamando-se a



necessidade de a valorizar dentro dessa diferença, e, por outro lado, a necessidade de desconstruir a categoria social de “ser mulher”, que é, em sua opinião, responsável pela manutenção da desigualdade de sexos (McMahon, 1995, cit. Monteiro, 2005).

### **2.3.1. Primeira vaga do feminismo: o discurso pró-natalista e maternalista**

Numa primeira fase, que se estende entre o fim do século XIX e o início do século XX, e que corresponde a uma “primeira vaga de feminismo”, podemos salientar como eixo ideológico fundamental, não obstante alguma diversidade interna, uma defesa da “diferença” do género e da identidade feminina, no sentido da sua valorização e da defesa dos direitos sociais e políticos das mulheres, em especial o direito ao voto (Neves, 2005). A esta primeira vaga associam-se geralmente realidades como os movimentos sufragistas, os movimentos filantrópicos, as correntes pró-natalistas e “familialistas”, ou seja, o designado “feminismo do *welfare*” ou o “feminismo maternal”, entre outros (Monteiro, 2005).

Entre as principais conquistas objectivas destes primeiros movimentos feministas destacam-se a reivindicação da reforma social e da participação política das mulheres, conducente à implementação de um conjunto de políticas centradas na família e de medidas de protecção da maternidade, materializadas e corporizadas na criação dos Estados Providência ou de Bem-Estar Social (Monteiro, 2005).

No que diz respeito à maternidade, estes movimentos pioneiros contribuíram para a sua defesa e valorização, associando-a a uma função social de relevo e defendendo-a enquanto expressão suprema da especificidade e diferenciação da mulher, legitimadora, por isso mesmo, de um tratamento mais igualitário do sexo feminino em todos os domínios da vida social (Monteiro, 2005). De acordo com Anne Cova (1996, cit. Monteiro, 2005), o movimento feminista desta época utilizou estrategicamente a glorificação da maternidade e o declínio da natalidade, sentido como um perigo demográfico, como armas na luta pelos direitos das mulheres. Dito de outro modo, estas primeiras feministas entendiam que, pese embora a maternidade e a dedicação aos filhos não constituísse o destino natural da mulher e se devesse aceitar que não represente uma escolha para todas as mulheres, ela constitui de modo inegável uma característica intrínseca e diferenciadora do sexo feminino que deve ser valorizada enquanto tal. Longe de constituir a materialização de um instinto universal, a maternidade era entendida por estas feministas como símbolo da diferença da mulher e, servindo uma

importante função social, não poderia continuar a ser usada como desvantagem, manipulada no sentido da inferiorização e subalternização da mulher relativamente ao homem – sendo diferente, a mulher deveria ser valorizada nessa diferença, pelo seu contributo único à sociedade (Monteiro, 2005).

Este “feminismo maternalista” perde a sua influência a partir dos anos 20 e vai dando lugar, sobretudo a partir dos anos 60, a uma atitude feminista completamente distinta relativamente à maternidade.

### **2.3.2. Segunda vaga do feminismo: o feminismo “científico” e académico**

Mais recentemente, num período que compreende as décadas de 60 e 70 do século XX, inicia-se aquela que ficou conhecida como a segunda vaga do feminismo. Trata-se de um novo movimento, associado ao ressurgimento da expressão feminista e habitualmente considerado mais “científico”, materializando-se no protesto em torno das desigualdades sofridas pelas mulheres, com especial predominância nas áreas da família, da sexualidade e do trabalho (Neves, 2005).

O seu carácter contestatário e reivindicativo face aos modelos culturais e sociais vigentes, apontados como conservadores e hipócritas, é expresso no desenvolvimento de uma diversidade de trabalhos de análise e teorização, no âmbito das ciências sociais, centrados nos direitos reprodutivos da mulher e na sua sexualidade e com vista a denunciar a necessidade de maior autonomia por parte das mulheres (Monteiro, 2005). De entre os vários trabalhos publicados nestas décadas, devemos destacar as obras de Adrienne Rich (1976) e Nancy Chodorow (1978) que, mais de duas décadas depois das reflexões de Simone de Beauvoir (1949) acerca do modo como a maternidade anulava a mulher como pessoa e dificultava a execução da igualdade social, voltam novamente a centrar-se numa análise desta temática sob uma perspectiva de género, denunciando aquilo que entendem como o “mito da maternidade”. Do seu ponto de vista, a construção discursiva da maternidade vigente na época e assente em argumentações eminentemente biológicas e essencialistas, constituía-se como o principal obstáculo à emancipação da mulher e à equiparação entre sexos, na medida em que legitimava a posição subordinada da mulher na sociedade (Chodorow, 1978; Monteiro, 2005; Rich, 1976; Solé & Parella, 2004).

O discurso feminista deste período separa claramente a dimensão biológica da maternidade da sua dimensão social como caminho para combater a construção cultural

da função materna que se levou a cabo nas sociedades ocidentais dos últimos séculos. Em seu entender, o cerne do problema não reside na maternidade em si mesma, mas antes na construção e no uso que foi feito dela socialmente, instrumentalizando-a para responsabilizar exclusivamente as mulheres pela prestação de cuidados aos filhos e pelas tarefas domésticas, o que contribuiu decisivamente para a sua opressão e desigualdade social (Bailey, 1999; Solé & Parella, 2004).

Em conjunto, os trabalhos de Rich (1976) e Chodorow (1978), desafiaram esta construção da maternidade como natural e inata e chamaram a atenção para as consequências sociais que este discurso produz, defendendo que as mães têm o direito de participar na esfera pública do emprego e que a organização parental deveria ser mais equitativa. Além disso, criticam a desvalorização social do trabalho doméstico e a sua não contemplação como trabalho real e efectivo, porque não remunerado, e denunciam a falta de acesso, por parte das mulheres, a informação acerca da saúde reprodutiva, de práticas anticoncepcionais e até ao aborto (Monteiro, 2005). Em todo o caso, estas afirmações não perseguem tanto uma recusa directa do facto das mulheres serem mães, mas antes advogam a possibilidade sem precedentes de expressar abertamente os aspectos negativos da maternidade, sem que isto se associe ao “fracasso” da mulher (Solé & Parella, 2004).

Nos finais dos anos 70 e 80, ganha espaço uma nova orientação feminista que critica em alguns aspectos as posições anteriores, entendendo que elas veiculam uma visão negativa da maternidade e que, como tal, acabam paradoxalmente por ter como efeito o reforço da própria desvalorização patriarcal de tudo aquilo que é específico ao universo feminino (Monteiro, 2005). A ênfase na emancipação da mulher quanto à possibilidade de escolha da não maternidade ou à manutenção de posições profissionais equiparadas às dos homens, muito presente nos discursos feministas das décadas anteriores, é entendido nesta altura como uma defesa da lógica individualista que caracteriza o estereótipo masculino e que, em certa medida, desvaloriza a ética de cuidados e laços afectivos que estão mais associados à feminilidade. Dito de outro modo, as posições feministas desta época regressaram à defesa daquilo que se entendia como eminentemente feminino, acentuando a diferença da mulher naquilo que ela tem de único e especial (e onde se inclui a capacidade reprodutiva) e advogando que “as mulheres-como-mulheres têm um contributo importantíssimo a dar à sociedade, jogando, portanto, as suas diferenças a seu favor” (Monteiro, 2005, p. 38).

Esta perspectiva foi naturalmente alvo de múltiplas críticas, na medida em que a defesa e revalorização radical da maternidade e a centração na questão da “diferença” e especificidade femininas reproduzem, de alguma forma, o discurso patriarcal da diferença de géneros e facilmente podem ser colocadas ao serviço de argumentações naturalistas que afastam as mulheres das esferas públicas e as reconduzem às funções de cuidadoras (Monteiro, 2005).

A perspectiva feminista mais recente tem vindo a evidenciar um maior pluralismo chamando a atenção para o facto de que a maternidade não constitui uma experiência única e universal e que qualquer análise do fenómeno deverá necessariamente levar em consideração a diversidade de práticas e contextos culturais, raciais, económicos e individuais nos quais a maternidade pode ser experienciada (Monteiro, 2005; Solé & Parella, 2004). Neste sentido, a partir da década de 90 do século XX, tem vindo a constituir-se um corpo de investigação psicológica feminista centrada na mulher e orientada para o estudo das experiências de maternidade das mulheres, no intuito de privilegiar as vozes das próprias mulheres, ilustrando assim a heterogeneidade das suas vivências e desmontando muitas das representações culturais ainda vigentes acerca da maternidade (Choi, Henshaw, Baker & Tree, 2005; Monteiro, 2005). Estas representações culturais correspondem a uma ideologia ainda enraizada nas sociedades ocidentais de que as mulheres serão naturalmente mães e que, pela existência de um qualquer instinto natural e universal, são imediatamente capazes de cuidar dos seus bebés, e em última análise, se sentem invariavelmente e completamente realizadas neste papel de cuidadoras (Choi *et al.*, 2005).

### **3. Significados e discursos sobre a maternidade**

Os processos de transição para a maternidade têm sido alvo de uma considerável atenção, o que conduziu a um leque consistente de estudos e investigações (Arendell, 2001). De uma forma geral, e considerando as distintas direcções e motivações destes estudos, o corpo de investigação resultante aponta sobretudo para o carácter complexo e diverso desta experiência pessoal, quer se foque numa abordagem mais quantitativa que tem como objectivo isolar as variáveis relacionadas com o ajustamento psicossocial a esta transição (Brockington, 1996; Fleming, Flett, Ruble, & Shaul, 1988; Glade, Bean & Vira, 2005; Rini, Dunkel-Schetter, Wadhwa & Sandman, 1999), quer se oriente para

uma exploração qualitativa da experiência individual destas mulheres (para uma revisão cf. Nelson, 2003; Nyström & Öhrling, 2004).

No entanto, pese embora o conhecimento de que a transição para a maternidade constitui uma tarefa altamente desafiante que apresenta diversas *nuances* emocionais, afectivas e sociais, a visão cultural deste acontecimento de vida parece continuar a enfatizar o elemento de realização da natureza feminina que a maternidade também encerra. Efectivamente, no domínio dos discursos sociais, prevalece aparentemente uma visão tradicional e idealizada da maternidade enquanto fonte de uma significativa realização pessoal e acompanhada de intensas emoções positivas (Dias, 2006; Leal, 2005; Solé & Parella, 2004).

Esta visão estreita da maternidade transporta também um conjunto de crenças e estereótipos em torno daquilo que social e culturalmente se aceita, nas sociedades contemporâneas ocidentais, como um adequado desempenho do “ser mãe” e que são, em larga medida, sustentados pelo mito da maternidade como necessidade universal e escolha “natural” das mulheres e pela expectativa de uma maternidade a tempo inteiro, ou pelo menos exercida pelas mães como a sua função primordial (Fursman, 2002; Johnston & Swanson, 2006; Oakley, 1984; Solé & Parella, 2004). Por outras palavras, espera-se que todas as mulheres aspirem à maternidade e que devam aos seus filhos uma disponibilidade quase total, estando sempre presentes para os amar, educar, estimular e cuidar (Fursman, 2002).

A palavra “maternidade”, entendida aqui como uma construção discursiva com profundas raízes sócio-culturais, transporta assim consigo um conjunto de prescrições comportamentais e atitudinais indispensáveis ao que se entende por uma “boa mãe” e que, por oposição, excluem outros comportamentos e atitudes que passam a ser conotados com uma “má mãe” (Solé & Parella, 2004). Assim, estes discursos sociais e culturais em torno de uma maternidade intensiva e que deve constituir a prioridade máxima na vida das mulheres assentam amplamente na invenção da “boa” maternidade, a qual tem fortes implicações na forma como as mulheres vivem este acontecimento e como avaliam o seu projecto de vida, limitando as suas possibilidades ao nível das práticas discursivas e da construção identitária (Breheny & Stephens, 2007; Phoenix & Woollett, 1991).

Destas questões tratará então este próximo ponto, procurando dar conta das linhas fundamentais que ajudam a tecer esta ideologia da função materna, traduzindo-a num papel altamente idealizado e prescritivo para as mulheres.

### **3.1. A construção da ideologia tradicional da maternidade**

A ideologia tradicional da maternidade, tal como foi sendo construída e paulatinamente consolidada no decorrer dos últimos três séculos, pode ser decomposta, de uma forma geral, num conjunto de pressupostos identificáveis e que, não raras vezes, são automaticamente assumidos com alguma falta de reflexão e questionamento. A este respeito, podemos partir da sugestão de Oakley (1984), segundo a qual o mito da maternidade tradicional assenta em três crenças centrais: 1) a ideia de que todas as mulheres desejam (ou devem desejar) ser mães; 2) o pressuposto de que todas as mães precisam dos seus filhos; e 3) o pressuposto de que todos os filhos precisam das suas mães. De acordo com a autora, estas convicções encontram-se profundamente interligadas para construir o edifício cultural do mito da maternidade, tendo exercido um papel legitimador da opressão das mulheres dentro das relações de género, anulando-as como indivíduos autónomos, com interesses projectados fora da família. Analisemos, portanto, cada uma destas dimensões em maior detalhe.

#### **3.1.1. Unidimensionalidade do feminino: indissociação entre feminilidade e maternidade**

Como dissemos, a maternidade tem sido repetidamente apresentada como uma necessidade universal e uma escolha “natural” das mulheres (Fursman, 2002; Johnston & Swanson, 2006; Oakley, 1984; Solé & Parella, 2004), no sentido em que se espera que todas as mulheres aspirem à maternidade como realização máxima da sua condição feminina (Fursman, 2002). Ora esta versão naturalizadora e universalizante da maternidade e do desejo de ser mãe supõe uma inaceitável indissociação entre feminilidade e maternidade e deixa as mulheres com uma versão única e homogeneizante da sua identidade.

Com efeito, a leitura tradicional e convencional da maternidade, herdada de séculos anteriores, centra-se fundamentalmente na sua componente biológica e “natural”, contribuindo para uma interpretação do evento de “ser mãe” como a concretização de uma tendência natural e biológica da mulher (Monteiro, 2005). À luz desta leitura “naturalizadora” da maternidade, o desejo de ser mãe será biologicamente determinado por uma predisposição natural para procriar, tornando este fenómeno numa experiência vista como instintiva e inerente à essência feminina, leia-se, universal ao

género feminino. Mais do que isso, enquanto função biologicamente estabelecida, a ocorrência da maternidade será acompanhada de um repertório de competências inatas para o desempenho da função materna que, dessa forma, permite e facilita à mulher a realização do seu destino biológico (Monteiro, 2005).

Esta naturalização ou essencialização da maternidade sugerem-na como uma dimensão incontornável da identidade feminina, ou seja, o “ser mãe” representa um facto identitário do “ser mulher” (Monteiro, 2005). Esta questão torna-se particularmente evidente quando consideramos situações de infertilidade ou de escolha por parte da mulher em não ter filhos, na medida em que configuram trajetórias de vida que caem fora desta prescrição cultural relativamente à realização plena da identidade feminina. Assim, a dificuldade (ou impossibilidade) de concepção é quase invariavelmente perspectivada como uma relevante crise pessoal e social, frequentemente centrada na mulher (Letherby, 1994; Valsiner, 2000; Woollett, 1985, 1991). Por outro lado, no caso das sociedades contemporâneas industrializadas, a possibilidade de optar pela não maternidade tornou-se, como vimos, gradualmente acessível às mulheres; todavia, esta decisão permanece até aos nossos dias envolta em alguma ambivalência, sendo muitas vezes julgada como desviante pelas próprias mulheres que não partilham desta opção (Valsiner, 2000; Woollett, 1991).

Na leitura crítica de Solé e Parella (2004), esta utilização da capacidade feminina para procriar, através da veiculação de uma versão exclusiva e abusivamente biologizante da maternidade, tem servido como factor crucial para fundamentar a unidimensionalidade do ser feminino e a permanente identificação entre feminilidade e maternidade, excluindo outras possibilidades de realização pessoal da mulher. Deste modo, a função reprodutora converteu-se na tarefa principal e exclusiva das mulheres na sociedade, sendo que só em tempos mais recentes se começou a questionar este papel.

Também neste sentido, Nancy Chodorow (1978), uma referência incontornável do feminismo e da análise da maternidade de uma perspectiva de género, sustenta que, no âmbito de uma sociedade patriarcal que preferencialmente relega as mulheres para a esfera da conjugalidade e da vida familiar, a maternidade permite aceder e reclamar o acesso a uma identidade social diferenciada e, em certa medida, valorizada. Mais concretamente, ser mãe traduz-se no acesso e exteriorização de características identitárias diferenciadoras e tradicionalmente atribuídas ao universo feminino, designadamente a afectividade e emocionalidade, a ética de cuidados e de responsabilidade, a intimidade e dedicação aos outros.

Trata-se, portanto, da execução de uma tarefa identitária, social e culturalmente prescrita como destino para as mulheres e que sustenta ideologicamente o facto das mulheres serem as principais responsáveis pela tarefa de prestação de cuidados aos filhos e pelas responsabilidades domésticas, uma vez que são naturalmente vocacionadas para tal, desejam-no (ou devem desejá-lo) e retiram daí suprema gratificação (Chodorow, 1978).

### **3.1.2. A maternidade biológica: noções de instinto e de amor maternal**

No cerne desta argumentação está um conceito amplamente polémico e questionado e que corresponde ao “amor maternal”, muitas vezes confundido com o “instinto maternal”. Como salienta Badinter (1980), “o amor maternal foi tão repetidamente evocado em termos de instinto que julgamos com facilidade que se trata de um comportamento ancorado na natureza da mulher, independentemente do tempo e do espaço ambientes. Aos nossos olhos, qualquer mulher, ao tornar-se mãe, descobre em si própria as respostas adequadas à sua nova condição. Como se uma actividade pré-formada, automática e necessária só estivesse à espera de ocasião para começar a exercer-se” (p. 16).

Esta associação de palavras entre *amor* e *maternal* subentende, na perspectiva da autora, duas confusões centrais de conceitos. Por um lado, sugere-se que o amor da mãe pelo seu filho é imediato e omnipresente, na medida em que deriva de um instinto maternal que, pela própria definição, terá que ser universal a todas as mulheres, uma vez que se encontra inscrito na sua própria natureza. Dito de outro modo, acredita-se, de uma maneira geral, que o amor maternal é inato à natureza feminina: a mulher será primeiramente mãe e depois amará infinitamente o seu filho, constituindo esta realidade um importante estímulo da natureza para a preservação da espécie e do bom encaminhamento da sociedade (Stasevskas, 1999). Por outro lado, supõe-se igualmente que a nova mãe dispõe também de forma instintiva e automática, mais uma vez porque pré-determinada por um instinto de espécie, de todos os conhecimentos e competências necessários a um adequado cuidado ao bebé (Badinter, 1980).

Ou seja, não só se está a confundir o conceito de instinto com a noção de amor, como também se utiliza indiferentemente a noção de maternidade enquanto acto biológico de procriar e a concepção mais ampla de *maternagem* ou *maternalização* (“*mothering*”) e que se refere ao conjunto de práticas de cuidados. Na base destas duas



associações está a ideia de que, sendo a procriação natural, ao fenómeno biológico e fisiológico da gravidez deverá corresponder uma determinada atitude maternal, orientada pelo amor maternal e pela sabedoria feminina natural relativamente aos cuidados a prestar ao bebé. Quer isto dizer que o sentido biológico e fisiológico que corresponde à gravidez e ao parto, dois fenómenos transitórios, é estendido para as práticas da maternidade, que são acções a longo prazo (Stasevskas, 1999).

Badinter (1980) desconstrói estas associações, argumentando que, quando falamos de maternidade enquanto objecto geral, temos que distinguir, por um lado, o estado fisiológico temporário da gravidez e o evento do parto, que efectivamente reflectem a sua dimensão biológica; e por outro lado, o conjunto de acções levadas a cabo mais a longo prazo, não necessariamente dependentes das anteriores, e que correspondem à prestação de cuidados e educação das crianças, que poderemos designar de *maternagem* ou *maternalização*. A separação destas duas esferas é fundamental porquanto, não só nem todas as mães que dão à luz exercem directamente a prática da maternidade, como também existem realidades de mães adoptivas que, nunca tendo passado pelo processo biológico de gestação e parto, exercem a maternidade na sua dimensão prática de cuidados, desenvolvendo a partir daí a sua ligação afectiva ao bebé. Como salienta Chodorow (1978), a respeito das diferenças entre maternidade e *maternagem*, vivenciar a primeira não implica invariavelmente o desejo de exercer a segunda. Nós acrescentaríamos ainda que, da mesma forma, o facto de se estar impossibilitado de experienciar a dimensão biológica da concepção e gestação, não significa necessariamente que não se encontrem outras formas de desempenhar e viver profundamente a maternidade na sua dimensão de prestação de cuidados e dedicação de afectos a uma criança.

Como tem vindo a ser salientado na literaturam, as duas condições – gravidez e maternidade enquanto prática de cuidados – sofrem influências sociais e psicológicas, mas apenas o processo gravídico possui uma parte especificamente biológica, pelo que não podemos estender esta dimensão fisiológica da primeira para a segunda dimensão (Badinter, 1980; Chodorow, 1978; Phoenix & Woollett, 1991; Stasevskas, 1999). A maternidade, na sua dimensão de prestação de cuidados, não é uma prática singular e homogénea, pelo que a mãe também não pode ser vista como uma entidade monolítica (Fidalgo, 2003). Por outro lado, o facto de se considerar normal que as mães amem os seus filhos e que se vinculem a eles imediatamente, apresentando estas emoções como o centro das experiências de maternidade, tem implicado que outro tipo de

emocionalidade, tais como sentimentos de raiva ou de hostilidade face aos seus filhos e de depressão ou aborrecimento com as tarefas de prestação de cuidados, sejam vistas como reflexo de algum tipo de patologia individual ao invés de uma consequência dos contextos nos quais muitas mulheres exercem a sua maternidade (Woollett & Phoenix, 1991).

Este maior rigor de conceitos é precisamente ilustrativo, no entender de Badinter (1980), da sua tese a respeito do instinto maternal e do (supostamente) decorrente amor maternal. Neste sentido, a sua revisão histórica acerca das práticas familiares e, mais especificamente, maternais, na sociedade francesa entre os séculos XVII e XX, ilustra o quão contingente e particular é a expressão deste amor maternal, amplamente influenciado e prescrito pelo enquadramento social, económico e político de cada sociedade em cada período histórico. Ainda que vários testemunhos históricos mostrem que em todos os tempos existiram mães devotadas e que o amor maternal não é uma criação que surge apenas e inexplicavelmente no século XVIII ou XIX, do seu ponto de vista este facto não basta para que o possamos considerar uma atitude universal. Aliás, o seu percurso pelas atitudes maternais ao longo dos últimos séculos evidencia a dimensão mitificada do instinto e amor maternais, porquanto a considerável variabilidade de sentimentos observada, de acordo com o grau de instrução e as ambições ou possibilidades de cada mulher, se encontra muito longe de reflectir um comportamento universal e inato por parte das mães.

Assim, a autora sustenta que o amor maternal não é instintivo, mas antes contingente como qualquer outro sentimento humano e, nesta medida, “esse sentimento pode existir ou não existir, porquanto o amor da mãe pelo seu filho, tal como qualquer outro amor, terá que ser construído na história da relação entre ambos, na consistência das suas interacções ao longo do tempo e nas trocas únicas que aí têm lugar (Badinter, 1980, pp. 13-14). Por outras palavras, o amor maternal é seguramente uma realidade para muitas mulheres, mas não necessariamente para todas, na medida em que neste domínio, tal como em muitos outros, cada mulher é um caso particular.

### **3.1.3. A ideologia da maternidade intensiva**

O trabalho de Sharon Hays (1996) acerca do fenómeno cultural de prescrição da maternidade intensiva é frequentemente referenciado como incontornável quando

pretendemos definir a ideologia<sup>5</sup> da maternidade instaurada ao longo do século XX e, como muitos salientam, vigente até à actualidade (Arendell, 2001; Fidalgo, 2003; Fursman, 2002; Johnston & Swanson, 2006; Monteiro, 2005; Solé & Parella, 2004). De acordo com Hays (1996), trata-se de uma ideologia centrada na criança, construída com base no discurso de peritos e de publicações científicas, que apresenta às mulheres uma versão emocionalmente absorvente da maternidade. Neste sentido, esta imagem ideológica da função materna prescreve um esforço intensivo no acompanhamento e na prestação de cuidados à criança, que devem ser exercidos, se não a tempo inteiro, pelo menos de modo prioritário no contexto de vida das mulheres. Estas conclusões baseiam-se na sua análise do conteúdo dos discursos veiculados pelos manuais de aconselhamento às novas mães mais vendidos e popularizados nos Estados Unidos desde a década de 40, e destacam precisamente o facto de todos eles transmitirem a mesma mensagem de incentivo à *maternalização intensiva* (Hays, 1996). Desta forma, a orientação do discurso científico destas publicações segue invariavelmente a noção de que as mães, e não os pais, precisam de despende enormes quantidades de energia física e emocional, de tempo e de dinheiro, para criar os filhos num padrão considerado adequado.

Com efeito, estas prescrições dirigem-se às mulheres e não aos homens, apresentando-as como as principais responsáveis pela criação e desenvolvimento das crianças, cujas necessidades devem assumir invariavelmente precedência sobre os interesses ou necessidades individuais da mãe. No contexto desta ideologia, cabe às mães que pretendem promover o desenvolvimento equilibrado e saudável dos seus filhos, aprender a reconhecer e a responder correctamente às suas necessidades, procurando adquirir um conhecimento detalhado daquilo que os peritos consideram o desenvolvimento infantil adequado (Fursman, 2002).

A imposição de que as mães se dediquem aos seus filhos e lhes reservem grande parte do seu tempo e investimento emocional é assim, desde meados do século XX, fortemente sustentada pelo discurso científico, tanto médico como psicológico, observando-se um acréscimo exponencial das recomendações dirigidas às mulheres, de

---

<sup>5</sup> O conceito de ideologia é entendido aqui enquanto padrão de crenças, ideias, opiniões e valores que, não reflectindo uma realidade objectiva, promove uma construção particular do mundo e orienta a produção de significado acerca da vida quotidiana (Johnston & Swanson, 2006). Ainda que não de um modo inteiramente consciente, as ideologias que partilhamos em maior ou menor grau, influenciam a nossa compreensão e interpretação dos outros, do mundo e de nós mesmos. Elas moldam e são moldadas pelas condições socio-históricas, influenciam de forma poderosa os indivíduos e as sociedades e servem para legitimar ou invalidar determinados comportamentos e atitudes (Freedon, 2003, cit. Johnston & Swanson, 2006).

tal modo que os cuidados maternos e os preceitos dessa actividade foram inteiramente transformados numa ideologia do cuidar (Badinter, 1980; Fidalgo, 2003; Monteiro, 2003). Esta insistência na importância da presença da mãe junto dos seus filhos e as prescrições sobre o facto das crianças “precisarem” das suas mães e, por isso, as mães “precisarem” de ficar em casa com os filhos, fundamenta-se nas teorias desenvolvimentais que consistentemente apontam a figura maternal como a principal referência no desenvolvimento infantil (Woollett & Phoenix, 1991). Nas suas primeiras formulações, por exemplo, Bowlby defendia que a ligação estabelecida com a mãe era de natureza diferente das ligações estabelecidas com outras pessoas, nomeadamente com o pai, apontando a qualidade desta relação como factor essencial para a segurança da criança (Tizard, 1991). Consequentemente, o autor entendia que quaisquer perturbações desta relação poderiam conduzir a perturbação psicológica, pelo que, do seu ponto de vista, os cuidados maternos à criança não poderiam de modo algum ser partilhados. Na sua opinião, qualquer separação da criança face à mãe, independentemente da sua brevidade ou do nível de competências maternas, seria prejudicial para o desenvolvimento da criança e deveria ser evitada.

Ainda que as conclusões de Bowlby confundissem os efeitos da ausência de uma mãe com a ausência de cuidados consistentes por parte de um adulto disponível e responsivo, as suas declarações tiveram um impacto profundo no modo como se conceberam as práticas da maternidade (Sommerfield, 1989; Woollett & Phoenix, 1991).

De acordo com Arendell (2001), e tal como pretendemos ilustrar anteriormente, a ideologia da maternidade intensiva tem igualmente as suas raízes na mudança histórica para uma economia capitalista e industrializada e na conseqüente separação entre a esfera pública, centro do trabalho remunerado e fundamentalmente masculino, e a esfera privada, regulada e presidida pelas mulheres e mães. Assim, em seu entender, na origem da produção e manipulação desta ideologia de maternidade intensiva reside a combinação de três tendências sociais fundamentais, presentes em meados do século XX: a expansão dramática da economia do pós-guerra, o crescimento dos subúrbios e o declínio temporário na idade do casamento, a par com um aumento do número de filhos e do tamanho das famílias. Face a esta nova realidade social e demográfica, tornava-se necessário reconduzir as mulheres ao lugar que tradicionalmente haviam ocupado na esfera privada do espaço doméstico, por forma a estimular o cuidado dos filhos e a estabilidade familiar, retomando os homens a sua função no espaço público do trabalho

remunerado, garante do sustento familiar (Tardy, 2000). Neste sentido, as prescrições sociais para que as mulheres casassem, fossem mães e se dedicassem a tempo inteiro a esta função foram-se tornando cada vez mais persistentes e poderosas nas sociedades ocidentais do pós-guerra (Arendell, 2001).

A ideologia da maternidade intensiva, na análise crítica repetidamente proposta pelas vozes feministas, constitui assim uma mitologia engendrada e progressivamente difundida desde meados do século XX, traduzindo uma versão enviesada e limitada do fenómeno real da maternidade enquanto experiência diversificada, porquanto apenas o presume dentro da instituição e imagem idealizada do casal heterossexual, branco e de classe média (Arendell, 2001; Fursman, 2002; Johnston & Swanson, 2006; Raeff, 1996). Ora, nesta versão romantizada da família e da maternidade não cabem seguramente as múltiplas e diversificadas organizações familiares actuais, nem mesmo as experiências de muitas outras mães, pertencentes a estratos sociais menos favorecidos, de outras raças e etnias, situadas em faixas etárias mais jovens (adolescentes) ou mais tardias, solteiras e muitas vezes assumindo sozinhas esta transição. Além disso, na perspectiva feminista, a ideologia da maternidade intensiva assume e reforça a tradicional divisão do trabalho, assente numa perspectiva de género, perpetuando a dependência das mães e restringindo dramaticamente as suas possibilidades identitárias (Arendell, 2001; Breheny & Stephens, 2007; Johnston & Swanson, 2006).

A mãe configurada por este “mandato” da maternidade é a “boa mãe”, isto é, aquela mãe abnegada e devotada ao cuidado dos outros, disposta a sacrificar as suas próprias necessidades e interesses em favor dos filhos e do marido e a bem da estabilidade familiar, sobretudo porque é deste papel maternal e familiar que retira a sua máxima auto-realização e gratificação pessoal (Arendell, 2001). Podemos, por isso, dissecar neste discurso normativo acerca daquele que constitui o modelo mais correcto do desempenho da maternidade, um conjunto de estereótipos e prescrições explícitas que definem os contornos de uma “boa maternidade” e que, implicitamente, desenham o espaço daquela que pode ser vista como uma “má maternidade” (Fidalgo, 2003; Solé & Parella, 2004).

### 3.2. Idealização da maternidade: estereótipos da “boa mãe” e da “má mãe”

Os discursos sociais e científicos que têm vindo a reforçar a ideologia da maternidade intensiva, promovendo-a como a prioridade máxima na trajectória de vida das mulheres e admitindo que este é um desejo assumido indistintamente por todo o universo feminino, definem de modo muito claro as fronteiras daquilo que se entende por uma “boa mãe”. Com efeito, a invenção da “boa maternidade” assenta num conjunto explícito de directivas comportamentais acerca de boas práticas maternas que se tornaram estereótipos poderosos e profundamente enraizados nas nossas sociedades actuais e que limitam necessariamente as opções de construção identitária das mulheres enquanto mães (Breheny & Stephens, 2007; Fidalgo, 2003; Phoenix & Woollett, 1991; Solé & Parella, 2004).

Esta concepção idealizada da “boa mãe” remonta ao século XIX, com a evocação da maternidade associada a temas místicos e religiosos que a apresentavam como uma “santa”, pronta a prover a todas as necessidades da criança de modo natural, uma vez que este espírito de sacrifício advinha da própria essência da condição feminina (Fidalgo, 2003). Trata-se de uma imagem de maternidade perfeitamente congruente com a representação cristã de uma mãe idealizada, veiculada pela matriz judaico-cristã da nossa civilização.

Foram estas dimensões de abnegação e “naturalização” atribuídas à “boa maternidade” que persistiram até aos dias de hoje e que encontraram reflexo nos discursos responsabilizadores da ciência. Neste sentido, a “boa mãe”, segundo Swigart (1991, cit. Solé & Parella, 2004), é uma mulher que só quer o melhor para os seus filhos e que sabe intuir as suas necessidades sem o menor esforço, mostrando-se, acima de tudo, imune ao aborrecimento e vivendo a criação dos seus filhos como uma fonte de prazer que não requer sacrifício. Esta noção não será alheia a uma outra crença persistente no imaginário colectivo, já discutida anteriormente neste capítulo, de que o afecto maternal pelo bebé constitui, de certo modo, a materialização quase imediata e automática de um instinto “natural” que coube às mulheres e que agiliza e facilita todo o processo de adaptação às tarefas de *maternalização* (Oakley, 1984). Assim, a “boa mãe” é ainda aquela que reúne o pré-requisito essencial de amor incondicional e imediato pelos seus filhos (Breheny & Stephens, 2007).

Concomitantemente, a mãe ideal não trabalha fora de casa enquanto os seus filhos são muito pequenos, nem permite que a sua carreira ou emprego adquiram

precedência sobre os cuidados maternos (Tardy, 2000). Esta orientação cultural deriva da ideia de que é a mãe quem constitui o cuidador por excelência das crianças e de que a “boa mãe” é aquela que revela competências parentais adequadas e acompanha de perto o desenvolvimento dos seus filhos, atribuindo prioridade absoluta às necessidades e desejos das crianças em detrimento das suas (Breheny & Stephens, 2007; Fursman, 2002).

Assim, a “boa mãe” difundida pelos meios de comunicação social e presente nas orientações culturais e no imaginário colectivo das sociedades ocidentais é branca, de classe média, acima dos 20 anos de idade (mas não demasiado velha, ou seja, não com mais de 40 anos), heterossexual, casada e dedica grande parte do seu tempo ao cuidado dos filhos (Phoenix & Woollett, 1991). Da mesma forma, as práticas maternas de prestação de cuidados às crianças são igualmente e estritamente delineadas de acordo com padrões idealizados e culturalmente prescritos, os quais exercem diferentes níveis de controlo social quanto à forma de cuidar das crianças, à definição dos níveis etários óptimos para a procriação e ao controlo administrativo e assistencial das políticas da maternidade (Fidalgo, 2003). Nesta linha, não basta ser mulher para poder aceder a uma “maternidade adequada”, torna-se essencial cumprir um conjunto de critérios que, embora revelem algumas variações de acordo com o grupo social de pertença, dependem de parâmetros conjugais, profissionais e etários e traduzem-se nas concepções de se “estar ou não pronta” e de “ser ou não o momento” para ter filhos (Solé & Parella, 2004).

Mais uma vez, é sublinhado o carácter idealizado destas orientações culturais, veiculando a imagem de uma “mulher ideal” no domínio familiar e maternal, bem como uma versão fantasiada da maternidade como um destino identitário privilegiado da existência feminina (Hays 1996; McMahon 1995, cit. Monteiro, 2005; Tardy, 2000). Mais do que isso, vários autores têm alertado para o facto destas versões da maternidade se constituírem perspectivas universalistas e homogeneizantes da experiência feminina que em tudo contrastam com as vivências diversificadas das mulheres reais (Fidalgo, 2003; Solé & Parella, 2004). O corrente mito da “boa mãe” é absolutamente redutor e não se adequa à realidade da maternidade de muitas mulheres, que acabam por ser tomadas como desviantes ou patológicas por não se enquadrarem nas construções sociais e psicológicas tomadas como *standard* (Fidalgo, 2003).

Conclui-se, assim, que no discurso explícito e normativo que define a “boa maternidade”, se podem encontrar de modo mais ou menos implícito as dimensões que

enquadram a “má maternidade”. Ou seja, o carácter universalista e prescritivo destas orientações sócio-culturais define um acesso socialmente regulado à maternidade, relegando para uma posição de desvalorização e/ou patologização todos aqueles modelos de maternidade que caem fora deste espaço restrito e normativamente delimitado (Meyers, 2001; Solé & Parella, 2004). Os discursos culturais dominantes transportam mensagens subtis que atribuem culpas às mães e lhes lembram o seu afastamento deste modelo “adequado”, desde o pouco tempo que despendem com os filhos, ao facto de manterem outros interesses e ambições pessoais que não exclusivamente o de serem mães (Fidalgo, 2003; Meyers, 2001; Oakley, 1984; Solé & Parella, 2004). No dizer de Arendell (2001), o protótipo de maternidade pressuposto pela ideologia vigente contribui, por isso, para a definição de uma variedade de discursos de desviância dirigidos, ainda que de modo diferenciado, às mulheres que, por diversas razões, realizam a função materna através de modelos que não se conformam ao guião tradicional da maternidade intensiva.

Nesta linha de análise, as mulheres que assumem uma maternidade tardia ou demasiado precoce (e.g., as mães adolescentes) ou aquelas que a realizam fora do contexto de uma relação heterossexual estável são facilmente associadas a estereótipos de maternidade inadequada ou socialmente reprovável (Fidalgo, 2003). Da mesma forma, e como salientam Solé e Parella (2004), estando a maternidade culturalmente tão indissociada da própria expressão plena da feminilidade, as mulheres que optam por não ter filhos, as que vivem sozinhas ou que colocam a carreira à frente da família, não cumprem o modelo identitário que as aproxima da verdadeira “mulher”, por isso os discursos a seu respeito são também altamente punitivos. Como também sublinha Monteiro (2005), “a identidade destas mulheres é reconhecida pela sociedade como uma identidade por carência, é uma identidade pela negativa, pela ausência de elementos que são considerados chave na identidade feminina – “marido, casa e bebé” - e elas sofrem, por isso, um processo de estigmatização social” (p. 64). Sendo a ideologia mais tradicional em torno da maternidade acentuadamente marcada pela crença num instinto natural e inato para a procriação e o cuidado aos filhos, claramente diferenciador da natureza feminina, a opção pela não maternidade é particularmente problemática socialmente ao nível dos discursos sociais prevalentes e dificilmente entendida como trajectória de vida aceitável (Meyers, 2001; Oakley, 1984; Sévon, 2005).

Os ideais de “boa mãe” criados por este quadro normativo parecem ainda ser perfeitamente dominantes nos dias de hoje e, pese embora ao nível das práticas



concretas a maternidade assumir actualmente variações muito significativas de acordo com o contexto cultural e o grupo socio-económico de cada mulher, é no âmbito deste imaginário colectivo que as novas mães irão inscrever e dar sentido à sua experiência, desencadeando muitas vezes sentimentos de culpa e insatisfação quando o seu modelo de vida não parece estar à altura das expectativas idealizadas.

#### **4. Diversidade das práticas contemporâneas: os novos contornos e expressões da maternidade**

O debate sobre a maternidade e as suas práticas não é seguramente novo, como fica patente por tudo quanto foi já discutido e exposto até ao momento. Em todo o caso, trata-se efectivamente de uma temática que se reveste de total actualidade e interesse nos nossos dias, sobretudo em função da transformação do papel da mulher na nossa sociedade e da emergência de valores como a individualização e a autonomia pessoal nas trajectórias de vida dos indivíduos, incluindo agora e de modo cada vez mais persistente, as mulheres (Solé & Parella, 2004). Dito de outro modo, a maternidade, pela sua omnipresença na história das sociedades e, em particular, na história das mulheres, foi durante séculos utilizada de modo a limitar e até a ausentar o universo feminino da cena social, cultural e política, relegando-o exclusivamente para as tarefas de procriação e prestação de cuidados. Todavia, as transformações sociais, políticas e ideológicas a que vimos assistindo desde a segunda metade do século XX em muito contribuíram para que actualmente outras leituras da identidade feminina sejam possíveis, retirando-lhe esta unidimensionalidade (Joaquim, 1992; Relvas, 2002).

Em consonância com a nova posição social da mulher e com a sua consolidação no assumir de novos papéis e funções nas sociedades contemporâneas, paralelamente à diversificação dos arranjos familiares e às novas formas de família, também a maternidade vai sendo traduzida na actualidade em novos significados e discursos. Pretendemos justamente, neste ponto do capítulo, discutir e analisar os significados renovados que a função materna tem vindo a adquirir no discurso contemporâneo, salientando a heterogeneidade e a diversidade das novas formulações da maternidade, em virtude dos principais factores sociais e políticos que para tal têm vindo a contribuir.

Dissecamos ainda a presença, mais ou menos subtil, dos conceitos e valores tradicionais nos discursos actuais, descortinando de que modo a ideologia convencional da maternidade se faz presente e influencia, enquanto *background* ideológico, as

experiências subjectivas e os processos de construção identitária de muitas novas e futuras mães, alimentando sentimentos de insegurança e de inadequação.

Finalmente, a dissonância entre determinados preceitos ideológicos e a vivência da maternidade é examinada de modo mais extensivo em relação a um grupo particular e crescente de mulheres – aquelas que se definem como “mães trabalhadoras” e que assumem a carreira como um vector igualmente significativo do seu projecto de vida, atribuindo-lhe uma dimensão relevante de investimento afectivo e de concretização pessoal.

#### **4.1. Novas práticas, múltiplas trajectórias**

Na sua análise reflexiva dos significados historicamente associados à maternidade e das novas formas de significação do fenómeno na contemporaneidade, Solé e Parella (2004) salientam e discutem as “novas” formas de expressão da maternidade a que assistimos nos dias de hoje, argumentando que, pela sua diversidade, elas questionam, matizam e debilitam, nas práticas quotidianas, o modelo tradicional da “maternidade intensiva”, baseado numa mãe dedicada a tempo inteiro aos seus filhos e que se impôs entre as classes médias e as classes altas ocidentais durante um breve período histórico. Não ignorando a sua dimensão inextricavelmente biológica, as autoras argumentam que a maternidade deve ser estudada como relação cultural e historicamente variável, em função dos recursos e dos constrangimentos culturais e materiais particulares que são disponibilizados em cada momento histórico. Alertam ainda para o facto da maternidade ser uma experiência que tem lugar e que é desempenhada em contextos sociais específicos e muito diversificados, pelo que os significados que lhe estão associados terão necessariamente que ser igualmente diversos e diferenciados (Solé & Parella, 2004). Do seu ponto de vista, o quadro de mudança social que caracteriza as últimas décadas exige que o estudo dos novos significados e expressões do exercício da maternidade seja enquadrado no contexto global de transformação da instituição familiar e da emancipação do colectivo feminino.

Com efeito, tal como pretendemos evidenciar no início deste capítulo, as representações, significados e valor atribuídos à maternidade não são dissociáveis da própria evolução do conceito de família e da sua estruturação. Neste sentido, as transformações profundas a que o modelo de família tradicional tem vindo a ser sujeito, assistindo-se à emergência de modalidades mais flexíveis e diversificadas de

organização familiar e que se distingue pela maior liberdade e autonomia dos indivíduos na determinação das suas trajetórias de vida e na variedade de arranjos sociais (famílias reconstituídas, monoparentais, homossexuais), são um elemento incontornável para uma reflexão profunda em torno da expressão e exercício da maternidade. Salientamos então quatro tendências básicas que ajudam a caracterizar estes novos modelos familiares: a emergência dos valores da individualização e da autonomia pessoal; o incremento da ruptura matrimonial e o aumento das taxas de co-habitação em detrimento do casamento; o aumento da idade média do primeiro casamento e do primeiro filho e a redução das taxas de natalidade; e a incorporação massiva da mulher no mercado de trabalho, entendida por alguns como a mudança mais significativa ocorrida na vida das mulheres desde o pós-guerra (Coelho, 2003; Fidalgo, 2003; Solé & Parella, 2004).

#### **4.1.1. Emergência dos valores da individualização e da autonomia pessoal e incremento da ruptura matrimonial**

No contexto da emancipação feminina a que temos vindo a assistir nos países ocidentais no decorrer das últimas décadas, observa-se concomitantemente uma profunda transformação no papel que a mulher assume dentro da própria família e uma redefinição das relações íntimas, baseadas agora numa maior negociação interna e igualitarismo entre os membros do casal (Solé & Parella, 2004). Neste sentido, o fundamento da família e da conjugalidade deixa de ser exclusivamente a procriação e a organização social, para se enfatizar decisivamente a partilha voluntária de um projecto de vida comum, assente na afectividade.

Justamente pelo facto da conjugalidade se converter, deste modo, numa escolha livre e partilhada, na qual se valoriza a relação afectiva como realização e vivência da felicidade pessoal, estas uniões tornaram-se mais instáveis e sujeitas a rupturas. Dito de outro modo, a fragilidade e possibilidade de dissolução das uniões conjugais aumentam na mesma proporção em que se abre lugar à liberdade e revogabilidade e se entendem como obsoletos os valores do sacrifício e compromisso vitalício que mantinham os casamentos em épocas anteriores (Solé & Parella, 2004).

Em função desta alteração de valores e do conseqüente aumento nas taxas de rupturas conjugais, observa-se hoje em todas as sociedades desenvolvidas um número crescente de famílias com um só adulto provedor de sustento (famílias monoparentais)

e/ou em que só um adulto (em geral, a mãe) se ocupa da responsabilidade quotidiana de prestação de cuidados aos filhos (Coelho, 2003). Da mesma forma, assiste-se a uma multiplicação do número de famílias recompostas, após uma ou mais situações de divórcio.

#### **4.1.2. Aumento da idade média do primeiro casamento e do primeiro filho e descida nas taxas de natalidade**

Durante o século XX, os significativos desenvolvimentos tecnológicos e científicos em matéria de saúde reprodutiva e contracepção viabilizaram mudanças profundas nas escolhas reprodutivas das mulheres e catalizaram transformações relevantes em matéria de valores sociais e ideológicos (Tardy, 2000). A maternidade adquire nesta altura um estatuto verdadeiramente de escolha livre e autónoma, no sentido em que a sua planificação e programação passa a ser acessível a um número crescente de mulheres com a democratização e divulgação gradual dos métodos anticoncepcionais.

Actualmente, a maioria dos casais planeia o *timing* e o número de filhos que deseja ter e cada vez mais se assiste à decisão de muitos deles quanto a não ter filhos, orientando o seu projecto de vida a dois para a concretização de outras metas e objectivos comuns. Esta realidade pressupõe uma importante transformação de valores, se recordarmos que até há poucas décadas atrás se considerava indispensável a consumação do casamento através dos filhos e se entendia o casamento como o caminho natural para a realização dessa função reprodutiva (Solé & Parella, 2004).

Algumas das consequências desta margem de autonomia e de escolha no planeamento familiar dos casais contemporâneos correspondem ao decréscimo das taxas de natalidade, bem como ao atraso significativo na idade em que as mulheres têm o primeiro filho, associado frequentemente ao adiamento da idade do casamento (Coelho, 2003; Fidalgo, 2003; Relvas, 2002; Solé & Parella, 2004). Obviamente que para esta nova realidade demográfica também contribuirão factores como a integração crescente das mulheres no mercado de trabalho, o seu acesso a níveis cada vez mais elevados de formação académica e, conseqüentemente, a manutenção de expectativas e aspirações quanto ao desenvolvimento de carreiras profissionais exigentes e gratificantes (Alberdi, Escario & Matas, 2000; Relvas, 2002; Solé & Parella, 2004).

Solé e Parella (2004) destacam ainda um outro fundamento para o adiamento da maternidade, precisamente porque entra em conflito com os novos estilos de vida das mulheres e dos casais da actualidade – a subsistência da ideologia da maternidade intensiva. Em seu entender, o desajuste entre as directivas presentes nesta ideologia e o estilo de vida dos casais modernos, ou entre a simbologia e as práticas possíveis, alimenta sentimentos de culpa e conflitos emocionais difíceis de solucionar pelas mães ou futuras mães, preocupadas com o facto de que o seu estilo de vida não lhes permita atingir os níveis de exigência que socialmente se espera de uma mãe (Solé & Parella, 2004). A este propósito referem os resultados de um estudo realizado em Espanha sobre as atitudes das mães trabalhadoras com filhos menores, sublinhando a contradição que estes espelham (Tobío, Arteta, Fernández-Cordón 1998, cit. Solé & Parella, 2004). Ainda que as mulheres entrevistadas adoptem uma posição muito favorável à manutenção do emprego e de carreiras profissionais femininas, quando questionadas acerca de qual a situação ideal para os filhos, quase metade das participantes considera que é preferível que a mãe não trabalhe e apenas 9,5% entende que é melhor para os filhos que a mãe trabalhe a tempo inteiro.

#### **4.1.3. Incorporação massiva da mulher no mercado de trabalho**

Finalmente, a entrada progressiva e sustentada das mulheres no mercado de trabalho desde meados do século XX e a afirmação de expectativas de carreira e de uma dimensão vocacional e laboral como vectores valorizados nas trajectórias de vida do colectivo feminino veio igualmente contribuir para mudanças inegáveis na estrutura familiar (Alberdi *et al*, 2000; Fursman, 2002). Na maioria dos países da Europa ocidental, as famílias são hoje compostas por pai e mãe com actividade remunerada, observando-se cada vez mais o fim da chamada “família tradicional”, na qual o pai e marido exercia a sua actividade remunerada no exterior para prover ao sustento da família (*breadwinner*) enquanto a mulher e as crianças se adaptavam ao seu projecto profissional, assegurando a mulher as tarefas domésticas (*housekeeper*) (Coelho, 2003). Actualmente, a maioria das famílias estrutura-se em torno de dois projectos individuais de carreira, com os inerentes riscos de não compatibilidade e a incontornável dificuldade de investimento temporal e afectivo nas crianças<sup>6</sup> (Coelho, 2003).

---

<sup>6</sup> Note-se, contudo, que este modelo familiar em que ambos os progenitores mantêm empregos remunerados fora de casa não é de modo algum novo, pelo contrário, várias gerações de mães da classe trabalhadora tiveram que integrar a maternidade e uma

Adicionalmente, gostaríamos de destacar outras tendências actuais que contribuem para uma diversificação e heterogeneização dos modelos familiares, designadamente o aumento do número de pessoas que vivem sozinhas e também o surgimento de novos tipos de família (dois adultos do mesmo sexo com ou sem crianças a seu cargo) (Coelho, 2003).

#### **4.2. Manutenção do ideal da maternidade intensiva**

Um aspecto relevante nas nossas sociedades desenvolvidas e industrializadas actuais é o facto de, pese embora todas estas transformações no papel social da mulher e as diversificações observadas na instituição familiar tradicional, o modelo conservador da “maternidade intensiva” permanecer profundamente enraizado no imaginário colectivo, inclusive das próprias mulheres (Fidalgo, 2003; Solé & Parella, 2004). Esta ideologia de natureza prescritiva e intensiva constitui uma imagem cultural poderosa e dominante sobre aquilo que uma mãe deve ser e fazer, fazendo-se sentir de modo mais ou menos explícito nos discursos sociais actuais, não obstante a evidência de que se encontra cada vez mais em dissonância com o novo papel da mulher na sociedade e com as novas realidades familiares (Choi *et al*, 2005; Fursman, 2002). Aliás, na opinião de Fidalgo (2003), actualmente a ideologia da maternidade intensiva será até mais extensiva e elaborada quando a tendência das mulheres para a participação no mercado de trabalho em tarefas cada vez mais especializadas é um facto incontornável (Fidalgo, 2003). A este respeito, refere o estudo de Woodward (1997, cit. Fidalgo, 2003), no qual a autora analisou o importante papel regulador de algumas das revistas femininas do Reino Unido, dirigidas à classe média e média alta, e nas quais se mantém a noção de “boa mãe” e a associação entre maternidade e feminilidade. Todavia, mais do que isso, estes discursos passam a incluir no conceito de “boa maternidade” tarefas que ultrapassam o cuidar materno e contêm exigências inatingíveis para as mulheres, fazendo a apologia da “super-mãe”. Como concluiu a autora, “folhear uma das revistas femininas dos anos 90 é deparar com mães bem-sucedidas, empenhadas nas suas carreiras, belas, inteligentes e elegantes. Configuram um retrato de mulher realizada na maternidade, sem deixarem de se empenhar na carreira” (Fidalgo, 2003, p. 163).

---

ocupação laboral nas suas experiências de vida. O que podemos discutir como sendo efectivamente uma realidade mais recente é a extensão também às famílias de classe média e alta deste padrão familiar em que ambos os elementos do casal assumem um emprego remunerado (Solé & Parella, 2004).

Em Portugal, um estudo recente (Dias, 2006) orientado para uma análise e compreensão dos discursos culturais veiculados pelos *media* sobre a mulher, as relações de género e a violência, dá conta de um conjunto de conclusões muito semelhantes, destacando-se o facto da construção discursiva acerca da maternidade constituir uma das mais estáveis e consistentes ao longo dos anos. Neste trabalho, A. R. Dias (2006) propõe uma abordagem cultural à violência conjugal, analisando os conteúdos discursivos de um total de 10 revistas de tiragem mais significativa no nosso país, publicadas entre os anos de 1965 e 2006 e orientadas para diferentes públicos alvo (mulheres, adolescentes, homens e sociedade em geral). Da sua análise conclui-se que a representação mediática da maternidade, a par com a temática das relações de conjugalidade, é uma daquelas em que as concepções mais tradicionais tendem a manter-se. Deste modo, a maternidade continua a ser apresentada numa tonalidade muito positiva e em articulação com a feminilidade, mantendo-se associada à felicidade, maturidade e realização da mulher e apontada como um factor de consolidação do casamento ou da relação de casal (Dias, 2006). Como salienta a autora, apesar de se associar à maternidade um número crescente de dificuldades, nomeadamente a conciliação entre as responsabilidades profissionais e o papel de mãe, de um modo geral o discurso tende a apresentar as responsabilidades profissionais como um impedimento ao exercício da maternidade e não o inverso, ou seja, a exigência das tarefas de prestação de cuidados às crianças como obstáculo à carreira (Dias, 2006). Dito de outro modo, actualmente o discurso mediático veicula a expectativa de que a mulher seja capaz de conciliar a maternidade com a carreira, mas quando tal não sucede, o cuidado e a educação dos filhos deverá aparecer como prioridade apresentando-se à mulher uma de duas alternativas – o adiamento da maternidade até uma altura em que possa assumi-la na plenitude (leia-se, com grande investimento de tempo e energia), ou o abandono da carreira para assumir o seu papel de mãe (sendo esta opção mais imediata e recorrente nos exemplos mediáticos analisados).

A autora conclui que, não obstante a divulgação dos direitos de igualdade da mulher e as mudanças contemporâneas operadas na família e nas relações de conjugalidade, os resultados obtidos neste estudo revelam que as transformações culturais e sociais ao nível das relações de género não foram tão profundas quanto se poderia supor (Dias, 2006). Globalmente, a representação da mulher no discurso mediático ao longo dos anos não rompeu com a definição tradicional de feminilidade (associada à beleza/sedução, emotividade/sensibilidade) e o discurso acerca das relações

e papéis de género mantêm grandes continuidades, nomeadamente no que se prende com a ênfase na esfera doméstica e materna como função central da mulher e como a sua principal fonte de realização e felicidade pessoal. Neste sentido, o discurso veiculado pelos meios de comunicação continua a espelhar a associação da realização pessoal da mulher ao contexto da conjugalidade e à maternidade, impondo, na actualidade, um ideal de “super-mulher”, capaz de conciliar as responsabilidades familiares (mãe, esposa e dona de casa), profissionais, sociais e pessoais (que implicam realizar-se em todas as áreas de vida e cuidar de si).

Esta realidade é tão mais significativa, quanto atendermos à importância e ao papel dos discursos mediáticos enquanto recursos culturais de relevo e com impacto profundo na construção cultural da feminilidade e das relações de género, podendo, por isso, funcionar como factores facilitadores ou repressores da mudança, ampliando ou restringendo as possibilidades de construção de significados alternativos (Dias, 2006). Ora, esta directiva cultural mais recente reflectida nas imagens da “supermãe”, que tem sucesso na sua carreira sem fazer quaisquer concessões à maternidade, enquanto faz tudo aquilo que se espera que as “boas mães” façam, acaba por ser igualmente opressiva, porque implica que as mulheres possam cumprir as prescrições culturais da maternidade tradicional e as elevadas exigências do mundo profissional, sem modificar as imposições de nenhum (Lewis, 1991).

Um outro aspecto relevante para esta discussão prende-se com o facto do discurso científico, todavia, ter vindo a registar alterações significativas no modo como aborda e teoriza a parentalidade, passando a salvaguardar de modo mais relevante o papel do pai nas funções menos tradicionais de prestação de cuidados. Designadamente a partir das décadas de 1960 e 1970, assistimos a uma mudança da parte de alguns investigadores que passaram a observar as crianças nos seus lares naturais, o que contribuiu para um reconhecimento crescente da profunda vinculação que algumas crianças desenvolviam face aos seus progenitores masculinos (Schaffer & Emerson, 1964, cit. Phoenix & Woollett, 1991). Esta constatação parece ter conduzido a um maior interesse na participação dos pais na educação e prestação de cuidados aos seus filhos, caminhando-se para um entendimento de que pais e mães constituem referências igualmente importantes no desenvolvimento da criança e que, com tal, a responsabilidade pelas tarefas de prestação de cuidados, pela definição das práticas educativas e pela construção de uma base de segurança afectiva deverão ser o mais possível partilhadas (Phoenix & Woollett, 1991; Sommerfield, 1989). Neste sentido, na



literatura médica e psicológica a noção de *parentalidade* substituiu-se cada vez mais ao conceito de *maternidade*.

No entanto, se bem que, por um lado a imagem da mulher se tenha modificado dramaticamente e já não compreenda apenas o papel de mãe e esposa “perfeita”, e por outro lado, a investigação na área do desenvolvimento infantil sublinhe a importância da vinculação afectiva a ambos os progenitores e aponte cada vez mais claramente para o facto das crianças poderem (e deverem) ser igualmente cuidadas pela mãe e pelo pai, estas mudanças não parecem ter sido acompanhadas por uma transformação da auto-imagem da mãe. Quer isto dizer que as mudanças estruturais que permitiram que a mulher se integrasse na esfera pública não corresponderam a mudanças simbólicas relativamente à maternidade “ideal”, pelo que no contexto cultural das sociedades actuais e no nosso imaginário colectivo persistem claramente reminiscências relevantes do modelo tradicional da maternidade “intensiva” (Solé & Parella, 2004).

É a manutenção desta ideologia que tem contribuído para um sentimento de culpa e frustração em muitas mulheres, que não conseguem, na sociedade actual, corresponder a estas expectativas de maternidade exigentes e cada vez mais inalcançáveis. Inevitavelmente ela constitui o *standard* para o que é uma “boa mãe” e o que é uma “má mãe”, reflectindo o ideal relativamente ao qual as mulheres se avaliam e relativamente ao qual os outros avaliam as mulheres, tornando muitas vezes difícil para as mães expressarem a sua insatisfação e sentimentos negativos acerca da maternidade sem a culpa ou o medo de serem consideradas “más mães” (Choi *et al.*, 2005). Assim, cada vez mais frequentemente, a mãe ou futura mãe sente-se pressionada entre a exigência que coloca a si mesma de ser uma “boa mãe” e de se dedicar ao cuidado dos seus filhos e a determinação e necessidade de desfrutar de uma vida própria e de uma carreira profissional de sucesso (Solé & Parella, 2004).

Acresce que, como sublinha Oakley (1984) a dimensão essencialista e biologizante que repetidamente tem sido associada à maternidade na ideologia tradicional sugere a expectativa de uma adaptação fácil e imediata a todas as tarefas de prestação de cuidados ao bebé, assim como reflecte uma representação de todo o processo gravídico e também da função materna caracterizada por uma tonalidade afectiva extremamente positiva. Consequentemente, esta romantização das várias fases e elementos da maternidade impõe às mulheres a sua vivência enquanto uma experiência absolutamente monopolizadora e satisfatória, silenciando dimensões menos

agradáveis deste processo (Bailey, 1999; Nelson, 2003; Raeff, 1996; Seibold, 2004; Smith, 1991, 1999). Assim, a poderosa pressão cultural e social para que as mulheres desfrutem da maternidade como um momento de profunda realização pessoal, contribui em larga medida para que estas se sintam incapazes de dar voz aos seus medos, inseguranças e decepções, e que dificilmente se permitam admitir uma vivência menos positiva desta fase, criando-se uma espécie de “tabu” em torno dos aspectos menos positivos desta experiência (Tardy, 2000).

Estes imaginários, construídos a partir da veiculação de modelos apresentados como “ideais” ou “normais”, reforçam a insegurança e o sentimento de culpa de muitas jovens mães, sobretudo as que têm uma vida diária mais complicada e difícil de gerir ou daquelas que não podem ou não querem ajustar-se a estes padrões (Solé & Parella, 2004). Como tal, alguns autores acentuam a necessidade de se abordar a maternidade na sua realidade diversificada e heterogénea, assumindo que ela pode ser, e efectivamente é, realizada culturalmente de formas muito diversas, desafiando estas dinâmicas de subordinação historicamente construídas através de uma desconstrução das imagens idealizadas e da elaboração de discursos alternativos de resistência à culpa, que demasiadas vezes ensombra a vida das mães (Fidalgo, 2003; Solé & Parella, 2004).

#### **4.3. Mães trabalhadoras: o desafio da visão tradicional**

Coloca-se aqui uma questão particularmente pertinente se pensarmos que estas ideologias tradicionais da maternidade estão cada vez mais em dissonância com o actual papel da mulher na sociedade ocidental. Como referimos anteriormente, nos dias de hoje é comum que as mulheres possuam expectativas de uma participação mais activa na vida social, valorizando uma carreira profissional e o conseqüente reconhecimento público e assumindo um papel mais proactivo na política e cidadania (Alberdi *et al.*, 2000; Solé & Parella, 2004). A este respeito referimos o fenómeno de feminização do mercado de trabalho, apontado como uma realidade em vários países ocidentais, nomeadamente nos Estados Unidos e na União Europeia (Coelho, 2003; Rebelo, 2002; Riggio, 2006).

A actividade profissional feminina, nomeadamente em Portugal, tem sofrido um acréscimo no decorrer das últimas décadas, e considerando especificamente a situação

particular das mulheres da classe média<sup>7</sup> e com acesso a níveis de formação superior, parece existir uma importante dimensão de realização pessoal nas suas escolhas profissionais (Rebelo, 2002). É precisamente este grupo de mulheres, que escolhem uma ocupação profissional essencialmente pelo prazer que daí retiram e não unicamente pela necessidade económica, que é mais fortemente atingido pelos discursos tradicionais da maternidade (Fursman, 2002).

Ao integrarem de modo cada vez mais significativo o mercado de trabalho, as mulheres deparam-se também com uma nova realidade e cultura profissional que, no contexto das transformações económicas e sociais das últimas décadas e da consequente competição produtiva numa escala globalizada, se caracteriza pela necessidade de mercados de trabalho mais flexíveis e adaptáveis. Neste âmbito, salientam-se duas tendências de mercado importantes no que concerne ao desempenho das funções profissionais das mulheres: por um lado, temos vindo a assistir a uma proliferação de formas de prestação de trabalho “não convencionais” como o trabalho em *part-time* ou o trabalho temporário, isto é, formas de emprego, em geral, precárias e mal remuneradas; por outro lado, tem vindo igualmente a consolidar-se um segmento de mercado de trabalho constituído por profissionais altamente qualificados e bem remunerados que desempenham tarefas complexas e operam em equipa (Coelho, 2003).

Neste sentido, as mulheres com elevados níveis de formação e qualificação profissional, aquelas que efectivamente investem no desenvolvimento de uma carreira, deparam-se muitas vezes com uma ideologia laboral em que um elevadíssimo nível de dedicação ao trabalho é condição de participação em carreiras promissoras e bem remuneradas, pois, dada a concorrencialidade reinante, alguém as substituirá no caso de não se conformarem com as regras em vigor (Coelho, 2003; Fursman, 2002). Trata-se de uma cultura profissional em que se sugere que “o trabalhador ideal é aquele que nunca dorme, nunca come, nunca tem filhos e nunca perde tempo a socializar fora do local de trabalho” (Carnoy, 1999, p.417, cit. Coelho, 2003).

Esta cultura do mundo profissional, continuando a ignorar largamente a entrada crescente das mulheres na força de trabalho, desenha expectativas irrealistas e demasiado exigentes de dedicação às funções profissionais ao apontar para uma imagem profissional ideal construída à medida dos padrões de vida tradicionais e do estilo de

---

<sup>7</sup> Importa referir que, como veremos, este fenómeno de entrada crescente das mulheres no mercado de trabalho inclui uma grande heterogeneidade de situações que não se limitam àquela que aqui consideramos, mas que abrange igualmente as mulheres de classes mais desfavorecidas e as famílias monoparentais, cuja motivação profissional estará muitas vezes mais associada a questões financeiras do que vocacionais.

vida masculino (Lewis, 1991). De acordo com esta ideologia profissional, espera-se que os trabalhadores secundarizem todos os seus outros papéis sociais, entendendo-se que o verdadeiro sucesso só é habitualmente alcançado quando o investimento na carreira é a prioridade máxima na vida dos indivíduos (Fursman, 2002).

Constata-se, por isso, a existência de uma exclusividade mútua nas construções sociais da maternidade e da carreira profissional que, inevitavelmente, tem um impacto importante nas experiências das mulheres trabalhadoras com ou sem filhos, produzindo dilemas de identidade e ambivalências emocionais (Lewis, 1991). Com efeito, as mulheres que pretendem conciliar a maternidade com uma ocupação profissional exigente vêem-se frequentemente presas a um duplo conflito, não só as exigências de uma ideologia tradicional da maternidade parecem cada vez mais incompatíveis com esta realização, como também a própria cultura do mundo laboral, sobretudo no caso daquelas que assumem funções profissionais de responsabilidade e com elevado nível de especialização, tende a olhá-las como trabalhadores menos disponíveis e dedicados. Os papéis duplos das mulheres na sociedade moderna reflectem um desafio para as suas identidades, mais do que para os homens, com os teóricos tradicionais a continuarem a argumentar que as mulheres não podem ser profissionais bem-sucedidas se quiserem preencher a concepção tradicional da maternidade (Venker, 2004; cit. Riggio, 2006). Ou seja, este grupo crescente de mulheres vê-se confrontado com a necessidade de dar resposta, não só a um ideal cultural de “boa mãe”, como também, e simultaneamente, a um ideal cultural de “boa profissional” (Fursman, 2002; Hays, 1996; Johnston & Swanson, 2006; Solé & Parella, 2004).

As mães estão expostas a estes conceitos e directivas através dos meios de comunicação social, das opiniões de amigos e família ou até do discurso de profissionais de saúde e empregadores, deparando-se frequentemente com expectativas contraditórias – por um lado, não se espera que, enquanto mães se envolvam na construção de uma carreira profissional exigente, mas por outro lado, as mulheres com formação que optam pela maternidade a tempo inteiro, ou mesmo pelo trabalho a tempo parcial, são frequentemente acusadas de estarem a desperdiçar oportunidades educacionais (Lewis, 1991). Num estudo realizado com um total de 60 casais que incluíam casais sem filhos, pais com filhos pequenos e casais que estavam à espera do seu primeiro filho, com os quais foram conduzidas entrevistas em profundidade para explorar questões relacionadas com fontes e manifestações de *stress*, Lewis (1991) verificou que as mães trabalhadoras relatam substancialmente mais conflito do que os

pais e do que as mulheres trabalhadoras sem filhos. O conflito resulta parcialmente do facto das mães trabalhadoras terem múltiplas responsabilidades e da absoluta dificuldade em responderem às exigências associadas a cada uma delas, assim como do ideal subjacente de uma relação mãe-filho próxima e exclusiva.

As tendências e directrizes laborais que o emprego feminino tem assumido são efectivamente apontadas como elementos chave nas alterações observadas na prática e fenomenologia da maternidade, pelo que têm vindo a ser alvo de um vasto corpo de investigação e teorização (Arendell, 2001).

Efectivamente, face a esta nova realidade social, e sobretudo a partir dos anos 70, a questão da maternidade vê-se reflectida também na área da investigação psicológica e sociológica, a qual manifesta uma grande preocupação com a conciliação desta transição desenvolvimental e da sua conseqüente nova dimensão identitária com a manutenção de uma ocupação profissional por parte das mulheres. Num trabalho recente, Riggio (2006) faz uma interessante revisão das orientações que esta investigação tem vindo a sofrer nas últimas décadas, salientando a sua centração inicial no impacto do emprego maternal no desenvolvimento das crianças, seguida de alguma preocupação com os efeitos deste factor nas mães e, mais presentemente, com a transição para uma abordagem mais sistémica e focada nas respostas da família com um todo.

Ainda que possamos considerar alguma contradição nos resultados, a verdade é que cada vez mais trabalhos revelam um padrão consistente de ausência de efeitos negativos a curto e a longo prazo da ocupação profissional das mães no desenvolvimento infantil (cf. Riggio, 2006). De facto, alguns estudos sugerem mesmo resultados positivos para as crianças da ocupação profissional das mães, nomeadamente para o seu desenvolvimento cognitivo e sócioemocional (Lewis, 1991; Makri-Botsari & Makri, 2003; Vandell & Ramanan, 1992; cit. Riggio, 2006). Nesta mesma linha, Riggio (2006) menciona igualmente as principais conclusões de um extenso corpo de estudos desenvolvidos nos Estados Unidos focados nas conseqüências da educação pré-escolar (dirigida a crianças com idades entre os 0 e os 5 anos) e da primeira infância, as quais indicam efeitos a longo prazo, positivos e persistentes, nomeadamente melhorias significativas no funcionamento e desempenho cognitivos e académicos, relações sociais mais positivas, níveis mais elevados de bem-estar emocional e psicológico e

maior felicidade parental e familiar (Gorey, 2001; Hadeed & Sylva, 1999; Nelson, Westhues, & McLeod, 2003; Ramey et al., 2000; cit. Riggio, 2006).

Uma outra área que tem sido investigada a este respeito, prende-se com o impacto nas crianças, em termos comportamentais e de desenvolvimento, da frequência de estabelecimentos de creche e ensino pré-escolar desde idades muito precoces e durante horários semanais prolongados. A este respeito Riggio (2006) refere os resultados de alguns estudos que efectivamente sugerem que, as crianças que frequentam este tipo de recursos educativos e que aí permanecem por períodos superiores a 35 horas por semana, tendem a exibir níveis superiores de desobediência, de problemas de externalização e de conflitos quando comparadas com outras crianças (NICHD Early Child Care Research Network, 2003, cit. Riggio, 2006). Contudo, a autora apresenta igualmente outros estudos que não encontram efeitos negativos para as crianças da frequência destes recursos (Booth, Clarke-Stewart, Vandell, McCartney, & Owen, 2002; Caruso, 1996; Love et al., 2003; Youngblut, Loveland-Cherry, & Horan, 1995; cit. Riggio, 2006), sendo que alguns indicam mesmo efeitos positivos no desenvolvimento infantil quando se trata da frequência de estabelecimentos de elevada qualidade, particularmente no caso de crianças de estratos socioeconómicos baixos (Menaghan, 2005, cit. Riggio, 2006).

Numa segunda linha de investigação em torno do emprego maternal, mais orientada para o escrutínio dos níveis de bem-estar psicológico das mães trabalhadoras, a literatura sugere que, de uma forma geral, uma ocupação laboral satisfatória tem um efeito positivo na saúde psicológica e na satisfação com a vida por parte das mulheres (e das mães) (Barnett & Hyde, 2001; Barnett, Marshall, Raudenbush, & Brennan, 1993; Baruch & Barnett, 1986; Helms-Erikson, Tanner, Crouter, & McHale, 2000; cit. Riggio, 2006).

O factor muitas vezes referido de excesso de trabalho e maior *stress* emocional sentidos pelas mães trabalhadoras parece constituir efectivamente uma realidade, mas sobretudo quando se trata de ocupações profissionais insatisfatórias e desgastantes (Bjoenberg, 1998; cit. Riggio, 2006), quando têm que se adequar a horários inflexíveis (Barnett & Gareis, 2000; Galambos & Walters, 1992; cit. Riggio, 2006) ou quando as organizações laborais não apoiam as necessidades parentais (Polasky & Holahan, 1998; cit. Riggio, 2006). Da mesma forma, este impacto negativo da manutenção de uma ocupação profissional é visível em situações em que as mulheres são

desproporcionalmente responsáveis pelos cuidados aos filhos e pelas tarefas domésticas ou quando a sua licença de maternidade não é suficientemente longa (Aryee, Luk, Leung, & Lo, 1999; Hughes & Galinsky, 1994; Hyde, Essex, Clark, & Klein, 2001; cit. Riggio, 2006). Globalmente, existem evidências de múltiplos benefícios para as mulheres da manutenção de uma carreira profissional, mesmo depois de se tornarem mães. Neste sentido, ainda que as diversas responsabilidades possam produzir conflito, elas também oferecem oportunidades para o desenvolvimento da criatividade, para a promoção de uma maior auto-realização e para o desenvolvimento de relações profissionais enriquecedoras, pelo que o trabalho remunerado pode preencher necessidades sociais e psicológicas importantes (Lewis, 1991).

Todavia, apesar das indicações de que o emprego maternal por si só não é prejudicial para as crianças e pode até beneficiá-las, também ao aumentar a saúde psicológica materna, a visão prevalente nos discursos do senso comum e da sociedade em geral parece continuar a apontar estas mulheres como egoístas e incapazes de oferecer uma maternidade de qualidade (Lewis, 1991; Riggio, 2006; Tizard, 1991), o que revela a influência poderosa das visões tradicionais da “boa” maternidade.

Mais recentemente, não obstante persistir alguma atenção científica aos resultados do emprego maternal no equilíbrio e bem-estar das crianças e das mães, a investigação começa actualmente a orientar-se de forma mais acentuada para o estudo do impacto e das respostas da família como um todo ao emprego maternal, o que traduz uma mudança para um foco no sistema familiar e no seu ajustamento à estrutura de dois trabalhadores, distanciando-se das perspectivas que tratam este tema do equilíbrio entre trabalho e família como uma questão exclusiva das mulheres (Halpern, 2005, cit. Riggio, 2006).

A este propósito, Riggio (2006) aponta um conjunto de estudos que têm vindo a evidenciar alterações no funcionamento das famílias com vista a dar resposta às novas exigências desta realidade de mulheres que conciliam a maternidade com carreiras exigentes, materializadas na adopção de estratégias de gestão da vida quotidiana em que, por exemplo, os homens começam a assumir maiores responsabilidades pelas tarefas domésticas e de prestação de cuidados aos filhos do que aquilo que acontecia no passado. Ainda que as mulheres continuem a ser desigualmente responsabilizadas por este conjunto de funções familiares e domésticas, parecem existir alguns indicadores de que o papel dos homens na família está em mudança, mostrando-se cada vez mais

comprometidos com os seus papéis de pais e com a manutenção da unidade familiar, revelando que a partilha destas tarefas é uma opção adaptativa para estas famílias (Adams & Jex, 1999; Zimmerman, Haddock, Current, & Ziemba, 2003; cit. Riggio, 2006).

Porém, alguns autores têm alertado para a necessidade da sociedade em geral se acomodar e adaptar a estas novas realidades, contribuindo para uma atenuação das dificuldades e conflitos com que se deparam estas novas famílias, designadamente através de políticas sociais que abordem e dêem resposta cabal às suas necessidades particulares, sem atribuir a culpa por essas necessidades às mães trabalhadoras. Neste sentido, salienta-se a necessidade de políticas sociais mais orientadas para a família, no sentido de encorajar os progenitores a partilhar os cuidados aos filhos e a combiná-los com o emprego remunerado, bem como permitir o desenvolvimento de padrões laborais mais flexíveis e de percursos de carreira alternativos (Lewis, 1991; Riggio, 2006). Da mesma forma, sublinha-se que as organizações e estruturas políticas terão necessariamente que repensar as orientações vigentes quanto a instituições para a infância e para a terceira idade, licenças por baixa médica e programas de licença de paternidade, da mesma forma que as ciências sociais deverão insistir na investigação em torno de uma maior compreensão das famílias trabalhadoras, das suas necessidades e formas de maximizar a sua saúde, produtividade e bem-estar (Riggio, 2006).

Numa obra em que procura discutir as recentes dinâmicas socio-económicas do trabalho e do emprego, Glória Rebelo (2002) também concede especial destaque à actividade laboral feminina e às consequências para as mulheres das novas práticas laborais, designadamente ao nível das políticas de gestão do tempo e do local de trabalho. A este respeito, a autora defende que, dependendo a vida das empresas fundamentalmente das pessoas que nelas trabalham, aquelas não podem alhear-se das transformações e das vivências que ocorrem no quotidiano das pessoas, sob pena de se confrontarem com problemas de decréscimo de produtividade e de aumento dos conflitos entre o trabalho e a família. Uma das principais fontes de conflito e tensão, é cada vez mais a gestão e organização dos tempos de trabalho, habitualmente da responsabilidade dos empregadores e não dos trabalhadores, o que levanta, sobretudo para as mulheres, muitas dificuldades na conciliação entre as responsabilidades profissionais e as funções de assistência a membros da família (Rebelo, 2002).



## 5. Reflexão e síntese final

A maternidade é importante na vida de todas as mulheres, sejam ou não mães, queiram ou não sê-lo, porque historicamente as mulheres sempre foram (e ainda são) definidas em termos da sua relação com a maternidade. O percurso histórico que apresentámos, orientado para a reflexão em torno dos diferentes significados que lhe foram sendo endossados e do valor que socialmente lhe foi sendo (ou não) reconhecido, reflecte esta omnipresença da função materna na delimitação da própria feminilidade e na construção da imagem social da mulher.

Assim, partilhamos da noção de que tornar-se mãe está entre as maiores transições desenvolvimentais do início da idade adulta e enfatizamos, ao nível individual, o processo de transformação da identidade pessoal como um dos grandes desafios que a maternidade supõe (Bailey, 1999; Nelson, 2003; Raeff, 1996; Seibold, 2004; Smith, 1991, 1999). Importa, contudo, lembrar que nenhuma mulher é exclusivamente mãe – ao chegar a este momento de transição para a maternidade, qualquer mulher transporta consigo um património pessoal de experiências, relações pessoais, pertenças e realizações, fruto de uma história de vida marcada também pelo seu grupo etário e socio-económico, nível educacional e ocupação profissional, estado civil e categoria étnico-racial, que irão moldar necessária e indelevelmente o significado que a maternidade assume para si. Como tal, qualquer tentativa de uniformizar a experiência feminina da maternidade e de abordar esta temática de um ponto de vista universalista e monolítico, conduzirá forçosamente a uma visão reduccionista e limitada do fenómeno e a um subjacente desrespeito pela diversidade de trajectórias e escolhas que naturalmente são assumidas pelas mulheres. Aqui incluímos também, obviamente, a possibilidade de escolha pela não maternidade e a adopção, por parte das mulheres, de percursos de vida distintos, rejeitando uma visão normativa e impositiva da maternidade enquanto via exclusiva de acesso à auto-realização e à maturidade plena.

A maternidade pode ser, na verdade, experienciada em contextos pessoais e subjectividades várias e consideravelmente distintas. Neste sentido, não devemos falar de “maternidade”, mas sim de “maternidades”, assumindo a diversidade de percursos e a multiplicidade das experiências femininas e das práticas que enquadram o fenómeno.

Acresce que a maternidade é sempre inscrita na teia das dinâmicas sociais que, em cada momento histórico, definem os constrangimentos impostos às mulheres na vivência e construção subjectiva desta sua dimensão identitária (Sévon, 2005). Mais do

que um mero evento biológico ou uma experiência exclusivamente pessoal e individual, a maternidade enquanto fenómeno recorrentemente estudado, analisado e utilizado nos discursos científico, político e social, reveste-se de um significado cultural e simbólico que tem flutuado ao longo da história. O modo como a função materna é compreendida e, como tal, o modo como as mulheres se vêem a si mesmas enquanto mães é em grande parte relacionada com o período histórico e as circunstâncias ideológicas nas quais estas ideias se desenvolvem.

Entendemos assim que, para uma cabal compreensão da maternidade e das suas diferentes expressões na nossa sociedade, não poderemos negligenciar o facto de que ela se inscreve num contexto sócio-cultural ocidental e industrializado que tem sido alvo de profundas mudanças práticas e ideológicas, que em muito alteraram o estatuto e as expectativas das mulheres quanto ao seu desempenho na sociedade. Contudo, a evolução das sociedades é um processo lento e demorado, sobretudo ao nível dos valores e dos conceitos culturalmente partilhados, pelo que o conjunto de discursos sociais que se prendem com uma ideia de maternidade intensiva e convencional parecem persistir ainda no imaginário colectivo, constituindo o contexto cultural no âmbito do qual as novas mães irão dar sentido à sua experiência subjectiva e funcionando como orientações discursivas para a construção desta nova identidade maternal.

A este respeito, a revisão da literatura efectuada sugere-nos ainda uma outra reflexão e que se prende com o facto de que, se por um lado esta versão naturalizadora e prescritiva da maternidade limita e constrange inaceitavelmente as possibilidades discursivas das mulheres na sua construção identitária, por outro lado são igualmente de realçar as consequências que estes discursos sociais têm para a estruturação da identidade paternal dos homens. De um outro modo, os homens têm sido igualmente vítimas de uma certa visão patriarcal da sociedade e, conseqüentemente da sua aplicação à definição das funções materna e paterna. Neste sentido, enquanto à mulher foram reservados os espaços da intimidade e dos cuidados à criança, o afastamento do homem durante séculos destes contextos de interacção próxima e continuada com os seus filhos traduziu-se, na verdade, na privação da possibilidade de desenvolverem igualmente uma ligação afectiva privilegiada com eles.

Uma palavra final para a escolha da temática da maternidade como ilustração dos processos de mudança identitária e de negociação no âmbito do *self* dialógico.

Por tudo quanto foi já exposto, julgamos que a transição para a maternidade e a adopção progressiva de uma nova identidade maternal constitui um desafio de suma relevância na trajectória de vida de uma mulher e assume importância a vários níveis de significação – psicológico, social, interpessoal e simbólico. Neste sentido, as experiências de transição que envolvem o nascimento do primeiro filho afirmam-se como um espaço de significação complexo e no qual se cruzam múltiplos factores e influências.

Neste contexto, interessa-nos particularmente olhar para o caso das mulheres que, ainda que cumprindo o “mandato” da maternidade no contexto de uma relação heterossexual estável, adiam a sua concretização além do recomendado pelo facto de prolongarem os seus estudos e investirem na construção de uma carreira profissional, e daquelas que, após esta concretização, não abdicam das suas metas pessoais e profissionais, delegando os cuidados às crianças em serviços e instituições. Ainda que esta seja cada vez mais a situação das mulheres dos nossos dias que têm acesso à instrução e formação superior, dada a força do ideal de uma maternidade mais tradicional e intensiva e a sua prevalência, como vimos, ainda no contexto cultural e simbólico actual, estas mulheres parecem continuar a deparar-se com fortes pressões sociais e com a necessidade de negociar escolhas delicadas (Arendell, 2001; Solé & Parella, 2004). Estas dificuldades estão relacionadas, por um lado, com uma certa censura social que ressoa, ainda que menos explicitamente, nos discursos sociais e que as associa a uma maternidade de menor qualidade e, por outro lado, com a internalização destes valores por parte das próprias mulheres sob a forma de vozes colectivas, que continuam a veicular sentimentos de culpa (cf. Roland, 2001, capítulo I).

Esta questão prende-se, como foi discutido no capítulo I, com as raízes históricas do *self* dialógico e com a sua dimensão cultural, designadamente com o papel que as sugestões culturais, internalizadas sob a forma de posições sociais (ou vozes colectivas), desempenham na definição dos conteúdos simbólicos e nas dinâmicas da subjectividade individual. No caso particular da maternidade, esta excessiva culpabilização das mulheres relativamente ao facto de não se dedicarem exclusivamente aos seus filhos, mesmo por parte daquelas que sustentam os valores da emancipação feminina e defendem modalidades mais partilhadas e menos intensivas de maternidade, poderá traduzir ainda assim uma certa identificação com o papel maternal tradicional. Quer isto dizer que, no processo intergeracional de transmissão da cultura, são perpetuadas vozes colectivas poderosas que constituem um substracto histórico relevante no contexto do *self*

dialógico e que se mantêm como interlocutores importantes nos processos de construção de significado. Efectivamente, a importância e influência assumidas no processo de significação individual por alguns significados colectivamente partilhados tem sido repetidamente apontada no domínio de uma conceptualização dialógica do *self*, alertando-nos para o facto de que em toda a significação pessoal ecoam forçosamente vozes de grupos sociais historicamente relevantes.

Por outro lado, e como foi também ilustrado no capítulo I, a relação entre o indivíduo e a cultura é bidireccional pelo que, ainda que as posições pessoais assumidas por cada indivíduo não possam fugir à presença de orientações sociais e culturais, elas são sempre estruturadas de modo idiossincrático a partir do leque de experiências vividas individualmente, com a possibilidade de se opor ou desafiar as expectativas sociais. Ou seja, se bem que a subjectividade e a acção individuais sejam estruturadas no encontro entre o pessoal e o cultural, reflectindo o impacto da cultura mesmo nas vozes de carácter mais idiossincrático, ao mesmo tempo as vozes colectivas não são simplesmente “internalizadas” de modo isomórfico, mas antes são reconstruídas como parte do *self* num processo de apropriação e de transformação pessoal (Hermans, 2002; Josephs, 2002; Zittoun *et al.*, 2003).

Assim, em nosso entender uma leitura dialógica das exigências envolvidas nesta transição e adaptação à maternidade adiciona um nível de complexidade superior à análise dos processos de transformação pessoal envolvidos, viabilizando uma reflexão mais integradora desta transição nas suas dimensões individual e social, prática e simbólica. Assim, a conceptualização dialógica da identidade permite-nos uma exploração das dinâmicas de negociação e acomodação desencadeadas pela integração de uma nova dimensão identitária, revestida de um considerável valor pessoal e, como tal, eventualmente investida de autoridade no contexto das trocas dialógicas que caracterizam o *self*. Além disso, a consideração do enraizamento histórico e cultural da constituição da subjectividade humana abre ainda lugar à observação do modo como as orientações culturais e as directrizes sociais se fazem presentes na vivência subjectiva das novas mães e também à investigação da forma como estas sugestões são estrategicamente contornadas, transformadas e/ou apropriadas no desenvolvimento de uma perspectiva pessoal e individualizada da sua experiência (Valsiner, 2005b).



## **CAPÍTULO IV**

### **CONTRIBUIÇÃO EMPÍRICA: ESTUDO SOBRE OS PROCESSOS DE CONSTRUÇÃO DIALÓGICA DE UMA IDENTIDADE MATERNAL**



## 1. Introdução

Na origem deste trabalho esteve, sobretudo, o desejo de contribuir para uma compreensão mais profunda dos processos dialógicos de construção identitária, em particular do modo como o *self* se (re)organiza perante o desafio de integrar novas posições discursivas no seu repertório prévio. Em última análise, interessava-nos explorar, de um ponto de vista dialógico, de que modo é que as pessoas se estruturam, em termos identitários, face à novidade e à introdução de algum nível de instabilidade em momentos desenvolvimentalmente relevantes.

Neste âmbito, e encarando a adopção de uma posição epistemológica que considera as dimensões socio-histórica e contextual da produção de significados, interessava-nos igualmente levar em consideração o conjunto de práticas e tradições discursivas que informam os processos de definição e estruturação identitária. Esta questão prende-se, como foi discutido no capítulo I, com as raízes históricas do *self* dialógico e com a sua dimensão cultural, designadamente no papel que as sugestões culturais, internalizadas sob a forma de posições sociais (ou vozes colectivas), desempenham na definição dos conteúdos simbólicos e nas dinâmicas da subjectividade emergente.

Perante estas orientações globais, optámos então por concretizar esta investigação seleccionando a temática da transição para a maternidade, na medida em que esta equivale a uma tarefa desenvolvimental potencialmente muito significativa e que reflecte um momento altamente desafiante para as dinâmicas de construção de significados relacionados com o *self*, materializando a integração de uma nova e fortemente simbolizada dimensão identitária ou posição do Eu.

A escolha específica de uma amostra constituída exclusivamente por mães trabalhadoras prendeu-se, por um lado, com a intenção de reflectir uma realidade crescente e cada vez mais significativa no nosso país, bem como, por outro lado, com a agudização de um segundo elemento em estudo – a influência das tradições sócio-culturais nos processos de significação individual. Isto é, constatando-se a existência de fortes orientações culturais no sentido de um certo ideal de maternidade que privilegia a função materna em detrimento da ocupação profissional, pelo menos durante os primeiros anos de vida das crianças (Fidalgo, 2003; Fursman, 2002; Johnston & Swanson, 2006; Oakley, 1984; Solé & Parella, 2004), tencionávamos perceber em que medida é que esta realidade é internalizada sob a forma de vozes colectivas relevantes e,



desta forma, de que modo contribui para constranger as possibilidades discursivas das mulheres com objectivos e carreiras profissionais valorizadas na sua construção de uma nova identidade de mães. Por outras palavras, queríamos apurar quais as possibilidades de expressão destas mulheres ao fazer uso dos recursos simbólicos disponíveis, bem como qual o nível de autonomia e individualidade (*agency*) reivindicado pelas mesmas neste processo construtivo.

Ao nível empírico, estas considerações reflectiram-se no desenvolvimento de duas linhas distintas e complementares de análise, apresentadas nas partes A e B deste capítulo.

A parte A corresponde à análise discursiva dos relatos integrais das participantes e foi orientada por uma dupla reflexão em torno da discriminação de quais os recursos discursivos culturalmente disponíveis para as participantes fazerem sentido da sua recente dimensão identitária maternal, bem como dos eventuais constrangimentos que o ambiente cultural lhes coloca no seu processo de significação (por via precisamente destas orientações impostas e socialmente partilhadas). Consequentemente, procedeu-se também a uma observação do modo como as mulheres fazem uso destas orientações culturais, designadamente dos recursos linguísticos específicos que seleccionam no seu processo de elaboração discursiva e da forma como estrategicamente os apropriam e transformam, com o propósito de compreender os diferentes níveis de autonomia ou de individualidade patentes (e possíveis) no uso do discurso por cada participante. A identificação das trajectórias discursivas seguidas pelas várias participantes, designadamente no que concerne à resolução que encontram para os dilemas e ambivalências colocados sobretudo pela dupla posição de mães e de profissionais, conduziu à sua distribuição por três sub-grupos distintos.

Deste modo, a eleição, na segunda parte do estudo (parte B), de uma perspectiva microgenética de análise dos dados assenta precisamente no interesse em estudar de um ponto de vista mais detalhado o complexo processo de significação seguido pelos diferentes grupos de participantes a partir das suas posições de mãe e de profissional. Dito de outro modo, esta segunda secção empírica visa compreender melhor a natureza dos conflitos e tensões encontrados na primeira parte do estudo, tornando claras as diferentes resoluções semióticas encontradas por cada grupo de participantes por forma a obter um sentido e uma coerência no conjunto de significados que produzem relativamente à nova posição identitária maternal.

Em síntese, adoptando uma abordagem discursiva e dialógica pretendemos neste capítulo apresentar um estudo acerca das dinâmicas dialógicas de construção identitária através da selecção de um acontecimento de vida particularmente significativo e que enfatiza vários elementos relevantes numa abordagem dialógica do *self*: (1) momento de reorganização identitária com integração e construção de uma nova posição do Eu; (2) processo de mudança e de desenvolvimento pessoal; (3) presença de fortes influências sociais e culturais; e (4) exigências acrescidas de gestão da multiplicidade identitária.

## 2. Metodologia

“We should adapt our methods so far as we can to the object  
and not define the object in terms of our faulty methods”  
(Allport, G., 1963: 28).

As escolhas metodológicas assumidas no âmbito de qualquer projecto de investigação não são, de todo, neutras ou independentes de um posicionamento teórico e epistemológico particular, à semelhança do que acontece com a própria definição do objecto de estudo e, mais especificamente, da abordagem e do tipo de interrogações que colocamos acerca do mesmo. A este propósito, assumimos a relação recíproca que sustentam todas as fases de decisão num processo de definição do plano de investigação, salientando, todavia, na sequência da afirmação de Allport (1963), que deverá ser a natureza do objecto e das questões que ele nos suscita a orientar a selecção metodológica e não o inverso. Consequentemente, o critério de decisão a respeito do método terá que ver mais com as temáticas que nos permite estudar e com a sua adequação para aceder ao tipo de dados pretendidos (Machado, 2000; Siegler & Crowley, 1991).

Atendendo ao contexto em que assentou este estudo, bem como à natureza das questões de investigação que definimos, a opção por uma metodologia de carácter qualitativo impôs-se como a mais vantajosa, dada a sua lógica indutiva e orientação para a descoberta, o respeito pela complexidade do objecto de estudo e o interesse na perspectiva individual e subjectiva dos participantes (Flick, 1999). Esta decisão por uma aproximação mais qualitativa ao objecto de estudo diz respeito a duas dimensões – a construção dos instrumentos de recolha de dados e os procedimentos de análise e de interpretação do material recolhido.

Neste sentido, e no que se refere à questão da recolha dos dados, o estudo dos processos dialógicos que constituem o *self* não se afigura como uma tarefa metodológica fácil, uma vez que inevitavelmente coloca a exigência de desenvolver instrumentos e procedimentos capazes de capturar processos de carácter consideravelmente complexo e dinâmico. Pese embora variados investigadores tenham tentado explorar o *self* dialógico a partir de diferentes perspectivas (Hermans, 2001b; Hermans & Kempen, 1993; Honos-Webb & Stiles, 1998; Leiman & Stiles, 2001; Lyddon, Yowell & Hermans, 2006; Ragatt, 2002; Wortham, 2001), subsiste ainda a necessidade de metodologias alternativas e criativas que possam fazer justiça às inovadoras contribuições teóricas e conceptuais da abordagem dialógica (Gonçalves & Salgado, 2001; Salgado, 2004). Propusemo-nos, por isso, desenvolver uma metodologia de recolha de dados que nos permitisse aprofundar a nossa compreensão do funcionamento do *self* à luz de uma perspectiva dialógica, facultando-nos o acesso ao modo como as pessoas reflectem e constroem significado acerca da sua multiplicidade identitária.

A nossa abordagem dialógica face aos processos dinâmicos de construção da identidade enquadra-se, por outro lado, numa perspectiva epistemológica que não descarta a dimensão contextual e histórica da produção de significados. Neste sentido, o entendimento de que os processos de construção de significado relacionados com o *self* não são alheios às práticas e tradições discursivas de cada sociedade (Valsiner, 2004), foi determinante na selecção de uma metodologia particular de análise de entre os vários modelos qualitativos possíveis.

Neste âmbito, optámos por seguir o modelo da psicologia discursiva<sup>8</sup> (Edley, 2001; Edwards & Potter, 1992; Potter & Wetherell, 1987, 1995; Wetherell & Potter, 1992), na medida em que, através da identificação e análise dos recursos linguísticos que são usados e apropriados pelos indivíduos para dar sentido às suas práticas e experiências, podemos tornar saliente a influência do ambiente cultural e social nos processos individuais de significação.

---

<sup>8</sup> Na medida em que o termo “análise de discurso” tem sido usado genericamente para designar virtualmente toda a investigação centrada na linguagem e no seu contexto social e cognitivo (Potter & Wetherell, 1987), no âmbito da Psicologia Social das últimas duas décadas têm vindo a distinguir-se diferentes modalidades de análise de discurso (Edley & Wetherell, 1997; Wetherell, 1998). Com efeito, considerando-a não apenas como uma simples metodologia de análise, mas antes como um amplo campo de pesquisa, podemos considerar pelo menos quatro orientações distintas, quer ao nível dos procedimentos específicos de análise, quer das suas concepções teóricas particulares (Taylor, 2001a). Assim, ainda que estes não representem exaustivamente todos os modelos existentes no âmbito da tradição discursiva, podemos distinguir como orientações mais relevantes: a vertente sociolinguística, a análise conversacional, a psicologia discursiva e a análise crítica do discurso (ou Análise Foucaultiana) (Wetherell, Taylor & Yates, 2001a). Ao longo deste trabalho usaremos de modo uniforme a designação de “psicologia discursiva” por corresponder efectivamente ao modelo conceptual e analítico que adoptámos e também para o distinguir do conceito mais abrangente e potencialmente mais impreciso de “análise de discurso”.

De um modo geral, a psicologia discursiva defende que qualquer sequência linguística está imersa em algum tipo de contexto histórico, reconhecendo que os relatos enunciados pelos indivíduos fazem uso de um léxico ou repertório de termos que lhes foi disponibilizado pela história e pela cultura (Edley, 2001). Acresce que a linguagem de uma determinada cultura pode oferecer um leque muito variado de modos de falar acerca de um determinado objecto ou acontecimento, pelo que as pessoas se vêem na necessidade de fazer escolhas quanto ao tipo de versão que constroem desses mesmos objectos e acontecimentos. Assim, no âmbito na psicologia discursiva torna-se relevante proceder, não só a uma análise detalhada do modo como o discurso<sup>9</sup> individual é construído, como também questionar de que forma é que as imagens presentes nesse discurso são usadas e para que fins, ou seja, o que é que elas obtêm imediatamente para a pessoa que as produz, ao nível interpessoal e social (Potter & Wetherell, 1987).

Esta metodologia apresenta-se assim como bastante apropriada para investigar os processos pelos quais as pessoas recorrem a imagens e noções presentes num discurso social amplamente difundido para fazerem sentido da sua experiência e construírem as suas identidades pessoais, numa negociação constante entre os discursos veiculados socialmente e a intencionalidade individual. Além disso, tratando-se esta de uma abordagem analítica que assume o valor pragmático do discurso, isto é, que o analisa como uma forma de acção e se centra no seu valor *performativo*, a psicologia discursiva orienta-nos para a compreensão do uso estratégico do discurso e das funções que servem diferentes construções ou versões linguísticas dos acontecimentos.

A pertinência desta análise decorre da noção de que a maternidade enquanto conceito sócio-cultural comporta diversas imagens e directrizes que se apresentam como fortes imposições ao comportamento da mulher e que as orientam em direcção ao seu novo e simbolicamente poderoso papel de mães (cf. capítulo II). Assim, a análise seguiu em larga medida a identificação dos recursos discursivos usados para dar sentido e negociar uma nova identidade maternal, evidenciando os constrangimentos e ambivalências decorrentes da combinação dos diferentes repertórios interpretativos disponíveis, e a exploração dos diferentes posicionamentos estrategicamente adoptados por cada participante para lidar com este potencial de conflito.

---

<sup>9</sup> Considerando a polissemia do conceito de “discurso”, importa notar que, no contexto da psicologia discursiva, a noção de “discurso” é entendida como um conjunto de significados, imagens e afirmações que funcionam em conjunto para construir um objecto ou uma classe de pessoas de determinada maneira (Burr, 1995, cit. Breheny & Stephens, 2007), levando em conta igualmente qualquer forma de linguagem escrita ou falada, formal ou informal (Potter & Wetherell, 1987).

A leitura estratégica das flutuações nos posicionamentos adoptados em diferentes momentos pelas participantes suscitou um interesse na compreensão mais detalhada dos processos semióticos envolvidos e conduziu-nos ao desenvolvimento de uma metodologia de análise que possibilitasse um escrutínio mais pormenorizado do discurso. Neste contexto, a última análise enquadra-se no nível da *microgênese* (Diriwächter & Valsiner, 2006), visto que implica olhar para a construção de significado momento a momento, à medida que ele se desenvolve no discurso de cada participante, procurando identificar a génese e o desenvolvimento de pequenas mudanças (Siegler & Crowley, 1991). O objectivo desta segunda análise consistiu fundamentalmente no reconhecimento de momentos de ambivalência e/ou tensão no discurso e na identificação dos instrumentos semióticos estrategicamente construídos para contornar ou resolver os conflitos existentes.

### **2.1. Objectivos e questões de partida**

No que respeita à temática da transição para a maternidade, eleita como um fenómeno passível de ilustrar as dinâmicas de constituição e estruturação do *self* dialógico, interessava-nos sobretudo olhar para processos de transição que se constituíssem como exemplos de uma adaptação normativa, no sentido de contrariar uma tendência na literatura para o estudo de percursos desviantes ou patológicos e que, de certo modo, negligencia a descrição e compreensão dos elementos envolvidos nas respostas positivas e ajustadas a esta tarefa desenvolvimental (Phoenix & Woollett, 1991; Woollett, 1985).

Por outro lado, e levando em consideração a análise de alguns autores (Fidalgo, 2003; Phoenix, Woollett & Loyd, 1991) acerca da ausência de um corpo consistente e diversificado de estudos que se proponham conhecer a maternidade pela voz das próprias mulheres, tomando-as como sujeitos de enunciação da sua própria experiência, pretendemos justamente situar o nosso estudo ao nível de uma abordagem ideográfica que enfatizasse os significados e as construções discursivas acerca desta transição apresentadas por cada participante.

Finalmente, através da selecção de uma amostra de mulheres com opções vocacionais pessoalmente significativas e valorizadas pretendíamos tornar mais evidentes os possíveis constrangimentos sociais existentes, bem como os conflitos e ambivalências envolvidos no seu processo de definição identitária.

Assim, partindo de uma leitura dialógica e adoptando uma análise discursiva dos processos de transformação e de (re)organização do *self*, pretendíamos através deste estudo:

- i) analisar os processos de construção de significados auto-reflexivos a respeito do desafio desenvolvimental da maternidade, considerando possíveis reorganizações e acomodações nas dinâmicas dialógicas de construção da identidade;
- ii) avaliar de que modo é que a construção de significados e a sua estruturação hierárquica – especificamente os reguladores semióticos – permitem gerir a multivocalidade e as trocas dialógicas;
- iii) identificar quais os significados elaborados em torno desta transição e quais os recursos discursivos de que estas mulheres se socorrem no seu esforço para dar sentido à experiência de maternidade e para negociar uma nova identidade maternal;
- iv) explorar o modo como estes recursos discursivos são apropriados e transformados pelas participantes;
- v) evidenciar as possibilidades de expressão e construção identitária destas mulheres, enquanto mães e profissionais, bem como os potenciais constrangimentos e ambivalências decorrentes da combinação das diferentes grelhas interpretativas culturalmente disponíveis;
- vi) inquirir acerca de dificuldades particulares e processos específicos de construção identitária, considerando a perspectiva de mãe trabalhadora, designadamente quanto às possíveis tensões na negociação entre as orientações culturais e os valores, objectivos e experiências pessoais.

Considerando estes objectivos de investigação, e no sentido de delimitar o âmbito deste estudo e orientar o processo de amostragem, recolha e análise de dados, foram definidas as seguintes questões de partida:

1. Verificam-se alterações significativas ao nível do significado e da saliência das posições identitárias prévias face à inclusão de uma nova posição maternal?
2. Qual a importância da estruturação hierárquica de significados na reorganização do repertório de posições identitárias?

3. Quais são os recursos discursivos utilizados por estas mulheres para construir a sua identidade enquanto mães e profissionais?
4. De que forma é que os discursos sociais e culturais disponíveis constroem o processo de construção identitária e de significação da experiência de maternidade?
5. Como é que as participantes negociam a sua posição potencialmente contraditória enquanto mães e profissionais com carreiras exigentes, apropriando-se e transformando estes discursos no seu processo de construção identitária?

## **2.2. Constituição da Amostra**

Na sequência da abordagem metodológica adoptada neste estudo, o procedimento de constituição da amostra seguiu as orientações da amostragem teórica proposta inicialmente por Glaser e Strauss (1967, cit. Flick, 1999, p. 65), o que se traduziu na preferência por um processo de amostragem intencionalizado e estratégico. A intencionalização na recolha da amostra significou seleccionar as participantes em função do tipo e qualidade de informação que nos poderiam fornecer sobre o objecto de estudo, ou seja, obter uma representação do fenómeno e não da população (Morse, 1994). Neste sentido, e tendo em conta que o principal objectivo do estudo consistia em aprofundar a nossa compreensão sobre os processos dialógicos de constituição do *self* e de acomodação da mudança, no caso através da escolha de um fenómeno que constitui um acontecimento de vida altamente significativo de reorganização identitária e sujeito a fortes orientações culturais, a selecção das participantes visou essencialmente incluir mulheres que estivessem a experienciar pela primeira vez a tarefa desenvolvimental da maternidade e que, paralelamente, mantivessem aspirações e ocupações profissionais que as colocassem numa posição de potencial dissonância face aos discursos tradicionais da maternidade. Estas mulheres constituíram-se, por isso, como “peritos experienciais” relativamente ao fenómeno que pretendíamos estudar.

Ainda de acordo com os procedimentos de amostragem teórica ou gradual, a selecção dos participantes deverá orientar-se, num segundo momento, para a procura activa da heterogeneidade (Rennie, Phillips e Quartaro, 1988), o que pode ser concretizado através de diversas estratégias, nomeadamente a inclusão de casos com diferentes intensidades na representação do fenómeno (Flick, 1999). No nosso caso,

assumimos duas dimensões fundamentais como indicadores de variabilidade discursiva – por um lado, a heterogeneidade relativamente ao tipo de ocupação profissional e ao tempo dedicado à profissão; por outro lado, a existência de posições diferenciadas relativamente à intensidade na desejabilidade e planeamento da gravidez.

Assim, à inclusão de mulheres com ocupações profissionais muito distintas – sendo que algumas se enquadram numa carreira profissional tradicionalmente associada ao estereótipo feminino (professoras; psicólogas; sociólogas) e outras ao estereótipo masculino (juristas; empresárias; gestoras) – acresce o facto de duas das participantes trabalharem apenas em *part-time*, ainda que não por decisão própria. Relativamente à desejabilidade e planificação da gravidez, incluímos casos extremos ou desviantes, que se aproximam de ambos os limites do *continuum* – por um lado, uma mulher que assume ter considerado a opção de não ter filhos como uma hipótese consistente e perfeitamente satisfatória em termos pessoais; e por outro lado, duas participantes que apresentam um desejo intenso de serem mães, amplificado por uma longa história de problemas de fertilidade (4 anos de tratamento de fertilidade em ambos os casos). Consideramos que a inclusão destes três casos permite uma representação mais completa e diversificada do fenómeno, fornecendo-nos informação acerca dos limites de um *continuum* de intensidade.

Ainda que não tenha sido utilizado nenhum critério objectivo de saturação teórica (Glaser & Strauss, 1967, cit. Flick, 1999, p. 66), importa referir que, tratando-se de uma abordagem extremamente intensiva cujo foco se situa no uso da linguagem e não nos seus utilizadores por si mesmos, é provável que um grande número de padrões linguísticos possa ser identificado a partir de um número limitado de participantes (cf. Wetherell & Potter, 1992).

Finalmente, o acesso às participantes foi obtido através dos responsáveis por dois locais onde decorriam cursos de preparação para o parto, um situado em Braga e o outro em Ponta Delgada. Em ambos os casos, o primeiro contacto com as participantes decorreu durante uma das sessões dos referidos cursos, pretendendo-se nesse momento informá-las genericamente acerca do âmbito e objectivos do estudo e convidá-las a participar, esclarecendo a natureza das tarefas necessárias à sua colaboração. Uma vez expresso o seu interesse em participar no projecto de investigação, eram acordados desde logo contactos posteriores para marcação da data e local da primeira entrevista.



### a. Caracterização das participantes

Os dados aqui apresentados correspondem assim a entrevistas individuais realizadas a um grupo de 11 mulheres à espera do primeiro filho, com idades compreendidas entre os 28 e os 34 anos, todas elas casadas, com habilitações académicas ao nível da formação universitária e com ocupações profissionais diversificadas (cf. quadro 1).

Participantes <sup>10</sup>	Idade	Habilitações académicas	Ocupação profissional	Estado civil
Maria	30 anos	Licenciatura	Psicóloga	Casada
Adriana	29 anos	Licenciatura	Bancária	Casada
Ana	28 anos	Licenciatura	Professora ( <i>part-time</i> )	Casada
Madalena	34 anos	Licenciatura	Assistente de Direcção	Casada
Beatriz	31 anos	Licenciatura	Bancária	Casada
Sofia	29 anos	Bacharelato	Empresária	Casada
Cláudia	29 anos	Licenciatura	Socióloga	Casada
Carla	28 anos	Licenciatura	Gestora	Casada
Carolina	28 anos	Licenciatura	Consultora jurídica	Casada
Inês	28 anos	Licenciatura	Psicóloga	Casada
Alice	29 anos	Pós-graduação	Psicóloga	Casada

Quadro 1. Dados demográficos das participantes

O quadro seguinte apresenta ainda em resumo alguma informação relativa à situação gestacional e médica das participantes.

Observamos assim que, à excepção de uma participante com história de duas gravidezes prévias que resultaram em abortos espontâneos, todas as restantes 10 mulheres se encontravam numa situação de primeira gravidez. Ao nível do planeamento da gravidez, encontramos ainda alguma heterogeneidade, uma vez que em dois casos, a gravidez, ainda que desejada, não fora planeada.

Não se apurou nenhum caso com existência de complicações médicas durante a gestação, todavia, duas participantes relataram uma história de sérios problemas de fertilidade anteriores à presente gravidez, os quais motivaram o recurso a tratamentos de fertilidade.

---

<sup>10</sup> Todos os nomes são fictícios

<b>Participantes</b>	<b>Planeamento da gravidez</b>	<b>Problemas de fertilidade</b>
Maria	1ª gravidez; planeada	Sem problemas de fertilidade anteriores
Adriana	1ª gravidez; planeada	Sem problemas de fertilidade anteriores
Ana	1ª gravidez; planeada	Sem problemas de fertilidade anteriores
Madalena	3ª gravidez; planeada	Com problemas de fertilidade anteriores
Beatriz	1ª gravidez; planeada	Com problemas de fertilidade anteriores
Sofia	1ª gravidez; planeada	Sem problemas de fertilidade anteriores
Cláudia	1ª gravidez; desejada, não planeada	Sem problemas de fertilidade anteriores
Carla	1ª gravidez; planeada	Sem problemas de fertilidade anteriores
Carolina	1ª gravidez; planeada	Sem problemas de fertilidade anteriores
Inês	1ª gravidez; planeada	Sem problemas de fertilidade anteriores
Alice	1ª gravidez; desejada, não planeada	Sem problemas de fertilidade anteriores

Quadro 2. Dados gestacionais das participantes

## **2.3. Procedimento e recolha de dados**

### **2.3.1. Instrumentos**

Os instrumentos de recolha de dados utilizados neste estudo foram: Tarefa de Articulação Dialógica (Duarte, Rosa & Gonçalves, 2006), Guião de entrevista acerca da experiência de gravidez e maternidade, Índice de Bem-estar (adaptação da *Matrix of Valuation x Affect*, Hermans & Hermans-Jansen, 1995) e Inventário de Sintomas Psicopatológicos (*Brief Symptom Inventory* – B.S.I., L. Derogatis, 1982; versão portuguesa adaptada por C. Canavarro, 1999).

Previamente à aplicação destes instrumentos de recolha de dados foram ainda utilizadas uma Ficha de Identificação Demográfica e uma Declaração de Consentimento Informado relativamente à participação neste processo de investigação e à gravação das entrevistas (cf. Anexos).

### **- Tarefa de Articulação Dialógica (TAD; Duarte, Rosa & Gonçalves, 2006)**

Tal como referimos no início deste capítulo, a insuficiência dos métodos existentes para o estudo dos processos dialógicos no âmbito do desenvolvimento do *self* levou-nos à construção de uma metodologia de recolha de dados que nos permitisse aceder ao modo como as pessoas constroem significado acerca da sua multiplicidade identitária. A Tarefa de Articulação Dialógica, desenvolvida num estudo anterior, consiste assim numa entrevista semi-estruturada na qual os participantes são convidados a lidar com as dualidades do *self* dialógico, através de uma exploração da forma como pensam e constroem significado, quer acerca dos possíveis diálogos entre as suas diferentes posições discursivas (Hermans & Kempen, 1993), quer acerca dos diálogos entre estas e as “vozes” de interlocutores significativos. Para tal, pedimos aos participantes que identifiquem as suas dimensões pessoais mais descritivas e relevantes, as quais habitualmente correspondem a papéis sociais, interesses pessoais e características idiossincráticas (e.g., *Eu como profissional*, *Eu como mãe*, *O eu emocional*). Estas dimensões pessoais definidas são apresentadas aos participantes como diferentes vozes ou posições identitárias entre as quais podem alternar quando reflectem acerca de diversas decisões ou acontecimentos quotidianos e é-lhes solicitado que expliquem e descrevam a interacção mais habitual entre elas, imaginando que cada uma destas posições é uma personagem numa história ou num filme que subitamente adquire uma voz. Este procedimento conduz a uma vocalização autónoma de cada posição identitária e, graças a isso, os participantes apresentam frequentemente as suas diferentes posições como Eu's independentes.

A entrevista consiste sobretudo em explorar os diálogos entre cada posição discursiva e as restantes, no sentido de clarificar um conjunto de questões relativamente a cada diálogo: (1) habitual concordância ou discordância entre posições; (2) eventual capacidade para negociar e sintetizar significados partilhados; (3) possível domínio e tipo de poder exercido por algumas posições; e (4) impacto afectivo da resolução da interacção.

### **- Guião de entrevista acerca da experiência de gravidez e maternidade**

Este guião foi desenvolvido no sentido de complementar a tarefa anterior, explorando de modo mais aprofundado as vivências e significados associados à experiência do processo gravídico e à novidade do exercício da maternidade, bem como às suas dimensões mais positivas e mais negativas.

Relativamente à avaliação dos níveis de bem-estar e de funcionamento psicológico, foram seleccionados os seguintes instrumentos respectivamente:

**– Índice de Bem-estar (adaptação da *Matrix of Valuation x Affect*, Hermans & Hermans-Jansen, 1995)**

Este instrumento foi desenvolvido por Hermans no contexto do seu Método de Auto-Confrontação e visa encontrar a valência afectiva das valorações<sup>11</sup> formuladas pelos participantes. Cada valoração deverá ser analisada afectivamente de acordo com a intensidade da sua associação a cada um de dezasseis afectos apresentados (alegria, auto-estima, felicidade, preocupação, força, prazer, carinho, amor, infelicidade, ternura, autoconfiança, intimidade, desânimo, orgulho, desapontamento, calma interior). Esta associação é avaliada a partir de uma escala de Likert de 5 pontos (desde “nada” a “mesmo muito”). A matriz inclui ainda uma apreciação do estado de humor geral (Sentimento Geral) e daquele que se consideraria o estado de humor ideal (Sentimento Ideal), também de acordo com os mesmos dezasseis afectos. Estes são, aliás, os dois únicos elementos desta tarefa que utilizámos neste estudo, na medida em que nos permitem encontrar um perfil afectivo geral baseado no valor de correlação entre eles. Neste contexto, é possível analisar se o Sentimento Geral de cada participante se aproxima ou se afasta significativamente daquele que ela considera o Sentimento Ideal, o que se traduz num índice simples de bem-estar.

A escolha deste instrumento obedeceu ao propósito de operacionalizar um índice de bem-estar que funcionasse como mero indicador dos níveis de satisfação da amostra. Para tal, foram estabelecidos os pontos de corte para o bem-estar e mal-estar a partir da apreciação do nível de significância estatística da correlação entre os valores do Sentimento Geral e do Sentimento Ideal. Neste sentido, considerámos como manifestação de bem-estar os casos em que o valor desta correlação era igual ou superior a + 0,497 ( $p < .005$ ) e como indicação de mal-estar os casos em que este valor era igual ou inferior a - 0,497 ( $p < .005$ ). Todos os valores situados entre estes dois limites são entendidos como situações intermédias, não traduzindo manifestamente mal-estar ou bem-estar.

---

<sup>11</sup> O conceito de valoração está intimamente ligado ao desenvolvimento do Método de Auto-Confrontação (Hermans & Hermans-Jansen, 1995) e é utilizado pelo autor para se referir às “unidades de significado” que condensam as narrativas dos indivíduos acerca de acontecimentos particularmente significativos do seu percurso de vida.

A leitura de bem-estar derivada deste indicador assenta, como se depreende do exposto, num critério de significância estatística do nível de semelhança entre um perfil afectivo ideal e a estimativa do perfil afectivo experienciado no presente.

**- *Inventário de Sintomas Psicopatológicos (Brief Symptom Inventory – B.S.I., L. Derogatis, 1982; versão portuguesa adaptada por C. Canavarro, 1999)***

Trata-se de um questionário de auto-relato que avalia sintomas psicopatológicos e se destina a indivíduos da população clínica ou da população em geral. Os 53 itens que compõem este inventário de sintomas são distribuídos por nove dimensões sintomáticas e três índices globais de disfuncionalidade (Índice Geral de Sintomas; Total de Sintomas Positivos; Índice de Sintomas Positivos). A resposta aos itens do questionário é avaliada a partir de uma escala de Likert de 4 pontos relacionada com a frequência das queixas sintomáticas (desde “nunca” a “muitíssimas vezes”).

Os estudos de fiabilidade e validade realizados para a população portuguesa indicam que o instrumento possui boas propriedades psicométricas. Assim, os indicadores de fiabilidade (correlações *Split-Half* e coeficientes de *Spearman-Brown*) apontam para bons índices de consistência interna, pese embora a menor consistência interna das escalas de ansiedade fóbica e de psicoticismo. Por sua vez, as análises teste/re-teste (correlações de *Pearson*) testemunham uma boa estabilidade temporal.

Ao nível dos indicadores de validade, destacam-se os estudos de validade de constructo que encontraram correlações estatisticamente significativas para todas as escalas entre si e também entre estas e cada um dos índices globais ( $p < .001$ ). Da mesma forma, os estudos estabelecem uma boa validade discriminativa do inventário, na medida em que a análise da sua função discriminante revela uma eficiência de 99,75% na classificação dos indivíduos da população geral e um nível de correcção de 92,51% na identificação dos indivíduos perturbados emocionalmente, de acordo com o seu grupo de pertença.

A pertinência da utilização deste instrumento no âmbito do nosso estudo prende-se sobretudo com a necessidade de conhecer os níveis de sofrimento psicológico das participantes, na medida em que era nosso interesse analisar processos normativos de adaptação à maternidade e não situações de psicopatologia. Deste ponto de vista, a escolha do instrumento em particular recaiu sobre o B.S.I. pelo facto de se encontrar adaptado e validado para a população portuguesa.

Assim, e no que respeita à sintomatologia, decidimos considerar como principal indicador para caracterização da amostra o IGS (Índice Geral de Sintomas), visto ser a medida global mais frequentemente utilizada. Este índice traduz o valor médio da frequência das queixas assinaladas, determinando uma média para a população geral de 0,835 (D.P.= 0,480) e uma média de 1,430 (D.P.= 0,705) para a população emocionalmente perturbada.

Tendo em conta o elevado desvio-padrão encontrado nos estudos de adaptação do instrumento à população portuguesa, adoptámos como ponto de corte para a população clínica o valor de 1,315 (média para a população geral + 1 desvio-padrão).

### **2.3.2. Procedimentos gerais**

A recolha de dados foi realizada durante os anos de 2005 e 2006 e implicou a realização de dois momentos de avaliação, sendo que o primeiro teve lugar entre a 32ª e a 36ª semanas de gestação e o segundo no decorrer do quarto mês após o nascimento do bebé.

O primeiro momento de avaliação pré-parto compreendeu a realização da *Tarefa de Articulação Dialógica* e o preenchimento da Ficha de Identificação Demográfica e dos questionários relativos ao nível de funcionamento psicológico - *Índice de bem-estar* e *Inventário de Sintomas Psicopatológicos*. Esta primeira avaliação com cada participante foi precedida por um novo esclarecimento do âmbito e dos objectivos do estudo, seguido da formalização por escrito do seu interesse em colaborar, bem como do seu consentimento para a gravação em áudio das entrevistas.

A avaliação pós-parto consistiu na apresentação das mesmas medidas de recolha de dados já referidas, acrescidas da entrevista acerca da experiência de gravidez e de maternidade

No intervalo entre estes dois momentos de entrevista, foram ainda efectuadas medidas repetidas dos indicadores de funcionamento psicológico, solicitando-se às participantes que respondessem novamente aos dois questionários - *Índice de bem-estar* e *Inventário de Sintomas Psicopatológicos* - em três momentos distintos: duas semanas após a realização da primeira entrevista (final da gravidez); um mês após o parto; e dois meses após o parto.

Todas as sessões de avaliação foram conduzidas pela investigadora e realizadas individualmente com cada participante, em três casos no gabinete na Universidade do

Minho e com as restantes oito na casa das próprias entrevistadas. As entrevistas duraram entre 45m e 2h, foram gravadas em registo áudio e posteriormente integralmente transcritas.

### **2.3.3. Estratégias de validação**

Tendo em conta a natureza da abordagem metodológica adoptada, bem como as decisões assumidas no decorrer do processo de investigação, parece-nos indispensável oferecer uma reflexão realista em torno do grau de confiança que os nossos resultados nos merecem e, por isso, das possibilidades de teorização acerca dos mesmos.

A este propósito, importa notar que os critérios tradicionais de adequação e validade metodológicas, formulados a partir de uma perspectiva positivista, não constituem indicadores apropriados quando consideramos investigações qualitativas (Altheide & Johnson, 1994). Na investigação qualitativa a validade está sobretudo relacionada com a qualidade da descrição e da explicação, e com o avaliar se uma dada explicação se enquadra na descrição apresentada, isto é, se a explicação é “viável” ou credível (Janesick, 1994). Há inúmeros métodos para assegurar o rigor de uma investigação qualitativa, ao longo das três fases centrais do processo de investigação – o procedimento de amostragem, o processo de recolha e análise dos dados, a apresentação e redacção do estudo.

Assim, pensamos que o estatuto de credibilidade dos dados aqui apresentados se alicerça fundamentalmente em três critérios essenciais. O primeiro relaciona-se com a qualidade dos próprios dados (Maroy, 1995), acutelada através do procedimento de amostragem teórica descrito e que visou, por um lado, a inclusão de casos típicos e, por outro lado, a introdução de variabilidade. A este respeito, refira-se a impossibilidade de inclusão de casos negativos, o que constitui uma limitação importante deste estudo e naturalmente terá que ser considerada aquando da reflexão acerca dos resultados, na medida em que são estes casos que permitem verificar e qualificar as hipóteses explicativas emergentes, introduzindo maior refinamento e complexidade na análise (Morse, 1994; Strauss & Corbin, 1994). Todavia acreditamos que a inclusão de casos extremos relativamente a uma dimensão fundamental do fenómeno em estudo – a posição face à maternidade e deseabilidade da mesma – contribui para assegurar a heterogeneidade de experiências, na medida em que oferece exemplos de variantes na

intensidade do fenómeno (Flick, 1999), correspondendo neste caso a uma estratégia alternativa de procura da variabilidade.

O segundo critério prende-se com a fase de apresentação do estudo e corresponde à densidade descritiva, tanto dos dados como das análises efectuadas, assegurada pela manutenção de uma proximidade com o discurso enunciado pelas participantes (Strauss & Corbin, 1994) e pela riqueza de detalhe na apresentação dos resultados, ilustrando cada elemento dos vários repertórios com os relatos das participantes e justificando as interpretações realizadas.

Ainda a este nível, importa referir a preocupação em obedecer às orientações dos autores da psicologia discursiva (Potter & Wetherell, 1987) a respeito da necessidade de considerar a inconsistência e a diversidade no processo de análise. Do seu ponto de vista, a inconsistência é uma característica mais geral do discurso natural e espontâneo e o analista deve notar onde é que os participantes se orientam para ela. Numa análise dos relatos de cada participante, as inconsistências podem assinalar as “fronteiras” entre os diferentes padrões discursivos produzidos e orientar a identificação dos recursos culturais que estão a ser utilizados, o que funciona como outra forma de validação da análise pelos próprios participantes (Potter & Wetherell, 1987). Com efeito, além de identificarmos os diferentes padrões linguísticos presentes no discurso das participantes, procurámos igualmente validar esta interpretação analisando de que modo é que os vários recursos culturais utilizados poderiam dar origem a conflitos de valores e em que medida é que estes conflitos ou dilemas eram percebidos e reconhecidos pelas próprias.

Por fim, um último critério de credibilidade da presente investigação relaciona-se com a visibilidade que procurámos oferecer a todo o processo de investigação, descrevendo em pormenor todos os passos seguidos desde a selecção da amostra, até à recolha e análise dos dados, o que é frequentemente definido pelos autores da psicologia discursiva como um elemento significativo de confirmação e validação dos próprios procedimentos (Potter & Wetherell, 1987). Ao documentarem com suficiente detalhe todo o processo de raciocínio subjacente ao trabalho apresentado, os investigadores tornam possível aos leitores um acompanhamento informado e uma avaliação das diferentes fases do processo, podendo julgar a sua credibilidade.



### **3. Parte A – A construção discursiva da identidade**

#### **3.1. Tratamento dos dados**

Numa primeira abordagem aos dados, começámos por adoptar uma visão mais ampla do discurso das participantes, seguindo as orientações da psicologia discursiva (Edley, 2001; Potter & Wetherell, 1987, 1995, 2001), através da qual pretendemos identificar os principais recursos linguísticos utilizados pelas participantes, bem como explorar potenciais conflitos e ambivalências presentes nos seus relatos.

Tratando-se de uma perspectiva epistemológica que defende a natureza constitutiva da linguagem, recusando atribuir-lhe um carácter meramente reflexivo ou descritivo (Taylor, 2001b), os autores responsáveis pelo desenvolvimento deste modelo definem habitualmente 3 componentes essenciais a qualquer processo de análise: construção, função e variabilidade.

A construção diz respeito ao modo como toda a actividade simbólica se apoia em recursos culturais pré-existentes, implicando processos de selecção activa desses mesmos recursos. Ou seja, os indivíduos socorrem-se de ferramentas linguísticas disponibilizadas na cultura para construir os seus relatos, naturalmente enfatizando alguns aspectos dos acontecimentos e desvalorizando ou ignorando outros, de acordo com os objectivos específicos que procuram alcançar nesse momento (Potter & Wheterell, 1987, 1995). O conceito de função remete precisamente para esta acção constitutiva e, neste sentido, para a preocupação com aquilo que as pessoas estão a fazer com o texto ou relato, isto é, que finalidade serve determinado tipo de relato naquele determinado momento de interacção (Potter & Wheterell, 1987).

Finalmente, a variabilidade deriva justamente do reconhecimento de que o discurso constrói diferentes versões do mundo e é orientado por diferentes funções, isto é, os argumentos e relatos de uma pessoa irão variar de acordo com a função específica que o discurso está a servir naquele momento e de acordo com o objectivo da conversa. Como tal, os autores (Potter & Wheterell, 1987; 1995) entendem que será de esperar que exista variabilidade no discurso produzido pela mesma pessoa em diferentes momentos e situações e que exista variabilidade entre os discursos produzidos por diferentes pessoas acerca de um mesmo objecto social ou acontecimento.

Ainda que o processo de análise não possa ser facilmente estruturado em passos objectivos e independentes, por se tratar de uma abordagem relativamente “*open-ended*”

e circular (Taylor, 2001b), estes três componentes centrais orientam de certo modo as principais etapas a seguir. Com efeito, de acordo com Potter e Wetherell (1987, 2001), é possível identificar algumas fases através das quais a análise necessariamente prossegue e que se inicia com uma primeira categorização muito inclusiva de temas e imagens recorrentes no discurso de cada participante. Trata-se de um procedimento prévio à análise propriamente dita, meramente destinado a simplificar a tarefa de análise, centrando-a em materiais relevantes. Trata-se também de um processo cíclico, uma vez que, à medida que a nossa compreensão de um tema particular aumenta, poderá ser necessário voltar aos materiais originais e procurar outros exemplos que podemos ter desconsiderado (Potter & Wetherell, 1995).

Esta categorização permite começar a vislumbrar os padrões discursivos que os participantes apresentam ao abordar determinadas temáticas em discussão e que constituem os *repertórios interpretativos*, ou formas coerentes de falar acerca de objectos particulares (Taylor, 2001b; Edley, 2001). Um repertório é constituído por um leque limitado de termos, relacionados entre si e usados com uma certa coerência gramatical e estilística, geralmente organizados em torno de uma ou mais metáforas centrais (Potter & Wheterell, 1987). Neste sentido, são por vezes referidos alegoricamente como os “blocos de construção” utilizados pelos indivíduos para edificar os seus relatos e através dos quais elaboram versões dos acontecimentos e dos objectos sociais e desempenham acções discursivas particulares (Potter & Wetherell, 1995). Como tal, eles constituem uma importante parcela do senso comum de qualquer comunidade, oferecendo uma base para a compreensão social partilhada (Edley, 2001). Ou seja, os repertórios interpretativos constituem ferramentas linguísticas que não estão localizadas *nos* indivíduos, mas que estes utilizam, conforme os recursos sociais e culturais disponíveis, de acordo com os seus próprios objectivos pessoais.

Estes padrões discursivos deverão englobar uma dimensão de *consistência* – identificação de características partilhadas pelos relatos – e uma dimensão de *variabilidade* – diferenças tanto no conteúdo como na forma dos relatos (Potter & Wheterell, 1987). Assim, enquanto a consistência na utilização de algumas imagens ou conceitos aquando da discussão de um determinado tópico de conversa sugere a presença de um repertório interpretativo particular, a variabilidade encontrada nesses relatos ou formulações permite-nos identificar a emergência de versões diferentes e, portanto, de outros repertórios. Ou seja, as matrizes de variação e de consistência encontradas num conjunto de relatos ajudam o analista a mapear o padrão de repertórios

interpretativos que os participantes estão a usar (Potter & Wetherell, 1995) e constituem referências importantes para a identificação dos dilemas e contradições no campo ideológico (Wetherell, 1998).

Finalmente, segue-se uma das etapas mais significativas desta análise e que compreende uma reflexão em torno das funções e efeitos discursivos que se depreendem deste uso particular dos recursos linguísticos. Esta fase da análise é especialmente relevante, uma vez que a linha teórica básica da psicologia discursiva é o argumento de que as construções discursivas que as pessoas realizam não são meramente descritivas dos fenómenos, mas antes tornam salientes determinadas versões da realidade e constroem outras, preenchendo por isso várias funções e produzindo efeitos sociais variados. De acordo com Potter e Wetherell (1987; 1995), não basta identificar os repertórios interpretativos no abstracto, sendo indispensável perceber, em primeiro lugar, os usos e funções dos diferentes repertórios e, em segundo lugar, os problemas levantados pela sua existência em simultâneo, ou seja, os dilemas ideológicos que desencadeiam.

Uma das vias para analisar esta dimensão instrumental e estratégica do discurso corresponde à reflexão em torno das posições em que as participantes se colocam ou são colocadas face ao modo como constroem os seus relatos. Como já foi referido (cf. capítulo I), os termos *posição* e *posicionamento* têm vindo a ser defendidos para salientar os aspectos dinâmicos dos encontros interpessoais, por oposição ao termo mais tradicional de “papel social”, que enfatiza os aspectos estáticos, formais e ritualistas destas interações (Davies & Harré, 2001; Harré & Van Langenhove, 1991). No entender dos autores, o *posicionamento* é um fenómeno largamente conversacional, uma vez que as pessoas se posicionam e são posicionadas no decorrer de actos conversacionais. Deste modo, estas posições estão intimamente ligadas à noção de *repertórios interpretativos*, na medida em que uma posição de sujeito deriva da utilização de um determinado repertório conceptual e da localização que a pessoa adopta face à estrutura de direitos e valores definida por esse mesmo repertório (Davies & Harré, 2001).

Impunha-se, por isso, a consideração de questões como: que objectivos estão estas mulheres a tentar alcançar através desta combinação específica de repertórios e do modo como se posicionam face aos mesmos? Quais são as posições nas quais elas são colocadas em virtude dos repertórios disponíveis culturalmente e como é que elas as aceitam ou contornam?

Em suma, procurou-se obedecer às três linhas de análise consideradas pelos autores como fundamentais: consideração da *natureza construtiva* da linguagem e identificação dos recursos linguísticos culturalmente disponíveis; exploração da *variabilidade* discursiva, tanto entre as várias participantes, como no discurso de uma mesma participante; e finalmente, reflectir acerca do modo como esta variabilidade se poderá relacionar com a diversidade de *funções* que cada discurso assume no contexto das interacções sociais (Potter & Wheterell, 1987, 2001).

Este processo teve início com uma primeira análise preliminar de quatro casos que permitiu identificar os principais temas gerais presentes nos relatos, bem como as primeiras evidências de alguns elementos de conflito e contradição no discurso. Através desta primeira análise, pudemos identificar dois repertórios interpretativos amplamente partilhados e muito evidentes nos relatos – um destes repertórios é utilizado para construir uma versão tradicional da experiência de transição para a maternidade e o segundo funciona como um importante dispositivo linguístico para abordar a dimensão profissional e vocacional.

Esta exploração inicial conduziu posteriormente a uma análise mais detalhada de todos os casos da amostra, que possibilitou, por um lado, confirmar a partilha dos mesmos padrões discursivos já identificados, e por outro lado, tornou mais saliente a presença de um terceiro repertório, mais silenciado que os anteriores, e que reflecte uma construção discursiva alternativa acerca da experiência de transição para a maternidade.

### **3.2. Apresentação de resultados**

Nesta primeira fase de apresentação dos resultados começamos por descrever os dados referentes à avaliação dos níveis de funcionamento psicológico das participantes, incluída com o propósito de assegurar a selecção de uma amostra “normativa” e que constituísse um exemplo de processos adaptativos de transição para a maternidade.

Seguidamente, passamos a expor os resultados das análises discursivas efectuadas, evidenciando, no discurso destas mulheres, a presença dos três repertórios interpretativos fundamentais que, em certa medida, delimitam as fronteiras discursivas dentro das quais procede a sua negociação de uma nova identidade maternal.

### 3.2.1. Indicadores de funcionamento psicológico

#### a. Sintomatologia

Apresentamos no gráfico 1 uma sistematização dos níveis de sintomatologia de cada participante em cada um dos cinco momentos de avaliação, medido pelo valor do Índice Geral de Sintomas do B.S.I. (Derogatis, 1982).

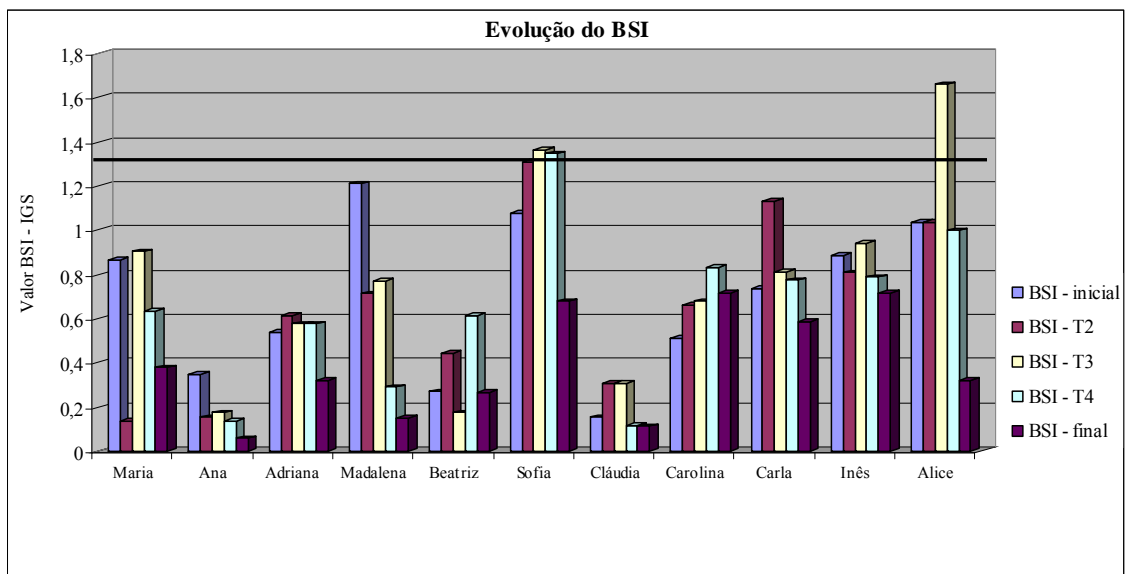


Gráfico 1. Evolução dos níveis de sintomatologia (B.S.I.)

Considerando o já mencionado valor de corte para a população clínica de 1,315, podemos constatar que, de uma forma geral, as participantes não manifestaram sintomatologia a nível clinicamente significativo em qualquer um dos momentos de avaliação. A exceção verificou-se apenas em dois casos, especificamente a Sofia e a Alice, sendo que no caso da Alice os valores do Índice Geral de Sintomas registaram níveis clínicos na avaliação realizada um mês após o parto (BSI – T3), e no caso da Sofia esse facto verificou-se também na avaliação referente ao segundo mês pós-parto (BSI – T3 e T4) (cf. gráfico 1). Uma análise mais detalhada dos perfis de resultados destas duas participantes revela que os valores elevados do IGS nestes dois momentos são explicados essencialmente pelos resultados das sub-escalas de Ansiedade Fóbica (manifestações de comportamento fóbico; evitamento); Somatização e Psicoticismo (isolamento interpessoal) para o caso da Sofia; enquanto no caso da Alice são as sub-escalas de Obsessão/Compulsão (pensamentos e comportamentos persistentes;

dificuldade cognitiva mais geral), Sensibilidade Interpessoal (inadequação pessoal, desconforto, auto-depreciação), Depressão (sintomas de humor disfórico, perda de energia, desmotivação), Ansiedade (nervosismo e tensão, apreensão cognitiva) e Hostilidade (estado afectivo negativo de irritabilidade) que mais contribuem para a elevação do IGS na avaliação do primeiro mês pós-parto. Todas estas escalas se encontram, para estes dois casos e nos momentos de avaliação referidos, igualmente acima dos seus respectivos valores de corte para a população clínica.

Estas duas participantes são, aliás, aquelas que na globalidade manifestam um índice de sintomas mais elevado, manifestando uma maior intensidade de queixas somáticas e psicológicas ao longo de todo o período de monitorização.

Importa ainda notar a elevada variabilidade na intensidade das queixas psicossomáticas manifestada pela quase totalidade das participantes ao longo dos vários momentos temporais, pese embora no caso das restantes 9 mulheres essa variabilidade se situe sempre dentro da faixa normativa.

### b. Índice de Bem-estar

Seguidamente apresentamos a variação dos valores do índice de bem-estar para cada participante, ao longo dos vários momentos de avaliação (cf. gráfico 2).

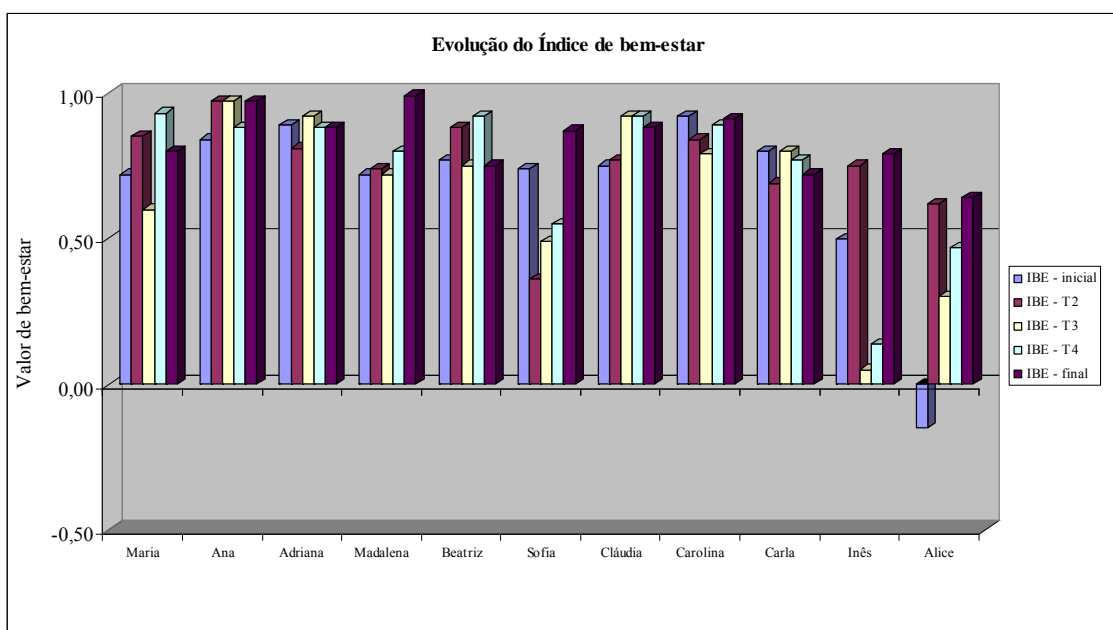


Gráfico 2. Evolução do Índice de Bem-estar (IBE)

A leitura do gráfico anterior permite-nos apurar que, na sua maioria, as participantes exibiram elevados níveis de bem-estar ( $\geq 0,497$ ) ao longo de todo este processo de transição, não se tendo verificado nenhum caso em que o valor do índice de bem-estar se situasse abaixo do ponto de corte definido para mal-estar ( $\leq -0,497$ ) para nenhum dos cinco momentos de avaliação. Existem, contudo, três participantes que pontuaram este indicador em alguns dos momentos de avaliação com valores intermédios, isto é, não podemos considerar que se encontrassem numa condição de insatisfação emocional, mas também não apresentam decisivamente bem-estar. Esta é a situação da Sofia no segundo momento de avaliação pré-parto (IBE = 0,36) e no primeiro mês pós-parto (IBE = 0,49); da Inês no primeiro e segundo meses pós-parto (IBE = 0,05 e 0,14, respectivamente); e da Alice no primeiro momento pré-parto (IBE = -0,15) e no primeiro e segundo meses pós-parto (IBE = 0,3 e 0,47, respectivamente) (cf. gráfico 2).

### **Síntese: uma reflexão**

Globalmente, consideramos que os resultados encontrados apontam para a normatividade da amostra em termos do seu funcionamento psicológico e nível de bem-estar, o que aliás constituía um critério considerado na selecção da mesma.

Com efeito, apenas duas mulheres manifestaram a presença de índices globais de queixas psicossomáticas (valores de IGS no B.S.I.) a níveis clinicamente significativos, mas unicamente em dois momentos de avaliação, o que não deixa de ser particularmente relevante, na medida em que a fase de gestação e o período pós-parto constituem uma fase da vida da mulher em que é esperado que se verifique uma considerável variabilidade de humor e de sintomatologia, sobretudo de natureza ansiosa e depressiva (Britton, 2007; Conde & Figueiredo, 2003; Glade, Bean & Vira, 2005; Matlin, 2000; Rollins, 1996).

Pensamos, por isso, que o facto de todas as participantes apresentarem uma notória variabilidade na intensidade dos sintomas psicossomáticos identificados (ainda que dentro do intervalo normativo), bem como a existência de dois casos em que essa intensidade ultrapassa os valores normativos em dois momentos da avaliação, não significará necessariamente desajustamento psicológico, mas provavelmente poderá ser explicado pela instabilidade e flutuação de humor esperadas no contexto desta transição desenvolvimental. Neste sentido, o facto de, no último momento de avaliação, isto é,

três meses após o parto, nem mesmo as participantes Sofia e Alice apresentarem já elevação do IGS, parece-nos estar de acordo com o facto das flutuações anteriores traduzirem sobretudo processos de adaptação às suas novas funções e exigências maternas. Acresce que, dada a consideração de várias queixas de natureza somática ou cognitiva nos itens do B.S.I., é natural que as mulheres pontuem de forma mais elevada a globalidade das escalas, quer durante a gravidez, quer no período pós-parto, períodos em que a própria condição física e as capacidades cognitivas se encontram em alguma medida comprometidas pelo desgaste provocado pelas profundas alterações corporais e pelo cansaço derivado das tarefas de prestação de cuidados ao recém-nascido (Matlin, 2000).

Por outro lado, se considerarmos o segundo indicador de funcionamento psicológico utilizado neste estudo, podemos observar que nenhuma das participantes exhibe valores representativos de um nível manifesto de mal-estar. Ao contrário, a vasta maioria das mulheres relata níveis elevados de bem-estar em todos os momentos de avaliação, havendo apenas três participantes (Sofia, Inês e Alice) a pontuar este indicador com valores intermédios em alguns desses momentos.

### **3.2.2. Análises discursivas**

#### **A) Construções discursivas da maternidade**

Apresentamos de seguida alguns excertos exemplificativos do discurso das participantes que revelam justamente a presença dos diversos elementos que compõem os repertórios interpretativos identificados e cujos marcadores discursivos se encontram evidenciados a negrito, de forma a orientar mais facilmente a leitura para a interpretação por nós realizada.

#### **Repertório 1 – Maternidade como determinação biológica**

Tal como já foi referido, as ideologias da maternidade tradicional assumem-se ainda actualmente como forças de influência poderosas e parecem atingir como alvo preferencial precisamente as mulheres brancas, de meios socio-económicos médios, com elevada formação académica e carreiras profissionais activas (Fursman, 2002) – ou seja, aquelas que constituem integralmente o grupo por nós entrevistado. De facto, e



como veremos adiante, o imaginário da “boa mãe” e a noção de uma “maternidade intensiva” emergem nitidamente nos discursos destas mulheres, quer adoptem uma posição de maior resistência ou de maior conformidade face a estas directivas.

No discurso destas participantes, podemos observar explicitamente as suas preocupações acerca de ser uma “boa mãe” ou aprender “bem” a ser mãe, o que é reforçado por uma preocupação muito significativa com a procura de informação para “estar preparada”. Este conceito de uma “boa mãe” e de um certo ideal de maternidade que prescreve determinados comportamentos e exclui outros, também se torna claro nas dúvidas e no intenso questionamento acerca das suas capacidades pessoais e aptidão para o exercício da maternidade.

O esforço de adequação às prescrições sociais do que constitui uma “boa mãe” parece ser também entendido, pelo menos por algumas mulheres, como uma tarefa partilhada pela generalidade das mães, o que é traduzido no uso do sujeito verbal na primeira pessoa do plural - “nós” ou “a gente”<sup>12</sup> – e que parece revelar uma identificação com a “mulher generalizada” (Mead, 1934). Esta identificação com um certo universo feminino é ainda muito directamente enunciada por uma das participantes, a Adriana, que refere explicitamente uma identificação com a entrevistadora, pelo facto desta também ser mulher (“É mulher, acho que percebe isso, não é?”).

*“Às vezes até leio porque sinto aquela necessidade de ter que estar preparada!... (risos)... ter que saber mudar as fraldas... ou ter que saber como dar o biberão e.... (risos)... acho que... se calhar no início não me causava tantas preocupações, enquanto que agora começa a causar mais preocupações, porque agora é quase... assim um count down... (uma contagem decrescente...) ... (risos)... e então tenho que estar preparada para... (Maria, pré-parto)*

*“Mas... tenho muito, muito medo... tenho! Não sei... (silêncio)... estou ansiosa... que aconteça, mas tenho medo de não ser boa mãe... (silêncio)... Tenho medo! Neste momento sinto... estou orgulhosa, era aquilo que... que eu queria... é mulher, acho que percebe isso, não é? (...) Porque nós... é que toda a gente diz assim “ai aprende-se a ser mãe!”. Aprende! Eu acredito que se aprende a ser mãe. Mas... será que nós vamos aprender bem a ser mães, não é?” (Adriana, pré-parto)*

---

<sup>12</sup> Esta construção gramatical encontra-se destacada a sublinhado nos excertos apresentados.

*“É assim, em relação ao ser mãe, **nunca sei se sou muito boa mãe**. Nunca sei, penso eu, **nós nunca temos a certeza se somos boas mães ou não, fazemos é o melhor para o ser.**”*  
(Madalena, pós-parto)

Uma vez que esta noção de uma maternidade adequada e ideal está tão declaradamente presente no discurso destas mulheres, importa então perceber em que medida é que os vários elementos que tradicionalmente são associados a uma “boa maternidade” são igualmente partilhados e aceites pelas participantes. Coloca-se assim a questão - o que é que define uma “boa mãe”?

Na verdade, a análise discursiva dos relatos das participantes conduziu, desde logo, à identificação de uma primeira versão de maternidade que veicula muitas das ideias e valores tradicionalmente associados à função materna e que a traduz numa imagem de determinismo biológico. No quadro seguinte apresentamos uma sistematização dos vários elementos discursivos que reconhecemos como constituintes deste repertório, assinalando quais estão presentes na narrativa de cada participante.

Quadro 3. Matriz dos elementos discursivos do Repertório 1 identificados nos relatos de cada participante

Participantes	Mito da “boa mãe”	Maternidade como passo “natural”	Valorização da gravidez e da maternidade	Maternidade: realização e responsabilidade	Amor e instinto maternos	Mãe como cuidador por excelência	Centralidade e prioridade familiar
Maria	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Adriana	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Ana	✓	✓	✓	✓	✓	✗	✓
Madalena	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Beatriz	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Sofia	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Cláudia	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Carla	✗	✗	✓	✓	✓	✓	✓
Carolina	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Inês	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Alice	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓

Legenda: ✓ - elemento presente  
✗ - elemento ausente

## **i. Maternidade como um passo “natural” e tacitamente esperado**

Uma das dimensões que descrevem a visão tradicional da maternidade é a crença de que todas as mulheres aspiram a ser mães, excluindo a escolha da não-maternidade como uma alternativa aceitável (Oakley, 1984; Meyers, 2001). Nos excertos seguintes podemos efectivamente notar como a noção de maternidade como um desejo natural enquanto mulheres está presente, mais ou menos explicitamente, no discurso destas participantes. A maternidade é apresentada por quase todas elas (observa-se apenas uma excepção, cf. repertório 2) como uma aspiração de sempre e uma escolha natural, em certa medida já implicitamente esperada e muitas vezes apresentada como um desenvolvimento provável de uma relação conjugal estável e duradoura.

De notar, mais uma vez, o uso do pronome “nós” como expressão de uma clara identificação com todas as mulheres, como se a partilha deste desejo por parte da totalidade do universo feminino se tratasse de uma questão de todo óbvia.

*“É assim, o momento... eu acho que a nós mulheres, ser mãe é daquelas coisas que acaba por um dia... um dia apetece-nos! Eu acho que é assim.” (Adriana, pós-parto)*

*“Por exemplo, eu sempre quis ser mãe! Sempre. E pode parecer assim um bocadinho esquisito, mas eu acredito na predisposição para ser mãe. Eu acho que, se alguém me contasse, eu não ia acreditar. Mas eu senti! Eu acho que há uma predisposição, eu acho que o corpo da mulher desperta para. (...) Mas quando chega a altura, a gente sabe!” (Carolina, pré-parto)*

*“Não sei... acho natural estar grávida sendo esposa! Esposa, mulher! Não é por estar... como parceira, como companheira dele sinto que há uma naturalidade no decorrer das coisas! Uma coisa muito bem pensada, muito bem planeada e desta relação iria surgir a gravidez e a futura filha. Acho mesmo natural!” (Inês, pré-parto)*

Por outro lado, mesmo as mulheres que relatam não terem colocado esse projecto como prioritário ou mesmo incontornável na sua vida, reforçam esta ideia de que a intenção da maternidade é algo muito intrínseco ao universo feminino e de certa forma fará parte “naturalmente” da definição identitária de qualquer mulher ao identificar o momento dessa tomada de decisão com o despertar de um “instinto” até então adiado ou adormecido. Há em todos estes discursos uma nítida atribuição de uma dimensão biológica e predeterminada a esta disposição para o ser mãe.

Na verdade, a admissão por parte destas duas mulheres da escolha, ainda que transitória, da não-maternidade, continua a desenhar-se face à realidade cultural de uma expectativa socialmente difundida de que as mulheres invariavelmente desejam ser mães. Ou seja, quer adoptando uma posição de conformidade, quer de resistência, todas estas 10 mulheres se definem em relação a este mito da maternidade como destino inescapável da mulher, “desculpando” por vezes a sua não conformidade com uma “dormência” do instinto maternal, que nunca é questionado enquanto realidade concreta.

*“Eu honestamente nunca pensei em ser mãe! Nem nunca tinha... o quê!? Há pessoas que se calhar... quando eu ouço aquelas pessoas a dizerem assim, miúdas! – “O meu sonho é casar e ter filhos” – ... nunca tive o sonho de casar e ter filhos. Não sei... ou se tinha, estava muito adormecido, não sei. Nunca pensei. (...) ... eu acho que era mais a responsabilidade! Eu penso que nós não tínhamos responsabilidade.” (Madalena, pós-parto)*

*“E então... e eu até a essa altura nunca na vida tinha pensado em engravidar. E tinha pavor! (...) Mas a ideia de ter é uma coisa interior, não sei bem explicar, também. De momento olhava para outras crianças e sentia uma vontade de ter um, ou olhava para uma mulher grávida e sentia assim uma coisa... era intuitivo. (...) Mas é como lhe digo, de repente... deu-se aquela... é uma intuição... uma coisa que vem de dentro, não sei, é intuitivo aquilo! Não sei explicar mesmo. É um clic! E uma vontade... é assim...” (Beatriz, pós-parto)*

## **ii. Valorização da gravidez e da maternidade**

Uma segunda característica que transparece destes relatos corresponde à imensa valorização da gravidez e a um certo orgulho na manifestação desse estado, assim como a associação da maternidade a sentimentos extremamente positivos (Breheny & Stephens, 2007).

Note-se, novamente, a adopção de uma posição de identificação com “a mulher” em geral, por contraste com “os homens”, o que remete para uma segmentação de género com base em diferenças biológicas e que reafirma uma maternidade inscrita na dimensão “natural” do instinto.

*“Os homens, não sei se isto é geral, são capazes de não viver com tanta intensidade. Até porque... acham piada, mexem, não sei quê... e sentem o bebé, mas nós acho que*

*sentimos de outra forma. Parece-me isso. Mais emotiva...*” (Beatriz, pré-parto)

*“Eu neste momento... eu neste momento digo que estou de bem com a vida!... (risos) ... acho que... dantes diziam-me que a gravidez transformava as mulheres. Eu não acreditava nisso! Sinceramente não acreditava nisso. (...) E então quando as pessoas me diziam que as mulheres ficam mesmo em estado de graça e que andam de bem com a vida, eu sinceramente aplico isso a mim! Porque vejo isso em mim, acho que ando muito bem-disposta!”* (Sofia, pré-parto)

*“Foi muito bom, eu adorei estar grávida!... (risos) ... Gostei muito! (...) E depois a gente torna-se um bocadinho o centro das atenções e também as pessoas partilharem isso conosco também traz muitas alegrias. Gostei muito de estar grávida!”* (Carla, pós-parto)

*“... eu já achava que uma mulher grávida era linda! Porque... eu acho que uma mulher grávida é lindíssima! Mesmo que esteja mais gorda, com a cara mais rechonchuda, mais inchada... mas eu acho que é um estado de graça que eu acho que a gente passa por cima de pequenas coisas.”* (Carolina, pós-parto)

### **iii. Significado da maternidade: realização e responsabilidade**

A maternidade, como já referimos, tem sido frequentemente apontada como a grande realização identitária da mulher adulta, o que transparece claramente nos relatos das nossas participantes, para quem esta experiência é sinónimo de momentos de profunda concretização pessoal e remete quase invariavelmente para um sentimento de encantamento e perplexidade face à materialização desta expectativa. Encontramos novamente passagens que reflectem uma identificação com “a mulher” generalizada e que reforçam esta noção de universalidade na construção da maternidade como um acontecimento gratificante.

*“É uma coisa única! É realmente ter alguém ali que gosta de nós... pronto, os nossos pais gostam de nós, o nosso marido gosta de nós, mas é ter ali alguém que gosta de nós incondicionalmente! Pelo menos para já, não é... é ter ali um ser que é nosso! É muito nosso! E tanto que não se consegue dispensar a presença assim a torto e a direito, não é, não se consegue realmente!”* (Ana, pós-parto)

*“É assim, parece que nascemos de novo! Parece que a partir daquele momento somos outra pessoa!”* (Adriana, pós-parto)

*“É uma outra força, é fantástico, fantástico, fantástico! Sei lá, é tudo ser assim... ser amor! Tudo, tudo, tudo! E cada coisa... é perderes tempo... eu detesto perder tempo! Eu odeio perder tempo e tenho a urgência do tempo e dessas coisas... e eu consigo ver-me meia hora a olhar para a bebé, só a olhar para ela, percebes? Nem que seja ela a dormir, sabes? É fantástico, mesmo. É fantástico!” (Alice, pós-parto)*

Por outro lado, e como vemos explicitamente nos excertos seguintes, a maternidade é também muito frequentemente associada a um elevado sentimento de responsabilidade.

*“Nesta fase é maravilhoso! Sei que é uma responsabilidade muito grande! Sobretudo a responsabilidade que temos de... integrar... responsabilidade a vários níveis! Sobretudo, termos a responsabilidade de educar um bebé...” (Cláudia, pós-parto)*

*“Eu acho que o sentir-se mãe... lá está, é que de dia para dia, é uma coisa nova, é uma responsabilidade nova. Ser mãe é ter responsabilidade. Não é só – “Ai que giro! Ai que giro! Ai que giro!” – eu penso que é mais... preocupação, acima de tudo. O amor é incondicional! Mas é uma constante responsabilidade e uma constante preocupação” (Madalena, pós-parto)*

*“Uma responsabilidade muito grande!... (risos) ... É uma experiência que é muito engraçada, mas eu acho que se tem muita responsabilidade porque agora nós temos ali um bebé que sentimos que somos nós que o temos que educar, não é? Nós é que o vamos preparar para o que ele vai ser daqui a algum tempo, não é?” (Sofia, pós-parto)*

#### **iv. Noção de amor e instinto maternais**

Um outro elemento que parece compor esta ideologia tradicional de maternidade é a afirmação do amor maternal como uma realidade instantânea e paralela a uma manifestação do instinto maternal que “naturalmente” agiliza a adaptação ao bebé e às tarefas de prestação de cuidados (Oakley, 1984). O amor e afecto pela criança são, aliás, apontados como o aspecto mais básico da maternidade e construídos como um pré-requisito fundamental da “boa mãe”, o que sugere realmente uma noção de maternidade como um instinto natural básico que está anexado à maternidade física (Breheny & Stephens, 2007).

Mais uma vez, podemos encontrar movimentos de uma afirmação “eu” para uma afirmação “nós”, que se refere novamente à mulher generalizada e reforça esta noção da natureza universalizada e inevitável de uma disposição inata.

*“E foi complicado! E também foi complicado quando ele foi trabalhar. Mas é natural, o instinto vem naturalmente. Eu nunca pegava em bebês, nunca na vida pegava em recém-nascidos...” (Madalena, pós-parto)*

*“Mas o que é que eu posso dizer? Sinceramente eu habituei-me facilmente a esta faceta não é? Tenho-me habituado com alguma facilidade a estas novas tarefas que eu tenho, esta nova parte de mim.” (Carla, pós-parto)*

*“... mas eu, ao contrário daquilo que estava à espera, não senti... senti que pronto que tinha que ser! Fui capaz, não senti assim tantas dificuldades quanto pensava que ia sentir... muito sinceramente, acho que nós se calhar até estamos de alguma forma programadas para saber lidar com estas situações, porque tenho uma força muito maior! (Alice, pós-parto)*

#### **v. A mãe como cuidador por excelência**

O ideal da maternidade tradicional supõe ainda uma dedicação total das mães aos seus filhos, na medida em que todos os filhos necessitam da presença das suas mães e do seu acompanhamento para crescer saudáveis (Oakley, 1984). Esta ideia de que é a mãe quem constitui o cuidador por excelência e de que as “boas mães” são aquelas que revelam competências parentais e acompanham de perto o desenvolvimento dos seus filhos, colocando as necessidades do bebé antes das suas (Breheny & Stephens, 2007), tem assim uma correspondência no facto da esfera familiar se apresentar tradicionalmente às mulheres como um contexto central de realização pessoal.

Nos exemplos seguintes está muito presente esta noção de que a presença da mãe é uma exigência incortornável, o que é patenteado na dificuldade em deixar o bebé e delegar as funções de cuidador, mesmo no caso do pai ou de outros membros da família, como a avó materna. O receio por vezes admitido de que o bebé não as identificasse como mães sublinha uma vontade de afirmação maternal intensa e uma necessidade de se evidenciarem como “as mães” dos seus bebês.

Nestes casos, ainda que surja num dos exemplos a consideração da importância da presença de ambos os progenitores, a forte ênfase na dimensão insubstituível da

maternidade é traduzida na profusão de expressões que recorrem à primeira pessoa – “eu”, “minha”; “mim”; “comigo”.

*“... é a separação, mesmo ele ficando com o meu marido ou com a minha mãe. Eu confio completamente neles, mas já não é comigo, não é, então uma pessoa que está habituada a estar sempre com ele todo o dia é um bocado...”* (Maria, pós-parto)

*“Eu acho que o mais importante é o bebé estar perto da mãe, não é? Quantas mais horas a gente estiver perto deles... melhor, não é? E acho que por aí ia fazer bem! Apesar de que há muita gente que me diz que eles também precisam de conviver com outras pessoas e eu aceito isso. (...) Porque o bebé também precisa de estar com outras pessoas, não é, só que nesta fase... nesta fase para mim é muito importante que ele esteja comigo. Não me apetece partilhá-lo!”* (Sofia, pós-parto)

*“A voz dela é a presença dela, a felicidade de a ter, a felicidade de ter que cuidar dela também, dela... é uma voz que me diz que quase depende de mim! Eu sei que não! Porque se eu lhe faltasse ela sobrevivia. Mas é uma voz de dependência. Sinto-me muito importante para ela, sinto que sou importante para ela. Eu sei que ela tem pai... mas... (risos) ...”* (Inês, pós-parto)

## **vi. A centralidade e prioridade familiar**

Em consonância com este sentimento de ser absolutamente necessária a sua presença e cuidados, a esfera familiar evidencia-se como o principal contexto de investimento afectivo e de tempo, adquirindo uma centralidade muito mais marcada neste período de gestação, ainda que para muitas mulheres a família já constituísse uma prioridade em termos de valores. Esta centralidade familiar, como seria de esperar, acentua-se no período pós-parto, altura em que a maternidade é sentida como um reforço do conceito de família, traduzido na imagem recorrente de agora se ter formado de facto uma “nova família” e no uso do pronome “nós” para descrever a experiência, como se o casal e a nova criança fossem agora um único todo. Este facto conduz também a um maior sentimento de realização e plenitude inclusive noutras posições identitárias da esfera familiar.

*“Neste momento... Eu como mãe abrange tudo à minha volta, não é... todo o eu!”*  
(Adriana, pré-parto)



*“... sentimentos até mais de família... agora é que é... agora é que é a nossa família! Acho que ali houve aquele reforço de que nós os dois e a nossa filha somos uma nova família, à parte das outras duas! (...) É, é isso! Acho que nos torna mais esposas, porque é aquele papel, não é, mãe, esposa!” (Ana, pós-parto)*

*“Mas ao mesmo tempo parece que sempre fui mãe! Parece que já tenho este papel há imenso tempo e que já me divorciei do outro há imenso tempo e já não me lembro como é que ele é, percebes? (...) ... porque preenche tudo este! (Alice, pós-parto)*

### **Focos de resistência: outras versões da experiência**

Pese embora a presença muito marcada de todas estas imagens e conceitos associados a uma visão tradicional da maternidade e que parecem desenhar uma realidade extremamente positiva que veio colorir todas as restantes vivências e contextos destas mulheres, podemos encontrar momentos no discurso em que emergem outras versões da experiência. Ou seja, ainda que se verifique uma clara subvalorização de alguns aspectos mais negativos implicados em todo o processo de gestação e adaptação à nova situação de mães, e que raramente são mencionados espontaneamente nos seus discursos, é possível encontrar referências a esta dimensão menos idealizada da experiência, a par com algumas situações de resistência às prescrições de uma maternidade tradicional e intensiva.

Neste sentido, se em alguns momentos se verifica uma grande conformidade às prescrições sociais e culturais prevalentes, noutras circunstâncias esta noção desencadeia claramente uma reacção de oposição e resistência que também constitui um importante elemento na definição identitária destas mulheres.

Apresentamos de seguida os excertos que permitiram identificar, nos relatos recolhidos, um segundo repertório que, fazendo uso de imagens mais pessoais e ideias menos “censuradas”, permite construir a experiência de maternidade de uma forma qualitativamente distinta da anteriormente apresentada.

## **Repertório 2 – Maternidade como construção pessoal ou percurso idiossincrático**

Face à inexperiência e insegurança óbvias destas primeiras mães, verifica-se usualmente uma “invasão” de sugestões, directivas e críticas de familiares próximos e amigos, de profissionais de saúde e por vezes até de desconhecidos, que são muitas vezes sentidas como intrusivas e desconcertantes pelas suas habituais contradições. Enquanto esta é uma situação muito visível nos primeiros dias ou semanas após o nascimento do bebé, e pese embora a importância sempre atribuída à ajuda e suporte oferecidos sobretudo pelas avós, parece haver igualmente uma resistência face a esta intromissão através de um esforço de procura da “sua” forma de ser mãe, evidenciado declaradamente no discurso da maioria das participantes.

Note-se que esta tentativa de resistência às prescrições de terceiros se torna também por vezes uma tarefa do casal, cujo espaço estas mulheres tentam preservar face à pressão existente. Aqui também podemos encontrar o uso da segunda pessoa do plural (sublinhado), mas referindo-se agora ao casal e, por conseguinte, construído em oposição ao anterior “nós” (o papel generalizado das mulheres) muitas vezes usado no contexto do repertório anterior.

*“E a determinada altura pensei “Não, a partir de agora eu vou fazer o que eu e o meu marido achamos que é bom para ele e o que é correcto e... o que faz com que nós nos sintamos bem também!” Porque acho que também é importante nós estarmos a fazer as coisas com as quais nos podemos identificar e não só “estou a fazer isto porque aquela pessoa disse que era assim...” (Maria, pós-parto)*

*“... eu às vezes penso... portanto tem que ser uma coisa, nós temos que nos desenrascar os dois, como se não existisse a outra parte. E tento pensar muito nisso... deixo o espaço aberto para os meus irmãos, para a família, a outra família, mas tento fazer com que seja uma coisa de nós os dois!” (Ana, pré-parto)*

*“Mas que às vezes é difícil porque as pessoas... no curso de preparação para o parto, a enfermeira falou de uma parte... quando o bebé nasce toda a gente nos passa atestados de incompetência, porque nós não sabemos fazer nada!” (Ana, pré-parto)*

*“... não é nenhuma pessoa em particular mas há várias pessoas que tentam dar palpites – “Devias fazer assim!” - e eu não gosto nada disso!... (risos) ... Eu detesto! (...) Não, sobre o meu papel de mãe, não é? Isso eu não suporto!” (Carla, pós-parto)*

A resistência a esta versão idealizada e prescritiva da maternidade manifesta-se, como veremos de seguida, a respeito de todos os diferentes elementos anteriormente apresentados como definidores do repertório da maternidade tradicional e intensiva (cf. Quadro 4).

Quadro 4. Matriz dos elementos discursivos do Repertório 2 identificados nos relatos de cada participante

Participantes	Resistência à intromissão de terceiros	Não maternidade como possibilidade	Admissão de experiências negativas	Áreas de impacto negativo da maternidade	Dificuldades de adaptação ao novo papel	Presença do pai e partilha de tarefas	Necessidade de um espaço pessoal
Maria	✓	✗	✓	✓	✓	✓	✓
Adriana	✗	✗	✓	✓	✓	✓	✓
Ana	✓	✗	✓	✓	✓	✓	✓
Madalena	✗	✗	✓	✓	✓	✓	✗
Beatriz	✗	✗	✗	✓	✓	✗	✓
Sofia	✓	✗	✓	✓	✓	✓	✓
Cláudia	✓	✗	✓	✓	✓	✓	✓
Carla	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Carolina	✓	✗	✓	✓	✓	✓	✓
Inês	✓	✗	✓	✓	✓	✓	✓
Alice	✓	✗	✓	✓	✓	✗	✓

Legenda: ✓ - elemento presente  
✗ - elemento ausente

### **i. Não-maternidade como possibilidade**

A veiculação de uma ideia de maternidade associada a um instinto natural e inato que diferenciaria a mulher enquanto essencialmente vocacionada para a concretização desta função reprodutiva tem conduzido a uma construção limitada da condição feminina. Efectivamente, daqui decorre a expectativa de que toda a mulher desejaria ou deveria desejar ser mãe, o que traduz uma unidimensionalidade no entendimento do universo feminino que exclui trajectórias alternativas (Meyers, 2001; Solé & Parella, 2004). A maternidade ainda é vista culturalmente como uma concretização indeclinável no curso de vida normal de uma mulher, pelo que a opção

pela não-maternidade se torna altamente problemática e controversa ao nível dos discursos sociais prevalentes (Sévon, 2005). Neste contexto, o facto de uma das nossas entrevistadas assumir explicitamente a ausência deste impulso para a maternidade reveste-se de grande relevância. Efectivamente, a Carla refere nunca ter sentido esse “chamamento”, aludindo abertamente à dimensão social do fenómeno e à pressão existente para que as mulheres se tornem mães. Neste caso, a decisão da maternidade surge mais como um projecto partilhado a dois do que como uma aspiração pessoal intrínseca e, embora a maternidade venha a ser também avaliada como muito compensadora, esta é a única participante que não recorre ao ideal tradicional para a explicar.

*“Não!! Pelo contrário. É assim, claro que a gente pensa sempre – “Ah, vou ter um filho!” – mas era quase assim por imposição social, estás a perceber? Porque se eu fosse pensar mesmo, mesmo... não é agora! Não quer dizer que isso se refira a agora, agora estou adorando a experiência e gosto! Mas se calhar, se eu pensasse bem, o que eu me via mais era mesmo a dedicar-me à minha profissão. Mas não posso dizer que sempre pensei em ter filhos!” (Carla, pós-parto)*

*“Não, é a tal coisa, eu sabia que havia de ser porque faz parte, porque eu sei que o [marido] gosta muito de crianças... mas se eu tivesse um marido que não quisesse ter filhos eu tinha-me adaptado perfeitamente porque para mim, via-me também numa outra faceta de não ter filhos e de me dedicar à minha profissão.” (Carla, pós-parto)*

## **ii. Admissão de experiências negativas**

Alguns autores que se têm debruçado sobre as experiências corporais da gravidez e maternidade, realçam a sua importância na construção da identidade feminina e as dificuldades com que as mulheres se debatem no pós-parto para se adaptar a um novo corpo e à perda de um corpo anterior que é subjectivamente associado a uma identidade prévia (Bailey, 2001; Upton & Han, 2003). Durante a gravidez, o corpo da mulher torna-se alvo de um escrutínio sem precedentes, num movimento que o torna mais “visível” e público, mas que simultaneamente produz um efeito de invisibilidade da mulher e da sua identidade anterior face a um foco no bebé (Bailey, 2001; Upton & Han, 2003). Pese embora estas alterações sejam por vezes sentidas como difíceis e tensas por parte das mulheres, a romantização da maternidade nos discursos culturais

parece contribuir para uma espécie de “pacto de silêncio” em torno de muitos dos aspectos mais desagradáveis do processo gravídico, nomeadamente da relação que as mulheres estabelecem com o seu “novo” corpo de grávidas e de recém mães.

A admissão de uma dimensão mais negativa e frustrante em todo o processo de gestação e adaptação no curto prazo à maternidade é um dos elementos que podemos encontrar esporadicamente no discurso destas mulheres e que representa uma diferente versão do acontecimento. A prescrição desta aceitação absoluta da maternidade como um acontecimento profundamente feliz é tão poderosa que, como vemos no primeiro exemplo apresentado, quando tal não acontece, desencadeia sentimentos de culpa e de desilusão muito evidentes.

*“... foi surpresa, fiquei um bocado incrédula e depois a enfermeira que me fez o teste de gravidez... eu não sabia de havia de ficar contente! Eu fiquei contente e triste ao mesmo tempo. Triste mesmo! (...) Tinha um sentimento maternal muito presente. Daí também a minha rejeição inicial ter sido uma grande desilusão para mim! E depois, sempre idealizei, sempre quis ser mãe e de facto acho que tenho instinto maternal e agora tenho uma entrega de 100% ao meu filho. Mas a minha reacção inicial na recepção do bebé foi uma surpresa para mim também. Tive sentimentos que nunca pensei ter!” (Cláudia, pós-parto)*

*“... e por exemplo, quando eu soube que estava grávida quase que entrei em pânico de... foi espontâneo, mas quase que entrei em pânico ao pensar que tinha uma coisa dentro de mim...” (Carla, pré-parto)*

*“Eu sinto saudades às vezes. Mas não meteu graça! Não meteu graça. Dizem que é um estado de graça, mas não metia graça nenhuma! (...) E mesmo com o corpo, com as questões físicas... a mim... foram muito complicadas e estão a ser muito complicadas ainda! Porque há uma sensação muito estranha quando tu deixas... é assim, de repente tu deixas de estar grávida, não é? O bebé sai! E tu gostavas de ser a mulher que eras. E não és! De maneira nenhuma! Fisicamente não és. Psicologicamente claro que nunca mais vais ser, mas fisicamente não és! Quer dizer, há uma mudança tão abrupta, não é, deixaste de ter o bebé, mas no entanto olham para ti e vêem que tu és mãe! Estás a compreender? E é horrível, às vezes, vermo-nos ao espelho!” (Alice, pós-parto)*

### **iii. Áreas de impacto negativo da maternidade**

De acordo com os discursos sociais em torno da maternidade, a “boa mãe” é também aquela que coloca as necessidades dos seus filhos em primeiro lugar, abdicando muitas vezes dos seus próprios objectivos pessoais e necessidades (Breheny & Stephens, 2007; Fursman, 2002). Esta imagem de uma mãe abnegada e absolutamente devotada aos seus filhos traduz uma centração tão exclusiva no bebé que ignora amplamente aquelas necessidades das mães que caem fora do domínio da maternidade. Por outras palavras, as mulheres passam a ser vistas como mães e a maternidade é necessariamente tão compensadora que as restantes dimensões e áreas de vida da mulher são como que silenciadas.

As nossas participantes chamam precisamente a atenção, em alguns momentos do seu discurso, para esta dificuldade em salvaguardar outras áreas valorizadas da sua identidade, bem como para algum impacto negativo que a maternidade provocou nas suas vidas.

*“É assim, para mim o menos agradável é o ter menos tempo para mim. Confesso que, pronto, acabo por precisar de fazer algumas coisas, porque nós continuamos a ser mulheres como antes e... e não temos tempo! Não temos tempo, quer dizer, não... não cabe no horário!” (Adriana, pós-parto)*

*“... o desânimo de não estar a conseguir fazer determinadas coisas mas que envolve depois as outras áreas... que tenho diminuído... que posso estar diferente por estar grávida... comigo própria tenho-me desiludido em certas coisas. Não é desiludido, é que tenho obrigatoriamente de mudar! Ou diminuí certas coisas, certas actividades, certas funções... ou até como esposa... não estou a dizer que é uma função como esposa mas é parte. Como esposa, em termos sei lá... em termos sexuais e do relacionamento com ele, as coisas mudam!” (Inês, pré-parto)*

*“É assim, nunca mais ouvi um piropo na vida!... (risos) ... Na vida, quer dizer durante a gravidez. Achei isso muito engraçado. Essa é a parte mais cómica porque eu era assim... nunca mais fui olhada como uma mulher desejável, percebes? Era a grávida, no fundo. (...) Mas é assim, tu deixas de ser mulher, a Alice, a Filipa, a Carla, para passar a ser a grávida! Percebes? É uma mulher que tem um bebé na barriga e que tem que ser protegida, não por ela, mas pelo bebé! (Achas que há alguma perda de identidade?) Completamente! Não há alguma, há a perda! Adquires uma nova identidade! Que é uma identidade que tu sabes que é temporária, não é verdade? E começas também a perceber que vais perder essa identidade e perdes muito mais, porque as pessoas já nem te vêem como antes viam, percebes? Depois deixam pura e simplesmente de te ver! Tu*

*sabes disso, que as pessoas vão deixar de te ver quando a bebé nascer, não é? E é engraçado... engraçado, não é engraçado! É complicado lidar com isso.” (Alice, pós-parto)*

#### **iv. Dificuldades de adaptação ao novo papel**

A dimensão biológica e “natural” que tem sido enfatizada na maternidade por parte da ideologia tradicional sugere a expectativa de uma adaptação fácil e com uma tonalidade afectiva muito positiva a todas as tarefas de prestação de cuidados (Oakley, 1984). Acresce que a idealização da maternidade no âmbito dos discursos culturais, por um lado, e a psicologização da função materna, cuja qualidade é apresentada como crucial para o crescimento saudável das crianças, por outro lado, contribuíram para criar uma pressão de tal modo poderosa sobre as mulheres relativamente à obrigatoriedade de desfrutarem da maternidade como um momento de profunda realização pessoal que dificilmente elas se permitem admitir uma vivência menos positiva desta fase, sentindo-se incapazes de dar voz aos seus medos, inseguranças e decepções, particularmente no contexto da sua interacção com os técnicos (Tardy, 2000). Todavia, a par da afirmação de um instinto maternal que naturalmente simplificou este processo de transição, as mulheres que entrevistámos referem igualmente focos de tensão e dificuldade que, mesmo num processo desenvolvimental normativo se manifestam e desencadeiam sentimentos de decepção e insatisfação relevantes.

*“Não sei se consigo, tento! O problema está aí, porque não há experiência! Nós.... eles deviam trazer um manual de instruções porque isto é tudo..... é tudo tão novo, tão diferente, tão diferente, tão diferente!” (Madalena, pós-parto)*

*“Na minha inocência de inexperiente a este nível, imaginava que era um bocadinho mais fácil! (...) Que era fácil controlar tudo, conciliar todas estas facetas e todo o... gerir muito bem o tempo... e agora é o que eu digo, é ela quem manda aqui em casa! É. E desde os primeiros dias, ou se não desde o primeiro dia, é ela que manda em mim! E eu não... durante a gravidez o que eu esperava era assim... continuar... eu conseguir controlar e dominar as coisas. E não é verdade!” (Inês, pós-parto)*

*“De facto o instinto maternal... é uma questão cultural também, mas o instinto maternal existe!” (Cláudia, pós-parto)*

Este último excerto parece-nos particularmente interessante na constatação do

quão forte e enraizada é esta ideologia da maternidade tradicional, na medida em que contém uma ambiguidade máxima entre a conformidade e a resistência. Ainda que comece por se colocar numa óbvia posição de recusa das noções tradicionais de um instinto maternal inato e presente em todas as mulheres, apresentando-o como “uma questão cultural”, a Cláudia não consegue realmente evitar a aceitação destas prescrições e acaba por conciliar as duas versões, afirmando na mesma frase a existência desse instinto.

#### **v. Presença do pai e partilha de tarefas**

Em grande parte graças a uma certa individualização e psicologização da função materna, a mãe emergiu no discurso cultural e científico, sobretudo a partir da segunda metade do século XX, como a figura por excelência de prestação de cuidados ao bebé (Solé & Parella, 2004). Esta centração na mãe resultou durante décadas na marginalização e na invisibilidade da figura paterna, olhada apenas como o sustento económico da família e como exercendo uma função fundamentalmente disciplinadora no âmbito das relações com os filhos.

Actualmente reclama-se a génese de um novo conceito de paternidade, na qual o pai se assume como figura relevante de partilha, não só da ligação afectiva privilegiada entre mãe e bebé, como também das tarefas de prestação de cuidados, sugerindo uma transformação sem precedentes no entendimento da parentalidade (Fidalgo, 2003; Solé & Parella, 2004). De facto, um dos elementos muito presentes nos relatos destas mulheres é a referência ao companheiro como figura incontornável e insubstituível na partilha emocional da experiência e no apoio à organização e concretização das tarefas relacionadas com o bebé.

*“Pronto, o meu marido é babadíssimo!... (risos)... mas isso, há muitos pais que também são... mas meu Deus! De início até irritava um bocado porque era de mais. Agora vai acalmando... talvez como eu, não sei!” (Ana, pós-parto)*

*“E ele... no outro dia disse uma coisa que eu achei muito engraçada – “Pronto, tu agora já podes sair, ir a qualquer lado porque eu desenrasco-me sozinho com o meu filho”. E eu acho que isso é muito importante porque é sinal que ele se sente muito seguro. Eu acho que isso é... e pronto, e também nos tem aproximado muito porque ele agora*



*partilha essas coisas! Ele próprio gosta de partilhar e gosta de ir às consultas, gosta de fazer isso tudo.” (Sofia, pós-parto)*

*“... bem, é uma vergonha, mas acho que só lhe dei banho uma ou duas vezes... é o [marido] que dá... (risos)... É o momento dele... é uma risota...” (Madalena, pós-parto)*

*“É também o marido, principalmente porque ele partilha... faz as tarefas todas comigo em relação ao filho.” (Carla, pós-parto)*

## **vi. Necessidade de um espaço pessoal**

Não obstante a prioridade de que se reveste a esfera familiar, e particularmente a dimensão maternal, durante esta fase do seu percurso de vida, estas mulheres manifestam nitidamente uma necessidade de preservar outros espaços de identidade fora do domínio monopolizador da maternidade, sublinhando com alguma regularidade o seu papel de mulher e de profissional e a intenção de evitar uma contaminação total da maternidade nas suas vidas. Contrariamente às prescrições da ideologia da maternidade tradicional, estas mulheres não abdicam de satisfazer as suas próprias necessidades e de manter objectivos individuais valorizados, pese embora privilegiem as necessidades do bebé.

À semelhança dos exemplos anteriores, também aqui as participantes utilizam o pronome “nós” (sublinhado) de uma forma que reforça as suas afirmações no sentido de que as apresenta como sendo partilhadas e aceites por um grupo de outras mulheres. Contudo, neste caso particular, o “nós” refere-se a um tipo diferente de mulheres, as mães modernas e emancipadas que, ainda que continuem a amar os seus filhos, valorizam o ter algum tempo para cuidar de si próprias.

### **a) Momentos para si**

Um dos aspectos frequentemente salientado pelas participantes é a preocupação em cultivar um espaço na sua vida dedicado a si próprias enquanto mulheres, destinado a cuidar de si e a conservar alguns interesses e actividades pessoalmente valorizados. O que nos parece particularmente significativo é o facto desta decisão de não comprometer a sua própria imagem de mulher e não hipotecar outras necessidades individuais ser apresentada como algo positivo para o próprio desempenho da maternidade.

“E estas horas que a gente as deixa com gente de confiança, com alguém de confiança, e vamos, também nos faz falta! A nossa horita para descontrair e para relaxar um bocado... ia ser muito complicado... sem a ajuda da família. (...) **Mas tenho muito tempo com ela e acho que... pronto eu também só vou à ginástica e porque sei que fica com a minha mãe, porque se fosse com outra pessoa não... não é, vou descansada, não me preocupo.**” (Ana, pós-parto)

“Agora neste momento específico... **a minha postura de vida mantém-se**, agora é assim, realmente a presença de um filho na nossa vida diária, até pelos cuidados... mais pelos cuidados que o bebé tem que ter, **implica abdicar de algumas coisas temporariamente. Temporariamente!** Até porque os filhos vêm, é uma fase nova, **mas temos que continuar a fazer a nossa vida! Não nos podemos isolar.** Com mais algumas dificuldades a desempenhar determinadas tarefas diárias, **mas continuamos a viver, continuamos a fazer as coisas.**” (Cláudia, pós-parto)

“Porque achava que havia outras coisas, que **nós também temos que nos cuidar.** E isso também é verdade, **temos que nos cuidar. E acho, e contra mim falo, que nos viramos demasiado para o bebé, para este tal papel, esquecendo todos... ou negligenciando, eu acho que às vezes é mesmo negligência dos outros papéis e **damos a desculpa de que não há tempo, não há não sei o quê, não há não sei que mais!**” (Alice, pós-parto)**

## **b) Preservar a conjugalidade**

Uma outra dimensão fortemente preservada e apreciada é a esfera da conjugalidade, observando-se no discurso de várias participantes um cuidado e uma intenção activa de não negligenciar a sua posição de esposa ou companheira e de não permitir que a sua nova voz maternal a silencie.

“... **continuei a ter na mesma as mesmas preocupações que tinha com o meu marido...** porque há mulheres acho eu que esquecem um bocado..... (ficam muito centradas só...)... só no bebé e... não! Isso não! Isso... **acho que continuo igual!** (...) Porque eu acho que aquela história que amor de filho e não sei quê.... eu acho que continua tudo... **eu não abduco do sentimento que tenho pelo meu marido por causa de um filho, não! São amores diferentes.**” (Adriana, pós-parto)

“Relativamente ao pai também acho que... não tenho medo, não tenho... que é uma realidade, muitos casais da nossa idade têm medo que... **o discurso é muito que a vida de casal alterava-se... (a relação altera-se...)... a relação altera-se. Eu não senti nada disso! Relativamente à nossa consciência como casal, não senti!**” (Cláudia, pré-parto)

*“Mas tenho a preocupação... agora falando na outra parte, na minha identificação enquanto mulher, tenho a preocupação de não me esquecer que também sou mulher! Porque por contacto com outras pessoas, sei de situações em que a partir do momento que foram mães, esqueceram-se que eram mulheres. Portanto esqueceram-se que eram mulheres, esqueceram-se que tinham um marido... portanto passaram a concentrar-se unicamente na criança e tudo o resto não existe! Eu não penso assim! A prioridade é ela, mas eu não me posso esquecer que tenho uma família! Ela é a prioridade neste momento, mas tenho um marido, não é? E existe também o meu “eu”, não é? (...) Mas tenho essa preocupação de... sou mãe, mas também sou mulher!” (Carolina, pós-parto)*

### **c) Valorização da dimensão profissional**

A vida profissional e a carreira são igualmente dimensões identitárias que diversas mulheres salientam como relevantes de um ponto de vista pessoal e às quais não pretendem renunciar, enfatizando-as como fontes de auto-realização e satisfação.

*“Não, tem que ser e eu tenho que continuar a minha vida e tenho... tenho a minha carreira! Não foi por ele nascer... ele não nasceu... eu quando decidi ter o [bebé] não pensei “vou abdicar agora de tudo!” por causa dele! Não!” (Adriana, pós-parto)*

*“Aliás eu estou à espera de propostas para avançar mais! Nada impede! Agora não sei, sinceramente. Mas numa empresa como é o banco, não acho que devam ir por aí! Não me parece!” (Beatriz, pós-parto)*

*“... eu admiro muito as mulheres que decidem ter um filho e ficar em casa a cuidar deles. Eu pessoalmente não conseguiria ser assim! Porque não faz parte de mim ficar em casa a tomar conta de um filho porque eu acho que é assim, nós temos que lhes dar liberdade para eles crescerem, sempre ao nosso lado, não é? Mas nós não podemos também viver dependentes deles! Eu acho isso. (...) Muito cedo começam eles a sair! E é assim, e eu vou ficar em casa?! Eu acho que a mulher... é assim, para mim não dava, porque eu acho também que sou uma pessoa muito activa e não me imagino em casa, sinceramente!” (Sofia, pós-parto)*

*“Ai sem dúvida alguma! Porque é uma concretização pessoal! Portanto eu não me via apenas a ser uma dona de casa! Portanto só cuidar da casa e dos filhos, não! Não! Também já lá vai o tempo que as mulheres... não! Eu já não me vejo assim! Daí que eu digo que sinto falta de produzir.” (Carolina, pós-parto)*

## **B) Construções discursivas do mundo profissional**

### **Repertório 3 – Profissão como escolha vocacional e factor de auto-realização**

Como já foi referido, paralelamente à visão apresentada e que legitima uma certa identificação do feminino com a maternidade e a família, encontramos hoje em dia, pelo menos nos países ocidentais, outras imagens da mulher que reclamam o direito a exercer outras funções na sociedade. As grandes mudanças sociais verificadas ao nível da possibilidade de programar a natalidade, do acesso das mulheres a formação de níveis superiores e a entrada massiva no mercado de trabalho, bem como a alteração de valores que lhes fica associada, permitiram uma emancipação do feminino e a manutenção por parte das mulheres de outras expectativas e aspirações quanto ao papel social que desempenham (Solé & Parella, 2004; Alberdi *et al*, 2000). Acontece que ao ocuparem cada vez mais lugares no mundo do trabalho e por vezes em áreas profissionais tradicionalmente masculinas, as mulheres entram também em contacto com uma outra ideologia relativa à esfera laboral e cujo discurso tende a ser masculinizado e a valorizar aspectos habitualmente atribuídos ao estereótipo de género masculino, tais como o exercício do poder e da liderança e os valores da individualidade e da autonomia (Fursman, 2002). Da mesma forma, esta ideologia laboral tendencialmente masculinizada apresenta ainda o sucesso profissional como indissociável de um investimento intensivo em termos de tempo e disponibilidade, o que nem sempre está de acordo com as exigências de uma vida familiar (Fursman, 2002).

Tratando-se a nossa amostra de um grupo de mulheres com formação superior e com carreiras profissionais variadas, algumas delas precisamente em áreas empresariais, financeiras e jurídicas, procurámos perceber se estas concepções de valorização da carreira profissional e a necessidade de evolução e sucesso profissional também funcionariam como recursos linguísticos para a construção dos seus relatos. Com efeito, esta análise conduziu à identificação de um terceiro repertório, construído a partir de imagens discursivas que apresentam a sua ocupação profissional como uma escolha vocacional e como um significativo factor de auto-realização (cf. Quadro 5).

Quadro 5. Matriz dos elementos discursivos do Repertório 3 identificados nos relatos de cada participante

Participantes	Profissão e carreira como realização pessoal	Necessidade de evolução e valorização
Maria	✓	✓
Adriana	✓	✓
Ana	✓	✗
Madalena	✓	✓
Beatriz	✓	✓
Sofia	✓	✓
Cláudia	✓	✓
Carla	✓	✓
Carolina	✓	✓
Inês	✓	✓
Alice	✓	✗

Legenda: ✓ - elemento presente

✗ - elemento ausente

### **i. Profissão e carreira como realização pessoal**

Como já foi referido, para muitas mulheres actualmente a dimensão laboral afigura-se como um elemento fundamental de auto-realização, levando-as a investir fortemente na sua formação académica e na prossecução de uma carreira profissional da qual retiram satisfação e que se afirma como um vector importante nas suas trajectórias pessoais (Alberdi *et. al*, 2000). De facto, resulta óbvio destes exemplos a grande valorização atribuída à dimensão profissional e vocacional, especialmente devido ao carácter de realização pessoal que a caracteriza. Para estas mulheres o seu percurso profissional afigura-se muitas vezes como a concretização de um projecto de vida, desenhado e perseguido desde cedo e que é muitas vezes entendido como exigindo tempo e dedicação.

*“... essencialmente nos últimos 8 anos, sempre no mesmo sítio, tenho conseguido construir uma carreira, aos bocadinhos, todos os anos vou subindo um bocadinho e isso realmente... concretizou-se o meu sonho! (...) Apesar de agora ter dito que tenho*

*trabalho e às vezes fico cansada e estou farta dos objectivos, mas não conseguia viver sem aquilo! Porque já está assim embrenhado! E gosto muito do que faço porque... também nunca trabalhei noutro lado, mas não me estava a ver fazer, agora não me estava a ver a fazer outra coisa! Portanto foi mesmo assim uma história de sucesso!”* (Beatriz, pré-parto)

*“Gosto muito da profissão e gosto muito de trabalhar! E sinceramente acho que é onde eu sou mais perfeita. (Mais competente, é isso?) Exactamente! Eu sei que a esse nível tenho muito mais... a nível de mulher tenho muito mais falhas do que a nível profissional. (...) Mas pelo menos... é assim, eu detesto que as pessoas pensem mal de mim ou que vejam que eu faço alguma coisa mal! E para mim as pessoas verem que eu sou uma boa profissional já... para mim já é o suficiente! Ou reconhecerem que sou boa profissional, que faço as coisas bem.”* (Carla, pré-parto)

*“Humm, empenhada... portanto, sinto que dou muito de mim. Não sei se dou o melhor! Dou muito, não sei se é o melhor, se não é o melhor, mas dou muito de mim. Gosto muito do que faço! Talvez seja tão importante para mim porque me sinto realizada, é um factor de realização também. Pessoal!”* (Cláudia, pré-parto)

## **ii. Necessidade de evolução e valorização**

Um outro elemento frequente no discurso destas mulheres é a perspectiva de evolução na carreira e a motivação para continuar a progredir profissionalmente, ainda que isso não signifique necessariamente uma subida na hierarquia.

*“Claro que nunca... era aquilo que eu estava a dizer há pouco, eu como pessoa queria continuar a crescer e por isso acabar a Licenciatura era uma prioridade!”* (Sofia, pré-parto)

*“... é assim, eu gosto de ser boa na minha função... e acima de tudo gostar do que faço. Eu considero-me uma boa gestora. Não sei se um dia vou ser uma boa chefe, não é? Não vou pensar em direcção... (risos)... infelizmente é mais... está guardado para os homens, não é... (risos)... não, mas eu acho que aí... não vou dizer que não seria um desafio interessante, como é óbvio!”* (Adriana, pré-parto)

*“Mas sabes, sinceramente não... a nível profissional eu nunca me preocupo com qual é o sítio que eu vou chegar, é o trabalho que eu vou desenvolver, coisas que eu gostava...”* (Carla, pós-parto)

A noção de progressão parece estar efectivamente mais associada a questões de aprendizagem e melhoria de competências e desempenho do que propriamente com a obtenção de cargos de grande destaque, o que surge por vezes articulado com uma certa consciência de que determinados postos superiores na hierarquia continuam a apresentar-se muito pouco acessíveis às mulheres em geral. Depreendemos daqui, portanto, que este limite à ambição de ascensão profissional poderá não traduzir necessariamente uma vontade pessoal, mas antes uma consciência dos custos que ela poderia implicar e uma não disposição para tal. Aqui surgem as primeiras ambivalências entre um objectivo de progressão profissional e a consciência de que a decisão de ter um filho pode apresentar-se como uma dificuldade acrescida, nomeadamente aos olhos dos empregadores. Este aspecto do seu discurso é particularmente importante porquanto revela precisamente a consciência, e em alguns casos a partilha, de uma ideologia laboral que enfatiza a necessidade de grande investimento de tempo e dedicação dos profissionais às suas carreiras para que possam alcançar os níveis de sucesso esperados (Fursman, 2002). Neste ponto entram vários elementos em diálogo – o desejo de progredir; a expectativa de maiores dificuldades devido à exigência da nova vida familiar; e a precedência do gosto pelo que se faz em detrimento da posição hierárquica.

*“É assim, eu acho que depende dos objectivos da pessoa, se uma pessoa me dissesse – “Olha eu quero é dedicar-me à minha profissão” - eu não dizia – “Ai não, tem filhos! Tem filhos!”. (...) Vai prejudicar! Por mais que não se queira vai prejudicar, nem que seja em termos de tempo. Nem que seja em termos de tempo e porque ninguém consegue estar descansada a fazer o seu trabalho e a pensar que às tantas horas tem ir buscar e depois tem que dar de comer e depois tem que fazer o jantar e depois... a pessoa não consegue estar tão disponível como estava antes, não é?” (Carla, pós-parto)*

*“Agora, em termos de empresa, não sei como... acho eu que eles não pensam assim! Apesar de eu achar que hoje em dia uma mulher com filhos, principalmente pequeninos, talvez não suba tão rápido. Eu tenho essa noção! Mas vamos ver o que se vai passar. Não sei. Mas não mudou nada! (...) Aliás eu estou à espera de propostas para avançar mais! Nada impede! Agora não sei, sinceramente. Porque é assim, eu não estou a ver... nós temos ali tipos de carreiras... eu subir mais, neste momento com uma criança... eles nem iriam propor nada disso! Acho eu. E será que eu queria também? Não sei...” (Beatriz, pós-parto)*

*“Agora, para mim também não faz parte ser do tipo dona de casa, em que tinha a família à minha volta, em que tinha o marido e os filhos e não fazia mais nada! Porque aí*

*também não iria ser feliz! Mas se me derem para ponderar na balança, talvez eu prefira profissionalmente não chegar tão alto, mas chegar mais alto a nível pessoal e a nível familiar do que atingir um plano profissional mais alto e ter, de repente, uma vida familiar medíocre.” (Carolina, pré-parto)*

Esta questão de uma aparente incompatibilidade entre a maternidade e uma carreira de sucesso está também muito evidente no facto de todas considerarem a questão da estabilidade profissional quando ponderaram a decisão de engravidar, assumindo implicitamente que a gravidez seria mais bem aceite ao acontecer numa altura em que já há alguma segurança profissional. A Cláudia fala mesmo nesta questão como razão para uma rejeição inicial da gravidez.

*“Quando voltar, começa-se outra vez. Acontece com todas. (...) Claro que eu também já engravidei num ponto em que já tinha alcançado algumas coisas e ninguém mas tira! Tinha outra segurança. Agora é partir daquele ponto! Eu sei que tenho... eu sei que tenho algum valor! Trabalho! Não tenho medo do trabalho, portanto, é a mesma coisa. É começar outra vez!” (Beatriz, pós-parto)*

*“Porque a maternidade fazia parte dos planos. Era um dos planos a alcançar! Era um dos planos a atingir. E também foi pensado para ser na altura certa!” (Carolina, pós-parto)*

*“Houve aqui alguns factores de rejeição. (...) Segundo, a instabilidade profissional. Porque até podia não ter sido planeado... é assim, eu podia estar com as dores, mas se fosse planeado até era bem-vindo. O facto de não estar estável profissionalmente... ah, podia até não ter sido planeado, mas se estivesse estabilizada, aceitaria melhor!” (Cláudia, pós-parto)*

### **3.3. Análise e discussão de resultados**

#### **3.3.1. Presença de dois repertórios distintos sobre a maternidade**

A identificação destes dois repertórios qualitativamente distintos quanto aos seus efeitos discursivos permite-nos apreciar a complexidade e heterogeneidade que qualificam os processos discursivos a partir dos quais estas mulheres dão sentido à sua experiência de maternidade e vão progressivamente construindo uma nova identidade maternal. Na sequência da proposta de Edley e Wetherell (1997), procurámos explorar



de que modo é que as participantes simultaneamente reproduzem e resistem às grelhas interpretativas culturalmente disponíveis, analisando as construções discursivas dos sujeitos na sua dupla dimensão de produto dos discursos sócio-culturais dominantes e de produtores de novas formas localizadas de discurso.

A este respeito, podemos dizer que os relatos destas mulheres acerca da maternidade são construídos a partir de duas linhas discursivas que conceptualizamos como verdadeiramente alternativas, na medida em que uma é produzida num movimento de resistência face a outra, apresentando duas versões absolutamente distintas da experiência de maternidade. Por outras palavras, ainda que partilhando em larga medida um repertório interpretativo que veicula imagens tradicionais e prescritivas relativamente a um ideal de “boa maternidade”, estas mulheres não manifestam uma apropriação meramente passiva desta grelha de leitura da experiência. Pelo contrário, podemos encontrar alguns momentos de resistência face a estas prescrições que se constituem como pontos de edificação de um outro discurso em torno da maternidade, menos idealizado e que reflecte um esforço de transformação pessoal dos conceitos veiculados culturalmente. Este é o segundo repertório apresentado e que se anuncia quase como um contra-discurso ou, numa conceptualização mais dialógica, como uma voz alternativa que abre novas e mais libertadoras possibilidades de construção discursiva da maternidade.

Temos então uma primeira versão discursiva da maternidade que assenta num repertório interpretativo qualitativamente conotado com uma versão romantizada da maternidade e com uma ênfase na sua dimensão biológica e natural. De uma forma geral, podemos dizer que estas mulheres revelam uma imagem extremamente positiva da maternidade que aparentemente se afirma como a prioridade máxima nas suas vidas. Nesta medida, a grande maioria dos seus relatos anuncia uma manifesta conformidade a um tipo de maternidade prescrita social e culturalmente como a mais apropriada e que envolve planificação e ensaio, desejo inquestionável de vir a ser mãe e orgulho pela gravidez (Sévon, 2005; Solé & Parella, 2004), prioridade às necessidades do bebé e acompanhamento presencial contínuo do seu desenvolvimento (pelo menos durante o primeiro ano de vida), resultando na atribuição de uma grande centralidade à esfera familiar (Breheny & Stephens, 2007). Esta importância que é atribuída, desde a fase de gestação, à planificação e ensaio da maternidade, bem como à aprendizagem de algumas competências básicas, entra perfeitamente em conformidade com o que globalmente se espera de uma maternidade adequada (Breheny & Stephens, 2007) e parece traduzir

também o eco de uma certa “maternidade científica” construída ao longo de todo o século XX através de um discurso no qual médicos, psicólogos e outros técnicos de saúde transmitem conceitos e directivas acerca do comportamento adequado das mães e dos níveis de desenvolvimento esperado para os bebés (Fidalgo, 2003; Tardy, 2000).

Estes resultados vão de encontro às conclusões formuladas em estudos anteriores acerca da construção da identidade maternal e que evidenciam que as mulheres tendem a dar sentido à sua experiência dentro dos parâmetros socialmente aceites da responsabilidade maternal (Croghan & Miell, 1998; Phoenix et al., 1991).

Em suma, todas estas mulheres parecem sentir uma forte necessidade de corresponder às expectativas, sejam elas sociais ou pessoais, daquilo que se entende por uma maternidade apropriada e que compreenderá um conjunto de competências e um certo “saber fazer”. Por outro lado, o deslumbramento que todas estas mulheres manifestam relativamente à maternidade e a todo o processo biológico que culminou no nascimento do bebé, não deixa de ser interessante numa geração amplamente marcada pela medicalização da gravidez e do parto e pela profusão de informações acerca de cada passo deste processo.

No caso deste primeiro repertório, as mulheres adoptam uma posição de sujeito discursivo que as identifica com as demais, assumindo-se como inscritas numa ordem estabelecida que reproduzem positivamente e que aceitam sem reflexão crítica significativa. Esta identificação está, aliás, muito visível na frequente enunciação discursiva a partir da segunda pessoa do plural – “nós” – e que traduz uma homogeneização da experiência feminina que podemos entender como reflexo da conformidade a uma versão dominante da maternidade. Como veremos adiante, o facto das participantes se aliarem, em diferentes momentos, a grupos distintos (a mulher generalizada; a mulher mãe; o casal), cumpre uma função estratégica de validação do seu discurso e da sua representação da experiência.

No entanto, numa abordagem mais atenta é possível encontrar um segundo repertório interpretativo utilizado como grelha de leitura de toda esta experiência e que se afirma como a rejeição dos conceitos propostos pelo ideal da maternidade tradicional. Nesta outra versão discursiva da maternidade cabem elementos da experiência que são habitualmente excluídos do discurso mais tradicional e idealizado acerca da gravidez e da função materna e que passam pela admissão de sentimentos desagradáveis e de segmentos negativos da experiência de gestação e de adaptação à maternidade; pela construção da maternidade enquanto uma aventura partilhada a dois, tendo o pai um

papel activo na prestação de cuidados ao bebé; pela importância e necessidade de preservação de outros espaços de identidade para além do ser mãe, sobretudo a preservação da identidade profissional e da identidade enquanto mulher, separada da posição de mãe. Isto contraria a versão tradicional porquanto nela se afirma que a realização da feminilidade encontra a sua concretização máxima precisamente na maternidade, que passa a constituir-se como o elemento fundamental de definição identitária da mulher adulta.

Estes dois repertórios interpretativos apresentam semelhanças com as duas linhas discursivas propostas por Llombart (1995; 1993) ao investigar o modo como a subjectividade feminina é construída pelas próprias mulheres nos seus relatos acerca da vida quotidiana. Neste trabalho, a autora utilizou uma metodologia de análise de discurso foucaultiana que sustentou a identificação de uma Formação Discursiva Naturalizadora, a par com uma Formação Discursiva Desnaturalizadora, que ajudam a explicar a elaboração discursiva da maternidade presente nas narrativas que recolheu. A Formação Discursiva Naturalizadora caracteriza-se pela abundância de acções discursivas sob a forma de obrigações internas, justificações e expressões gerais de emoções e afecto que apontavam para a manutenção da relação exclusiva e necessária entre mulher-reprodução-descendência e que se aproxima da versão biologizada, essencialista e natural que o repertório da maternidade tradicional e do mito da “boa mãe” definem. Verifica-se, em ambas as construções discursivas, uma associação entre maternidade e feminilidade, partindo de um absolutismo biologicista e emocional que funciona pelo imediatismo e pela aceitação de leis naturais que impõem conceitos como, entre outros, o de instinto maternal, manifesto no desejo supostamente universal das mulheres em se tornarem mães e no amor imediato e incondicional aos seus filhos.

Paralelamente, a Formação Discursiva Desnaturalizadora parece construir-se também pela utilização discursiva dos elementos básicos da formação naturalizadora, mas no sentido de os questionar e de realizar uma acção de distanciamento em relação a eles através de processos como negociações polémicas, negações de definições normativas e recurso a uma experiência pessoal de carácter reflexivo que procura a relativização da relação entre maternidade e mulher. O discurso é marcado por uma auto-crítica constante, derivada das contradições entre o peso da tradição dominante e a intenção de a transformar. Aqui a identidade é definida por diferenciação e reflecte alguma resistência por parte dos sujeitos em sujeitar-se às representações herdadas da mulher e da maternidade.

Podemos, por isso, encontrar alguns elementos de similaridade desta construção discursiva com o segundo repertório que apresentámos – maternidade como construção pessoal –, na medida em que ambos parecem resultar de um movimento de rejeição das prescrições sociais dominantes e da procura de uma construção mais pessoal e individualizada da experiência de maternidade, representando uma voz alternativa que abre novas possibilidades para a diferença e para a pluralidade e chama a atenção para dimensões da experiência que são habitualmente silenciadas no discurso mais dominante.

As contradições, a heterogeneidade discursiva e o questionamento caracterizam uma nova subjectividade emergente nestas mulheres que, ainda que constringida pela partilha em outros momentos com modelos discursivos mais dominantes, constitui um produto relevante de resistência e de auto-afirmação da iniciativa pessoal na construção das suas identidades.

Em suma, estas mulheres encontram-se assim num momento pivot dos seus percursos pessoais, no qual entram em jogo um conjunto de significações sociais que partilham em maior ou menor grau e que funcionam como orientações culturais para o seu processamento subjectivo da experiência (Simão, 2007). Estas orientações culturais relativamente à maternidade adquirem frequentemente a dimensão de prescrições sociais, na medida em que, não só o papel maternal é fortemente valorizado e simbolizado social e culturalmente, como os ideais dominantes acerca da maternidade incluem directrizes muito concretas e definidas quanto aos modos adequados de agir e de ser “mãe”. É neste sentido que os discursos mais tradicionais e idealizados em torno da maternidade podem ser referidos como o “mito da maternidade intensiva” (Arendell, 2001; Fidalgo, 2003; Fursman, 2002; Hays, 1996; Johnston & Swanson, 2006; Monteiro, 2005; Solé & Parella, 2004). Como vimos, é este “mito” ou discurso que se apresenta como pano de fundo a partir do qual estas mulheres desenham a sua experiência de gestação e ensaiam o seu novo papel de mães, geralmente num processo cíclico e recorrente entre conformidade e resistência às sugestões culturais veiculadas.

Dito de outro modo, entendemos que estas mulheres, encontrando-se num momento particularmente desafiante pela dimensão de desconhecido e de novidade que encerra esta experiência e confrontadas com a necessidade de atribuir coerência e sentido a uma sucessão de experiências ambivalentes e significativas, se socorrem deste recurso discursivo culturalmente disponível como um importante organizador semiótico do seu processo de significação. Neste sentido, como propôs Simão (2007), o discurso

da “maternidade intensiva” funciona em alguns momentos como um “mito” ou um conjunto de mensagens culturais que são continuamente apropriadas e actualizadas por estas mulheres nas suas negociações simbólicas e no seu esforço de significação desta experiência, permitindo-lhes organizar as suas vivências de modo inteligível e socialmente aceitável e, simultaneamente, viabilizando oportunidades para a transformação e recriação dessas mesmas mensagens culturais.

Os dois repertórios identificados permitem construir duas versões amplamente diferenciadas da maternidade – como determinação biológica, numa leitura mais tradicional; ou como uma construção pessoal e um percurso idiossincrático, numa interpretação mais personalizada. Naturalmente, o repertório mais convencional posiciona as participantes, enquanto mulheres com profissões e carreiras valorizadas, como mães menos adequadas, uma vez que as suas opções de vida não estão inteiramente de acordo com estas directrizes. Todavia, elas próprias também o utilizam em diversos momentos como o *standard* da “boa maternidade”, evidenciando aspectos aos quais ainda assim correspondem (instinto maternal, desejo de maternidade, emoções positivas na gravidez e maternidade, centralidade familiar).

De um ponto de vista dialógico, poderíamos dizer que as sugestões culturais acerca de uma versão mais tradicional da maternidade parecem ter sido internalizadas por estas mulheres enquanto posições sociais significativas que exercem um papel importante e determinante no processo de construção de significados pessoais, como interlocutores adicionais no espaço dialógico. Em discordância com estes estratos mais profundos do *self* dialógico, provavelmente associados à herança cultural transmitida pela educação e pela história familiar, encontramos depois outras vozes conotadas com posições mais pessoais e idiossincráticas, que reclamam um leque distinto de valores e significados. Esta situação ilustra um processo semelhante ao descrito por Roland (2001; cf. capítulo I) a propósito do sentimento de culpa das mulheres norte-americanas, motivado pelo facto de sentirem que a manutenção de uma carreira profissional lhes retira tempo precioso para dedicar aos seus filhos. Ou seja, ainda que partilhem dos valores e princípios que advogam a emancipação feminina e a adopção de modalidades de maternidade mais partilhada (designadamente com o pai do bebé), as mulheres actuais parecem continuar reféns desta culpabilização por não serem suficientemente adequadas enquanto mães, alicerçada nos estratos mais ancestrais do *self* dialógico que ainda veiculam a “voz da maternidade tradicional”.

Com efeito, este não é um processo linear e as mulheres movem-se frequentemente entre a resistência e a conformidade face aos discursos sociais prevalentes, entrando em diferentes coligações num esforço de fortalecer as suas afirmações. Em diferentes pontos do seu discurso, as participantes parecem identificar-se com e adoptar recursos discursivos oferecidos por grupos distintos ou diferentes imagens da feminilidade, como é reflectido no facto de usarem o pronome “nós” com várias correspondências: nós mulheres (papel generalizado da mulher); nós mães; nós as boas mães tal como é esperado pelos outros (em geral); nós, eu e o meu marido ou a nossa nova família; nós mães emancipadas e trabalhadoras que continuamos a amar os nossos filhos.

Esta coreografia de movimentos de identificação por parte das participantes com posicionamentos diferenciados relativamente às temáticas abordadas reflecte, por um lado, a flexibilidade do uso quotidiano da linguagem, e por outro lado ilustra de que modo os recursos linguísticos oferecem um conjunto de potenciais para acção e viabilizam um uso estratégico do discurso (Potter & Wetherell, 1995).

Adoptando uma interpretação mais dialógica, entendemos que estes movimentos ou posicionamentos entre distintos *Me's* e *We's* parece estar de acordo com o sentimento de ter um “*widened I*” (Hermans, 2003), um sentido de multiplicidade que está efectivamente no centro da noção de um *self* dialógico. Aparentemente, a novidade e transformação que a transição para a maternidade implica, a par com a elevada atenção e prescrição social que provoca, torna este momento da vida das mulheres numa tarefa particularmente exigente de auto-definição e de transformação identitária, sublinhando a natureza de um “eu” múltiplo e diverso que é negociado no jogo entre valores e motivações pessoais ambivalentes e também entre estes e os discursos sociais que contextualizam a experiência. Estes movimentos discursivos são notórios nos relatos de todas as participantes e, ainda que algumas mulheres pareçam mais partidárias de um discurso tradicional, enquanto noutras a presença de elementos de resistência seja mais evidente, a mera análise destes dois repertórios não nos permite distinguir claramente grupos diferenciados quanto ao modo como dão sentido a esta experiência pessoal.

### **3.3.2. Presença de dois repertórios contraditórios e ambivalentes: Maternidade como determinação biológica e Profissão como escolha vocacional e factor de auto-realização**

A transição para a maternidade implica para estas mulheres, na condição de primeiras mães, a inclusão no seu repertório de uma nova identidade maternal que resulta automaticamente na atribuição de um estatuto de mães trabalhadoras. Estatuto esse que não é, de todo, inócuo, na medida em que aquilo que culturalmente se entende por uma “boa mãe” não se enquadra na realidade das mulheres com carreiras profissionais exigentes e pessoalmente valorizadas (Fidalgo, 2003; Fursman, 2002; Solé & Parella, 2004). A construção de uma maternidade ideal nos discursos culturais está de acordo com uma visão social que toma a maternidade como um mandato biológico e cultural para as mulheres e de onde decorre que todas as mulheres deverão ter filhos, ser boas mães e fazer disso o principal papel das suas vidas. Neste sentido, e por definição, as mães trabalhadoras, especialmente aquelas que o fazem a tempo inteiro ou que estão altamente empenhadas nas suas carreiras, são desviantes relativamente ao ideal de mãe socialmente construído (Fidalgo, 2003). Por outras palavras, a integração de uma nova identidade maternal, implica um estatuto de mães trabalhadoras que contém em si mesmo, e à luz das ideologias vigentes e por elas partilhadas, uma incompatibilidade que abre lugar a um profundo dilema de valores porquanto a manutenção de ambos implica uma posição de “má mãe”.

Partilhando em alguns momentos os elementos do repertório tradicional de maternidade intensiva e também alguns componentes que integram um repertório laboral de carreira e sucesso profissional, estas mulheres dão-se conta do dilema em que isto as coloca e a maioria procura estrategicamente contornar a contradição procurando manter uma posição de boas mães e rejeitando que para tal tenham que prescindir da sua realização pessoal enquanto profissionais. Na verdade, como pudemos constatar, ainda que as práticas quotidianas actuais signifiquem cada vez mais uma ruptura com o modelo da maternidade intensiva e se encaminhem para formas de maternidade “partilhada” e menos presencial, o peso do imaginário de uma maternidade mais tradicional continua a gerar frustração e ambivalência nas mulheres que não pretendem abdicar ou reduzir a importância da sua carreira profissional, mas que, por outro lado, gostariam de poder dedicar mais tempo e atenção aos seus filhos (Solé & Parella, 2004).

Entre estes dois repertórios reside assim um importante foco de tensão e conflito no discurso destas mulheres, que é claramente agudizado após o nascimento do bebé, uma vez que a antecipação do regresso ao trabalho causa uma preocupação e ansiedade muito elevadas. É nesta fase de preparação para o regresso ao mercado de trabalho, após um período de dedicação exclusiva à sua nova posição de mães, que se torna imperativa a confrontação com o dilema que se coloca entre corresponder a um ideal de maternidade “intensiva” ou manter uma imagem de mulher profissionalmente bem-sucedida e competente que exige uma disponibilidade entendida como incompatível com a maternidade tradicional. Quase invariavelmente, todas antecipam o reinício profissional com grande ansiedade e revelam algum nível de conflito ao considerarem essa perspectiva.

A única excepção a este resultado é a Ana que, sendo professora, considera que o seu emprego não irá “interferir” em demasia com o adequado desempenho da maternidade porquanto lhe permite alguma flexibilidade de horários, factor que aliás tem sido apontado como relevante no modo como as mulheres se adaptam a esta realidade de mães trabalhadoras (Fursman, 2002; Riggio, 2006):

*“Neste momento, mesmo a horita que estou, estou completamente disponível, não é... e mesmo... agora depende também de cada ano, tenho horários diferentes. Mas o meu emprego... de qualquer maneira há sempre uma manhã ou uma tarde livre! E que portanto torna-se fácil gerir e estar... depois temos as férias de Natal, as férias da Páscoa... portanto temos tempo para dispor.” (Ana, pós-parto)*

Ainda que valorizando a sua carreira e progressão profissionais em diferentes níveis, todas estas mulheres têm em comum o facto de atribuírem uma dimensão vocacional e de realização pessoal à sua profissão e de manterem uma ocupação profissional durante e após a gestação e a transição para a maternidade. Neste sentido, interessa-nos perceber como é que as mulheres contornam esta situação de forma a evitarem um posicionamento de “más mães” que lhes é automaticamente atribuído uma vez que o seu estilo de vida não está totalmente de acordo com as prescrições. Assim, a análise do modo como é elaborada discursivamente a posição de *mãe trabalhadora* permite distinguir nitidamente 3 sub-grupos diferenciados.



## ***Grupo 1 – Desvalorização da identidade profissional***

Algumas mulheres parecem sofrer uma alteração profunda das suas prioridades, passando a desvalorizar consideravelmente a esfera profissional e apresentado-se muito desmotivadas para o retomar dos projectos de carreira anteriores. Isto não significa que a sua identidade profissional tenha desaparecido, mas simplesmente que perdeu notavelmente saliência e importância. Este é o caso da Madalena e da Inês.

### **Madalena, pós-parto**

*“As pessoas ficam, é assim... o profissional neste momento, honestamente é o que mais me assusta. A sério! Porque a minha vontade neste momento não... é zero para ir trabalhar. E acho que essa é que choca...”*

### **Inês, pós-parto**

*“Mas quero dar mais de mim e acho que não consigo. Tenho perdido tempo ou tenho desperdiçado muito tempo com coisas do trabalho essencialmente, não é? Porque... é a única coisa que me entristece agora é não estar 24h por dia em casa com ela. Mas a olhar para ela, porque é assim... porque eu se vou trabalhar e se a levo, ela está comigo, não é? (...) Não estou é concentrada nela! Acabo por não fazer quase nada! Nem me concentro no trabalho, nem nela! Mas estou a sentir que como mãe posso não estar a dar exactamente o que ela precisa! Mas como também não tenho grandes hipóteses de fazer de outra maneira, tem mesmo que ser assim!”*

## ***Grupo 2 – Ambivalência emocional e pressão institucional***

Na maioria dos casos, contudo, verifica-se uma grande ambivalência entre um forte desejo de permanecer em casa a cuidar do bebé e alguns sentimentos de que será importante não desistir do seu investimento profissional. Estas mulheres revelam antes um esforço intenso para reconciliar valores e exigências, oscilando entre afirmações de que a carreira profissional constitui uma dimensão de que não querem prescindir em definitivo e que sabem que têm que continuar, e declarações de que esse regresso é mais imposto pelas circunstâncias do que pela sua vontade. Nestes casos, verifica-se frequentemente a procura de alternativas que ajudariam a facilitar esta fase de transição, tais como trabalhar algum tempo a partir de casa, reorganizar as rotinas de trabalho beneficiando da redução do horário de trabalho ou adiar o regresso ao trabalho pelo menos até ao fim do primeiro ano de vida do bebé. A este respeito parece-nos relevante

o facto de o segundo momento de entrevista se realizar apenas no decorrer do quarto mês pós-parto, logo numa altura ainda muito próxima do parto e em que a quase totalidade ainda se encontrava de licença de maternidade (apenas 3 mulheres se encontravam já a trabalhar). Trata-se, portanto, de um momento em que as participantes ainda estão a adaptar-se às novas rotinas e apenas a projectar como será o seu regresso à vida profissional que deixaram temporariamente e por isso é frequente referirem que eventualmente a sua dificuldade em se separar do bebé e a sua ainda pouca motivação para regressar ao trabalho poderiam ser diferentes se o momento fosse posterior.

#### Maria, pós-parto

*“Se calhar o Eu profissional até também quer e... voltar a ter outros papéis na vida, sem ser só... (...) ... Porque o Eu profissional sabe que tem que voltar para o trabalho... (risos)... o que já estou a fazer, no fundo, só que trabalho a partir de casa. E o Eu como mãe se calhar preferia continuar com o trabalhar em casa para poder dar atenção também ao bebé.”*

#### Adriana, pós-parto

*“... mas eu sei o que tenho que fazer, não é, eu sei que tenho que trabalhar, eu sei que... quem me dera a mim estar sempre com ele! Por isso é que acho muito bem que as mães fiquem em casa a tomar conta dos filhos, não é, acho muito bem!! (...) ... acho que pelo menos durante um ano a mãe deveria ficar em casa! Ou pelo menos enquanto ele dependesse da mama. Mas... tem que ser e eu tenho que continuar a minha vida e tenho... tenho a minha carreira! Não foi por ele nascer... eu quando decidi ter o [bebé] não pensei “vou abdicar agora de tudo!” por causa dele! Não! Porque também a ele não lhe faz bem, não é?”*

#### Beatriz, pós-parto

*“Vai ser complicado. Pronto, conhecendo-me como me eu me conheço não é... e tenho aquela dedicação toda... e depois o tipo de trabalho que eu tenho obriga a reuniões, horários muito completos, preenchidos... (...) ... Mas acredito... acredito que voltando ao trabalho vai continuar aquela rotina que eu tinha. Não estou a ver... porque o trabalho assim o exige!... (...) ... Eu estou farta de dizer isso ao meu marido. Eu até gostava de pedir uma licença sem vencimento para aí durante dois anos. Não me importava absolutamente nada!”*

#### Carla, pós-parto

*“É assim, neste momento sobrepôs-se... (risos) ... mas eu sei que quando eu começar não vai ser assim! Mas ao mesmo tempo também estou... não estou muito incentivada*

*com o projecto que agora tenho ou com algumas indecisões que tenho a nível profissional e... e contribuí ainda mais para que **não me apeteça ir trabalhar.***”

#### Alice, pós-parto

*“Prevalecer, prevalece o Eu maternal. Sempre. Isso eu já... já tive provas disso! Mas quando prevalece há um desconforto! Deixa um desconforto.... (...) ... Mas lá está, o Eu profissional diz sempre que este Eu maternal veio atrapalhar!”*

Nestes excertos verificamos um esforço de escapar ao posicionamento de “más mães” que poderia naturalmente advir de uma manutenção do interesse profissional e da vontade de voltar a trabalhar, não permanecendo com o bebé a tempo inteiro, tal como é prescrito pelo ideal da maternidade tradicional. Estas mulheres parecem estar a construir uma nova identidade enquanto “boas mães” por resistência às prescrições de uma maternidade intensiva. Para elas a possibilidade de evitarem uma posição de “más mães” mantendo uma ocupação profissional, e portanto mantendo-se mães trabalhadoras, passa pela construção de versões alternativas a uma modalidade única de maternidade adequada, por exemplo pela recusa em trabalhar além do horário de trabalho como antes faziam ou aproveitar ao máximo o tempo que passam com os filhos.

### ***Grupo 3 – Valorização da maternidade pelo exercício profissional***

As três últimas participantes, ainda que tenham em comum com as anteriores o facto de sentirem com alguma dificuldade a separação inicial dos seus filhos e também referirem que seria bom poder adiar o regresso, atribuem uma ênfase muito mais marcada à vontade de retomar o seu trabalho e à ideia de que esta constitui uma parte fundamental da sua identidade pessoal. Estas mulheres afirmam inequivocamente que, pese embora a família e a maternidade sejam a sua prioridade em termos de valores pessoais, a carreira profissional é imprescindível e inclusive sentem que, de alguma forma, o facto de serem mães trabalhadoras lhes pode valorizar o exercício da maternidade, porquanto as enriquece e completa enquanto pessoas.

#### Sofia, pós-parto

*“... é assim, eu admiro muito as mulheres que decidem ter um filho e ficar em casa a cuidar deles. Eu pessoalmente não conseguiria ser assim! Porque não faz parte de mim*

*ficar em casa a tomar conta de um filho porque eu acho que é assim, nós temos que lhes dar liberdade para eles crescerem, sempre ao nosso lado, não é? Mas nós não podemos também viver dependentes deles! (...) Muito cedo começam eles a sair! E é assim, e eu vou ficar em casa?! Eu acho que a mulher... é assim, para mim não dava, porque eu acho também que sou uma pessoa muito activa e não me imagino em casa, sinceramente!”*

#### Carolina, pós-parto

*“Não porque quando eu achar que irá prejudicar, são os tais limites, as tais linhas que eu estabeleço! Portanto faz parte da minha vida porque eu não me vejo... portanto vejo-me a ser uma mãe trabalhadora! Gosto de ter objectivos profissionais, sinto que faz parte da minha maneira de ser, mas quando eu achar que as coisas estão a ultrapassar os limites e que possam prejudicar a minha vida enquanto mãe, enquanto mulher... portanto eu estabeleço muito bem a linha. Agora claro que faz parte! Até ao ponto de não prejudicar.”*

#### Cláudia, pós-parto

*“Ajuda-me a ser uma melhor mãe porque estou realizada e porque faço as coisas para me sentir bem como pessoa, mas também ainda melhor como mãe. E tenho momentos do dia em que penso no meu filho e dá-me uma força enorme! E lá está, sou melhor profissional e sou melhor mãe, sem dúvida!”*

Como vimos, nestes casos o ideal de maternidade tradicional é usado de forma ainda mais evidente como um discurso que auxilia as mulheres na sua definição identitária por oposição e resistência. De modo ainda mais decisivo do que as anteriores, estas mães recusam o posicionamento de “más mães” que lhes é atribuído pela ideologia tradicional e constroem uma nova alternativa a essa versão da “boa mãe”, realçando a importância da sua felicidade e realização pessoais na felicidade dos seus filhos. Na medida em que este último grupo de mulheres claramente entende que o facto de se sentirem mais felizes e realizadas as ajuda a ser melhores mães, verifica-se a construção de uma lógica semiótica nova e que se afirma por resistência às prescrições culturais da “boa maternidade”, resultando numa completa inversão da ideologia tradicional. Na elaboração apresentada por estas mulheres, o exercício e investimento intensivo numa dimensão profissional não só não as impede de serem mães adequadas, como além disso constitui um aspecto importante para o enriquecimento e valorização da sua maternidade, na medida em que as torna mães mais felizes, realizadas e completas.

De um modo geral, a tensão e ambivalência presentes nos processos discursivos apresentados, decorrentes das negociações entre as sugestões culturais e os valores pessoais de cada participante ilustram exemplarmente o modo como a subjectividade humana é construída na base de elaborações cognitivo-afectivas pessoais das sugestões culturais (Simão, 2007). Neste sentido, o facto das sugestões culturais, enquanto mensagens simbólicas, serem inerentemente ambivalentes (Abbey e Valsiner, 2005) abre lugar a uma diversidade de possibilidades de aplicação aos contextos cognitivos, afectivos e de acção dos indivíduos que, através de processos de selecção, transformação e integração destas mensagens culturais conseguem personalizá-las e adequá-las às suas intenções e necessidades a cada momento (Valsiner, 2005b). Assim, e reiterando a leitura oferecida por Simão (2007), podemos dizer que, num primeiro momento o mito da “maternidade intensiva” pode ser entendido como um eficaz organizador semiótico do processo subjectivo e ambivalente de significação da experiência de maternidade, dada a sua dimensão de novidade e de desconhecido. Mas paralelamente, à medida que outras exigências e desafios são colocados a estas mulheres pelas suas circunstâncias e contextos de vida particulares, verifica-se um processo de apropriação pessoal destas sugestões culturais que dá origem a mitos novos e transformados. Dito de outro modo, são produzidas versões discursivas renovadas e transformadoras sobre o mesmo fenómeno.

Se quisermos, a introdução de elementos de desafio (e.g., a manutenção de interesses profissionais), porquanto não encaixam nas prescrições inerentes ao mito da maternidade intensiva, tornam-no temporariamente um desorganizador simbólico (Simão, 2007) para a experiência de ser mãe, instalando-se um novo processo de ambivalência e de tensão auto-dialógica que cataliza outras elaborações de significados e novas negociações face à transição para a maternidade. Com base nestes novos processos de produção de significado, alternativos e mais “personalizados”, observamos então a elaboração de novas formas do mito anterior (e.g., versões alternativas de uma “boa mãe”) ou até de novos mitos (e.g., “a mulher polivalente e emancipada”) que, por sua vez, passam a (re)organizar as experiências subjectivas das participantes.

#### 4. Parte B – A produção de significados e a microgênese

Na sequência da análise desenvolvida no primeiro estudo e da identificação de um significativo foco de tensão e ambivalência nos relatos derivados da manutenção de um repertório tradicional acerca da maternidade e de um repertório profissional que definem exigências difíceis de compatibilizar, pudemos confirmar que a posição de *mães trabalhadoras* coloca a estas mulheres dificuldades particulares no processo de integração identitária da maternidade. Esta situação corrobora a afirmação de Davies e Harré (2001) de que os repertórios podem competir entre si ou criar versões distintas e mesmo incompatíveis da realidade, pelo que a possibilidade de escolha numa situação na qual existem exigências contraditórias dá às pessoas a oportunidade de agir com autonomia. Os mesmos autores salientam precisamente que o facto dos indivíduos se verem forçados a efectuar escolhas entre exigências contraditórias, abre lugar a um complexo processo de conciliação de posições pessoais (e dos significados culturais, sociais e políticos que estão associados a essas posições) e do significado emocional associado a cada uma dessas posições (Davies & Harré, 2001).

Como tal, e numa leitura dialógica deste dilema ideológico, entendemos que se abre aqui um significativo campo de tensão dialógica, no qual são possíveis múltiplos movimentos de negociação, subordinação e/ou dominância, no sentido de aceitar ou resistir aos posicionamentos auto e hetero atribuídos como consequência da estruturação do discurso em torno destes dois repertórios. Interessa-nos, por isso, explorar a natureza destas tensões de um ponto de vista dialógico e perceber se os três sub-grupos encontrados no primeiro estudo<sup>13</sup> se diferenciam quanto ao tipo de estratégias e instrumentos semióticos construídos para resolver ou contornar discursivamente os conflitos e ambivalências identificados na análise anterior.

Uma análise semiótica microgenética do processo de construção de significados em torno das dinâmicas dialógicas presentes nos relatos das participantes afigura-se-nos, assim, de grande utilidade no sentido de elucidar com maior detalhe as diferentes trajetórias seguidas nesta produção de significados.

---

<sup>13</sup> Relembramos que os três sub-grupos referidos se distinguem pelo modo como é elaborada a posição de mãe trabalhadora (Desvalorização da identidade profissional; Ambivalência emocional e pressão institucional; Valorização da maternidade pelo exercício profissional).

#### 4.1. Tratamento dos dados

O processo de análise semiótica microgenética é aplicado às narrativas correspondentes aos diálogos<sup>14</sup> entre as duas posições identitárias que se revelaram mais significativas em resultado das primeiras análises discursivas realizadas – uma posição maternal ou familiar e uma posição profissional – e centra-se no processo de produção de significados desencadeado pela primeira questão colocada relativamente a cada díade de posições identitárias – “Há algum tipo de diálogo entre estas duas posições?”. Considerando a noção dialéctica de *meaning-making* já apresentada (Josephs & Valsiner, 1998), entendemos que esta questão apresenta o primeiro complexo bipolar que a pessoa pode usar para elaborar em qualquer um dos campos de significado – DIÁLOGO  $\diamond$  Anti-DIÁLOGO. Uma vez sugerida pelo entrevistador esta primeira oposição, o processo de significação ou de *meaning-making* da pessoa pode seguir um de dois caminhos diferentes: a aceitação e diferenciação progressiva do campo A – DIÁLOGO (designada de *crescimento*); ou a aceitação e diferenciação progressiva do campo Anti-A – Anti-DIÁLOGO (designada de *elaboração construtiva*). A este respeito, como referimos antes (cf. capítulo II), os dois campos do complexo de significados são distintos em termos da sua organização, uma vez que, enquanto o campo A pode ser progressivamente diferenciado através da construção de múltiplas versões *similares* do signo A (A'; A''; A'''', etc), contribuindo assim para uma maior diferenciação e estruturação, por seu lado, o campo *Anti-A* constitui um campo semiótico mais indeterminado e que apenas se vai definindo em conjunto e por contraste com o campo A. Justamente pelo seu carácter de maior indefinição, é no campo *Anti-A* que as probabilidades de transformação de significado e de emergência de novidade são mais significativas, podendo conduzir à inserção de novos complexos de significado – {B  $\diamond$  Anti-B}.

A análise segue então de perto o processo de *meaning-making* com vista a identificar: a) novos complexos de significado bipolares elaborados pela pessoa; b) conseqüente crescimento e elaboração construtiva de qualquer um dos campos de significado; c) estados de coexistência harmoniosa ou de rivalidade entre os complexos de significado elaborados; d) estratégias de *bypass* semiótico elaboradas para lidar com a tensão.

---

<sup>14</sup> Os diálogos referidos foram recolhidos através da Tarefa de Articulação Dialógica (Duarte, Rosa & Gonçalves, 2006) descrita previamente neste capítulo (cf. Instrumentos).

## 4.2. Apresentação de resultados

### A. Posições identitárias

Considerando as onze participantes estudadas nesta primeira análise, apenas quatro delas incluíram logo na primeira entrevista pré-parto, uma espécie de posição maternal preparatória (“Eu como futura mãe” ou “Eu como grávida”), enquanto que as restantes sete não o fizeram. Talvez mais inesperado seja o facto de, mesmo no segundo momento, ou seja, durante o quarto mês pós-parto, três mulheres continuarem a não identificar individualmente uma posição maternal. Nestes casos, as participantes preferiram não diferenciar esta dimensão, incluindo-a no âmbito de uma posição familiar já considerada desde a primeira entrevista.

Participantes	TAD – Pré-parto	TAD - Pós-parto
Maria	<ul style="list-style-type: none"> <li>- <b>Eu como futura mãe</b></li> <li>- Eu como profissional</li> <li>- A criança que há em mim</li> <li>- Eu como elemento da família</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- <b>Eu como mãe</b></li> <li>- Eu como profissional</li> <li>- A criança que há em mim</li> </ul>
Adriana	<ul style="list-style-type: none"> <li>- <b>Eu como futura mãe</b></li> <li>- Faceta profissional</li> <li>- Eu como sonhadora</li> <li>- Afectos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- <b>Eu como mãe</b></li> <li>- Faceta profissional</li> <li>- Eu como sonhadora</li> <li>- Afectos</li> </ul>
Ana	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Eu profissional</li> <li>- Eu enquanto membro da família</li> <li>- Eu emocional</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- <b>Eu enquanto mãe</b></li> <li>- Eu enquanto membro da família</li> <li>- Eu emocional</li> </ul>
Madalena	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Eu infantil</li> <li>- Eu profissional</li> <li>- Eu emocional</li> <li>- Social/Amigos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- <b>Eu mãe</b></li> <li>- Eu profissional</li> <li>- Eu emocional</li> <li>- Social/Amigos</li> </ul>
Beatriz	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Dimensão familiar</li> <li>- Dimensão profissional</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Dimensão familiar</li> <li>- Dimensão profissional</li> </ul>
Sofia	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Relação familiar</li> <li>- Eu profissional</li> <li>- Energia / Dinamismo</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Relação familiar</li> <li>- Eu profissional</li> <li>- Energia / Dinamismo</li> </ul>
Cláudia	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Faceta familiar</li> <li>- Faceta profissional</li> <li>- Vida social</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Faceta familiar</li> <li>- Faceta profissional</li> <li>- Vida social</li> </ul>
Carla	<ul style="list-style-type: none"> <li>- <b>Eu como futura mãe</b></li> <li>- Eu como profissional</li> <li>- Eu como mulher casada</li> <li>- Familiar</li> <li>- Amiga</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- <b>Eu como mãe</b></li> <li>- Eu como profissional</li> <li>- Eu como mulher casada</li> <li>- Familiar</li> <li>- Amiga</li> </ul>
Carolina	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Familiar</li> <li>- Profissional</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- <b>Eu enquanto mãe</b></li> <li>- Eu enquanto esposa</li> <li>- Eu enquanto filha</li> <li>- Plano profissional</li> </ul>
Inês	<ul style="list-style-type: none"> <li>- <b>Eu como grávida</b></li> <li>- Eu como esposa</li> <li>- Eu como profissional</li> <li>- Eu como familiar</li> <li>- Eu comigo própria</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- <b>Eu como mãe</b></li> <li>- Eu como esposa</li> <li>- Eu como profissional</li> <li>- Eu como familiar</li> <li>- Eu comigo própria</li> </ul>
Alice	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Eu relacional (conjugal)</li> <li>- Eu familiar (família alargada)</li> <li>- Eu profissional</li> <li>- Suporte social</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- <b>Eu materno</b></li> <li>- Eu relacional (conjugal)</li> <li>- Eu familiar (família alargada)</li> <li>- Eu profissional</li> <li>- Suporte social</li> </ul>



Quadro 6. Síntese das posições definidas pelas participantes na Tarefa de Articulação Dialógica (TAD)

Uma vez que a posição maternal é precisamente aquela que assume uma maior relevância para o presente estudo, focámos a nossa análise semiótica nas dinâmicas dialógicas entre esta posição e a posição profissional, descritas nos diálogos solicitados na Tarefa de Articulação Dialógica. Nos casos em que as participantes não incluíram uma posição maternal específica, considerámos os diálogos descritos entre as posições familiar e profissional, uma vez que a experiência de maternidade era incluída no âmbito familiar.

A decisão de analisar microgeneticamente as trocas dialógicas entre estas posições especificamente deve-se ao facto de elas possuírem particularidades importantes e colocarem precisamente em jogo o posicionamento destas mulheres como mães trabalhadoras, confrontando-as de modo muito claro com o cerne da sua ambiguidade e conflito.

### **B. Análise semiótica do conflito**

As opções quanto à forma e estrutura da exposição dos resultados relativos a esta segunda metodologia de tratamento dos dados basearam-se sobretudo em critérios de pertinência e clareza da informação a apresentar, de modo a evidenciar os elementos mais significativos dos percursos dialógicos de cada participante e a promover uma compreensão clara por parte do leitor dos procedimentos de análise e interpretação adoptados. Neste sentido, a extensão e detalhe das análises microgenéticas desenvolvidas a partir do escrutínio do discurso de cada participante justificaram a decisão de apresentar apenas as passagens mais relevantes.

As análises de caso serão apresentadas individualmente, seguidas de uma síntese das respectivas análises microgenéticas, nas quais destacamos os recursos semióticos sintetizados por cada participante face ao desafio de reflectir o processo autodialógico entre as posições maternal/familiar e profissional.

Na sequência desta análise propomos ainda um modelo ilustrativo para cada participante da trajectória seguida pelas vozes/posições convocadas para o diálogo, assim como das modalidades dialógicas estabelecidas entre elas. Este modelo será ainda

acompanhado de uma sinopse integrativa de cada caso, orientada para a compreensão de três linhas centrais de análise:

- de que modo é que cada participante se organiza semioticamente perante o conflito e a tensão entre as duas posições centrais em diálogo;
- que tipo de modalidades dialógicas são estabelecidas entre elas e quais as estratégias de *bypass* semiótico construídas para conter ou resolver a tensão;
- quais os movimentos dialógicos observados entre a potenciação da multiplicidade (“*voicing*”) e a tendência para uma monologização do *self* (“*silencing*”).

## **Grupo 1 – Desvalorização da identidade profissional**

### **i) Análise ideográfica das dinâmicas dialógicas da Madalena:**

#### **- Diálogo Eu mãe / Eu profissional (pós-parto)**

*(O seu lado de mãe e o seu lado profissional mantêm algum tipo de diálogo?)*

*“... (risos) ... vai chocar! Vai chocar imenso. Vai chocar porque, primeiro... nós... o [marido] teve uns dias de férias antes da miúda adoecer e eu quis ir visitar colegas de trabalho. E quando cheguei o meu director disse-me assim – “Então é em Agosto?” – eu só lhe disse – “Nem pensar! Só em Setembro e com sorte!” – (risos) porque eu sei **que me vai custar imenso!** Ou eu mudo agora e começo habituar-me a deixar a [bebé] em casa dos meus pais um bocadinho, ou então estou a ver que o Eu infantil vai estar sempre presente a chorar o tempo todo! Porque **me vai custar muito**, qualquer coisinha custa-me, acho que estou a ser demasiado «galinha». **Vai chocar muito, muito, muito... já está a chocar.**”*

#### **ANÁLISE:**

- Estimativa de DIÁLOGO e de CONFLITO entre as duas posições em diálogo, referente ao futuro e reforçada pela repetição do **qualificativo** “*imenso*”;
- Elaboração da posição maternal que sugere uma preferência pessoal em detrimento da posição profissional e reafirma a antecipação de um CONFLITO no futuro;
- Referência a uma terceira posição, o Eu infantil, que emerge neste diálogo a partir de uma posição reflexiva, como um aliado da posição maternal.

(Imediatamente a seguir ao excerto anterior)

*(Já está a sentir esse conflito?)*

*“Já, já! E o tempo passando, está a passar cada vez mais depressa, vai **chocar imenso**. Só faltam dois meses! É o que eu digo, só faltam dois meses! Eu se calhar até vou reagir bem! Mas penso que vou reagir mal e conhecendo-me acho que vou reagir mal. E depois vai ser um choque quererem que eu fique mais tempo e eu não vou querer ficar. É isso... mas vai... mas o meu primeiro ano tenho direito a ele e vou querer o direito às minhas horinhas para poder estar com a minha filha.”*

#### ANÁLISE:

- Nova estimativa de conflito entre as duas posições em diálogo;
- Movimento para o presente e elaboração da posição maternal que apresenta seguidamente a dissonância de valores e as razões do conflito através da afirmação de uma **preferência pessoal** (“eu não vou querer ficar!”);
- Estado de tensão temporariamente reduzido ou contornado pelo recurso a **estratégias de bypass semiótico por acção directa** que alteram o significado focado e permitem uma maior conciliação dos dois complexos de significado (“vou querer o direito às minhas horinhas para poder estar com a minha filha”).

(Imediatamente a seguir ao excerto anterior)

*(Aí o Eu mãe a falar mais alto? Vai impor-se?)*

*“É e vai ter que ser. Vai ter que ser! É complicado.”*

*(Tem prioridade?)*

*“É porque o [marido] tem um trabalho que não lhe permite chegar cedo a casa e eu vejo que ele não passa tempo nenhum com a miúda e eu não quero que ela passe pouco tempo com os dois. Eu sei que se calhar vou arranjar problemas para mim, mas eu acho que ela precisa. (...) Ela precisa de nós! E ela está muito agarrada a nós! E de um momento para o outro, quer dizer... os dois não aparecem, não estão tempo nenhum, vai ser complicado! Por isso eu vou ter que arranjar um esquema. Segundo o horário que me disseram eu posso só ir trabalhar da parte da manhã e em vez de fazer a hora de almoço, faço tudo seguido e saio às duas da tarde. E vai ser... vai ser um choque enorme para quem precisa de mim até às sete da noite! Vai ser um choque enorme, mas paciência.”*

- Confirmação da intenção de domínio da posição maternal e utilização de um **macro-organizador prescritivo** (“*vai ter que ser*”) e de uma **estratégia de bypass semiótico focada numa preferência pessoal** (“*não quero que ela passe pouco tempo com os dois*”);
- Agudização da situação de rivalidade entre os significados mantidos pelas duas vozes, expressa na estimativa “*é complicado*” e no uso de um novo **macro-organizador prescritivo** (“*vou ter que arranjar um esquema*”);
- Percepção de um elevado estado de tensão que é temporariamente resolvida por alteração do significado focado, através de uma **estratégia de bypass semiótico por acção directa** (“*posso só ir trabalhar da parte da manhã*”).

(13 segundos depois do excerto anterior, após uma reflexão episódica)

*(E este conflito aqui entre estas duas áreas está a causar-lhe mau estar?)*

*“Ainda não! Ainda não, mas vai causar! Mais perto, quando eu tiver que ir lá conversar e falar e pôr os «pontos nos “is” e dizer – “Quando vier vai ter que ser assim, assim e assim” – não quero chegar lá e – “Ai vou-me embora”. Porque eu sei que está um caos! (...) ... e eu começo a pensar...”*

*(Eles vão pressionar?)*

*“Eles vão pressionar porque precisam! Não é por ser assim, não por maldade, nem porque... porque é necessário! E vai ser muito complicado para mim porque eu não quero ir! O problema está aí!... (risos) ... eu não quero ir... (sussurrando) ... eu não quero ir. Ai meu Deus! Vamos lá ver!”*

- Introdução de uma **estratégia de bypass semiótico focada num objectivo pessoal concorrente** associada à posição profissional, externamente sugerido (“*eles precisam de mim*”);
- Novo reforço da posição maternal através da utilização de uma **estratégia de bypass semiótico focada numa preferência pessoal** (“*eu não quero ir*”).

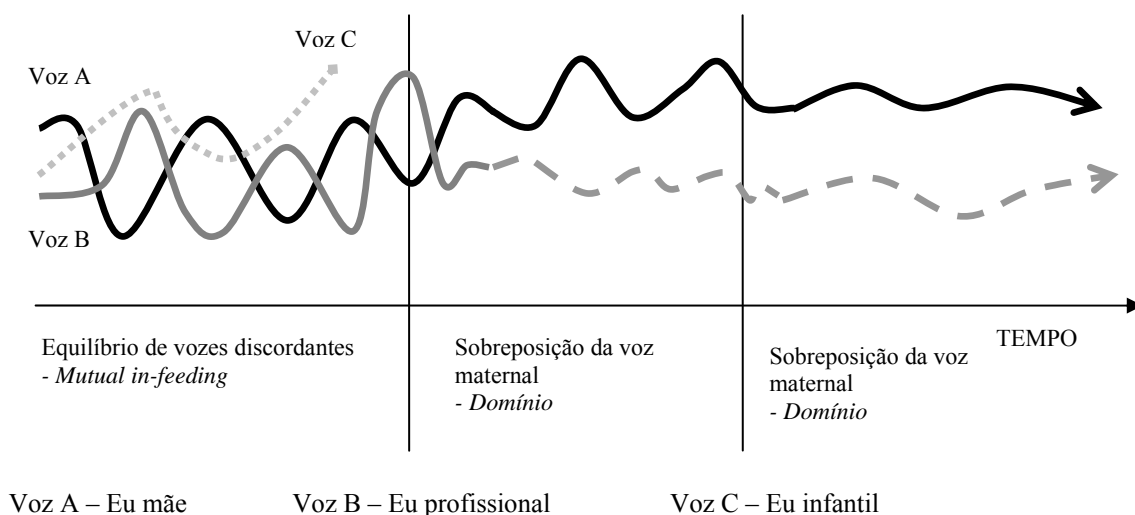


Figura 1: Representação do percurso dialógico da Madalena a respeito das dinâmicas entre as posições maternal e profissional

**Síntese:** A participante revela uma percepção de conflito entre as duas posições identitárias, resultante de uma preferência pessoal em dar prevalência à dimensão maternal, o que sugere um determinado critério de prioridades ao nível emocional. No entanto, pese embora a preferência pessoal em adiar o regresso ao trabalho, a necessidade de regresso ao emprego e o fim da licença de maternidade impõem-se como prescrições difíceis de contornar. As duas posições em causa são, por isso, representadas na figura 1 através de duas linhas contínuas que se entrecruzam no decorrer do diálogo, de forma a salientar a preponderância de que ambas se revestem no espaço dialógico.

Este aparente estado de equilíbrio inicial entre as duas posições divergentes que mantêm uma estabilidade dinâmica temporária assente na ambivalência entre os significados sustentados por cada uma delas (*mutual in-feeding balance*; Valsiner, 2002a), evolui posteriormente para uma assimetria clara que privilegia a posição maternal. A utilização repetida de macro-organizadores prescritivos, associados à posição maternal e à necessidade de preservar o seu espaço, reflectem um processo de significação algo rígido e que estabiliza de forma clara e resistente à mudança os significados sustentados por esta posição. Ao operar a um nível semiótico mais generalizado, estes macro-organizadores expressam uma forte convicção no que respeita à prioridade atribuída à dimensão maternal, materializando valores pessoais muito significativos para a participante.

Verifica-se assim uma sobreposição progressiva da voz maternal que passa a estabelecer uma relação dialógica de *domínio* (Valsiner, 2002a) sobre a posição profissional. A rivalidade autodialógica evolui e é minimizada no sentido de uma voz uníssona e dominante (Josephs & Valsiner, 1998), veiculando uma tendência monológica. A posição profissional não é, todavia, absolutamente silenciada, permanecendo como uma voz potencial que contribui para o diálogo e mantém o nível de tensão dialógica.

A evolução do diálogo e a crescente sobreposição da voz maternal é expressa na ilustração com a descontinuidade da linha correspondente à voz profissional, que efectivamente não é expropriada do espaço dialógico, mas é mantida a um nível de subordinação temporária.

Este caso ilustra uma trajectória dialógica que denuncia evolução e desenvolvimento, no sentido em que a relação dialógica inicialmente existente entre as posições em diálogo é transformada, levando a mudança para uma nova forma dialógica – o domínio. A voz maternal sobrepõe-se à sua interlocutora e ultrapassa-a. A não expropriação da voz profissional mantém, no entanto, em aberto a possibilidade desta reentrar no diálogo a qualquer momento e desafiar novamente o domínio da posição maternal.

## **ii) Análise ideográfica das dinâmicas dialógicas da Inês:**

### **- Diálogo Eu como mãe / Eu como profissional (pós-parto)**

*(E o diálogo do eu como mãe com o eu profissional, como é que tem sido?)*

*“Tem sido terrível! Porque...”*

*(Também aqui há conflito?)*

*“É, muito conflito. Porque são duas coisas... eu consigo até achar isto incompatível! Porque uma coisa não tem rigorosamente nada a ver com a outra! E o eu profissional tem-me roubado muito tempo ao eu como mãe! Embora ela esteja sempre presente, a atenção não é a mesma, não é? Porque não consigo estar atenta às duas coisas ao mesmo tempo. E como mãe há uma tristeza muito grande de não me ter dado ao direito de ter ficado em casa uns 4 ou 5 meses, porque isso, seja eu desta profissão ou daquela, é suposto ter esse direito! (...)”*

## **ANÁLISE:**

- Sugestão por parte da entrevistadora do complexo de significado DIÁLOGO <>

ANTI-DIÁLOGO com aceitação implícita do campo DIÁLOGO, caracterizado pelo **qualificativo** “terrível”;

- Manutenção por parte da participante numa posição auto-reflexiva e reconhecimento de um estado tensional de CONFLITO entre as duas posições;
- Elaboração da voz maternal com síntese de duas oposições relacionadas com a situação de regresso precoce ao emprego – ROUBAR (TEMPO) <> ANTI-ROUBAR (TEMPO) e FICAR EM CASA <> ANTI-FICAR EM CASA – que explicam o estado de desconforto emocional que a situação desencadeia.

(Imediatamente a seguir ao excerto anterior)

*(Então o que acontece é que, nesta relação, o eu como mãe não domina em relação ao eu profissional, mas tu gostarias que dominasse até em termos de tempo e de disponibilidade? Que prevalecesse?)*

*“Gostaria que dominasse! Mesmo.”*

*(Mas isso não acontece?)*

*“Não tem acontecido. Daí a situação mais de **tensão**.”*

ANÁLISE:

- Sugestão da entrevistadora relativamente à natureza verdadeiramente assimétrica destas trocas dialógicas, materializada na proposta das oposições - DOMÍNIO <> ANTI-DOMÍNIO e PREVALÊNCIA <> ANTI-PREVALÊNCIA – relativas à posição maternal;
- Aceitação do campo ANTI-DOMÍNIO que configura uma apreciação de simetria deste diálogo, funcionando como um potenciador da tensão dialógica subsequente;
- Síntese de uma **preferência pessoal** contrária (“*gostaria que dominasse*”).

(Imediatamente a seguir ao excerto anterior)

*(Elas são discordantes? Os interesses de uma e de outra chocam?)*

*“São discordantes. Mas eu vou conseguindo conciliar as duas coisas apenas nisto que é tenho-me dado... pelo menos isso, que é, tenho-me dado ao direito de, se hoje estou disposta a trabalhar, vou; se não estou não vou! Se não for os 5 dias da semana, vou 4! Se não vou 4, vou 3! Não é? Porque muitas vezes como hoje, se não vou de manhã, vou de tarde! Mas se não for de manhã, consigo ir de tarde; se não for hoje de tarde, vou amanhã de manhã! Porque é assim, tento não passar é mais do que um dia inteiro sem lá por os pés, de resto vou conciliando mais ou menos!”*

## ANÁLISE:

- Clarificação do estado de rivalidade entre os complexos de significado sustentados por cada uma das posições e identificação de uma dinâmica dialógica de DISCORDÂNCIA;

- Esforço de evitamento do conflito pela síntese de uma nova oposição CONCILIAR <> ANTI-CONCILIAR, com aceitação e crescimento do campo CONCILIAR, ainda que restringido pelo **qualificativo** “apenas”;

- Apresentação de **estratégias de bypass semiótico por acção directa** que permitem precisamente atenuar a tensão (“*se hoje estou disposta a trabalhar, vou; se não estou não vou*”; “*tento não passar é mais do que um dia inteiro sem lá por os pés, de resto vou conciliando mais ou menos*”).

(Imediatamente a seguir ao excerto anterior)

(*Vais tentando equilibrar as duas?*)

“*Sim. E depois ainda me revolta outra coisa que é, como profissional também lá não tenho conseguido fazer grandes coisas, porque não consigo fazer devidamente os atendimentos, não consigo estar por exemplo na sala de jovens... não estou! Por isso é assim, nem estou a cumprir como mãe... se estivesse em casa, no sossego do lar, não é, era outra mãe que não tenho sido. Nem consigo ser a mãe que gostaria, nem estou a 100% a trabalhar como a profissional que era! Não estou a conseguir. E isso acaba por me revoltar mais, porque nem uma coisa nem outra! Mas é o que é possível!*”

(*Tentar conciliar as exigências de uma e de outra o melhor possível?*) “

É... *tenho que manter o emprego e isso tem sido o preço. Para manter o emprego tem que ser assim.*”

## ANÁLISE:

- Proposta da oposição EQUILIBRAR <> ANTI-EQUILIBRAR mantém a produção de significados ao nível da estabilidade dialógica;

- A contenção temporária da tensão torna-se impossível com o crescimento semiótico do campo EQUILIBRAR e abandono da posição auto-reflexiva da participante;

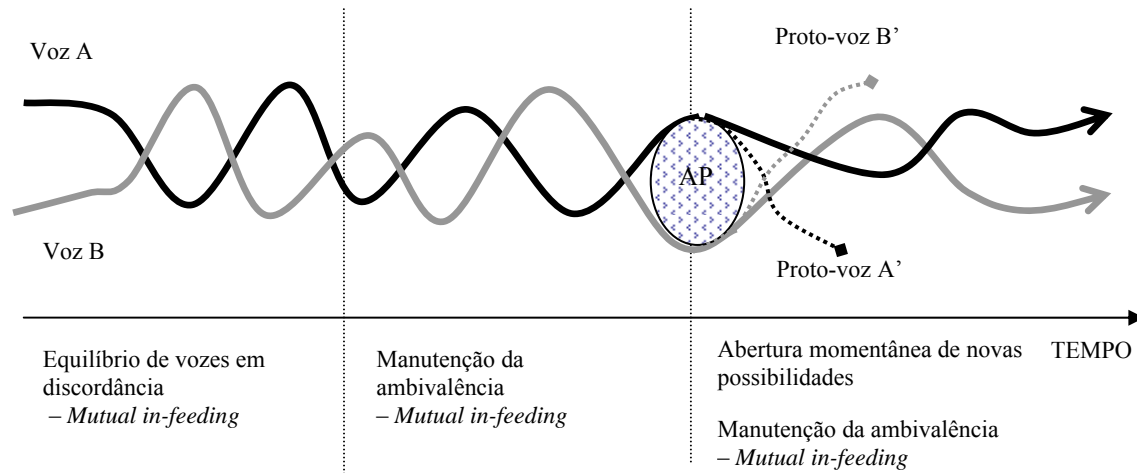
- Adopção alternada de cada uma das duas posições em diálogo que remete novamente para um estado de rivalidade que causa insatisfação e que é expressa na nova oposição REVOLTAR <> ANTI-REVOLTAR;

- Nova tentativa de contenção da tensão dialógica com a introdução de um **auxiliar simbólico** (“*mas é o que é possível!*”);



- Agravamento tensional pelo reforço da posição profissional através de um **macro-organizador prescritivo** (“tenho que manter o emprego”; “tem que ser assim”).

Figura 2: Representação do percurso dialógico da Inês a respeito das dinâmicas entre as posições maternal e profissional



Voz A – Eu como mãe

AP – abertura temporária de novas possibilidades dialógicas

Voz B – Eu como profissional

**Síntese:** Sobressai do processo de significação analisado, a emergência de um elevado potencial de conflito dialógico entre as posições maternal e profissional com impacto significativo ao nível emocional, na medida em que a preferência pessoal em favorecer a posição maternal é amplamente desafiada e inviabilizada pelos argumentos firmes e inflexíveis da posição profissional. O marcado estado de rivalidade e de tensão dialógica provocado pelo conflito entre os significados e valores sustentados por cada uma das posições em diálogo desencadeia um notório desconforto na participante que, inclusive, avalia esta divergência como “incompatível”.

Efectivamente, salientamos o facto da afirmação da posição profissional ser feita habitualmente através de imposições externas e socialmente sugeridas, enquanto o sistema pessoal de prioridades valoriza a posição maternal. Esta situação conduz a uma avaliação de efectiva simetria neste diálogo, observando-se uma configuração dialógica de equilíbrio dinâmico entre duas vozes simultaneamente poderosas e dominantes no espaço do *self*, as quais estabilizam e mantêm as suas posições alimentando o nível de tensão dialógica e, conseqüentemente, a recorrência e circularidade na produção de significados (*mutual in-feeding balance*; Valsiner, 2002a). Esta simetria é precisamente

a fonte de desconforto para a participante, que procura através da CONCILIAÇÃO e do uso de estratégias semióticas de acção directa, atenuar a tensão e baixar o nível de conflito. Este esforço de maior flexibilidade e conciliação representa uma abertura de possibilidades no espaço dialógico ou, se quisermos, um potencial dialógico importante para a elaboração de novas vozes e/ou de novas versões das vozes em diálogo, dotadas de maior capacidade negocial. Neste sentido, esta oportunidade de desenvolvimento no âmbito do *self* dialógico está ilustrado na figura 2 através da forma oval e das linhas mais finas e descontínuas, correspondentes às proto-vozes potenciais, ainda que não completamente expressas e diferenciadas.

O esforço de conciliação não parece, de todo, satisfatório, sendo imediatamente ultrapassado pela rápida re-emergência da tensão e pela afirmação de novo estado de rivalidade, agora num patamar mais equilibrado, com recuperação de argumentos mais pessoais por parte da posição profissional.

A percepção do conflito subjacente às duas posições em diálogo conduz a participante a um evitamento e distanciamento emocional, expresso na introdução de um auxiliar simbólico (“*mas é o que é possível!*”) que permite uma contenção temporária da tensão dialógica.

## **Grupo 2 – Ambivalência emocional e pressão institucional**

### **iii) Análise ideográfica das dinâmicas dialógicas da Maria:**

#### **- Diálogo Eu como mãe / Eu como profissional (pós-parto)**

*(Entre estas duas posições, existe algum tipo de diálogo?)*

*“Ah, estas falam **muíto** uma com a outra!!... (risos)... Não, mas aí se calhar há **muíto** diálogo porque... (...) Porque o Eu profissional sabe que **tem que** voltar para o trabalho... (risos)... o que já estou a fazer, no fundo, só que trabalho a partir de casa. E o Eu como mãe se calhar **preferia continuar** com o trabalhar em casa para poder dar atenção também ao bebé. É, se calhar isso é isso...”*

*(Então neste momento são duas vozes **divergentes**, há aqui opiniões diferentes, perspectivas diferentes?)*

*“Sim, exactamente. O Eu profissional **sabe que tem que voltar** para o trabalho e que **isso tem que acontecer** e... ganhar mais experiência, fazer currículo e por aí fora...”*

*(E também há alguma vontade, pensando enquanto profissional, de voltar?)*

*“Sim, de ter aquele dia-a-dia assim com colegas e por aí fora, sim isso também. Uma pessoa passa muito tempo fechada em casa e isso também não é assim muito saudável, não é?... Depois o Eu como mãe... (risos)... Eu como mãe vê mais as coisas da seguinte maneira, como ando já a trabalhar de casa já há muito tempo, **pensa mais “ok, consigo conjugar as duas coisas e isso seria o ideal!”**.”*

#### ANÁLISE:

- Proposta por parte da entrevistadora do complexo de significado DIÁLOGO <math>\diamond</math> ANTI-DIÁLOGO e estimativa de DIÁLOGO entre as posições maternal e profissional;
- Abertura de um campo de construção de significado em que emergem dois novos complexos – VOLTAR (TRABALHO) e CONTINUAR (EM CASA) - cada um associado a uma das posições;
- Evolução do contraste de complexos de significado para um estado de rivalidade e potenciação de uma dinâmica dialógica marcada pela tensão entre as duas posições;
- Estabilização dos significados sustentados por cada uma das posições pelo recurso a estratégias semióticas distintas: construção de **estratégias de bypass semiótico focadas em macro-organizadores prescritivos** (“o Eu profissional sabe que **tem que voltar para o trabalho**”; “isso **tem que acontecer**”) pela voz do *Eu profissional*; síntese de uma **estratégia de bypass semiótico focada numa preferência pessoal** (“o Eu como mãe se calhar **preferia continuar com o trabalhar em casa**”) pelo *Eu como mãe*;
- Elaboração dos conteúdos de cada uma das duas posições em diálogo com recurso às mesmas estratégias semióticas por parte de cada uma das posições e manutenção do estado de rivalidade;
- Introdução de uma **estratégia de bypass semiótico por abstracção** (“isso também não é muito saudável!”);
- Síntese de um novo significado a qualificar o diálogo (por parte da posição *Eu como mãe*) que abre espaço à negociação – CONJUGAR (não elaborado).

(Imediatamente a seguir ao excerto anterior)

*“(Como é que negocia esta divergência? Isto chega a ser um conflito para si? Causa-lhe algum mal-estar?)*

*“Algum, mas não sei se chegava ao ponto de lhe chamar um conflito. Se calhar é mais simplesmente duas opiniões assim um bocado diferentes.”*

*(E como é que isto se resolve? Há alguma voz que prevalece sobre a outra?)*

*“Neste momento acho que não. Acho que está ali e não há resolução para já. Se calhar daqui a uns tempos...”*

(E como é que acha **que se irá resolver**? Alguma delas **vai falar mais alto e sobrepôr-se** à outra ou vê isto como uma capacidade de encontrar uma solução de compromisso e nenhuma se sobrepôr à outra?)

“Não sei, tudo depende... (silêncio)... **depende, mas...** (longo silêncio)... isto são coisas que também me ultrapassam!”

(Mas qual é a sua vontade? Neste momento há **alguma que se sobreponha ou estão em equilíbrio?**)

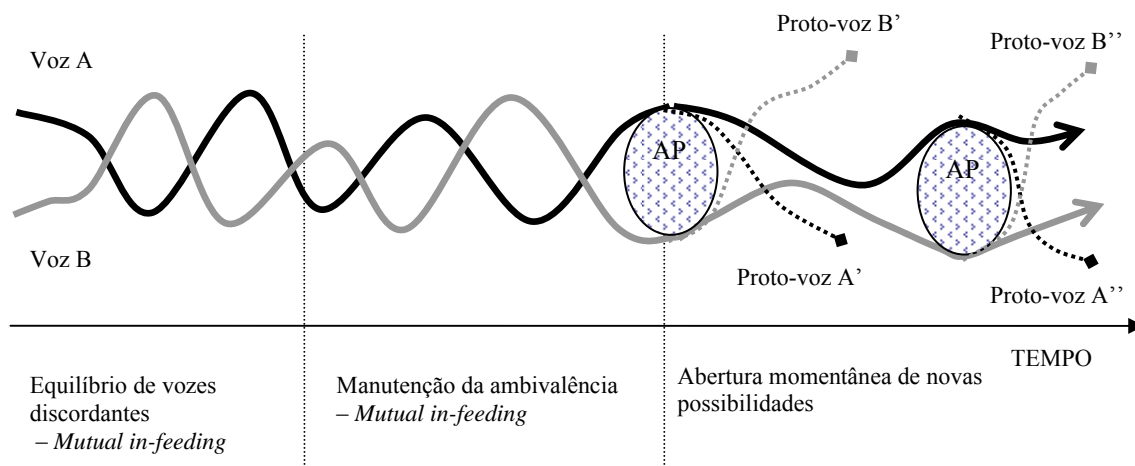
“Não, não! Não, neste momento é mesmo assim. **Estão as duas em equilíbrio e não há nenhuma que fale mais alto** como costuma dizer. Não! Não. É mesmo ali e... **estagnou!!**”

(E dando-lhe condições, o que é que acha que ia decidir?)

“... se eu pudesse decidir seria assim tipo fifty-fifty... seria assim trabalhar uns dias no local de trabalho e outros dias em casa.”

#### ANÁLISE:

- Sugestão de projecção no futuro por parte da entrevistadora e adopção pela participante de uma posição auto-reflexiva a partir da qual há aceitação ambígua da oposição CONFLITO <> ANTI-CONFLITO;
- Esforço de circunção deste significado e da tensão emergente pela síntese de um novo significado, mais conciliador – OPINIÕES DIFERENTES;
- Aceitação da oposição RESOLUÇÃO, mas sem posicionamento definido – “*não sei, tudo depende*” – sugerindo um evitamento claro de elaborar em torno desta questão;
- Ambiguidade sublinhada pela estimativa de “*são coisas que me ultrapassam*”, traduzindo a introdução de **um auxiliar simbólico**;
- Incapacidade resolutiva no presente (“*estagnou!*”) e manifesto desejo de NEGOCIAÇÃO, que aponta para uma segunda abertura de um campo de possibilidades não elaboradas.



Voz A – Eu como mãe

AP – abertura temporária de novas possibilidades dialógicas

Voz B – Eu como profissional

Figura 3: Representação do percurso dialógico da Maria a respeito das dinâmicas entre as posições maternal e profissional

**Síntese:** Neste momento a dialogicalidade entre estas duas posições identitárias encontra-se constringida pela rigidez das duas vozes em discordância que se mantêm numa relação ambivalente e mutuamente reforçadora (noção de *mutual in-feeding balance*, Valsiner, 2002a), sem capacidade para já de sair deste ciclo. As duas linhas contínuas representadas na figura 3 a preto e a cinzento (vozes A e B) pretendem representar a posição dominante que ambas as vozes adquirem no campo dialógico.

Esta situação é visível na percepção do conflito resultante de uma preferência pessoal em dar prevalência à dimensão maternal, o que sugere um determinado critério de prioridades ao nível emocional e, por outro lado, a exigência institucional de regresso ao emprego e o fim da licença de maternidade, que se impõem como uma prescrição institucional incontornável. Esta dimensão profissional também adquire poder de uma certa manutenção da valorização profissional elaborada como uma opinião relativamente à maternidade a tempo inteiro que salienta a sua natureza “*não muito saudável*”. Uma vez que as estratégias semióticas utilizadas estabilizam os significados focados, não os alterando, o estado de rivalidade verificado não encontra alternativa de resolução.

Neste sentido, verifica-se uma estabilidade dinâmica entre as duas posições, ainda que se identifiquem pelo menos dois momentos de abertura de um campo dialógico mais lato (a síntese do significado CONJUGAR e a expectativa de

NEGOCIAÇÃO - “*se eu pudesse decidir seria assim tipo fifty-fifty...*”). Esta abertura de possibilidades representa uma janela de oportunidade para a elaboração no espaço dialógico de novas vozes e/ou de novas versões das vozes em diálogo, mais flexíveis e conciliadoras, sugerindo a hipótese de quebrar o ciclo recorrente e invariante observado e oferecendo um potencial de desenvolvimento. No entanto, uma vez que estas possibilidades não são imediatamente elaboradas, o campo de significado temporariamente emergente fecha-se novamente.

As linhas mais finas e descontínuas pretendem representar precisamente estas potenciais proto-vozes, assim designadas pela ausência de elaboração e expressão, permanecendo no espaço dialógico como possibilidades de significação.

A dificuldade em gerir a divergência de interesses e prioridades das duas posições, impede a participante de desenvolver a possibilidade de negociação que observamos nesta segunda entrevista e ela refugia-se numa estratégia de *bypass* semiótico pela introdução de um auxiliar simbólico, que lhe permite um distanciamento emocional da situação e o evitamento de elaboração posterior destas trocas dialógicas, ainda que não altere os significados focados.

O fim do diálogo remete novamente para uma abertura de possibilidades alternativas de construção de significado dentro do campo semiótico NEGOCIAÇÃO. As proto-vozes anteriormente identificadas são trazidas novamente ao foco do diálogo, mas novamente carecem de elaboração. Neste sentido, a oportunidade de desenvolvimento desta estabilidade dinâmica para uma outra modalidade dialógica fica como que suspensa, deixando em aberto as alternativas de evolução.

Em suma, o estado de equilíbrio observado entre estas duas vozes, expresso numa inflexibilidade recíproca que desencadeia uma recorrência circular entre ambas as posições, obtém alguma estabilização através de um processo de monologização do *self* dialógico devido à coligação entre estas duas vozes, mutuamente reforçadoras e ambas dominantes (Hermans & Hermans-Jansen, 2004) no âmbito da exploração desta temática.

#### iv) Análise ideográfica das dinâmicas dialógicas da Adriana:

##### - Diálogo Eu como mãe / Faceta profissional (pós-parto)

*(Entre estas duas posições diria que existe algum diálogo significativo?)*

*“É uma discordância total de interesses!! Mas penso...”*

*(Mas o Eu como mãe também veio de certa forma silenciar ou abafar um bocadinho a voz profissional ou isso não acontece?)*

*“Acontece! Claro que acontece, mas eu sei o que **tenho que fazer**, não é, eu sei que **tenho que trabalhar**, eu sei que... **quem me dera a mim estar sempre com ele!** Por isso é que **acho muito bem que as mães fiquem em casa a tomar conta dos filhos**, não é, **acho muito bem!**”*

#### ANÁLISE:

- Proposta por parte da entrevistadora do complexo de significado DIÁLOGO  $\diamond$  ANTI-DIÁLOGO e adopção de uma posição auto-reflexiva pela entrevistada, a partir da qual há a estimativa de DIÁLOGO;
- Qualificação imediata do diálogo pela síntese de um novo significado – DISCORDÂNCIA;
- Caracterização assimétrica deste diálogo entre as posições maternal e profissional com aceitação inicial do campo SILENCIAR, após nova sugestão da entrevistadora;
- Abandono da posição auto-reflexiva e adopção alternada de cada uma das posições maternal e profissional, com introdução de novas sínteses semióticas que desafiam o primeiro significado (SILENCIAR) e viabilizam a evolução para um contraste de complexos de significado que ascende a um estado de rivalidade;
- Manutenção por parte de cada uma das posições de um complexo de significado diferente - TRABALHAR  $\diamond$  ANTI-TRABALHAR e ESTAR (EM CASA)  $\diamond$  ANTI-ESTAR (EM CASA);
- Estabilização dos significados sustentados por cada uma das posições pela síntese de estratégias de *bypass* semiótico distintas: construção pela posição profissional de uma **estratégia de *bypass* semiótico focada num macro-organizador prescritivo** (“*sei que tenho que trabalhar*”); recurso do *Eu como mãe* a uma **estratégia de *bypass* semiótico focada numa preferência pessoal** (“*quem me dera a mim estar sempre com ele!*”) e a uma **estratégia de *bypass* semiótico focada num objectivo pessoal concorrente** (“*acho muito bem que as mães fiquem em casa*”);
- Dinâmica dialógica marcada por intensa ambivalência, sugerindo todavia algum

ascendente da posição maternal.

(Imediatamente a seguir ao excerto anterior)

*(Mas para sempre?)*

*“Não!!! Não é para sempre, mas... acho que pelo menos durante um ano a mãe deveria ficar em casa! Ou pelo menos enquanto ele dependesse da mama. Mas sei que não é possível e como não é possível **tenho que ir trabalhar!** Não há volta a dar, não é?!”*

ANÁLISE:

- Elaboração dos conteúdos de cada uma das duas posições em diálogo e reforço do estado de rivalidade: reforço da posição maternal pela síntese de um **macro-organizador moralista** (“a mãe *deveria* ficar em casa”) e recuperação do **macro-organizador prescritivo** atribuído à posição profissional (“sei que **tenho que ir trabalhar!**”);
- Contenção da rivalidade por uma **estratégia de bypass semiótico focada num auxiliar simbólico** (“*Não há volta a dar*”).

(15 segundos depois do excerto anterior)

*(Mas a sua voz profissional diz-lhe que tem que ser?)*

*“**Que tem que ser!** Não, **tem que ser e eu tenho que continuar a minha vida e tenho...** tenho a minha carreira! Não foi por ele nascer ... eu quando decidi ter o [bebé] não pensei “vou abdicar agora de tudo!” por causa dele! Não! **Porque também a ele não lhe faz bem, não é?**”*

*(Por outro lado também tem uma certa vontade de voltar?)*

*“Tenho! Tenho, tenho vontade porque **gosto do que faço** e não... e acabo por **ter saudades** de falar com toda a gente e daquele dia-a-dia, não é... não há dúvida que tenho! Agora **que me vai custar, vai porque o [bebé] é mais importante que o resto!** Acaba por ser mais importante que o resto, não há dúvida nenhuma de que é! Mas é **assim... tem que ser!** E vou fazer... é assim, vou dar o meu melhor como sempre tentei dar o meu melhor, mas vou... não vou abdicar dos meus direitos enquanto mãe, daquelas horas que se tem direito e... de redução de horário... vou cumprir isso à risca...”*

ANÁLISE:

- Movimento para a posição profissional, sugerido pela entrevistadora, que cataliza a elaboração desta voz e a reclamação de maior preponderância, novamente através de **fortes macro-organizadores prescritivos** (“**tem que ser e eu tenho que continuar a minha vida**”) e da síntese de uma **estratégia de bypass semiótico focada em**



- preferências pessoais** (“*porque gosto do que faço*”; “*acabo por ter saudades*”);
- Utilização de uma expressão avaliativa enfatizada pela elaboração de uma **estratégia de bypass semiótico por abstracção** (“*Porque também a ele não lhe faz bem*”), o que parece permitir uma contenção provisória da tensão e reforçar um distanciamento pessoal da situação;
  - Re-emergência da posição maternal, que traduz uma recuperação imediata do estado de rivalidade entre os complexos de significado sustentados por cada uma das posições em diálogo;
  - Recuperação do **macro-organizador prescritivo** sustentado pela posição profissional (“*tem que ser*”) e da **preferência pessoal** expressa pela posição maternal (“*o [bebé] é mais importante*”);
  - Redução temporária da tensão pelo recurso a **estratégias de bypass semiótico por acção directa** que permitem uma maior conciliação dos dois complexos de significado (“*não abdicar dos direitos enquanto mãe*”; “*de redução de horário*”).

*(Imediatamente a seguir ao excerto anterior)*

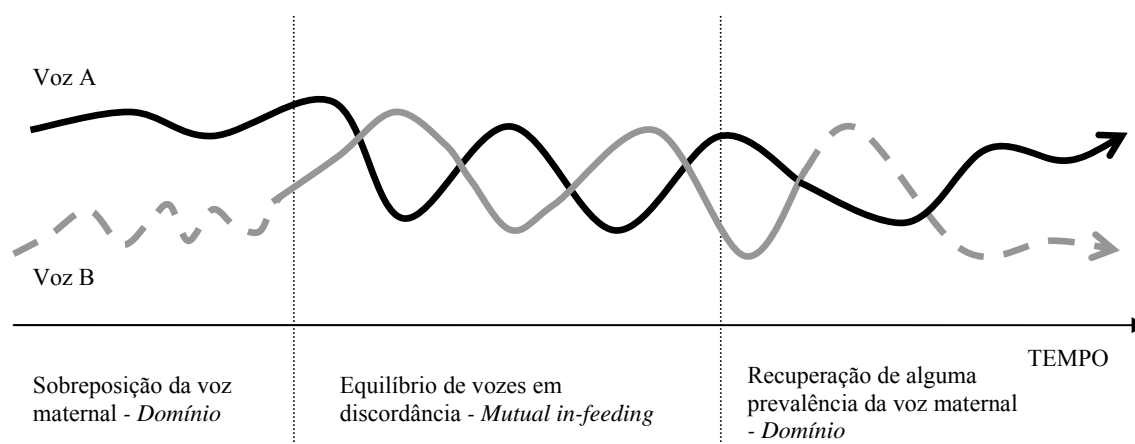
*“É assim.... não há volta a dar!! É a vida! É uma consequência da vida, não é.... tem que ser.”*

*(Em termos objectivos acaba por ter que haver um equilíbrio pelas exigências e pelos compromissos. Em termos mais subjectivos para si e mais emocionais, há alguma delas que se sobreponha à outra, que fale mais alto?)*

*“Ah, a mãe, claro! Claro, claro que há. Claro que tem prioridade, não é?”*

#### ANÁLISE:

- Afastamento definitivo da possibilidade de negociação entre as duas posições e de resolução do conflito;
- Contorno da tensão gerada através de um distanciamento interno e emocional da situação, expresso na introdução de **auxiliares simbólicos** (“*é a vida! É uma consequência da vida*”);
- Estimativa de prevalência emocional da posição maternal.



Voz A – Eu como mãe

Voz B – Faceta profissional

Figura 4: Representação do percurso dialógico da Adriana a respeito das dinâmicas entre as posições maternal e profissional

**Síntese:** A participante começa por afirmar uma assimetria favorável à posição maternal no contexto destas trocas dialógicas, o que se pretende reflectir na diferença entre a linha contínua, referente esta posição, e a linha a tracejado referente à posição profissional.

No entanto, imediatamente emerge a posição profissional, observando-se uma evolução para um estado de elevada tensão dialógica, na qual ambas as vozes assumem posições fortemente valorizadas. Neste sentido, se por um lado a posição maternal beneficia de claras preferências pessoais, por outro lado, a posição profissional também vai ganhando poder argumentativo, estabilizando o seu estatuto neste diálogo através estratégias de *bypass* semiótico focadas em macro-organizadores prescritivos e, também, em preferências pessoais. Ou seja, a voz profissional afirma-se no espaço dialógico por via de uma certa manutenção da valorização profissional, elaborada como uma necessidade de continuar a carreira e não desistir de tudo só pela maternidade, também formulada sob a forma de abstracção, veiculando a convicção de que a maternidade intensiva não será o melhor para o próprio bebé (“*Porque também a ele não lhe faz bem*”). Neste ponto, verifica-se assim uma alteração relevante no processo dialógico, no sentido de uma maior dialogicalidade (aparente), no sentido em que a posição profissional se faz ouvir. Todavia, a recuperação desta voz apenas contribui para a estabilização de uma relação dinâmica e auto-perpetuante entre as duas posições, conduzindo a um processo de equilíbrio dinâmico e tensional para o qual contribui a

rigidez da construção de significado por parte de cada uma das vozes em diálogo e que, no momento, não parece passível de evolução.

Esta nova configuração das trocas dialógicas, aproxima-se daquilo que Valsiner (2002a) designa de *mutual in-feeding balance*, e foi caracterizada na figura 4 através de duas linhas contínuas (vozes A e B) que se entrecruzam numa dinâmica dialógica tendencialmente estável.

Neste contexto, a percepção de um conflito de interesses e de uma certa dificuldade para negociar uma solução amplamente satisfatória entre as duas posições conduz à utilização de uma estratégia que permite o distanciamento interno e emocional da situação de conflito (auxiliares simbólicos). O estado de tensão é ainda temporariamente reduzido ou contornado pelo recurso a estratégias de *bypass* semiótico por acção directa que permitem uma maior conciliação dos dois complexos de significado.

No fim do exercício dialógico, colocando a significação ao nível mais generalizado, o dos afectos, a participante define novamente um sistema de prioridades que favorece a posição maternal e lhe atribui novamente algum ascendente sobre a posição profissional. A descontinuidade da linha correspondente à posição profissional na figura 4, pretende precisamente assinalar esta evolução.

No entanto, a ambivalência expressa no decorrer deste processo de significação sugere a manutenção da posição profissional como uma importante interlocutora e com potencial dialógico para, a qualquer momento no futuro, desafiar e contestar este domínio da posição maternal.

#### **v) Análise ideográfica das dinâmicas dialógicas da Beatriz:**

##### **- Diálogo Dimensão familiar / Dimensão profissional (pós-parto)**

*(Então e como é que é o diálogo entre estas duas dimensões hoje em dia?)*

*“Pronto, neste momento não há... neste momento não há diálogo nenhum entre a profissional e a... **pus de parte**, nem sequer sei o que se passa.”*

*(A profissional é completamente **silenciada** neste momento?)*

*“**É! Completamente.** Da minha parte está! Apesar de que eu ainda atendo... atendo alguns clientes em casa, pelo telefone. Conversas informais, para resolver alguns problemas. Nada que me incomode, só mesmo... para não dizer que sou mal-educada e não atendo, não é? Mas fora isso desliguei completamente! Aquele bocadinho que eu*

*passo ao telefone, os 3 ou 5 minutos, não me faz lembrar, nem me faz voltar ao trabalho. E outra coisa estranha é que eu pensei que não ia aguentar! Toda a gente dizia – como eu sou viciada naquilo – diziam “Ai não! Tu?! O quê?! Dou-te 15 dias e tu vens trabalhar! Não vais aguentar!”*

*(Nunca sentiu vontade de voltar?)*

*“Não! Nada! Nenhuma! Pelo contrário, eu até tenho medo, de voltar. Tenho medo de deixá-la, só por isso. De não estar o dia todo com ela.”*

*(Então, neste momento, nem sequer existe aquela vontade... o estar muito bem com ela e ter vontade de ficar, mas ter alguma nostalgia do ritmo de trabalho?)*

*“Nada, nada! Não, nada! Nada! Nem nos lembramos disso. Nenhuma, nenhuma! Nada, nada! Só em sonhos... (risos) ... pesadelos! Estou a brincar! Não, mas, não. Porque está totalmente de parte.”*

#### ANÁLISE:

- Estimativa de ausência de DIÁLOGO entre as duas posições, explicada pelo total silenciamento da posição profissional, sugerindo uma sobreposição presente da posição familiar;
- Movimento reflexivo da participante que conduz à síntese da oposição ESTRANHAR <math>\diamond</math> ANTI-ESTRANHAR, com aceitação do campo ESTRANHAR e estimativa de “pensei que nunca ia ser assim”, reflectindo a dimensão da mudança pessoal e o impacto emocional da maternidade;
- Confirmação do domínio absoluto da posição familiar e da ausência de voz da posição profissional (“*pus de parte*”; “*nem nos lembramos disso*”).

*(1 minuto e 45 segundos depois do excerto anterior – após narrativas acerca da vida quotidiana)*

*“Portanto, realmente, eu até estranho eu estar a dizer isto. Pensei que nunca iria ser assim!”*

*(Pois, tinha, tinha assim um perfil diferente, completamente diferente, não era?)*

*“Todos os meus colegas, toda a gente, até o meu chefe viu...”*

*(Que foi uma alteração completa de prioridades...?)*

*“Completamente! Não tem nada a ver!”*

*(Pronto, isto agora é uma situação até prolongada, mas é transitória. Vai chegar uma altura em que forçosamente terá de ir. Se pudesse optar acha que ficava em casa mais do que estes 5 meses?)*

*“Ficava. Eu estou farta de dizer isso ao meu marido. Eu até gostava de pedir uma licença sem vencimento para aí durante dois anos. Ficava, juro que ficava. Não me importava absolutamente nada!”*

#### ANÁLISE:

- Novo movimento reflexivo e elaboração da percepção anterior de uma significativa alteração de prioridades causada pelo crescimento da posição familiar;
- Movimento para o futuro, proposto pela entrevistadora, que abre lugar à produção de significados em torno da antecipação do regresso ao trabalho;
- Aceitação e crescimento do campo FICAR EM CASA (sugerido pela entrevistadora), reforçado pela expressão de **uma preferência pessoal** (“até gostava de pedir uma licença sem vencimento”; “não me importava absolutamente nada”) que reafirma a total preponderância da voz familiar.

(47 segundos depois do excerto anterior)

*(Mas é aquela ideia de que este interregno **podia-se prolongar mais tempo?**)*

*“Sim, sim. Não me iria afectar. Porque é assim, eu não estou a ver... nós temos ali tipos de carreiras... eu subir mais, neste momento com uma criança... eles nem iriam propor nada disso! Acho eu. **E será que eu queria também? Não sei...**”*

#### ANÁLISE:

- Nova proposta de reflexão em torno do adiamento do regresso ao trabalho com a sugestão da oposição PROLONGAR (LICENÇA) <math>\diamond</math> ANTI-PROLONGAR (LICENÇA);
- Aceitação e crescimento do campo PROLONGAR (LICENÇA), confirmando a preferência pessoal atribuída à dimensão familiar;
- Recolocação na posição profissional por parte da participante, convocando novamente a voz profissional ao diálogo e introduzindo uma maior ambiguidade nestas trocas dialógicas;
- Estimativa de “*será que eu queria também?*” (estratégia de *bypass* semiótico focada numa preferência pessoal ambígua).

(Imediatamente a seguir ao excerto anterior)

*(E como é perspectiva que vai ser esta relação? Porque neste momento é uma situação especial porque o trabalho não está a exigir, não é? Mas como é que agora antecipa como vai coordenar estas coisas quando voltar?)*

*“Vai ser complicado. Pronto, conhecendo-me como me eu me conheço não é... e tenho aquela **dedicação** toda... e depois o tipo de trabalho que eu tenho obriga a reuniões, horários muito completos, preenchidos... nós temos duas horas por dia! **De manhã vou tentar chegar uma hora mais tarde** e a outra hora ainda não sei muito bem, porque o*

horário de saída... (...) **Mas** acredito... acredito que voltando ao trabalho vai continuar aquela rotina que eu tinha. Não estou a ver... porque **o trabalho assim o exige!** Não, eu estou a pensar tipo um dia para reuniões, um dia ou dois para sair mais tarde e dois para sair mais cedo. Tentar assim conjugar... eu bem sei que vai ser impossível sair todos os dias às cinco e meia! Tenho noção disso, não é... mas tentar conjugar as coisas! Não sei ainda. Vamos ver. Não sei o que me espera ainda. Não sei o que me espera!”

#### ANÁLISE:

- Nova proposta da entrevistadora de projecção no futuro e de antecipação da necessidade de conjugar as necessidades das duas posições em diálogo;
- Elaboração da posição profissional e a emergência imediata da tensão dialógica, desde logo patente na estimativa “*vai ser complicado*”;
- Contenção temporária da tensão dialógica com a recuperação da posição familiar e a afirmação de uma **estratégia de bypass semiótico por acção directa** (“*nós temos duas horas por dia*”; “*de manhã vou tentar chegar uma hora mais tarde*”);
- Re-emergência da posição profissional, até agora silenciada, e expressão mais directa da tensão entre as duas posições através da adversativa “mas” e da elaboração de uma **estratégia de bypass semiótico focada num objectivo pessoal concorrente** (“*porque o trabalho assim o exige*”);
- Delimitação temporária da tensão por recurso a uma nova **estratégia de bypass semiótico por acção directa** (“*estou a pensar tipo um dia para reuniões, um dia ou dois para sair mais tarde e dois para sair mais cedo*”) e pela síntese de um novo significado relativo à relação, mais conciliador: CONJUGAR  $\diamond$  ANTI-CONJUGAR.

(Imediatamente a seguir ao excerto anterior)

(*Portanto, neste momento digamos que, a haver diálogo entre estas duas dimensões, a familiar domina completamente e prevalece completamente?*)

**“Completamente! Prevalece, prevalece.”**

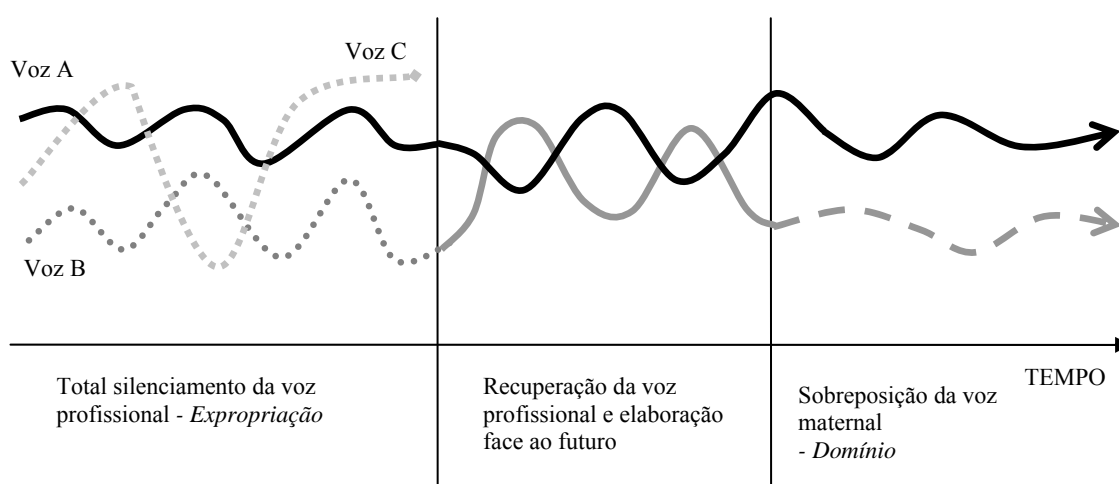
(*E isto é uma situação que tem um impacto muito positivo em si?*)

**“Muito positivo, completamente! Eu não me importava nada de o prolongar por muito mais tempo! E acho que é preciso. É preciso mesmo! Aquelas mães que dizem que deixam ficar com um mês... não me faz sentido!”**

## ANÁLISE:

- Recuperação da oposição inicial PREVALECER  $\diamond$  ANTI-PREVALECER, respeitante à posição familiar, reafirmando uma situação de prioridade da posição familiar;
- Avaliação do impacto afectivo desta PREVALÊNCIA como uma situação emocionalmente positiva, reforçada pelo uso do **qualificativo** “completamente” e pela afirmação de **uma estratégia de bypass semiótico centrada numa preferência pessoal** (“*não me importava nada de o prolongar por muito mais tempo!*”);
- Duplo reforço da posição familiar pela estimativa de um **objectivo pessoal concorrente** (“*acho que é preciso*”; “*é preciso mesmo*”).

Figura 5: Representação do percurso dialógico da Beatriz a respeito das dinâmicas entre as posições familiar e profissional



Voz A – Dimensão familiar

Voz B – Dimensão profissional

Voz C – Posição auto-reflexiva

**Síntese:** Em suma, podemos dizer que inicialmente há uma estimativa de ausência de diálogo entre as duas posições, explicada pelo total silenciamento da posição profissional (representada por isso com uma linha muito ténue, por oposição à linha contínua que representa a posição familiar), o que sugere um domínio presente da posição familiar e uma total alteração de prioridades face ao pré-parto. A grande alteração de prioridades é tão mais evidente quanto a própria participante adota por

duas vezes um posicionamento de auto-reflexão (voz C) em que enfatiza exactamente a estranheza por este inesperado silenciamento da posição profissional.

Neste caso poderíamos dizer que, neste momento do processo de significação, se verifica uma situação de *expropriação* da voz profissional por parte da posição familiar. De acordo com Valsiner (2002a), este tipo de regulação dialógica constitui uma versão extrema do domínio de uma voz sobre outra e conduz a um momento de monologização do *self* dialógico porquanto extingue, pelo menos temporariamente, as possibilidades de expressão de uma outra posição.

Quando levada a antecipar o diálogo no futuro, mais perto do fim da licença de maternidade, verifica-se uma maior ambiguidade na definição das trocas dialógicas, na medida em que se mantém a afirmação de uma preferência pessoal associada à posição maternal, mas também se constata uma percepção da dedicação profissional que poderá fazer emergir um estado de tensão e conflito. A recuperação de uma posição activa neste diálogo por parte da posição profissional ultrapassa a situação de expropriação e conduz à re-emergência de novas trocas dialógicas em moldes mais simétricos e também mais ambivalentes, reflectindo um sistema de valores pessoais que inclui a dimensão profissional como uma área profundamente valorizada.

A linha cinzenta que representa a posição na figura 5 torna-se então mais nítida, exemplificando esta re-emergência da voz profissional que ganha força no espaço dialógico no decorrer destas trocas.

O estado de tensão é temporariamente reduzido ou contornado por alteração do significado focado, o que é conseguido através do uso de estratégias de *bypass* semiótico por acção directa que permitem uma maior conciliação dos dois complexos de significado. Este esforço de contenção da tensão parece todavia pouco eficaz, propiciando um evitamento do processo de significação em torno do tema e que se assemelha ao que Valsiner (2002a) designa por “*leaving the field*”. Consequentemente, observamos um novo movimento para o presente e a reafirmação da prevalência da posição familiar, agora já não expropriando a posição profissional, mas assumindo todavia uma posição de *domínio* (Valsiner, 2002a).

Neste caso, observa-se um movimento contrário ao verificado nas participantes anteriores, ou seja, de uma situação inicial de claro monologismo, com silenciamento total de uma das vozes em diálogo, o processo de significação evolui no sentido de uma maior permissividade dialógica, permitindo um regresso da voz inicialmente expulsa da arena dialógica. Esta situação abre novas possibilidades de desenvolvimento futuro,



deixando em aberto a hipótese da posição profissional ganhar mais poder no espaço dialógico e contribuir para uma desestabilização deste aparente equilíbrio, aumentando a heterogeneidade dialógica no *self*.

#### **vi) Análise ideográfica das dinâmicas dialógicas da Carla:**

##### **- Diálogo Eu como mãe / Eu como profissional (pós-parto)**

*(Neste momento já há algum diálogo entre estas vertentes?)*

*“É assim, já há assim na perspectiva de que eu sei que para a semana já vou trabalhar e que daqui a 3 semanas eu começo a fazer o meu mestrado. Mas neste momento são só preocupações, ainda não consigo viver essa situação, não é? Mas sinceramente eu agora tenho um bocado de fobia ao eu profissional porque...”*

*(Durante este tempo todo o profissional ficou completamente de lado para ti?)*

*“É assim, para mim ficou de lado apesar de... tive solicitações que não... mas só me apetecia desligar o telefone! Mas não podia, não é?”*

*(Mas da tua parte não existiu grande vontade de começar mais cedo, não houve saudades?)*

*“Não, nada, nada, nada!... (risos) ...”*

#### **ANÁLISE:**

- Proposta por parte da entrevistadora do complexo de significado DIÁLOGO < ANTI-DIÁLOGO conduz à estimativa de DIÁLOGO entre as posições maternal e profissional;
- Abertura de um campo de construção de significado em que rapidamente emergem novos significados, indicadores de alguma prevalência da posição maternal (FOBIA < ANTI-FOBIA);
- Sugestão de um movimento para o passado e avaliação da saliência da posição maternal por parte da entrevistadora conduz à adopção de uma posição auto-reflexiva e à síntese de uma **estratégia de bypass semiótico focada em preferências pessoais** (“só me apetecia desligar”).

*(36 segundos depois do excerto anterior)*

*(Mas em relação ao teu lado profissional, achas que o teu lado de mãe se sobrepôs completamente ou abafou completamente aquela outra voz profissional ou existe apesar de tudo ainda alguma vontade de continuar com os teus projectos, com a tua carreira?)*

*“É assim, neste momento sobrepôs-se... (risos) ... mas eu sei que quando eu começar*

*não vai ser assim! Mas ao mesmo tempo também estou um bocado...”*

*(No fundo podemos dizer que estas é que são as duas posições que estão um pouco em conflito, mas é uma situação que tu não podes resolver sozinha, quer dizer há esta imposição de tu ires trabalhar...)*

*“Sim, não posso resolver porque também o meu filho depende deste meu papel profissional! É muito importante, não é?”*

#### ANÁLISE:

- Manutenção da posição auto-reflexiva e afirmação da prevalência da posição maternal, circunscrita ao presente através do **qualificativo** “*neste momento*”;
- Re-emergência imediata da voz profissional que antecipa uma alteração deste equilíbrio dinâmico no futuro, abrindo-se novas possibilidades dialógicas (“*eu sei que quando eu começar não vai ser assim!*”);
- Sugestão por parte da entrevistadora de avaliação da dinâmica dialógica como reflectindo um estado de rivalidade e aceitação clara da oposição CONFLITO <> ANTI-CONFLITO;
- Justificação da recuperação da posição profissional através da síntese de um curioso **objectivo concorrente e fortemente valorizado** (“*o meu filho também depende deste meu papel profissional*”);
- Manutenção de alguma ambivalência relativamente a esta posição, traduzida na utilização de uma expressão retórica – “*não é?*” – que procura obter validação social por parte da entrevistadora.

*(Imediatamente a seguir ao excerto anterior)*

*(Mas se isso dependesse de ti, para resolver esta questão o que é que farias? Adias essa questão do trabalho, não regressavas mais? O que é que achas que seria a solução ideal para isso?)*

*“A solução ideal era eu não voltar já ao trabalho e... até se calhar apetecia-me trabalhar, mas não era o que eu faço agora. Apetecia-me uma coisa diferente!”*

*(Aí talvez já não te custasse tanto voltar?)*

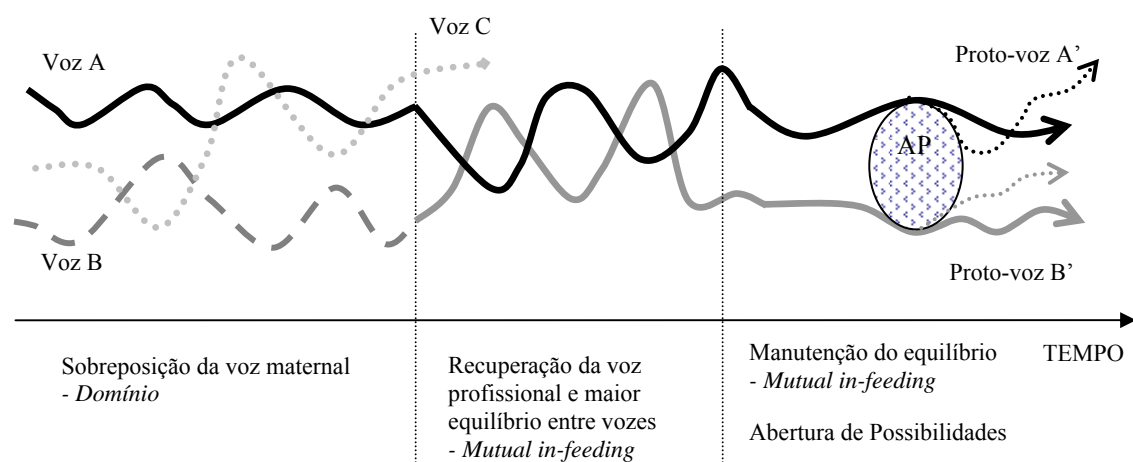
*“Sim, desenvolver um novo projecto...”*

#### ANÁLISE:

- Recuperação (sugerida) da oposição RESOLVER <> ANTI-RESOLVER, que conduz à elaboração da posição profissional e à exposição das razões do conflito;

- Apresentação consecutiva de duas **estratégias de bypass semiótico focadas em preferências pessoais**, uma atribuída à posição maternal (“*a solução ideal era eu não voltar já ao trabalho*”), outra referente à posição profissional (“*se calhar apetecia-me trabalhar... apetecia-me uma coisa diferente!*”);
- Não elaboração do estado de tensão desencadeado, observando-se uma clara ambiguidade que termina o processo de significação.

Figura 6: Representação do percurso dialógico da Carla a respeito das dinâmicas entre as posições maternal e profissional



Voz A – Eu como mãe

Voz C – Posição auto-reflexiva

Voz B – Eu como profissional

AP – abertura temporária de novas possibilidades dialógicas

**Síntese:** Neste caso começamos por observar inicialmente, e a partir de uma posição auto-reflexiva (voz C), uma percepção de assimetria nas trocas dialógicas entre as posições profissional e maternal, com evidente *domínio* por parte desta última. Com efeito, a participante afirma a sua preferência pessoal em atender aos valores da posição maternal, confirmando o silenciamento da posição profissional, o que, como refere Valsiner (2002a), corresponde a uma situação em que uma voz é sobreposta e subordinada pela outra.

Este diferencial de poder no espaço dialógico verificado nas situações de domínio é representado na figura 7 pela diferença entra a linha contínua (voz A – posição maternal) e a linha descontinua (voz B – posição profissional), salientando a menor saliência desta última.

Segue-se um movimento espontâneo para o futuro que desencadeia uma alteração nesta configuração dialógica devido à recuperação da voz profissional e à sua estabilização e reforço através de um poderoso objectivo pessoal concorrente que valoriza a dimensão profissional pela importância que tem para o bem-estar do próprio bebé (“*o meu filho também depende deste meu papel profissional!*”). Esta afirmação parece-nos particularmente interessante porquanto se socorre de um objectivo claramente associado à posição maternal, o de proteger o bebé, para legitimar a importância da posição profissional. Neste ponto do processo de significação, verifica-se um maior equilíbrio entre as posições em diálogo, perdendo-se temporariamente o estatuto de domínio da posição maternal para se alcançar uma estabilidade dinâmica fugaz em que ambas as posições mantêm os seus significados numa modalidade dialógica mais próxima do *mutual in-feeding balance* (Valsiner, 2002a).

A expressão de preferências pessoais associadas a cada uma das posições em questão reforça o estado de tensão dialógica alcançado, sem no entanto potenciar uma elaboração subsequente. Neste sentido, o elevado estado de ambivalência entre as duas posições sugere alguma incapacidade por parte da participante em prosseguir com o processo de significação, estagnando e deixando em suspenso a resolução deste conflito de interesses e valores. Ainda assim, a última afirmação da participante sugere que, de futuro, a existência de novos desafios profissionais poderá claramente desafiar esta actual dinâmica dialógica e abrir novas possibilidades para a posição profissional readquirir poder no espaço dialógico com a posição maternal. Neste sentido, observamos uma antecipação de uma abertura de possibilidades para o desenvolvimento de novas vozes e/ou de novas versões das vozes em diálogo, ainda que para já não sejam elaboradas, permanecendo apenas como uma potencialidade dialógica, isto é, proto-vozes ainda não expressas (representadas na figura pelas linhas finas e descontínuas).

#### **vii) Análise ideográfica das dinâmicas dialógicas da Alice:**

##### **- Diálogo Eu materno / Eu profissional (pós-parto)**

*(E o Eu materno com o Eu profissional?)*

*“É assim, o Eu profissional continua aquela voz ranhosa, isolada, arrogante!”*

*(Continua a ser a voz que incute aqui alguma instabilidade?)*

*“Muita instabilidade, muita... pronto, é aquele divórcio! É aquela voz arrogante, é aquela voz que não... que perdeu muita importância! Numa determinada altura. Mas eu pensava que tinha perdido importância por eu relativizar tudo. Mas não! Esteve mesmo calada! Foi mesmo aniquilada! Foi tipo... fechei-lhe a matraca, percebes?”*

*(Durante os primeiros tempos?)*

*“Durante o primeiro mês. Mas depois quando teve oportunidade de surgir, surge como uma voz... que não se dá com mais nenhuma! Que não é capaz de dialogar com mais nenhuma, percebes? Aliás, há umas que a toleram mas...”*

#### ANÁLISE:

- Proposta da oposição DIÁLOGO <> ANTI-DIÁLOGO e evitamento da participante em se colocar num dos campos, verificando-se a caracterização da posição profissional a partir de uma posição auto-reflexiva;
- Nova proposta da entrevistadora relativamente à natureza das dinâmicas dialógicas com aceitação do campo INSTABILIDADE;
- Movimento para o passado e crescimento do campo INSTABILIDADE pela confirmação do domínio da posição maternal e da ausência de voz da posição profissional;
- Total silenciamento da posição profissional aponta para uma sobreposição passada da posição maternal, circunscrita pelo **qualificativo temporal** “durante o primeiro mês”, e que sugere uma aceitação implícita do campo inicialmente proposto de ANTI-DIÁLOGO;
- Novo movimento para o presente que mantém o processo de significação no campo ANTI-DIÁLOGO, justificado pela incapacidade dialógica da posição profissional.

*(Imediatamente a seguir ao excerto anterior)*

*(Mas achas que com o Eu maternal não há diálogo? Pode não haver, podem ser duas facetas tuas que tu simplesmente não pões em diálogo!)*

*“Não, não há diálogo. Não. Não há nenhuma que prevalece em relação a outra... prevalece não, também é errado. Prevaler, prevalece o Eu maternal. Sempre. Isso eu já... já tive provas disso! Mas quando prevalece há um desconforto! Deixa um desconforto.”*

*(Do lado profissional?) “Do lado profissional. E eu consigo mesmo... parece uma experiência um bocado...”*

*(Dissociativa?) “É! Dissociativa mesmo, porque não... quando estou num, parece que não consigo estar no outro! E é muito complicado!”*

#### ANÁLISE:

- Nova proposta da oposição DIÁLOGO <> ANTI-DIÁLOGO, com aceitação agora explícita do campo ANTI-DIÁLOGO;
- Retorno, todavia, a uma posição auto-reflexiva que evidencia a existência de trocas dialógicas nas quais a posição maternal assume prioridade, sustentada pela síntese de uma **estratégia de bypass semiótico focada numa preferência pessoal** (“*prevalece o Eu maternal*”), reforçada pelo **qualificativo** “sempre”;
- Percepção de um impacto emocional negativo na posição profissional e novo movimento para o campo ANTI-DIÁLOGO.

(Imediatamente a seguir ao excerto anterior)

*(Mas por exemplo, tu já tiveste alguns momentos em que esta voz profissional voltou a estar activa?)*

*“Sim, já estive 12 horas sem ver a bebé! 12 horas sem ver a bebé por estar a trabalhar!”*

*(E como é que tu geriste neste momento?)*

*“Mas isso é muito complicado! É muito complicado. Eu digo-te, é mesmo isso que eu faço. Eu consigo... **quebrar**, percebes? **Calar uma para me dedicar à outra**. (...) É muito estranho eu conseguir fazer isso, eu acho que **devia pô-los mesmo em diálogo!** Mas não consigo fazer isso! **Quebro completamente**. Percebes? **E quando quebro é que consigo ser profissional.**”*

#### ANÁLISE:

- Nova proposta da oposição DIÁLOGO <> ANTI-DIÁLOGO, agora aceite no campo DIÁLOGO;
- Movimento para o campo ANTI-DIÁLOGO e repetição da estimativa “*é muito complicado*”, que traduz a dificuldade da participante em escrutinizar este campo de tensão dialógica;
- Percepção de uma certa estranheza nesta ausência de diálogo entre duas posições valorizadas e movimento auto-reflexivo patente na apresentação de um **macro-organizador moralista** contrário à situação de ANTI-DIÁLOGO (“*acho que **devia pô-los mesmo em diálogo***”);
- Incapacidade em viabilizar as trocas dialógicas entre as posições maternal e profissional, justificada por uma impossibilidade em assumir uma delas na presença da outra, isto é, a posição profissional só adquire voz no espaço dialógico se a posição maternal for silenciada e vice-versa.

(Imediatamente a seguir ao excerto anterior)

*“Mas também se calhar tem a ver com o momento que foi, não é? Foi quando ela tinha 1 mês e pouco! É muito cedo! Se calhar se isto fosse em Janeiro ou em Fevereiro... pronto, vou pensar agora se calhar em Fevereiro, quando vou trabalhar. Já é mais normal, já é mais natural. (...)... E eu acho que **nessa altura** já vou conseguir **pôr em diálogo** esses dois Eu’s, **porque tem que ser! Não é?** Mas agora aqueles argumentos arrogantes que o Eu profissional utiliza, de uma forma arrogante e altiva – **“Tem que ser! Se não no futuro não tens nada! E o Eu maternal só veio aqui atrapalhar! Está a mais!”** - isso acho que não vai poder existir! **Tenho mesmo que deixar...**”*

ANÁLISE:

- Circunscção temporal do campo ANTI-DIÁLOGO ao passado e movimento para o futuro que conduz a uma expectativa futura de passagem para o campo DIÁLOGO;
- Recurso a uma **estratégia de bypass semiótico focada num macro-organizador prescritivo** (“*tem que ser!*”), que sublinha a necessidade de por termo a esta polarização dialógica;
- Enunciação de uma necessidade de flexibilização da posição profissional, a partir da posição maternal, reforçada por um **macro-organizador prescritivo** (“*tenho mesmo que deixar*”).

(Imediatamente a seguir ao excerto anterior)

*(Então pode-se dizer que tu **quebras este diálogo** porque se ele existisse neste momento seria muito doloroso, seria muito conflituoso? O Eu profissional seria se calhar demasiado agressivo e tu neste momento não queres isso e por isso isolas esse...?)*

*“**Teve que ser! Teve que ser por isso mesmo. Porque eu tentei pô-los em diálogo, certo? Consegui, a determinada altura. Depois por outras circunstâncias que tu sabes, tive que desistir, não é?** Mas lá está, o Eu profissional diz sempre que este Eu maternal veio atrapalhar!”*

*(Veio trazer mais dificuldades?)*

*“**Veio trazer dificuldades, mais do aquelas que eu já tenho, não é?** Do que Eu profissional já tenho! E deixou-me muito em baixo! Em termos sentimentais foi muito complicado! Em termos emocionais foi muito complicado! Por isso é que não **pode haver diálogo** entre os dois!... (risos) ...”*

ANÁLISE:

- Movimento (sugerido) para o presente e introdução da nova oposição CONFLITO <> ANTI-CONFLITO;

- Sustentação pela participante da inexistência de DIÁLOGO presente entre as duas posições em causa pelo reforço do campo QUEBRAR através do uso repetido do **macro-organizador prescritivo** (“*teve que ser*”);
- Aceitação do campo CONFLITO, que é seguidamente alvo de crescimento e expressa a rivalidade e o estado de tensão subjacente às trocas dialógicas;
- Rápida passagem para o campo DIÁLOGO, circunscrito ao passado pelo **qualificativo** “*a determinada altura*”, permite a estimativa de um forte impacto emocional negativo, o que sustenta o regresso ao campo ANTI-DIÁLOGO.

(Imediatamente a seguir ao excerto anterior)

(*Como é que tu antecipas no futuro?*)

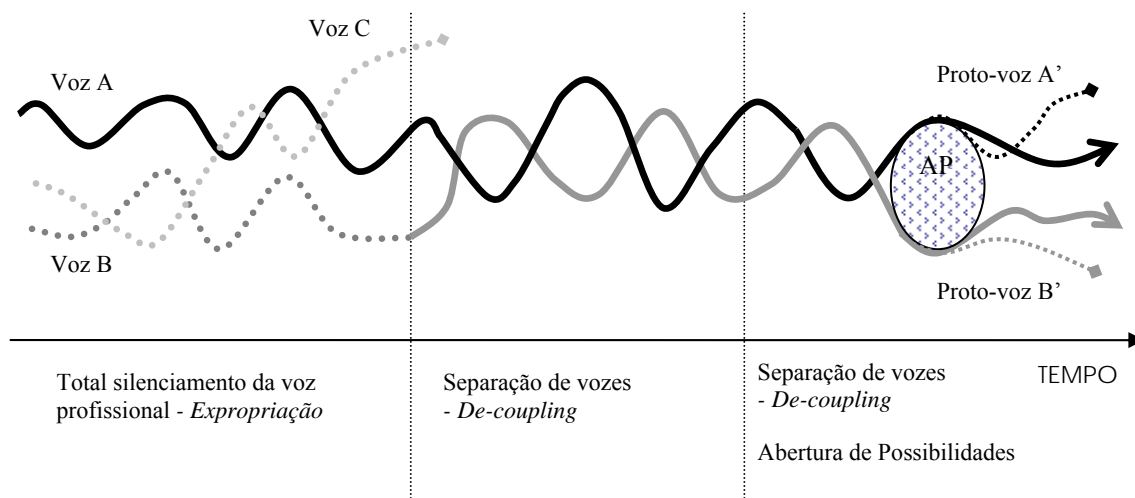
*“Bem, pelas circunstâncias e pelas características da minha vida profissional, se continuar assim, lá está... eu vou ter que saber... acho que vai ser mais pacífico! Acho que já vou conseguir que eles entrem em diálogo. Mas, também pelas características da vida profissional, o Eu profissional vai ter o dia dele e o Eu maternal vai ter o dia dele! Percebes? Porque não estou os dias todos a trabalhar! Portanto eu posso dedicar-me um dia completamente... e esquecer completamente o Eu profissional... o que também é muito complicado de gerir! Percebes? Eu preferia que eles entrassem em diálogo! Mas até pelas características da minha vida, é muito mais difícil conseguir isso. Eu sei que eu falho, mas a minha vida também não me permite fazer muito melhor!”*

#### ANÁLISE:

- Movimento (sugerido) para o futuro e proposta da oposição ANTECIPAR  $\diamond$  ANTI-ANTECIPAR;
  - Elaboração do campo ANTECIPAR através da apresentação de uma estimativa mais conciliadora – “*acho que vai ser mais pacífico*” – e que sugere a passagem para o campo ANTI-CONFLITO no futuro;
  - Antecipação da viabilização de novas trocas dialógicas no futuro com a passagem para o campo DIÁLOGO e apresentação de uma **estratégia de bypass semiótico focada numa preferência pessoal** (“*preferia que eles entrassem em diálogo*”);
- Manutenção da ambiguidade na produção de significados com retorno implícito ao campo ANTI-DIÁLOGO (“*mas é muito difícil conseguir isso*”).



Figura 7: Representação do percurso dialógico da Alice a respeito das dinâmicas entre as posições maternal e profissional



Voz A – Eu materno

Voz B – Eu profissional

Voz C – Posição auto-reflexiva

AP – abertura temporária de novas possibilidades dialógicas

**Síntese:** Inicialmente a participante adota uma posição auto-reflexiva (representada na figura 6 pela voz C e através de uma linha mais clara e descontínua) para veicular uma apreciação de grande instabilidade a respeito das trocas dialógicas existentes entre as posições maternal e profissional, caracterizando a posição profissional como uma voz isolada e arrogante.

De seguida, e a partir de um movimento espontâneo para o passado, observamos uma apreciação de ausência de diálogo entre as duas posições, limitada ao primeiro mês do pós-parto. Esta situação é explicada pela ocorrência de uma regulação dialógica assente na *expropriação* da voz profissional por parte da posição maternal (Valsiner, 2002a), o que se traduziu no completo silenciamento da primeira. Esta modalidade dialógica exemplifica uma forma de domínio levado ao extremo, que conduz temporariamente o *self* numa direcção de menor dialogicalidade, uma vez que apenas uma voz encontra possibilidades de expressão. Esta configuração dialógica está caracterizada na figura 6 através de uma diferença clara entre a representação da posição maternal dominante (voz A; linha contínua) e a da posição profissional silenciada (voz B; linha muito ténue).

A continuação do processo de significação conduz a participante a um novo movimento para o presente, mantendo uma apreciação de ausência de trocas dialógicas,

na medida em que o elevado conflito suscitado pela re-emergência da posição profissional inviabiliza o diálogo com a posição maternal.

Ainda que a participante procure contornar activamente o conflito subjacente, torna-se evidente no decorrer deste processo de significação que ambas as vozes em diálogo se revestem de enorme potencial argumentativo e dialógico, existindo claramente um conflito de interesses e valores, o que abre lugar a um estado de rivalidade extremamente elevado e dificilmente tolerável. Neste sentido, e mantendo-se a rigidez e inflexibilidade de ambas as posições em conflito, o diálogo torna-se inviável e verifica-se um fenómeno dialógico designado por Valsiner (2002a) de *de-coupling*, isto é, neutralização da tensão dialógica por separação. Trata-se, portanto, de um processo de dissociação de vozes que não implica nenhuma alteração nos significados sustentados por nenhuma delas, mas que, através de uma transformação estrutural da relação entre elas viabiliza a sua simultaneidade. Por outras palavras, ao contrário do que acontecia anteriormente em que a posição profissional era expropriada e, como tal, silenciada, no presente ambas as vozes dispõem de oportunidades de expressão, mas trata-se de uma espécie de “monólogo” individual, uma vez que os significados não são partilhados ou negociados (e.g. “*eu consigo quebrar... calar uma para me dedicar à outra*”).

Esta incapacidade sentida em viabilizar as trocas dialógicas entre as posições maternal e profissional desencadeia um impacto emocional negativo, traduzido na estimativa repetida de “*é muito complicado*”.

A polarização dialógica observada no presente é, contudo, acompanhada de uma expectativa de maior flexibilidade no futuro, sobretudo por parte da posição profissional, antecipando-se a possibilidade de uma evolução para trocas dialógicas mais negociadas. Esta expectativa é reforçada, quer por um macro-organizador prescritivo (“*tem que ser*”), quer por uma preferência pessoal (“*preferia que eles entrassem em diálogo*”).

### Grupo 3 – Valorização da maternidade pelo exercício profissional

#### viii) Análise ideográfica das dinâmicas dialógicas da Sofia:

##### - Diálogo Relação familiar / Eu profissional (pós-parto)

(Como é que é neste momento o diálogo entre estas suas duas vozes?)

“É assim... eu sinto muita falta do trabalho. Ao contrário de... eu se calhar... não vai achar isso normal, mas eu... porque eu falo com as minhas colegas – e foram muitas... nós no meu emprego tínhamos 10 ou 12 grávidas – e eu falo com todas e nenhuma tinha vontade de ir trabalhar! Nenhuma! E eu não sou assim. Eu sinto muitas saudades do meu trabalho, a sério, sinto mesmo que... mas não tem nada a ver com o bebé! Porque é assim, eu quero estar com o bebé, mas quero trabalhar!”

#### ANÁLISE:

- Proposta por parte da entrevistadora do complexo de significado DIÁLOGO <> ANTI-DIÁLOGO, seguida de uma estimativa implícita de DIÁLOGO entre as posições familiar e profissional;
- Síntese de dois novos complexos de significado associados a cada uma das posições – SENTIR FALTA/SAUDADE <> ANTI-SENTIR FALTA/SAUDADE e QUERER (ESTAR COM BEBÉ) <> ANTI-QUERER (ESTAR COM BEBÉ);
- Evolução para um contraste de complexos de significado, sublinhado pelo uso da adversativa “mas” e que dá lugar a uma dinâmica dialógica marcada pela tensão entre as duas posições e por um estado de rivalidade;
- Associação de ambas as posições a uma mesma **estratégia de bypass semiótico focada numa preferência pessoal** (“*quero estar com o bebé, mas quero trabalhar!*”).

(35 segundos depois do excerto anterior)

“E eu sinto... *sinto falta do trabalho*, isso assumo, *completamente!* Porque eu trabalhei até ao último dia! E então o que eu senti quando fui ter o bebé, é que é assim, a minha vida *mudou radicalmente!* Eu de repente estava com um bebé nos braços, *não vinha para o meu trabalho, estava em casa...* lembro-me que na altura em que eu tive o [bebé] *choveu quase um mês seguido!* E foi uma coisa que... eu fiquei muito deprimida, porque eu queria sair com ele, só que ele era tão pequenino e estava a chover, *não podia sair.* E então eu senti muito essa mudança! Só que... eu estava muito feliz mesmo, só que senti aquela mudança, tipo... parecia que o mundo tinha parado! (...) E nesse aspecto eu digo... é assim, eu *gosto muito daquilo que faço*, e pronto... estou com aquela *vontade de voltar*, mas não me apetece deixá-lo em lado nenhum, não é?! *Se eu pudesse estar*

*sempre com ele, estava. E acho que é por aí mesmo a relação familiar/profissional é mais... não se prejudicam! Eu acho que continuam a não se prejudicar!”*

#### ANÁLISE:

- Longa enunciação da voz profissional, estabilizada pela síntese de **estratégias de bypass semiótico focadas em preferências pessoais** (“*gosto muito daquilo que faço*”; “*estou com aquela vontade de voltar*”) e pela estimativa de MUDANÇA no que concerne ao estilo de vida;
- Expressão de uma profunda ambivalência emocional associada ao contraste de significados sustentados pelas duas vozes e sublinhada pelo uso de adversativas (“*eu estava muito feliz mesmo, só que senti aquela mudança*”);
- Elevada tensão dialógica entre as duas posições, expressa também na síntese de **estratégias de bypass semiótico focadas em preferências pessoais** que aparecem associadas, quer à posição profissional (“*estou com aquela vontade de voltar*”), quer à posição familiar (“*mas não me apetece deixá-lo em lado nenhum*”; “*se eu pudesse estar sempre com ele, estava*”);
- Adopção transitória de uma posição auto-reflexiva e estimativa de uma possibilidade de conciliação que expressa um esforço de contenção do conflito através da síntese do significado – PREJUDICAR <> ANTI-PREJUDICAR.

(30 segundos depois do excerto anterior)

*(Por um lado há aqui uma concordância muito grande no sentido em que também deseja voltar ao trabalho e não sente que uma coisa impeça a outra. Mas também há aqui alguma dissonância?)*

*“Exacto. É aquilo que eu digo, é assim... uma coisa não impede a outra mas ao mesmo tempo... eu quero muito voltar mas ao mesmo tempo sei que quando voltar vai acabar aquele tempo que eu tenho para ele e que nunca mais vou ter, não é? O [bebé] nunca mais vai ter 3 meses, nunca mais vai ter 4 meses e eu nunca mais vou poder estar com ele como estou agora! E por aí é que não me apetece voltar ao trabalho, não é? Mas ao mesmo tempo apetece-me voltar! Apetece-me voltar àquela vida activa que eu tinha, não é, porque sinto falta disso. É estranho, é uma sensação muito estranha!”*

#### ANÁLISE:

- Manutenção do processo de significação ao nível reflexivo com sugestão da oposição DISSONÂNCIA <> ANTI-DISSONÂNCIA para qualificar as trocas dialógicas actuais;

- Aceitação e elaboração do campo DISSONÂNCIA, que reflecte uma re-emergência da percepção de rivalidade entre as duas posições;
- Catalização de uma sequência de produção de significados na qual ambas as posições são novamente reforçadas por **estratégias de bypass semiótico focadas em preferências pessoais**.

(Imediatamente a seguir ao excerto anterior)

*(Mas se **pudesse escolher**...)*

*“É assim, se eu **pudesse escolher eu trazia-o para o trabalho e criava-o comigo**. Porque acho que tinha condições para isso.”*

*(Conciliava?)*

*“Acho que **conseguia conciliar**, porque dou muitas horas e não sei o quê, e acho que aquelas horas que eu ficasse a mais iam compensar aquele bocadinho que eu ia perder com ele. Por isso se eu pudesse escolher era assim que eu fazia e... e acho que ele aqui era bem... estava perto da mãe! Eu acho que **o mais importante é o bebé estar perto da mãe**, não é? Quantas mais horas a gente estiver perto deles... melhor, não é? E acho que por aí ia fazer bem! Apesar de que há muita gente que me diz que **eles também precisam de conviver com outras pessoas** e eu aceito isso... só que nesta fase... nesta fase para mim é muito importante que ele esteja comigo. **Não me apetece partilhá-lo!**... (risos) ...”*

#### ANÁLISE:

- Confrontação com a necessidade de avançar uma resolução para o impasse descrito e utilização de uma **estratégia de bypass semiótico por acção directa** (“*trazia-o para o trabalho e criava-o comigo*”);
- Anterior contenção do conflito dialógico rapidamente ultrapassada pela re-emergência da rivalidade entre as duas posições, devida ao regresso à posição maternal e recuperação da estratégia semiótica anterior, focada num **objectivo pessoal concorrente** (“*eu acho que o mais importante é o bebé estar perto da mãe*”);
- Desafio da elaboração da voz maternal pela introdução de uma nova oposição socialmente sugerida – CONVIVER (COM OUTRAS PESSOAS) <> ANTI-CONVIVER (COM OUTRAS PESSOAS);
- Resposta da voz maternal, estabilizando a sua posição através de uma **estratégia de bypass semiótico focada numa preferência pessoal** (“*não me apetece partilhá-lo*”).

(Imediatamente a seguir ao excerto anterior)

*(Percebe isto como um **conflito**? É uma coisa que a está a incomodar ou...?)*

*“É! Incomoda-me bastante. Incomoda-me, a sério! Eu nem gosto de pensar nisso! Eu até aqui dizia assim... no início dizia assim ao meu marido – “Eu sinto muita falta do trabalho!” – não tinha a ver com o bebé! É assim, não tinha mesmo nada a ver com ele, porque... porque eu adoro estar com ele! Só que eu sentia falta daquele... daquele viver, daquela coisa de andar de um lado para o outro e não sei o quê, daquele frenesim... e foi por isso que eu comecei a sentir assim falta do trabalho, porque... sentia que faltava aquela parte de mim que... é um bocado aquela energia que eu tenho, que estava ali bloqueada! Mas ao mesmo tempo acho que é uma fase que eu nunca mais vou passar!”*

#### ANÁLISE:

- Aceitação da oposição (sugerida) CONFLITO <> ANTI-CONFLITO, com estimativa de impacto emocional negativo;
- Re-emergência das duas posições em diálogo e síntese das mesmas **estratégias de bypass semiótico focadas em preferências pessoais.**

(1 minuto e 15 segundos depois do excerto anterior)

*(Acha que destas duas vozes, há alguma que neste momento está a falar mais alto para si? Ou elas estão mesmo assim num equilíbrio?)*

*“Não, a familiar fala sempre mais alto. Nesta fase então, fala sempre mais alto um bocadinho, não é... só que a profissional também levanta ali de vez em quando a voz, não é? Também de vez em quando... principalmente quando eu estou assim mais em baixo. (...) **Mas não trocava! Para já não trocava.** Também não trocava porque sei que... por exemplo se me dissessem assim – “Olhe a partir de agora **não vai trabalhar mais**, vai tomar conta só do seu filho” – **eu acho que não queria, sinceramente!** Porque acho que se chega a uma fase em que depois uma pessoa que leva o dia inteiro... nem ele se desenvolve... e nós também começamos a sofrer de stress... porque **se gostamos de trabalhar**, quer dizer vamos começar a sofrer de stress de não fazer aquilo que gostamos, também! Não é, **que nos completa!** E vamos estar a descarregar numa pessoa que não tem culpa nenhuma, não é? É assim, eu também tenho a sensação de que quando eu começar a trabalhar eu vou chegar a casa e aqueles momentos em que eu vou estar com ele eu vou aproveitá-los ao máximo, não é?”*

#### ANÁLISE:

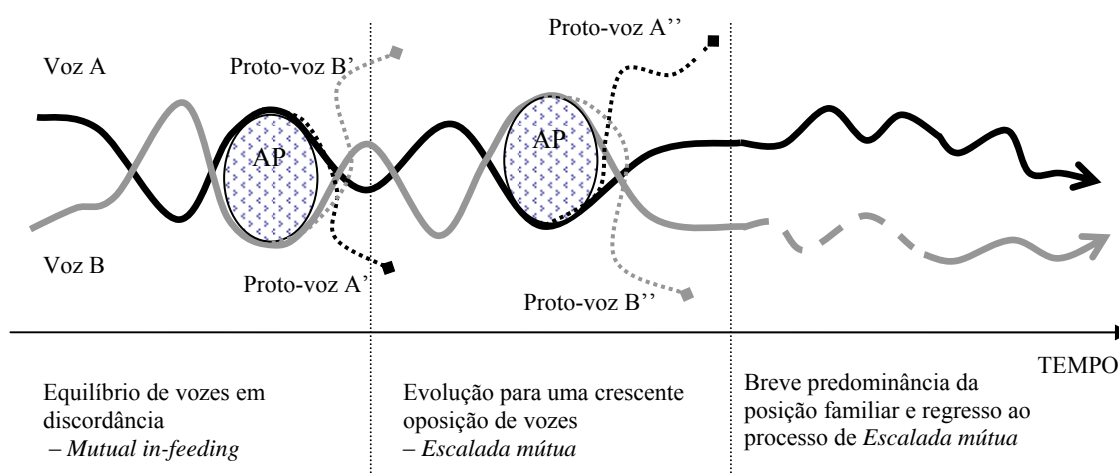
- Proposta de avaliação destas trocas dialógicas ao nível da simetria conduz à aceitação do campo FALAR MAIS ALTO, atribuído à posição familiar;
- Manutenção do estado de tensão dialógica (“*só que*”) com a atribuição do mesmo campo FALAR MAIS ALTO à posição profissional, ainda que restringido pelo

**qualificativo temporal** “*de vez em quando*”, traduzindo um potencial dialógico pela manutenção da importância de ambas as posições;

- Continuação do processo de significação com a elaboração da posição profissional e estabilização dos significados que lhe estão associados e que traduzem também **preferências pessoais** significativas;

- Contenção do desconforto emocional latente, derivado desta rivalidade semiótica entre as duas posições, pelo uso de uma **estratégia de bypass semiótico por acção directa** (“*tenho a sensação de que quando eu começar a trabalhar eu vou chegar a casa e aqueles momentos em que eu vou estar com ele eu vou aproveitá-los ao máximo*”).

Figura 8: Representação do percurso dialógico da Sofia a respeito das dinâmicas entre as posições familiar e profissional



Voz A – Relação familiar  
Voz B – Eu profissional

AP – abertura temporária de novas possibilidades dialógicas

**Síntese:** A característica que mais se evidencia no processo de significação desta participante é a intensa e significativa ambivalência emocional provocada pelas alterações que a maternidade trouxe ao seu estilo de vida e às suas rotinas pessoais. Neste sentido, observa-se uma alternância entre uma estimativa de impacto emocional negativo e a afirmação de uma tonalidade afectiva positiva associada à presença do bebé.

A reverberação entre estas duas posições evidencia um estado de grande inflexibilidade dialógica (“quero X, mas quero Y”), no sentido em que ambas as posições demarcam fortemente os seus interesses e valores, entrando numa disputa difícil de resolver. Esta relação cíclica e ambivalente de *mutual in-feeding* (Valsiner,

2002a) está representada na figura 8 pelas duas linhas contínuas e mutuamente interceptadas que correspondem a cada uma das posições (vozes A e B).

Ainda que a participante revele um óbvio esforço por apresentar repetidamente a valorização simultânea de ambas as posições como harmoniosa e não conflitante, a profusão do uso de adversativas denuncia o estado de tensão dialógica subjacente. Este esforço fica patente nas estratégias de acção directa desenvolvidas, bem como em dois momentos de maior abertura dialógica, nos quais a participante antevê possibilidades de conciliação entre os interesses de ambas as posições em diálogo (“*não se prejudicam*”; “*acho que conseguia conciliar*”). Estes momentos estão igualmente assinalados na figura 8, através da forma oval, ilustrativa de abertura do espaço dialógico, e das linhas descontínuas e menos pronunciadas que pretendem caracterizar as versões alternativas e mais flexíveis das vozes em disputa (proto-vozes A’, A’’, B’ e B’’), mas que não são, contudo, elaboradas para já.

Assim, após uma abertura momentânea de possibilidades dialógicas que parecem viabilizar uma maior conciliação, verifica-se um regresso ao estado de rivalidade e a percepção de um elevado conflito pessoal, na medida em que, à valorização e afirmação da ligação afectiva ao bebé, se opõe constantemente a enunciação de um certo vazio pessoal que o afastamento da rotina profissional causou. Gostariamos de salientar que, a certo ponto do processo de significação, a posição profissional é defendida como uma parte significativa do *self* (“*sentia que faltava aquela parte de mim*”).

A expansão de ambas as posições, que assumem as suas preferências e valores de forma cada vez mais firme e eloquente, parece aproximar-se uma modalidade dialógica designada por Valsiner (2002a) como *escalada*, no sentido em que a estabilidade inicial mantida pela reverberação das duas posições em diálogo evolui para um estado de grande instabilidade, desencadeado pela proliferação de cada uma das posições, assumindo argumentos progressivamente mais generalizados e extremados (posição familiar – “*eu quero estar com o bebé*”; “*não me apetece deixá-lo em lado nenhum*”; “*se eu pudesse estar sempre com ele, estava*”; “*sei que quando voltar vai acabar aquele tempo que eu tenho para ele e que nunca mais vou ter*”; “*porque eu adoro estar com ele*”; posição profissional – “*sinto muita falta do trabalho*”; “*sinto muitas saudades do meu trabalho*”; “*a minha vida mudou radicalmente*”; “*gosto muito daquilo que faço*”; “*quero muito voltar*”; “*sentia que faltava aquela parte de mim*”; “*fazer aquilo que gostamos... que nos completa*”).



Note-se que esta escalada, ainda que evidencie expansão e crescimento dialógico das vozes em questão, não altera a relação básica entre as posições, que se mantém numa base de inflexibilidade.

Segue-se uma alteração temporária e muito breve desta configuração dialógica de equilíbrio dinâmico, observando-se uma transformação para uma modalidade dialógica de apropriação através da afirmação do *domínio* da posição familiar. Este domínio é imediatamente desafiado pela posição profissional que mais uma vez ocupa o espaço dialógico, afirmando a sua autoridade e traduzindo um significativo potencial dialógico pela manutenção da importância de ambas as posições.

A inflexibilidade de ambas as posições e o estado de tensão dialógica subsequente não parece poder ser resolvido pela negociação, sugerindo a manutenção de ambas as posições absolutamente inalteradas e numa relação simétrica de simultaneidade, o que se aproxima daquilo que Valsiner definiu como *neutralização por separação (de-coupling)*; Valsiner, 2002a). Trata-se, portanto, de uma forma de regulação dialógica pela mudança estrutural da relação estabelecida entre as duas posições, que passam a coexistir indendentemente uma da outra, o que implica um movimento numa direcção de monologização, uma vez que se trata na verdade de duas vozes envolvidas num monólogo.

#### **ix) Análise ideográfica das dinâmicas dialógicas da Cláudia:**

##### **- Diálogo Faceta familiar / Faceta profissional (pós-parto)**

*(Como é que tem sido esta relação, como é que tens gerido a relação entre o teu lado familiar e o teu lado profissional?)*

*“Tenho tentado ser... dar resposta o mais positiva possível e que vá de encontro às minhas expectativas às duas, agora... tenho disponibilizado muito mais tempo à faceta profissional que gostaria de dar à familiar. Porque estou nesta fase inicial, tenho que dar muito de mim porque tenho que aprender muito, estou numa fase de aprendizagem, de integração.”*

#### **ANÁLISE:**

- Proposta por parte da entrevistadora das oposições DIÁLOGO <> ANTI-DIÁLOGO e GERIR <> ANTI-GERIR, com aceitação implícita do campo DIÁLOGO e aceitação e crescimento do campo GERIR;

- Síntese de novos significados que traduzem um certo privilégio da posição profissional, justificado pela síntese de **estratégias de bypass semiótico focadas em macro-organizadores prescritivos** (“tenho que dar muito de mim”; “tenho que aprender muito”);
- Enunciação de **uma preferência pessoal** (“[tempo] que gostaria de dar à familiar”) associada à posição maternal que abre lugar a um previsível espaço de tensão dialógica.

(Imediatamente a seguir ao excerto anterior)

*“E só tenho conseguido fazer isso porque tenho o apoio do meu marido! Isso é verdade! Porque há todo... todo um conjunto de rotinas diárias que a presença de um bebé implica de que eu simplesmente me tenho demitido porque tenho... tenho-me entregue unicamente à profissional. Ao início do dia.... o facto de eu sair de casa, de acordar de manhã e de sair de casa sem a preocupação de ter que levar o bebé, de ter que o entregar, ter que... todo o processo de manhã e ao final do dia também, facilita-me muito! (...) O facto de não estar a pensar... a fazer as coisas... por exemplo, estar no trabalho e estar descansada, até poder ter algum tempo para ficar mais, e tenho feito isso, tenho prolongado o horário porque preciso de fazer isso ao final do dia, porque é quando tenho tempo de aprender e de integrar mais nalgumas matérias... Ao mesmo tempo sinto... é uma vantagem, mas ao mesmo tempo sinto pena de não ser eu a fazer! Sinto que... às vezes sinto saudades de o ir buscar! Gostava de ser eu a ir buscar e aquele encontro que tenho em casa, mas que não... pronto, mas sei que para termos umas coisas temos que perder outras.”*

#### ANÁLISE:

- Manutenção do campo DISPONIBILIZAR MAIS TEMPO, referente à posição profissional, que é alvo de extenso crescimento pela síntese de novos significados e pela apresentação de **estratégias de bypass semiótico por acção directa** que permitem contornar temporariamente o conflito com a posição maternal;
- Movimento reflexivo espontâneo por parte da participante que expressa o estado de tensão e ambivalência emocional já adivinhado;
- Crescimento de ambas as oposições e síntese de uma **estratégia de bypass semiótico focada numa preferência pessoal** (“gostava de ser eu a ir buscar”);
- Percepção da rivalidade entre as duas posições e tentativa de distanciamento pessoal através da síntese de um **auxiliar simbólico** (“sei que para termos umas coisas temos que perder outras”).

(1 minuto e 17 segundos depois do excerto anterior)

*(Portanto, neste momento, se estas fossem duas vozes diferentes da tua consciência, elas estariam em desacordo? Uma estaria a exigir para um lado e a outra para outro, não seriam propriamente muito concordantes, é isto?)*

“Sim.”

*(E como é que consideras que fazes a gestão entre estas duas coisas? Achas que tentas equilibrar e chegar a uma solução de compromisso que satisfaça minimamente as duas ou achas que há uma que nitidamente prevalece sobre a outra?)*

“Não, tento conciliar. Tento conciliar.”

*(São duas coisas que consegues negociar?)*

“Sim, consigo negociar e por acaso tenho um exemplo muito recente disso, que é, por exemplo já aconteceu... estou a trabalhar há dois meses e já aconteceu duas ou três vezes perder o comboio porque não consegui dar resposta... (...) ... durante a amamentação era complicado o ir de manhã, porque eu acordava cedo, dava-lhe de mamar, mas ele depois a determinada altura começou a perceber a separação. E então sempre que eu me ia embora... ele queria mamar! Independentemente de já ter mamado ou não. Portanto sentia... começou a sentir isso! E eu perdi o comboio duas vezes por causa disso, não consegui chegar a tempo. Lá está, aí a voz discordante foi eu querer ir para o trabalho, mas o meu filho exigia a minha presença. Pronto e eu, até porque estou lá há pouco tempo, tive que ir falar com o meu orientador. Quer dizer, tentei conciliar as situações para não entrar... tentei estabelecer um acordo entre as duas que foi – “Olhe...” – pus a par da situação – “... estou a viver esta situação neste momento, portanto para não ficar aflita, sempre que surgir alguma situação dessas, pedia alguma compreensão” – e então tenho tido esse apoio. Tentei negociar...”

#### ANÁLISE:

- Manutenção da apreciação do diálogo como divergente, com rejeição da assimetria e sustentação de um esforço de EQUILÍBRIO e CONCILIAÇÃO entre as duas posições;
- Proposta da oposição NEGOCIAR <> ANTI-NEGOCIAR pela entrevistadora, com aceitação e extenso crescimento do campo NEGOCIAR;
- Adopção inicial da perspectiva da posição familiar com apresentação do estado de rivalidade através da síntese de uma **estratégia de bypass semiótico focada numa preferência pessoal** por parte da posição profissional (“eu querer ir para o trabalho”) e de uma **estratégia de bypass semiótico focada num objectivo pessoal concorrente** por parte da posição maternal (“mas o meu filho exigia a minha presença!”);
- Atenuação da tensão pela manutenção no campo NEGOCIAR, através da utilização de **estratégias de bypass semiótico por acção directa** que permitem conciliar ambas as exigências.

(Imediatamente a seguir ao excerto anterior)

*(E como é que é isto contigo própria? Aquilo que tu sentes? Nesta familiar tens falado mais como mãe e como esposa, provavelmente, mas e como profissional **como é que tu gereres esta dualidade?**)*

*“Olha, para já sinto-me, neste momento, super realizada. Sinto-me... é assim, é muito engraçado... **sinto-me com uma sorte enorme** por ter tido um filho e por ter tido uma excelente experiência! Uma dupla sorte por ter tido a oportunidade de trabalhar nesta fase também. De ter uma oportunidade de uma nova integração, porque estava semi-integrada mas... essa oportunidade de nova integração. **Consigo gerir** esses pequenos choques diários que vão surgindo, por ter sempre presente a sorte que tenho relativamente ao contexto actual.”*

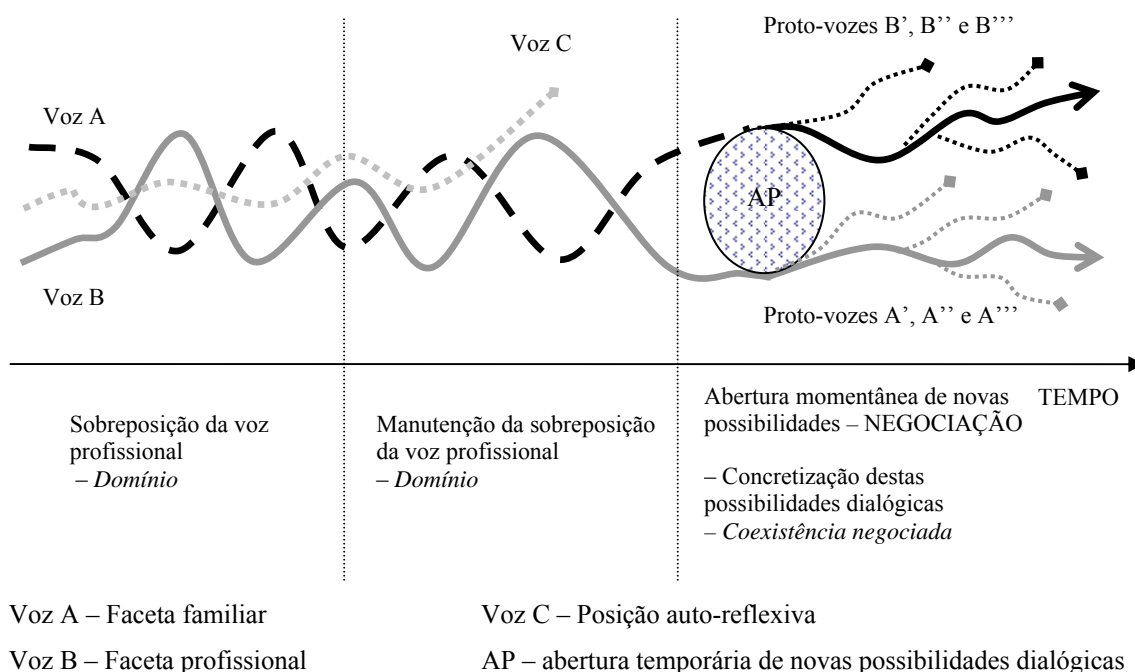
*(E ver isso como um desafio e não como...?)*

*“Como um desafio e não entro em desespero, não entro... **não vejo as coisas sobre uma perspectiva negativa**, de ter um discurso negativo e uma visão negativa no dia-a-dia **porque é difícil! É difícil gerir**, há situações pontuais que são difíceis e que **entram de facto em choque** - “A que é que eu dou prioridade agora neste momento?” - só que depois consegue-se ultrapassar isso quando se pensa... e eu tenho isso muito presente porque estou todo o dia a contactar com pessoas com vidas muito complicadas porque estão no desemprego. Portanto, **consigo conciliar perfeitamente** a vida profissional com a familiar porque entendo que tive sorte a esses dois níveis. E vejo as coisas assim numa perspectiva muito positiva! Portanto não...”*

#### ANÁLISE:

- Proposta de movimento reflexivo e de avaliação do impacto emocional pelo regresso à oposição GERIR <> ANTI-GERIR, que remete para a alternância do diálogo;
- Aceitação e crescimento do campo GERIR através da estimativa de um impacto pessoal positivo;
- Recuperação do campo GERIR, com estimativa de “é difícil” e síntese da nova oposição CHOCAR <> ANTI-CHOCAR, rapidamente ultrapassada pela síntese da nova oposição CONCILIAR <> ANTI-CONCILIAR.

Figura 9: Representação do percurso dialógico da Cláudia a respeito das dinâmicas entre as posições familiar e profissional



**Síntese:** No caso desta participante, a produção de significado aponta inicialmente para algum privilégio atribuído no presente à posição profissional, justificado por imposições socialmente sugeridas, uma vez que se trata de um emprego novo. Esta configuração dialógica está ilustrada na figura 9 pela continuidade da linha correspondente à posição profissional, por oposição à descontinuidade daquela que representa a posição familiar, pretendendo-se assim evidenciar a menor prioridade desta última no espaço dialógico.

Posteriormente, a afirmação de uma preferência pessoal em favorecer a posição familiar sugere um contraste de complexos de significado que evolui para um estado de rivalidade, potenciando uma elevada tensão dialógica entre as duas posições em diálogo no contexto do *self*. No entanto, a sustentação da posição profissional através de macro-organizadores prescritivos, demarca desde logo de forma rígida esta posição, estabilizando os significados que ela veicula e desenhando de forma progressivamente mais nítida a configuração de *domínio* (Valsiner, 2002a) que estas trocas dialógicas assumem, favorável à voz profissional. Com efeito, o processo dialógico que se segue confirma a prioridade atribuída, na prática, à posição profissional, no entanto, rapidamente se observa a adoção de uma posição auto-reflexiva que expressa o estado de tensão e de ambivalência emocional e viabiliza a re-emergência da posição maternal.

O estado de rivalidade entre as duas posições torna-se mais claro, conduzindo a participante a um esforço de contenção da tensão, sugerindo possibilidades de

NEGOCIAÇÃO. Neste momento, a posição familiar parece ganhar algum poder no âmbito destas trocas dialógicas, reclamando a sua posição numa relação mais simétrica, o que é sugerido pela percepção por parte da participante da discordância e do estado de tensão entre as duas vozes, promovendo a necessidade de conciliação e negociação entre elas. Ou seja, ainda que as duas vozes em diálogo sejam igualmente poderosas e dominantes neste ponto do processo dialógico, não se verifica uma rigidificação ou polarização de posições, de modo que ambas apresentam capacidade de flexibilização.

De qualquer modo, considerando a simetria observada entre as duas posições neste momento do processo de significação, ambas passam a ser representadas na figura 9 através de linhas contínuas.

Observamos, neste caso, uma modalidade dialógica simétrica que é sustentada inclusive por preferências pessoais associadas a cada uma das posições, traduzindo uma valorização pessoal significativa de ambas as dimensões do *self*, e que parece desencadear um impacto afectivo muito positivo, porquanto a capacidade de GESTÃO das exigências simultâneas das posições familiar e profissional é acompanhada de um elevado sentido de realização pessoal. Refira-se que, na sistematização de modalidades dialógicas propostas por Valsiner (2002a) não encontramos nenhuma alternativa que expresse a regulação identificada neste caso, uma vez que a sua principal característica é a ausência de conflito, pese embora a preservação de algum nível de tensão dialógica que potencia a significação e a constante negociação entre as duas posições em diálogo.

Assim, consideramos que a produção de significados alcançou um estado de *coexistência negociada*, no sentido em que os instrumentos semióticos utilizados pela participante permitem conter a tensão dialógica num mínimo necessário para que o processo de produção de significados se mantenha activo, mas conciliando satisfatoriamente os significados sustentados por cada uma das posições. Por outras palavras, esta ausência de conflito justifica-se, não pela concordância alcançada entre cada uma das vozes em diálogo, mas antes pela sua capacidade de negociação, o que viabiliza uma abertura de novos significados e versões alternativas de si mesmas (linhas mais finas, identificadas na figura 9 como proto-vozes), de acordo com a flexibilidade exigida a cada momento e o seu grau de cedência/exigência.

## x) Análise ideográfica das dinâmicas dialógicas da Carolina:

### - Diálogo Eu enquanto mãe / Plano profissional (pós-parto)

*(E o eu enquanto mãe com o Plano profissional? Neste momento já põe estas duas em diálogo, ou não?)*

*“Algum... pouco! Pouco. Primeiro, por um lado, começo a pensar como é que vai ser quando eu for trabalhar.”*

*(Já estão em diálogo nesse sentido de **antecipar**?)*

*“Neste sentido, exactamente! Já estou assim a prever, a antecipar. Portanto, vai ser difícil! Vai ser difícil, porque eu só de pensar, pronto... aquilo **no início vai custar muito!** Porque eu estou habituada a estar o dia inteiro com ela. Esporadicamente ou a pessoa vai ali ou vai... pronto mas são momentos! Pouco tempo. E quando for trabalhar as coisas não são assim! Mas já estou começando, portanto, a imaginar uma rotina!... (risos) ... Para estar o menos tempo possível longe dela! Pronto, claro que **vai entrar em conflito!** Vai. **Perfeitamente. Vai entrar em conflito.** Porque eu já sei que... e atendendo ao meu serviço, pronto ao serviço em si e às pessoas que lá estão no serviço... portanto trabalho é trabalho, conhaque é conhaque! Portanto quando eu tiver que fazer assim trabalho extra, não quer dizer que não faça uma vez ou outra, mas a minha filha está primeiro! Isso então... tenham paciência, **a minha filha está primeiro!**”*

#### ANÁLISE:

- Proposta do complexo de significado DIÁLOGO  $\diamond$  ANTI-DIÁLOGO, com aceitação e elaboração do campo DIÁLOGO, ainda que bastante restringido pelos **qualificativos** “algum” e “pouco”;
- Movimento espontâneo para o futuro e focalização da construção de significado na expectativa do regresso ao trabalho;
- Proposta do novo complexo de significado ANTECIPAR  $\diamond$  ANTI-ANTECIPAR, seguida de aceitação e crescimento do campo ANTECIPAR, o que mantém a elaboração de significados numa perspectiva de abertura de possibilidades para o futuro;
- Antecipação de um eventual conflito abre lugar à elaboração da posição maternal, que expõe os motivos da dificuldade e conduz à sugestão de uma **estratégia de bypass semiótico por acção directa** (“já estou começando a imaginar uma rotina para estar o menos tempo possível longe dela!”) que permite conter temporariamente a tensão;
- Clarificação da percepção de contraste com a posição profissional, expresso na nova oposição relativa à relação - CONFLITO  $\diamond$  ANTI-CONFLITO;

- Apresentação da posição profissional seguida da afirmação de uma **preferência pessoal** (“a minha filha está primeiro”), que sugere a estimativa de PREVALÊNCIA da posição maternal e aponta para uma assimetria no contexto das trocas dialógicas.

(2 minutos e 34 segundos depois do excerto anterior – após uma narrativa sobre o contexto de trabalho)

*(Há pouco estava a dizer que vai ser difícil por ter que a deixar, mas neste momento isso já lhe está a criar assim alguma dissonância?)*

*“Já! Já estou a pensar nisso porque o tempo está passando! E o tempo está passando muito depressa! E também já estou a prever o quê? Como ela até agora também ainda não mudou de comportamento, ou seja, como ela dorme pouco, eu durmo pouco. E também já estou preocupada, não é? Se ela não mudar até lá, eu sei que não vou estar no máximo das minhas capacidades porque se eu não durmo e vou trabalhar... e claro que a minha profissão não... a minha profissão exige raciocínio, exige estudo. Ou seja, é preciso pensar, é preciso raciocinar! E a pessoa cansada... é mais difícil, não é? Estou preocupada com isso, estou!”*

#### ANÁLISE:

- Prolongada exposição das exigências associadas à posição profissional e reorientação da produção de significados para o DIÁLOGO entre as duas posições;
- Sugestão de um movimento para o presente e proposta do complexo de significado DISSONÂNCIA <> ANTI-DISSONÂNCIA para qualificar as trocas dialógicas;
- Aceitação e crescimento do campo DISSONÂNCIA e estimativa de um impacto emocional negativo;
- Formulação em relação ao presente da estimativa de conflito até agora referente ao futuro.

(Imediatamente a seguir ao excerto anterior)

*(Mas estava dizer também há bocadinho, que por outro lado já tinha saudades, porque no fundo este seu Eu maternal continua a sobrepor-se um bocadinho no sentido que gostaria...)*

*“Sim, mas isso eu já tinha dito antes! Que eu já estava...”*

*(Mas por outro lado, este Plano profissional, esta voz não está completamente apagada?)*

*“Ai não, não! Não, porque eu também não vivo sem ela!”*

*(Não desapareceu?)*



“Não. Mas, eu penso que já tinha dito isso na altura, o Eu pessoal, portanto o Eu enquanto mãe, o Eu enquanto mulher, porque a família para mim está em primeiro lugar... se eu tiver que colocar numa balança, está sempre em primeiro lugar! Mas eu também não consigo... (pausa) ... portanto eu sabia que o Eu pessoal estaria... portanto, sempre estive em primeiro lugar! Mas eu também não deixo de pensar no Eu enquanto... Eu e uma profissão, não é? Não me consigo pensar sem ela, porque... também não consigo!”

(Também é uma parte importante?)

“É uma parte importante e sinto falta! Vamos lá a ver, sinto falta... de produzir! Sinto falta, por mais incrível que pareça, de estudar... (risos) ... De produzir, de estudar, pronto porque faz parte do meu dia-a-dia. Dessa parte eu sinto falta! Vamos lá a ver, não sinto falta, pronto... a gente sabe, como eu lhe estava a dizer... do contexto em si, porque a gente sabe que não há ideal, não é? E há conflitos, há sempre aquelas pessoas desagradáveis, aquelas pessoas com quem a gente preferia não ter que trabalhar, mas pronto. Mas isso vai haver em todo o lado, não é? Portanto, dessa parte eu não sinto falta.”

(Mas da actividade em si?)

“Mas da actividade em si, sinto falta. Sinto falta de produzir, sinto falta de estudar, sinto falta de começar a estimular-me intelectualmente. Essa parte...”

#### ANÁLISE:

- Sugestão de clarificação da natureza das trocas dialógicas por parte da entrevistadora, com a proposta da oposição SOBREPOR <> ANTI-SOBREPOR relativa à posição maternal, que recupera a sugestão anterior de prioridade atribuída a esta posição;
- Aceitação imediata do campo SOBREPOR e confirmação inicial dessa prioridade;
- Sugestão de movimento para a posição profissional, com proposta das oposições APAGAR <> ANTI-APAGAR e DESAPARECER <> ANTI-DESAPARECER, centra o processo de significação novamente na posição profissional;
- Recuperação da posição profissional e afirmação da sua importância neste campo dialógico, reforçada pela asserção de um **objectivo pessoal concorrente** (“eu também não vivo sem ela”);
- Reforço de cada uma das posições consecutivamente com recuperação e reafirmação espontâneas do campo SOBREPOR, relativo à posição maternal, seguida de uma repetição da **preferência pessoal** anunciada atrás (“a família para mim está em primeiro lugar”) e defesa da posição profissional por **estratégias de bypass semiótico focadas em objectivos pessoais concorrentes** (“não me consigo pensar sem ela!”) e **em preferências pessoais** (“sinto falta”).

(1 minuto e 16 segundos depois do excerto anterior)

*(Mas apesar disso continua a achar que há um **desequilíbrio** e que o Eu como mãe **fala mais alto**? Apesar da voz profissional **não ser completamente silenciada**?)*

*“Ai fala! Não é silenciada porque **eu sinto falta**. **Eu sinto falta mas**, se eu for colocar na balança, **o Eu enquanto mãe está em primeiro lugar!** Isto sem dúvida alguma!”*

#### ANÁLISE:

- Clarificação da natureza das trocas dialógicas com proposta da nova oposição FALAR MAIS ALTO <> ANTI-FALAR MAIS ALTO, relativa à posição maternal; e da oposição SILENCIAR <> ANTI-SILENCIAR, relativa à posição profissional;
- Preservação da posição profissional e dos objectivos pessoais a ela associados;
- Recuperação do estado de rivalidade entre os complexos de significado sustentados por ambas as posições, expresso na adversativa “mas”, que conduz à confirmação da PREVALÊNCIA da posição maternal através da **preferência pessoal** (“*o Eu enquanto mãe está em primeiro lugar*”).

(Imediatamente a seguir ao excerto anterior)

*(E isto é uma situação que, esta sim, já está a causar algum **mal-estar**, alguma **preocupação**?) “Preocupação. Neste momento está a ser **preocupação**, porque o tempo está a passar e dentro em breve... vamos lá a ver, acabam por ser seis meses em casa, porque são cinco meses de maternidade, e eu não tirei férias! Portanto já fiz por não tirar férias para tirar depois. Portanto são seis meses em casa. E já está a fazer quatro meses, portanto são mais dois mesinhos em casa.”*

*(Ainda falta um bocadinho!)*

*“Mas passa muito... mas mais tarde posso garantir que **vão entrar em conflito!** Neste momento é uma preocupação! Porque eu preocupo-me por antecedência, tenho esse problema.”*

#### ANÁLISE:

- Proposta de um movimento reflexivo pela sugestão de apreciação do impacto emocional deste estado de rivalidade entre as duas posições dialógicas;
- Percepção de um impacto negativo, circunscrito pelo **qualificativo temporal** “*neste momento*” e novo movimento espontâneo para o futuro com síntese da oposição CONFLITO <> ANTI-CONFLITO;

- Novo movimento para o presente e recuperação da percepção de impacto emocional negativo, sugerindo uma antecipação do CONFLITO.

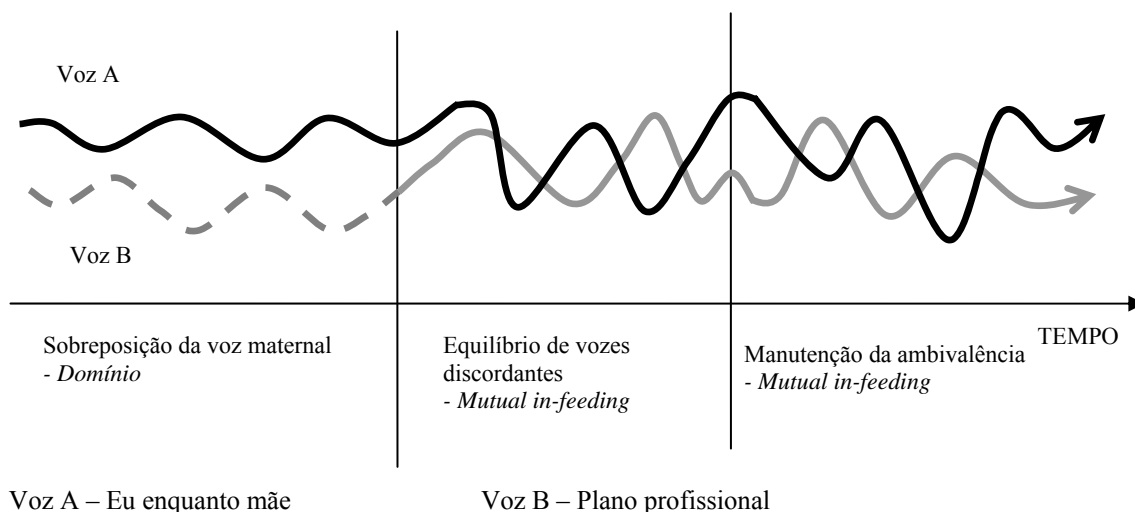
(4 minutos e 20 segundos depois do excerto anterior – após várias narrativas episódicas não relacionadas com o tema em discussão)

*“Vamos lá a ver, pronto... por isso é que eu estou a dizer, **ai então entro em conflito directo**, porque vamos lá a ver... porque é assim, eu tenho direito a redução horária! Portanto, temos essa facilidade, não é? Portanto a criança até fazer um ano, temos redução horária de 2 horas, uma de manhã e uma à tarde. (...) E eu se for preciso estou lá a fazer uma hora extraordinária, se for preciso todos os dias, mas não estão a pagar por isso. **Portanto começa a haver conflito**. É isso que eu estou dizendo... **neste momento não há qualquer conflito**. Mas imaginemos... é o que eu digo, há situações extraordinárias e eu sou a primeira... porque elas acontecem! É isso que eu estou dizendo, elas acontecem! Agora se me colocarem numa situação em que me começam a confrontar, em que eu tenho de optar entre o Eu enquanto mãe, enquanto mulher e o Eu no plano profissional, ai isso então tenham uma santa paciência! Uma coisa são situações esporádicas, não é, transitórias, tudo bem! Agora **abdicar... isso também não!** **Porque eu quero estar com a minha filha**, porque a gente sabe que crianças pequeninas dormem cedo ou devem dormir cedo, se eu passar o dia inteiro no serviço, chego à hora e não passo tempo nenhum com ela! Quer dizer...”*

#### ANÁLISE:

- Recuperação da oposição CONFLITO <> ANTI-CONFLITO, com aceitação e crescimento do campo CONFLITO, novamente localizado no futuro;
- Reafirmação do estado de tensão entre as duas posições em diálogo pela apresentação de um **objectivo pessoal concorrente** atribuído à posição maternal (“*eu quero estar com a minha filha*”);
- Movimento para o presente e tentativa de contornar uma estimativa de CONFLITO, mas a perspectivização das trocas dialógicas numa linha temporal futura evidencia um estado de rivalidade impossível de conter.

Figura 10: Representação do percurso dialógico da Carolina a respeito das dinâmicas entre as posições maternal e profissional



**Síntese:** A participante começa por focalizar a construção de significado em torno das trocas dialógicas entre as posições maternal e profissional na expectativa do regresso ao trabalho, executando um movimento espontâneo para o futuro. Neste sentido, observamos um processo de significação assente numa perspectiva de abertura de possibilidades para o futuro, das quais sobressai imediatamente a antecipação de um elevado potencial de conflito dialógico. Neste primeiro momento, o nível de tensão dialógica é elevado pela afirmação da posição maternal e das preferências pessoais que lhe estão associadas em termos de prioridades e disponibilidade, sugerindo uma assimetria no âmbito das trocas dialógicas.

Assim, neste momento do processo de significação, verifica-se algum *domínio* (Valsiner, 2002a) por parte da posição maternal, que assume prioridade no contexto destas dinâmicas dialógicas, representado na figura 10 pela diferença entre a descontinuidade da linha correspondente à posição profissional (voz B) e a continuidade da linha respeitante à posição maternal (voz A).

O nível de conflito esperado no futuro é igualmente avaliado no presente, sustentado em larga medida pela dificuldade de conciliação das exigências de cada uma das posições em diálogo. Esta percepção de dificuldade constitui-se como mote para uma mudança da configuração dialógica inicialmente desenhada, verificando-se progressivamente um ascendente da posição profissional, que passa a receber importância no espaço dialógico também a partir da afirmação de preferências pessoais significativas. Ou seja, de um domínio inicial da posição maternal, o processo dialógico

evolui para uma modalidade mais equilibrada e simétrica, na qual ambas as posições reclamam importantes valores de realização pessoal (*mutual in-feeding balance*; Valsiner, 2002a). Note-se que também esta participante apresenta a determinado momento a sua posição profissional como um elemento do *self* da qual não pretende nem consegue abdicar (“*também não vivo sem ela*”; “*não me consigo pensar sem ela*”), o que gera um nível de conflito dialógico que, de momento, não é resolvido. Assim, neste momento a dialogicalidade entre estas duas posições identitárias encontra-se algo estrangida pela inflexibilidade recíproca das duas vozes em discordância que se mantêm numa relação ambivalente e circular que obtém alguma estabilização através de um processo de monologização do *self* dialógico.

O maior equilíbrio e simetria observados nesta parte final do diálogo estão ilustrados na figura 10 pela continuidade das linhas representativas de cada uma das posições em diálogo, bem como pela sua oscilação mais evidenciada, reflectindo a posição dominante que ambas as vozes adquirem no campo dialógico.

#### **4.3. Análise e discussão de resultados**

A partir das análises apresentadas podemos observar o esforço de negociação destas mulheres entre duas posições identitárias distintas, que podem ser identificadas com significados muito diferenciados e pessoalmente valorizados. A dificuldade de harmonização dos valores e interesses transportados por cada posição é ainda maior porquanto, como vimos, tanto a sua posição maternal como a profissional, são fortemente conotadas com dois repertórios interpretativos inevitavelmente muito enraizados no seu discurso que, neste momento específico das suas vidas, se tornam particularmente problemáticos.

Confrontadas com a necessidade de atribuir sentido às suas vivências e de as integrarem coerentemente na sua construção de uma identidade feminina que passa a incluir uma nova dimensão maternal, as participantes desenvolvem um processo de significação e processamento dos acontecimentos relacionados com a maternidade por recurso à construção de instrumentos semióticos que, ao nível microgenético, permitem conferir alguma estabilidade à experiência. Tal como já foi demonstrado anteriormente na apresentação e discussão dos resultados das análises discursivas (Parte A do estudo), movendo-se entre as fronteiras definidas pelas orientações culturais e pela sua própria experiência subjectiva e individual, cada uma das participantes procede de forma a usar

os significados e instrumentos semióticos disponíveis nos discursos sociais para orientar o seu próprio comportamento e pensamento, tentando agir como “boa mãe” desde o momento em que descobre que está grávida. Mais tarde, a decisão de voltar ou não a assumir o seu emprego, a definição do tempo de licença de maternidade e a antecipação de uma articulação futura satisfatória do mundo familiar com o mundo profissional, afiguram-se como escolhas que supõem uma negociação de valores e significados difíceis de conciliar.

Desde logo, uma análise destes processos de negociação de significados (protagonizados pelas posições maternal e profissional) orientada para o tipo de modalidades dialógicas desenvolvidas não permite, por si só, diferenciar claramente os três sub-grupos identificados na primeira parte do estudo. Ou seja, os movimentos observados entre tipologias de interacção dialógica tendencialmente mais monopolizadoras e monológicas e outras que favorecem a multiplicidade e a amplificação da dialogicalidade, não parecem organizar-se em padrões específicos e discriminativos de acordo com o modo como é elaborada a posição de *mãe trabalhadora*: Desvalorização da identidade profissional, Ambivalência emocional e pressão institucional ou Valorização da maternidade pelo exercício profissional.

Como podemos conferir pelo quadro 7, não existe nenhuma modalidade dialógica que caracterize especificamente o sub-grupo 1 – *Desvalorização profissional* – e que poderia hipoteticamente corresponder, por exemplo, ao *domínio* da posição maternal/familiar. Da mesma forma, nos dois sub-grupos seguintes – *Ambivalência emocional e pressão institucional* e *Valorização da maternidade pelo exercício profissional* – também não se verifica uma homogeneidade nas tipologias dialógicas identificadas.

Neste sentido, foi necessário olhar mais detalhadamente para a natureza dos instrumentos semióticos construídos no decorrer da produção discursiva das participantes e, sobretudo, para o conteúdo objectivo desses mesmos dispositivos discursivos, para encontrar diferenças óbvias entre os três sub-grupos previamente identificados.

	Participantes	Modalidades dialógicas
<b>Grupo 1</b>	Madalena	<i>Mutual in-feeding</i> → <i>Domínio</i> → <i>Domínio</i>
	Inês	<i>Mutual in-feeding</i> → <i>Mutual in-feeding</i> → <i>Mutual in-feeding</i>
<b>Grupo 2</b>	Maria	<i>Mutual in-feeding</i> → <i>Mutual in-feeding</i> → Abertura momentânea de novas possibilidades
	Adriana	<i>Domínio</i> → <i>Mutual in-feeding</i> → <i>Domínio</i>
	Beatriz	<i>Expropriação</i> → <i>Mutual in-feeding</i> → <i>Domínio</i>
	Carla	<i>Domínio</i> → <i>Mutual in-feeding</i> → <i>Mutual in-feeding</i>
	Alice	<i>Expropriação</i> → <i>De-coupling</i> → <i>De-coupling</i>
<b>Grupo 3</b>	Sofia	<i>Mutual in-feeding</i> → <i>Escalada mútua</i> → <i>Escalada mútua</i>
	Carolina	<i>Domínio</i> → <i>Mutual in-feeding</i> → <i>Mutual in-feeding</i>
	Cláudia	<i>Domínio</i> (profissional) → <i>Domínio</i> (profissional) → <i>Coexistência negociada</i>

Quadro 7. Modalidades dialógicas desenvolvidas pelas participantes relativamente à comunicação entre a posição maternal/familiar e a posição profissional (pós-parto)

Assim, uma primeira leitura global destes processos de significação conduz-nos à conclusão de que a experiência subjectiva da maternidade é vivida de forma tão positiva que se traduz numa congregação total de prioridades no contexto familiar. Em concreto, podemos confirmar que todas as participantes concordam em que a família, e muito especialmente os filhos, passam a ser a sua máxima prioridade na vida. Todavia, importa notar dois aspectos relevantes: por um lado, dada a fase ainda muito precoce desta nova maternidade em que estas mulheres se encontram, é natural que as suas opiniões quanto a uma certa desvalorização da dimensão profissional se possam alterar num futuro próximo; por outro lado, ainda assim, nem todas as participantes consideram que esta prioridade atribuída à posição maternal passa por abdicar de outras dimensões importantes, nomeadamente da ocupação profissional e até eventualmente da manutenção de objectivos de carreira.

De facto, se numa análise mais imediata o conflito ou a tensão manifestos nestes diálogos parecem derivar sobretudo da imposição do regresso ao trabalho e da manutenção de uma preferência pessoal em não o fazer tão cedo, um escrutínio mais detalhado revela-nos as ambivalências que caracterizam a globalidade do discurso destas mulheres, que na sua maioria continuam a atribuir autoridade e poder negocial à sua posição profissional. Esta autoridade da posição profissional advém não só da questão económica (por vezes referida), mas também dos seus valores de realização pessoal, o que fica patente noutros momentos de entrevista.

Com vista a ilustrar de modo mais esclarecedor o modo como cada participante contorna as ambivalências e os conflitos que pontuam as trocas dialógicas entre as suas posições maternal/familiar e profissional, entendemos proceder a uma reflexão mais integradora acerca das estratégias de *bypass* semiótico sintetizadas pelas participantes no seu processo de negociação entre as duas posições identitárias em questão.

### ***Posição maternal***

No quadro seguinte (cf. quadro 8) apresentamos uma sistematização das estratégias ou instrumentos semióticos sintetizados por cada participante a partir da sua posição maternal/familiar e no âmbito dos seus relatos a respeito das trocas dialógicas entre esta posição e a posição profissional no pós-parto.

Olhando para os resultados globais, um elemento invariante que imediatamente se destaca prende-se com o facto da posição maternal/familiar aparecer sistematicamente associada ao uso de estratégias de *bypass* semiótico focadas em preferências pessoais, o que sublinha efectivamente uma hierarquia de prioridades e de valores pessoais que favorece a esfera familiar e, em particular, a dimensão maternal (cf. quadro 8). Em alguns casos, esta posição maternal/familiar é ainda reforçada pela síntese de estratégias de *bypass* semiótico focadas em objectivos pessoais mais fortes e concorrentes (casos da Adriana, da Beatriz, da Sofia, da Cláudia e da Carolina).

Refira-se, a este respeito, que estes dois tipos de estratégias semióticas não funcionam de modo a alterar ou questionar o significado focado, ou seja, não conduzem a uma transformação do complexo de significado ou do contraste entre complexos de significado cuja construção propiciou a emergência de algum nível de tensão. No entanto, estas ferramentas semióticas possibilitam contornar estrategicamente o significado focado (e a tensão emergente) ao sublinharem fortes preferências ou



objectivos pessoais que levam a uma mudança de foco para outros significados, viabilizando uma libertação temporária da tensão (Josephs & Valsiner, 1998).

Participantes	Estratégias de <i>bypass</i> semiótico
Madalena	<b>Eu mãe:</b> - estratégia de <i>bypass</i> semiótico focada numa preferência pessoal - estratégia de <i>bypass</i> semiótico focada num macro-organizador prescritivo
Inês	<b>Eu como mãe:</b> - estratégia de <i>bypass</i> semiótico focada numa preferência pessoal - estratégias de <i>bypass</i> semiótico por acção directa
Maria	<b>Eu como mãe:</b> - estratégia de <i>bypass</i> semiótico focada numa preferência pessoal
Adriana	<b>Eu como mãe:</b> - estratégia de <i>bypass</i> semiótico focada numa preferência pessoal - estratégia de <i>bypass</i> semiótico focada num macro-organizador moralista - estratégia de <i>bypass</i> semiótico focada num objectivo pessoal concorrente
Beatriz	<b>Dimensão familiar:</b> - estratégia de <i>bypass</i> semiótico focada numa preferência pessoal - estratégia de <i>bypass</i> semiótico focada num objectivo pessoal concorrente
Carla	<b>Eu como mãe:</b> - estratégia de <i>bypass</i> semiótico focada numa preferência pessoal
Alice	<b>Eu materno:</b> - estratégia de <i>bypass</i> semiótico focada numa preferência pessoal
Sofia	<b>Relação familiar:</b> - estratégia de <i>bypass</i> semiótico focada numa preferência pessoal - estratégia de <i>bypass</i> semiótico focada num objectivo pessoal concorrente
Carolina	<b>Eu enquanto mãe:</b> - estratégia de <i>bypass</i> semiótico focada numa preferência pessoal - estratégia de <i>bypass</i> semiótico focada num objectivo pessoal concorrente
Cláudia	<b>Faceta familiar:</b> - estratégia de <i>bypass</i> semiótico focada numa preferência pessoal - estratégia de <i>bypass</i> semiótico focada num objectivo pessoal concorrente

Quadro 8. Estratégias de *bypass* semiótico elaboradas pelas participantes no pós-parto a partir da posição maternal

Ao contrário, as estratégias de *bypass* semiótico por acção directa também utilizadas pela Inês para fortalecer a posição maternal permitem alterar o significado focado através da introdução de alternativas concretas que conduzem a uma maior negociação dos complexos de significado em conflito e, neste caso, das exigências veiculadas por cada uma das posições em diálogo.

Ainda no que respeita à posição maternal/familiar, a Adriana e a Madalena fazem uso também de estratégias de *bypass* semiótico focadas em macro-organizadores,

o que constitui um instrumento semiótico poderoso na medida em que opera a um nível semiótico mais generalizado (Josephs & Valsiner, 1998). Como vimos, os macro-organizadores expressam uma síntese de convicções, regras, princípios éticos ou valores pessoais, pelo que a sua construção a respeito da dimensão maternal traduz um movimento de generalização e abstracção de emoções e sentimentos pessoais numa certa visão do mundo ou “filosofia” de vida. Ou seja, estas mulheres estão efectivamente a adoptar uma postura pessoal perante a maternidade que a favorece acima de outras dimensões da sua identidade e que está de acordo com a filosofia da “maternidade intensiva”, a qual aparece efectivamente neste momento como um macro-organizador semiótico fundamental do seu discurso (Simão, 2007).

Em conjunto o uso deste tipo de estratégias associadas à posição maternal/familiar revelam que esta nova posição recentemente incluída no repertório identitário pessoal adquire desde cedo uma significativa relevância e prioridade no espaço dialógico.

### *Posição profissional*

Relativamente ao tipo de estratégias semióticas sintetizadas com vista a reforçar a posição profissional, verificamos uma maior variabilidade e aqui importa distinguir e contrastar duas trajectórias alternativas.

Neste sentido, podemos encontrar um primeiro grupo de participantes, constituído pela Inês e pela Madalena que claramente exibem uma marcada desvalorização pessoal da esfera profissional (cf. análise e discussão de resultados, parte A), a qual passa a dispor de muito menos relevância no seu repertório identitário. Nestes casos, a base da tensão dialógica observada nas trocas entre as posições maternal/familiar e profissional, bem como o conflito intra-psíquico manifesto no desconforto e desagrado com que antecipam o regresso ao mundo do trabalho, assentam na incongruência entre a imposição institucional deste regresso e o seu sistema pessoal de prioridades e preferências que, como vimos, favorece a dimensão mais familiar. Assim, em ambos os casos, a posição profissional é associada, ao nível semiótico, a uma variedade de macro-organizadores mais ou menos avaliativos e de carácter prescritivo.

Participantes	Estratégias de <i>bypass</i> semiótico
Madalena	<b>Eu profissional:</b> - estratégia de <i>bypass</i> semiótico focada num macro-organizador prescritivo - estratégia de <i>bypass</i> semiótico focada num objectivo concorrente
Inês	<b>Eu como profissional:</b> - estratégia de <i>bypass</i> semiótico focada num macro-organizador prescritivo
Maria	<b>Eu como profissional:</b> - estratégia de <i>bypass</i> semiótico focada num macro-organizador prescritivo - estratégia de <i>bypass</i> semiótico por abstracção
Adriana	<b>Faceta profissional:</b> - estratégia de <i>bypass</i> semiótico focada num macro-organizador prescritivo - estratégia de <i>bypass</i> semiótico focada numa preferência pessoal - estratégia de <i>bypass</i> semiótico por abstracção
Beatriz	<b>Dimensão profissional:</b> - estratégia de <i>bypass</i> semiótico focada numa preferência pessoal - estratégia de <i>bypass</i> semiótico focada num objectivo pessoal concorrente
Carla	<b>Eu como profissional:</b> - estratégia de <i>bypass</i> semiótico focada numa preferência pessoal - estratégia de <i>bypass</i> semiótico focada num objectivo pessoal concorrente
Alice	<b>Eu profissional:</b> - estratégia de <i>bypass</i> semiótico focada num macro-organizador prescritivo
Sofia	<b>Eu profissional:</b> - estratégia de <i>bypass</i> semiótico focada numa preferência pessoal
Carolina	<b>Plano profissional:</b> - estratégia de <i>bypass</i> semiótico focada num objectivo pessoal concorrente - estratégia de <i>bypass</i> semiótico focada numa preferência pessoal
Cláudia	<b>Faceta profissional:</b> - estratégia de <i>bypass</i> semiótico focada num macro-organizador prescritivo - estratégia de <i>bypass</i> semiótico focada numa preferência pessoal

Quadro 9. Estratégias de *bypass* semiótico elaboradas pelas participantes no pós-parto a partir da posição profissional

A este respeito refira-se que a força semiótica deste tipo de organizadores semióticos de natureza prescritiva, reside na sua capacidade de estabilização dos significados e na previsibilidade que conferem ao processo de interacção com o meio, visto que, uma vez estabelecidos, os macro-organizadores podem ser aplicados sem questionamento a um conjunto diversificado de situações, “simplificando” a adaptação psicológica ao ambiente (Josephs & Valsiner, 1998). Todavia, esta característica tem implicações ao nível das possibilidades dialógicas porquanto dá origem a processos generativos rígidos que constroem o leque de abertura possível para a construção de

novos complexos de significado e de novas alternativas discursivas (Josephs & Valsiner, 1998). Esta inflexibilidade funcional derivada da utilização de macro-organizadores é muito visível nos relatos das participantes ao associarem invariavelmente o regresso a uma ocupação profissional com uma imposição institucional ou a uma obrigação, muitas vezes sentidas como dissonantes face ao seu estado emocional presente.

Por sua vez, a Madalena expressa a exigência institucional de regresso ao emprego também através de fortes objectivos concorrentes, também de natureza externa e referentes, neste caso, à entidade empregadora, o que sublinha novamente a dimensão extrínseca da motivação para regressar ao trabalho.

Por outro lado, a maioria das participantes exhibe globalmente uma forte ambivalência emocional derivada da dificuldade em conciliar a manutenção da valorização dos seus objectivos e metas profissionais com um mesmo sistema de prioridades que favorece a dimensão maternal e familiar. Nestes casos, se olharmos com mais detalhe para a natureza dos instrumentos semióticos construídos para fortalecer a posição profissional, identificamos, não só uma maior diversidade, como também uma oscilação entre motivações internas e externas, o que configura uma situação significativamente distinta daquela que acabámos de explicitar. Neste sentido, o que esta combinação de instrumentos semióticos representa é uma situação de tensão causada pela manutenção de preferências e interesses pessoais igualmente valorizados, mas, em alguma medida, contraditórios. Efectivamente, nos restantes casos da amostra, observamos um estado de conflito entre as duas posições maternal/familiar e profissional, derivada de uma dificuldade em se separar do bebé pela realização pessoal que a maternidade e o contacto com ele trouxe a estas mães, mas simultaneamente uma necessidade pessoal de regressar ao trabalho e retomar os objectivos e interesses profissionais que sempre foram significativamente importantes para elas. Nestes casos, a manifesta necessidade de conciliação e negociação revela que as participantes não estão dispostas a abdicar de nenhuma destas posições.

A este respeito note-se que a Maria, a Adriana, a Cláudia e a Alice também associam macro-organizadores prescritivos à sua posição profissional, mas o conteúdo desta imposição assume uma natureza radicalmente diferente das anteriores, porquanto remete para valores pessoais e imposições de natureza intrapsicológica. Dito de outro modo, no caso destas participantes a imposição de continuar a dedicar muito tempo e

investimento à dimensão profissional deve-se ao seu sentido de responsabilidade, dedicação ao trabalho e intenção de manter ambições e metas profissionais e não a qualquer imposição externamente instituída. Esta situação abre lugar à discussão de um outro aspecto destes resultados e que se prende com outras motivações e valores pessoais que, na maior parte dos casos, ajudam a fortalecer a posição profissional.

Como dissemos anteriormente, as estratégias utilizadas para reforçar a posição profissional apresentam uma maior heterogeneidade do que as que são construídas em torno da posição maternal/familiar. Assim, muitas vezes esta posição aparece também reforçada através da síntese de outro tipo de estratégias de *bypass* semiótico, sejam por abstracção, sejam focadas em objectivos pessoais concorrentes e em preferências pessoais. Especificamente, ao utilizar simultaneamente ao macro-organizador prescritivo uma estratégia de *bypass* semiótico focada numa abstracção, a Maria fortalece mais uma vez a sua posição profissional através de uma certa manutenção da valorização profissional elaborada como uma opinião relativamente à maternidade a tempo inteiro que salienta a sua natureza “*não muito saudável*”. Da mesma forma, a Adriana assinala uma mesma apreciação pessoal relativamente a esta dedicação exclusiva à maternidade e ao bebé, sublinhando igualmente o impacto menos saudável que esta poderá ter no bebé (“*porque a ele também não lhe faz bem!*”).

Por sua vez, a Beatriz, a Carla e a Carolina expressam a exigência institucional de regresso ao emprego também através de objectivos concorrentes referentes, nestes casos, ao trabalho, ao bebé e a si mesma, respectivamente. Ou seja, por um lado, a Carla e a Carolina apresentam motivações pessoais para retomar a sua actividade profissional, sublinhando a preservação do valor atribuído à posição profissional enquanto dimensão crucial da sua identidade e fonte de realização pessoal. Por sua vez, a Beatriz, à semelhança das duas participantes referidas inicialmente, coloca a necessidade de regresso ao mundo do trabalho e de dedicação profissional como uma imposição externa, atribuída à natureza das suas funções.

De entre todas estas estratégias, gostaríamos de salientar a utilização, por parte de seis participantes, a Adriana, Beatriz, Sofia, a Carolina, a Cláudia e a Carla, de estratégias de *bypass* semiótico focadas em preferências pessoais, que sublinham igualmente e de forma explícita o valor de realização pessoal atribuído por estas mulheres às suas carreiras.

### ***Resolução do conflito***

Finalmente, no quadro seguinte são apresentadas as estratégias semióticas construídas para fazer sentido das possibilidades de resolução ou evitamento do conflito e da tensão emergentes no contexto destes diálogos.

<b>Participantes</b>	<b>Estratégias de <i>bypass</i> semiótico</b>
Madalena	<b>Resolução do conflito:</b> - estratégia de <i>bypass</i> semiótico por acção directa
Inês	<b>Resolução do conflito:</b> - estratégia de <i>bypass</i> semiótico por acção directa - estratégia de <i>bypass</i> semiótico pela introdução de um auxiliar simbólico
Maria	<b>Resolução do conflito:</b> - estratégia de <i>bypass</i> semiótico pela introdução de um auxiliar simbólico
Adriana	<b>Resolução do conflito:</b> - estratégia de <i>bypass</i> semiótico focada num macro-organizador prescritivo - estratégia de <i>bypass</i> semiótico pela introdução de auxiliares simbólicos - estratégias de <i>bypass</i> semiótico por acção directa
Beatriz	<b>Resolução do conflito:</b> - estratégias de <i>bypass</i> semiótico por acção directa
Alice	<b>Resolução do conflito:</b> - estratégia de <i>bypass</i> semiótico focada numa preferência pessoal - estratégia de <i>bypass</i> semiótico focada num macro-organizador
Carla	<b>Resolução do conflito:</b> - a resolução não é elaborada – não se identificaram estratégias semióticas
Sofia	<b>Resolução do conflito:</b> - estratégias de <i>bypass</i> semiótico por acção directa
Cláudia	<b>Resolução do conflito:</b> - estratégia de <i>bypass</i> semiótico por acção directa - estratégia de <i>bypass</i> semiótico pela introdução de um auxiliar simbólico
Carolina	<b>Resolução do conflito:</b> - estratégia de <i>bypass</i> semiótico por acção directa

Quadro 10. Estratégias de *bypass* semiótico elaboradas pelas participantes no pós-parto relativamente à resolução do conflito

Tendo em conta a rigidez por vezes imposta pela síntese de instrumentos semióticos de carácter prescritivo na voz da posição profissional, a dialogicalidade é assegurada na medida em que estas imposições são desafiadas pela posição maternal/familiar e pelo seu foco noutras preferências e objectivos. De outro modo, nos

casos em que a posição profissional é reforçada por ferramentas semióticas que traduzem dimensões mais pessoais de preferências e objectivos valorizados, o espaço dialógico é povoado por uma multiplicidade de interesses difíceis de harmonizar, desencadeando uma intensa ambivalência pessoal.

Como tal, e em ambas as configurações dialógicas, o estado de tensão entretanto criado exige uma resolução pelo menos temporária que permita gerir e conter as implicações subjectivas deste conflito e que são manifestas nas estimativas frequentes que estas mulheres revelam de um desconforto emocional significativo. A forma encontrada para resolver esta tensão emergente é, na maioria dos casos, a síntese de um outro instrumento semiótico – as estratégias de *bypass* semiótico focadas em acções directas. Por outras palavras, estas mulheres procuram definir formas de acção que lhes permitam conciliar mais satisfatoriamente as duas posições em diálogo, obedecendo à prescrição profissional ou à intenção de manter os interesses desta posição, mas simultaneamente sublinhando estratégias possíveis que lhes permitam manter alguma proximidade e dedicação à dimensão maternal e familiar (adiar o regresso ao emprego; reorganizar o horário e a rotina de trabalho; trabalhar em casa quando o bebé está a dormir). Trata-se, no fundo, de um conjunto de estratégias que permitem uma negociação entre os interesses apresentados por cada posição e uma transformação do significado focado que está na origem do conflito, viabilizando uma percepção de conciliação entre o exercício da maternidade e um regresso progressivo ao trabalho.

Em alguns casos, as participantes fazem uso de uma outra estratégia de *bypass* semiótico ao tentarem resolver a tensão, seja em paralelo com a anterior, como nos casos da Adriana, da Cláudia e da Inês, seja em exclusivo, como no caso da Maria. Trata-se de uma estratégia focada em auxiliares simbólicos e que corresponde à síntese de significados que, quer sejam sugeridos socialmente, quer sejam criados autodialógicamente, permitem um distanciamento emocional da situação. Ou seja, através do recurso a expressões proverbiais ou triviais, que podem ser aplicadas a uma diversidade de situações distintas, estas mulheres contornam a situação de tensão sem que para isso seja necessário transformar o significado focado, uma vez que a generalização e trivialização que este recurso semiótico produz permite um afastamento emocional da situação problemática e uma alteração da relação pessoal com a mesma, “normalizando-a”. No caso da Maria, que recorre unicamente a este tipo de estratégias quando tenta encontrar uma solução para o conflito, parece-nos tratar-se de um exemplo em que a dificuldade em lidar emocionalmente com a situação problemática não lhe

permite mobilizar outros recursos mais eficazes, pelo que a alternativa é um esforço de contenção da tensão e da emocionalidade negativa através de um distanciamento pessoal.

Finalmente, uma terceira estratégia de *bypass* semiótico também utilizada pela Adriana e pela Alice quando o processo de significação é focado na resolução da tensão dialógica existente entre as duas posições em diálogo corresponde à síntese de macro-organizadores, sejam de natureza prescritiva ou de natureza moralista. Nestes casos, o macro-organizador funciona essencialmente como uma forma de reforçar as estratégias propostas anteriormente e que passam pela enunciação de preferências pessoais ou de acções directas que permitam harmonizar as duas posições.

A título de análise global, gostaríamos de recuperar algumas noções já apresentadas acerca das estratégias de *bypass* semiótico e do seu papel como um meio de aumentar a flexibilidade do raciocínio humano (por exemplo acerca da realidade mundana e a existência de milagres) e, paralelamente, dos processos autodialógicos de significação (ver Josephs & Valsiner, 1998). Neste sentido, Josephs e Valsiner (1998) defendem que estas estratégias podem ser vistas como dispositivos de “libertação semiótica” dos constrangimentos da lógica, uma vez que permitem a adopção simultânea de posições e/ou significados diferentes e até mesmo concorrentes. No entanto, esta expansão de flexibilidade não poderá ser ilimitada e deverá ser constrangida por um movimento semiótico contrário. Assim, para um saudável funcionamento e construção da subjectividade, devemos considerar esta constante alternância entre libertação semiótica e constrangimento semiótico.

Acreditamos que este jogo foi claramente evidenciado no processo de produção de significados destas mulheres, que nitidamente recorrem a diversas estratégias de *bypass* semiótico de forma a manterem os seus valores e objectivos pessoais, mas ao mesmo tempo sem fugir ao espaço definido pelas prescrições sociais que partilham em maior ou menor medida e que se constituem como limites constrangedores do seu processo de significação.



## 5. Síntese geral

### 5.1. Discussão geral dos estudos

Em suma, considerando simultaneamente os resultados obtidos através das análises discursivas iniciais, bem como os dados mais pormenorizados obtidos nas análises microgenéticas, podemos afirmar que as participantes se organizam em 3 sub-grupos distintos relativamente a algumas características dos seus processos de significação. As dissemelhanças encontradas assentam sobretudo no posicionamento adoptado por cada mulher relativamente aos recursos discursivos disponibilizados social e culturalmente e à lógica semiótica que daí advém.

Partindo desta ideia, podemos considerar que a Madalena e a Inês comporiam um primeiro grupo de mulheres que notoriamente se apropria e reproduz de forma mais impessoal os discursos dominantes em torno da maternidade, veiculando menor resistência às prescrições de uma maternidade intensiva e reflectindo uma significativa desvalorização da sua posição profissional. Para estas duas mulheres, a maternidade apresenta-se, ao momento das entrevistas, como a sua principal fonte de realização pessoal, relegando claramente para um distante segundo plano a sua carreira profissional. Nestes casos, parece existir como que uma aceitação tácita da implicação culturalmente sugerida – REALIZAÇÃO PROFISSIONAL → MÁ MÃE – que é acompanhada de um investimento na “boa maternidade” através de um certo silenciamento da dimensão profissional.

No caso da Madalena, as trocas entre as duas posições em diálogo evoluem rapidamente para uma assimetria clara que privilegia a posição maternal, a qual estabelece, no decorrer das trocas dialógicas analisadas, uma relação de *domínio* (Valsiner, 2002a) sobre a posição profissional, materializando uma tendência monológica neste campo semiótico. No caso da Inês, observamos uma configuração dialógica de maior simetria entre as duas posições, no entanto este equilíbrio reflecte uma marcada ambiguidade e incapacidade da participante em contornar de modo satisfatório as prescrições externas relativas à posição profissional. Assim, nos dois casos, a afirmação da posição profissional fica a dever-se essencialmente a sugestões ou imposições externas e socialmente sugeridas, enquanto o sistema pessoal de prioridades valoriza a posição maternal.

Um segundo grupo de participantes procura contornar este posicionamento socialmente imposto através de estratégias que atenuam a implicação – REALIZAÇÃO PROFISSIONAL → MÁ MÃE – e que, de certa forma, procuram flexibilizar o campo semiótico BOA MÃE, enfatizando modos alternativos de se manterem presentes e atentas às necessidades dos seus filhos, mas sem que para isso admitam abdicar do investimento na sua dimensão profissional e vocacional. Nestes casos, uma das estratégias utilizadas é também o recurso a macro-organizadores prescritivos mas agora de natureza interna, veiculando princípios e valores de carácter mais pessoal e que traduzem a sua intenção de não prescindir da importância anteriormente atribuída à posição profissional. Paralelamente, é também notória uma afirmação de preferências e objectivos pessoais que sustentam a posição profissional como uma importante interlocutora neste campo dialógico.

Consequentemente, o que caracteriza este grupo de mulheres é o facto de parecerem “presas” a uma ambivalência muito marcada, na medida em que não pretendem prescindir de nenhuma das posições em diálogo, mas simultaneamente não encontram uma via plenamente satisfatória de conciliação de exigências sentidas como divergentes. Ou, dito de outra forma, não assumem a rejeição clara de nenhum dos repertórios anteriormente identificados. Incluímos neste grupo a Maria, a Adriana, a Beatriz, a Alice e a Carla.

O terceiro grupo de mulheres, constituído pela Sofia, pela Cláudia e pela Carolina, segue um processo de posicionamento e de produção de significado consideravelmente distinto, na medida em que procuram um posicionamento enquanto “boas mães” através de uma resistência manifesta às implicações derivadas do repertório da maternidade intensiva e de uma construção semiótica do campo BOA MÃE completamente nova. Para estas mulheres, a sua realização e sucesso profissional não só não as coloca necessariamente como “más mães”, como além disso ainda as torna melhores mães. Aqui observamos não apenas uma flexibilização do campo semiótico BOA MÃE, mas antes uma atribuição de significado completamente distinta e que resulta na total inversão da ideologia tradicional. Por outras palavras, há um esforço de fugir ao posicionamento de “más mães”, que poderia naturalmente advir de uma manutenção do interesse profissional e da vontade de voltar a trabalhar, não permanecendo com o bebé a tempo inteiro, tal como é prescrito pelo ideal da maternidade tradicional. Este esforço manifesta-se na transformação das grelhas interpretativas disponíveis culturalmente, através de uma utilização do conceito de “boa

maternidade” numa perspectiva nova e alternativa que permite dar sentido à sua situação particular de mulheres que pretendem ser boas mães para os seus filhos e que simultaneamente não aceitam abdicar de outras dimensões de realização pessoal.

Nestes casos, a dimensão profissional, não só continua a ser entendida e defendida por estas mulheres como uma parte significativa do *self*, como é muitas vezes apresentada enquanto mais-valia para o exercício da maternidade porquanto contribui para as tornar mais felizes, mais completas e mais realizadas enquanto seres humanos. No caso deste último grupo de mulheres, verifica-se assim a construção de uma lógica semiótica nova e que se afirma por resistência às prescrições culturais da “boa maternidade”, resultando numa completa inversão da ideologia tradicional.

Os movimentos discursivos observados, em particular neste último grupo, revelam de facto e como defendem os autores da Análise de Discurso, o uso estratégico e funcional do discurso de forma a não se prescindir dos objectivos pessoais em cada situação (Edley, 2001; Potter & Wetherell, 1987, 1995). O resultado será então uma complexa teia de conformidade e resistência, definida de acordo com as necessidades pessoais a cada momento e que reflecte o modo como os recursos sociais simbólicos são manipulados pelos indivíduos nos seus processos particulares de significação e construção identitária.

Ainda que seguindo trajectórias distintas, todas as nossas entrevistadas recorrem a diversas estratégias de forma a manterem os seus valores e objectivos pessoais, mas ao mesmo tempo sem fugir ao espaço definido pelas prescrições sociais que partilham em maior ou menor medida e que se constituem como limites constrangedores do seu processo de significação. Em síntese, na medida em que a constituição dos objectos é socialmente organizada e culturalmente sugerida, mas simultaneamente dependente das formas de discurso já existentes e da nossa história discursiva passada (Wetherell & Potter (1992), entendemos que não pode existir um significado fixo para o termo “boa mãe”. Uma vez que a identidade é saturada com as vozes de outros, o *self* tem que ser compreendido como um processo dialógico que vai sendo constituído e re-constituído através dos posicionamentos que, em cada momento e contexto de vida, mais se aproximam dos objectivos específicos e estratégicos de cada pessoa. Assim, também o significado da “boa maternidade” e a posição individual de mãe são sempre activamente construídos no âmbito de cada relato pessoal (Croghan & Miell, 1998).

Como dissemos anteriormente, as participantes parecem partir de um conjunto de princípios, valores e pressupostos que poderíamos incluir no chamado “mito da

maternidade intensiva” como um mega organizador semântico dos seus processos de construção de significado, procurando activamente negociar outros valores e interesses pessoais sem necessariamente prescindir deste pano de fundo semiótico. Todavia, sendo a entrevista destinada a fazer emergir pontos de tensão, ambivalências ou conflito, frequentemente as questões colocadas provocam, como sugeriu Simão (2007), experiências desestabilizadoras e rupturas (cf. Zittoun, 2005) nos campos semânticos das participantes, causando momentos de ambiguidade e diversidade dialógicas crescentes e viabilizando oportunidades para vozes mais silenciosas (ou silenciadas) relacionadas com posições divergentes se poderem fazer ouvir. Ou seja, os grandes mitos que habitualmente organizam as experiências quotidianas dos indivíduos enquanto campos afectivos hiper generalizados (Valsiner, 2000), designadamente o mito da maternidade intensiva, podem assim ser desafiados e desencadear, ao nível semiótico, produções alternativas de significado que constituem momentos de maior multiplicidade dialógica no contexto dos campos semânticos individuais.

Neste sentido, verificamos então um esforço de negociação entre posições mais estabelecidas e outras momentaneamente mais desafiantes que, como vimos, implica um esforço de síntese consecutiva de inúmeras estratégias semióticas que permitam contornar e/ou resolver os conflitos e exigências divergentes, resultando por vezes em trajectórias semânticas de transformação e novidade. Como sustentava Simão (2007), “este processo de negociação pode ser um poderoso reorganizador das experiências de vida “concretas e reais”, como a experiência de maternidade” (pp. 282). Numa leitura dialógica desta experiência, os mitos culturais são sempre narrados num diálogo polifónico, porquanto as vozes dos “outros” presentes na cultura de uma determinada comunidade são continuamente actualizadas nas diversas posições identitárias adoptadas a cada momento, não só pelas participantes, como também pelos próprios investigadores, no seu esforço de provocar rupturas e gerar novos processos de significação. Consequentemente, é neste espaço dialógico de relações assimétricas e complementares que se vai desenhando o mito e o seu contra-mito, um discurso e um contra-discurso, numa teia de negociações, apropriações e resistências que amplifica e multiplica as possibilidades e os limites individuais de cada participante nas suas relações com o mundo, na relação entre um Eu e os Outros, incluindo nestes Outros a alteridade de diferentes posições do *self*, do bebé por nascer e do bebé recém-nascido, das vozes de figuras significativas como o pai e os avós, das sugestões e prescrições culturais veiculadas por diversos agentes sociais (Simão, 2007).

## 5.2. Limitações do estudo

Não obstante a relevância e interesse dos dados aqui apresentados e das interpretações e conclusões produzidas a partir dos mesmos, especialmente no que se refere à compreensão dos processos dialógicos envolvidos na mediação identitária de uma importante transição desenvolvimental, entendemos ser necessário considerar algumas limitações metodológicas que podem ter influenciado os resultados finais.

Assim, ao nível dos procedimentos de amostragem importa notar que, não obstante tenhamos procurado activamente obedecer às directrizes centrais dos processos de amostragem teórica, seleccionando estratégica e intencionalmente as participantes de acordo com a qualidade e com o tipo de informação que poderiam oferecer a respeito do fenómeno em estudo, reconhecemos ainda assim algumas fragilidades. Neste sentido, uma vez que se pretendia uma representação do fenómeno e não da população, uma das etapas fundamentais do processo de selecção da amostra corresponde à procura da heterogeneidade, no sentido de potenciar a variabilidade discursiva (Rennie, Phillips & Quartaro, 1988). A este respeito, pese embora a consideração de dois indicadores de variabilidade – a tipologia de ocupação profissional e a intensidade na desejabilidade da gravidez – consideramos que teria sido importante a inclusão de casos em que a gravidez tivesse sido verdadeiramente indesejada e não planeada – um exemplo mais radical de caso extremo que poderia contribuir significativamente para a riqueza discursiva.

Por outro lado, no que se prende com dimensões como a situação de conjugalidade, a faixa etária, o nível socio-económico e a manutenção de uma actividade profissional valorizada do ponto de vista vocacional, entendemos que constituem elementos fundamentais de inclusão na amostra, uma vez que permitem definir justamente o grupo de mulheres que, de acordo com a literatura, são o alvo preferencial das ideologias da maternidade intensiva. Neste sentido, constituem dimensões relativamente às quais não faria sentido introduzir diversificação porque isto significaria a inclusão de diferentes níveis de conflito, materializado noutros elementos que também tendem a qualificar as mulheres como “más mães” (e.g., mães adolescentes, mães solteiras) e afastaria eventualmente os relatos para linhas discursivas que não constituíam alvo de interesse neste trabalho. Todavia, julgamos que teria sido interessante incluir grupos diferenciados, por exemplo, mulheres com um estilo de vida mais convencionalizado tradicionalmente como feminino, dedicando-se exclusivamente

à maternidade e abdicando de uma carreira profissional, no sentido de explorar mais profundamente os posicionamentos adoptados em relação à caracterização do que constitui uma “boa mãe”.

Uma outra limitação que coloca interrogações quanto ao alcance das interpretações aqui produzidas diz respeito à ausência de casos negativos na amostra, isto é, exemplos de relatos que se afastassem dos padrões discursivos identificados, contrariando assim as linhas interpretativas desenvolvidas, o que permitiria estabelecer os limites da teoria e adicionar uma maior complexidade à análise (Morse, 1994; Strauss & Corbin, 1994). Um exemplo seriam mulheres que não se socorressem do repertório mais tradicional que identifica a maternidade com uma determinação biológica e defende a *maternalização* intensiva.

Relativamente aos procedimentos de recolha de dados, gostaríamos de chamar a atenção para o facto de que a tarefa de articulação dialógica pretendia estimular a dialogicalidade entre as diferentes posições, viabilizando-nos um acesso aos processos comunicacionais e de negociação que caracterizam o *self* dialógico. No entanto, a estruturação introduzida na tarefa acabou por se revelar prejudicial, na medida em que torna o procedimento demasiado rígido e não viabiliza uma externalização destes processos com o nível de espontaneidade e flexibilidade desejados e inicialmente pretendidos. Como tal, ainda que nos pareça uma tentativa meritória de operacionalização das dinâmicas dialógicas do *self*, temos que reconhecer que, à semelhança de outras metodologias, também este procedimento se revela insuficiente para traduzir a sofisticação teórica da abordagem dialógica e para captar a riqueza e complexidade do fenómeno em causa.

Finalmente, importa realçar que, dadas as características desta investigação, designadamente o tamanho reduzido da amostra e o contexto de orientação para a descoberta, os resultados e conclusões aqui debatidos não assumem um carácter generalizável ao universo de mulheres que vivem a transição para a maternidade no âmbito de uma relação conjugal estável e em articulação com uma ocupação profissional valorizada e relevante. Desta forma, não se pretende dizer que estas mulheres representem todo o grupo de mulheres à espera do primeiro filho e com empregos a tempo inteiro, ainda que acreditemos que elas partilham, em maior ou menor grau, algumas das exigências e dificuldades apresentadas a outras mulheres nesta mesma posição.



## CAPÍTULO V

### CONCLUSÃO

*... mas acho que de mim para ela foi “Olá! Eu estou a conhecer-te agora!”, mas dela para mim não! Acho que ela... eu peguei nela e ela reconheceu ali aquela pessoa com quem esteve 9 meses. É, acho que de mim para ela... eu conheci-a naquela altura, “Ah, então tu és aquela que estava aqui na minha barriga!”. Mas ela não! Eu peguei nela e acho que ela sentiu mesmo que “Olha, és tu a minha mãe! Chegaste! Chegaste.” Acho que houve um reconhecimento. De mim um conhecimento e dela um reconhecimento.*

*(Ana, pós-parto)*





## CONCLUSÃO

No ponto de partida para o desenvolvimento deste trabalho cruzaram-se dois elementos determinantes e orientadores de todas as escolhas e decisões posteriores – o nosso interesse pelos processos humanos de significação e estruturação da experiência, e em particular, de organização pessoal e definição identitária; e a partilha de um ponto de vista ontológico e epistemológico que enfatiza a natureza dinâmica e relacional do *self*, entendendo-o como um movimento contínuo entre diferentes posicionamentos possíveis que se vão definindo na relação dialogante com o Outro e por meio do papel que variadas audiências, internas ou externas, desempenham nesta construção partilhada do auto-conhecimento.

Assim, definimos como objectivo geral de pesquisa a exploração do modo como o *self* se (re)organiza perante contextos de vida particularmente desafiantes e exigentes do ponto de vista desenvolvimental e que reivindicam adaptação e acomodação de novas posições identitárias relevantes. Para a ilustração destes processos escolhemos o evento de transição para a maternidade, assumindo que se trata de um acontecimento de vida notavelmente significativo na trajectória de vida de uma mulher e que tem evidentes implicações no modo como é vivenciada e construída a identidade pessoal. Acresce que, do ponto de vista da sua construção social e cultural, a maternidade constitui um fenómeno sujeito a claras e determinantes prescrições culturais o que, inevitavelmente, nos suscitava a questão de apurar quais as possibilidades de expressão e de edificação identitária destas mulheres ao fazerem uso dos recursos simbólicos disponíveis.

Admitimos que a maternidade não se circunscreve à experiência concreta de dar à luz e passar a ser objectivamente “mãe”. A adopção desta identidade é um processo que se desenha a partir de vários elementos da experiência concreta, mas que transcende o domínio físico e biológico. Ela inscreve-se no domínio subjectivo do imaginário durante toda a gestação e este é um fenómeno que se prolonga para além do parto, à medida que a experiência vai sendo representada em novas modalidades, num jogo constante entre diversas posições identitárias pessoais e entre estas e as directivas culturais disponíveis nos discursos sociais dominantes. O nosso modelo de análise é precisamente uma tentativa de estudo e compreensão dos processos dialógicos

subjacentes à gestão desta multivocalidade que povoa o espaço subjectivo e de averiguação dos significados que as participantes lhes atribuem.

Na primeira parte do estudo, reservada às análises discursivas dos relatos das participantes acerca da complexidade e multiplicidade de dinâmicas comunicacionais que têm lugar no contexto da sua subjectividade, bem como da reflexão em torno das suas experiências recentes do processo gravídico e da transição para a maternidade, concluímos que as suas narrativas são edificadas a partir de um conjunto de posicionamentos variados e estratégicos. O tipo de análise discursiva empreendida possibilitou-nos efectivamente compreender melhor, não exactamente o modo como estas mulheres são ou dizem ser, mas antes de que forma utilizam determinados discursos para, em ocasiões específicas (como o foi a situação de entrevista) narrarem e construir um sentido para a realidade de *mães trabalhadoras* que lhes propusemos explorar.

Percebemos que a matriz discursiva utilizada por estas mulheres para construir a sua experiência de *mães trabalhadoras* e de integração identitária de uma nova dimensão pessoal se apoia essencialmente em dois repertórios interpretativos distintos relativamente ao fenómeno da maternidade e num terceiro repertório associado à componente profissional. Estes repertórios interpretativos constituem assim padrões discursivos claramente identificáveis nos relatos das participantes, que condensam um conjunto restrito de significados e funcionam como dispositivos linguísticos disponibilizados culturalmente aos indivíduos para atribuírem sentido às suas experiências subjectivas.

Consequentemente, compreendemos também que esta combinação de recursos discursivos permite construir duas versões diferenciadas da maternidade enquanto conceito e prática socialmente validada. Por um lado, a maternidade é identificada com uma versão mais naturalizadora e culturalmente prescritiva, associada a uma prática intensiva e convencional que aproxima a noção de feminilidade à função materna. Por outro lado, estas noções mais tradicionais são noutros momentos transformadas numa construção discursiva pessoal. Dito de outro modo, constituindo-se como sujeitos activos na significação da sua própria experiência, estas mulheres não se limitam a apropriar de modo passivo as orientações culturalmente disponíveis e dominantes, mas antes apresentam movimentos de resistência e de procura de alternativas no sentido de construir versões mais personalizadas e idiossincráticas das suas experiências.

Estas duas versões da maternidade diferem essencialmente em função dos efeitos ou consequências que provocam na construção das suas identidades e na construção das identidades que os outros fazem delas, isto é, nos posicionamentos auto e hetero atribuídos socialmente. As concepções mais tradicionais e prescritivas da maternidade permanecem ainda assim, tal como antecipámos, como “vozes” colectivas relevantes e que se adicionam à paisagem dialógica no sentido de constantemente desafiar e confrontar as posições mais pessoais e libertadoras, associadas a novas versões da experiência. Esta situação está na base de um importante espaço de tensão e conflito dialógico, sobretudo quando olhamos para as dinâmicas comunicacionais que se estabelecem entre a posição maternal e a posição profissional, as quais colocam em jogo a polémica e difícil posição de *mãe trabalhadora*. De acordo com o repertório mais convencional, esta posição é claramente remetida para o contexto de uma maternidade menos adequada e de menor qualidade, o que em alguns momentos é partilhado pelas participantes e noutros momentos é contestado e discursivamente decomposto.

Esta análise, bem como a apreciação das diversas trajectórias seguidas pelas participantes na negociação e acomodação da sua dupla identidade de mães e de profissionais, conduziu-nos à conclusão de que a ideologia da *maternalização* intensiva e a versão tradicional e “biologizante” da maternidade constituem um relevante organizador semiótico para a elaboração discursiva destas mulheres, confrontadas com a necessidade de organizar e dar sentido a um conjunto de experiências novas e exigentes, significativas do ponto de vista pessoal, mas envoltas em ambivalências afectivas e sujeitas a pressões sociais intensas. Como tal, observámos uma negociação complexa entre valores e expectativas pessoais, por vezes contraditórios, e entre estes e os discursos sociais que enquadram o fenómeno. Salienta-se, todavia, que a heterogeneidade discursiva, os conflitos intra-psicológicos e as contradições que caracterizam as produções destas mulheres representam um significativo produto de resistência e de afirmação de autonomia e de iniciativa pessoal na construção das suas identidades.

Assim, se por um lado se tornou evidente a profunda alteração que a integração desta experiência e, conseqüentemente, desta nova dimensão identitária no repertório prévio de posições dialógicas, veio trazer, desafiando outras posições existentes; por outro lado concluímos que o elevado valor e o intenso significado atribuídos a esta posição não implicam a perda de uma identidade prévia de mulher, profissional, esposa, entre outras. Estas outras dimensões mantêm-se valorizadas e observa-se um esforço de

manutenção de alguns pequenos momentos de "escape" a este domínio do exercício da maternidade. Como vimos, podemos identificar no discurso de todas as mulheres pequenos momentos em que a maternidade não as absorve em absoluto e em que outras posições continuam a manifestar a sua voz. Ou seja, há uma noção de grande mudança e transformação graças à maternidade, mas verifica-se igualmente um esforço de preservação de uma certa continuidade identitária.

A este respeito, também não podemos esquecer que a segunda entrevista se dá apenas no decorrer do quarto mês pós-parto, pelo que a experiência é ainda muito recente e as nossas participantes estão ainda num processo de integração e reorganização pessoal que não termina aqui, por isso é muito provável que, se as entrevistássemos algum tempo mais tarde, estas outras posições identitárias tivessem já ganho um maior espaço na arena dialógica.

Na segunda parte do estudo, o escrutínio de passagens particularmente relevantes dos relatos das participantes, através de uma metodologia de análise microgenética, permitiu-nos compreender o papel regulador que alguns instrumentos semióticos desempenham no contexto das dinâmicas dialógicas individuais, apoiando a gestão da multiplicidade identitária e dos constantes desafios, tensões, conflitos e alianças que continuamente se vão desenhando entre as várias posições relevantes.

Com efeito, articulando os resultados observados nas análises discursivas iniciais com os dados mais pormenorizados obtidos nas análises microgenéticas e na linha de contestação e rejeição de uma leitura que universaliza e tende a homogeneizar as experiências das mulheres no que se refere à vivência e integração da maternidade nas suas vidas, percebemos que as participantes se distinguem no modo como gerem as novas exigências que a maternidade coloca ao seu processo de auto-definição e à negociação das dinâmicas dialógicas que se estabelecem entre uma posição maternal e uma posição profissional.

A este respeito, o modo como estas mulheres elaboram discursivamente a situação de mães trabalhadoras e os meios que adoptam para semioticamente contornar o posicionamento de "más mães" que lhes pode ser socialmente atribuído permitem-nos distribuí-las por três grupos distintos: um primeiro grupo que revela uma alteração profunda das suas prioridades, desvalorizando notavelmente a esfera profissional; um segundo grupo que se caracteriza sobretudo pela manutenção de uma marcada ambivalência entre o impulso de dedicar mais tempo à maternidade e a necessidade de preservar os seus objectivos e expectativas profissionais; e, finalmente, um último grupo

que se distingue pela adopção de uma posição de maior resistência às directivas culturais, rejeitando a associação entre *mães trabalhadoras* e uma maternidade qualitativamente inferior e defendendo, pelo contrário, que a manutenção de uma actividade profissional gratificante valoriza e enriquece a prática maternal.

Este grupo constitui, para nós, o mais interessante do ponto de vista do impacto da transição para a maternidade nas dinâmicas dialógicas constituintes do *self*, na medida em que os seus relatos permitem uma integração da nova posição maternal no repertório identitário, acomodando-a com a posição profissional, através de uma negociação de significados e valores declaradamente pessoal e transformadora. Esta integração é conseguida à luz da elaboração de uma lógica semiótica absolutamente distinta das outras participantes e mais individualizada, sublinhando a mais-valia que a preservação das suas carreiras profissionais, pela sua dimensão vocacional e de auto-realização, representa para o próprio exercício da maternidade. Estas mulheres constroem a sua identidade integral enquanto mulheres, harmonizando duas dimensões tradicionalmente tidas como contraditórias e salientando o valor que pessoalmente atribuem a cada uma delas para se sentirem completas e realizadas, num movimento claro de desafio e de contestação às versões convencionais da maternidade e à ideologia da *maternalização* intensiva.

Em suma, consideramos que os resultados e interpretações do estudo empreendido nos permitem responder globalmente às questões de partida fundamentais. Ainda que não tenhamos a pretensão de representar nestes dados e conclusões a experiência de todas as novas mães em situação semelhante, acreditamos que este trabalho pode acrescentar algo à compreensão do modo como as mulheres percebem as expectativas culturais contemporâneas e de como as interpretam e internalizam.

Em todo o caso, outras interrogações se colocam a partir das reflexões que empreendemos no decorrer deste projecto. Assim, uma questão que não foi explorada no âmbito desta investigação e que poderia ter alguma relevância para a interpretação dos resultados e para a contrastação dos sub-grupos encontrados prende-se com a importância e o papel das experiências passadas e das circunstâncias de vida actuais na compreensão da posição adoptada pelas participantes relativamente aos discursos prevalentes. Por outras palavras, a inclusão de questões acerca das suas experiências enquanto filhas de mães trabalhadoras ou de mães dedicadas a tempo inteiro à maternidade poderia ter sido um elemento interessante a explorar.

Por outro lado, como salientámos anteriormente, esta análise da integração da posição maternal no repertório identitário prévio situa-se num momento bastante precoce de toda esta experiência de transição, oferecendo uma reflexão centrada no momento de maior instabilidade e novidade. Julgamos que poderia ser interessante contrastar a construção discursiva da experiência destas novas mães com os relatos de mulheres que se encontrem numa fase mais avançada da sua experiência de maternidade e de conjugação da mesma com uma ocupação profissional, por exemplo, mães de crianças com 5/6 anos de idade, adicionando uma dimensão de reflexão pessoal “a longo prazo” acerca da articulação da maternidade com o emprego.

De um ponto de vista mais dialógico, supomos que poderia ser interessante desenvolver uma análise que nos permitisse compreender de que modo e através de que recursos simbólicos e concretos é que a nova posição de mãe se vai progressivamente materializando no espaço subjectivo individual de cada mulher. A este propósito, verificámos que, no segundo momento de entrevista, isto é, quatro meses após o parto, e ainda numa fase muito precoce desta nova maternidade, a posição maternal emergiu invariavelmente como o elemento centrípeto de todo o repertório identitário, congregando a grande parcela de investimento afectivo e de tempo e afirmando-se como uma importante prioridade na vida destas mulheres. Olhando para este fenómeno à luz de uma conceptualização dialógica do *self*, podemos dizer que há uma nova voz ou posição identitária que assoma à paisagem da consciência e que é legitimada com uma autoridade muito significativa. Mas como surge esta posição? Como é que ela se vai desenhando e espraiando a sua influência até se materializar no discurso de forma tão consistente? Por outras palavras, poderia ser interessante perceber como e quando é que as mulheres começam a identificar-se como mães, como é que esta posição se vai construindo e emergindo no domínio do repertório de posições já existentes, materializando-se nas alterações comportamentais, emocionais e sociais que a vão definindo e consubstanciando, como sejam o aparecimento da barriga de grávida, a realização das ecografias, a selecção das roupas e a organização do quarto do bebé.

Ainda nesta linha, e a partir da leitura dos relatos das nossas participantes, percebemos que a construção e progressiva solidificação desta posição maternal é ensaiada sempre na relação recíproca com o bebé – a materialização de um *Eu enquanto mãe* faz-se na mesma medida em que se vai materializando também um filho concreto e real através da execução de tarefas de prestação de cuidados, da presença efectiva do bebé e da crescente facilidade de descodificação das suas mensagens, da sua maior

responsividade e da percepção de um tratamento especial e diferenciado à mãe. Assim, pensamos que uma linha de análise interessante seria explorar esta dialéctica na construção e definição recíprocas das duas novas posições – a da mãe e a do bebé.

Por último, gostaríamos de reservar umas palavras finais para uma reflexão sobre o muito que este trabalho e todas as experiências que foi proporcionando nos ensinou acerca da vivência desta transição, do impacto que parece surtir na redefinição identitária das mulheres e das elevadas exigências que inapelavelmente lhes coloca quando se trata de harmonizar a maternidade com outras esferas de realização e de investimento pessoalmente relevantes.

Todas estas mulheres concordam que a família, e muito especialmente os filhos, passam a ser a sua máxima prioridade na vida. Todavia, nem todas consideram que essa prioridade passa por abdicar de outras dimensões importantes, nomeadamente a ocupação profissional e eventualmente até a manutenção de objectivos de carreira ambiciosos. Com efeito, na globalidade dos relatos recolhidos, observámos uma relação marcadamente ambivalente entre a realização pessoal obtida através da sua ocupação profissional e o prazer no exercício da maternidade. Neste sentido, todas estas mulheres, ainda que de modos distintos, se encontram numa luta pessoal para reconciliar a sua carreira e os seus objectivos vocacionais com as novas responsabilidades maternas que começam a assumir. Mais do que uma necessidade económica, a sua ambição de se realizarem educacional e profissionalmente assume uma dimensão eminentemente pessoal e de auto-definição enquanto indivíduos.

A realidade da *mãe trabalhadora* e da mulher que opta por conciliar a concretização da maternidade com a realização profissional é crescente, no nosso país como em muitos dos países desenvolvidos e que oferecem cada vez mais essa oportunidade ao universo feminino. Em definitivo, na realidade dos nossos dias a maternidade já deixou de ser o único eixo, ou mesmo o eixo central, no projecto de vida e nas trajectórias biográficas das mulheres e converteu-se num elemento adicional, facultativo e passível de escolha, cuja importância irá variar em função das características pessoais de cada mulher. Esta questão é particularmente importante, uma vez que, durante séculos, a maternidade se apresentava às mulheres como o único caminho para alguma valorização pessoal e social e para uma certa aquisição de “poder” dentro da estrutura familiar, pelo que, naturalmente a opção pela não maternidade não seria tão viável ou apetecível, independentemente da maior ou menor apetência que



cada mulher individualmente sentisse para desempenhar esta função. Dito de outro modo, julgamos que sempre terão existido mulheres a quem o suposto “instinto maternal” não apelaria, todavia, só muito recentemente a opção efectiva pela não maternidade se tornou possível e, só mais recentemente ainda, se abriram outras esferas de realização pessoal para a mulher, viabilizando diferentes trajectórias de vida também potencialmente gratificantes para elas.

A este nível, como noutras áreas e contextos de vida, a liberdade individual deverá ser um valor a respeitar e, se para algumas mulheres, a maternidade se apresenta efectivamente como a sua máxima realização pessoal e só terá sentido se lhes dedicarem integralmente o seu tempo, para outras esta experiência é sentida como mais feliz e mais plena se associada ao desempenho de outras funções e responsabilidades, e para tantas outras ainda a maternidade não constituirá sequer uma questão a ponderar, encontrando a sua concretização enquanto indivíduos noutros papéis e empreendimentos. Partilhamos, por isso, da convicção de que é fundamental evitar uma visão determinista e essencialista da maternidade, permitindo à mulher uma verdadeira oportunidade de escolha relativamente a esta opção de vida, sem que isto implique olhar para as mulheres que optam pela não maternidade como menos mulheres, menos completas ou sofrendo de qualquer tipo de patologia ou desvio social. Neste sentido, a maternidade (tal como a paternidade, aliás) poderá talvez ser olhada menos como um instinto feminino natural – uma ideia mais universalista e homogeneizante da experiência feminina – e mais como uma “vocação” pessoal – uma noção mais individual e mais descritiva dos distintos graus de aptidão e apetência que diferentes indivíduos, homens ou mulheres, manifestam em relação à parentalidade. Aliás, como já referimos, a versão tradicional de maternidade, centrada única e exclusivamente no papel da mãe como cuidadora e como figura de referência primordial e obrigatória para o bebé, pressupõe também uma versão igualmente limitadora das escolhas e opções dos pais, que ficam relegados para funções de suporte financeiro e de disciplina, negando-se-lhes a concretização de uma paternidade plena que se materializa na partilha da prestação de cuidados aos seus filhos e no estabelecimento de uma verdadeira vinculação desde o momento da gravidez.

Concretizadas que estão muitas mudanças ao nível das práticas e das realidades concretas de homens e mulheres, carecemos ainda de transformações e actualizações relevantes ao nível simbólico. Torna-se fundamental romper com estereótipos conservadores que continuam a ser disseminados na nossa cultura e que contribuem

para dinâmicas de culpabilização das mulheres, para a manutenção de expectativas e exigências irrealistas e injustas e para, em último caso, uma vivência menos plena e feliz da maternidade do que aquela a que todas as mulheres que o desejam deveriam ter direito. Por outro lado, importa também desenvolver discursos alternativos que não imponham um modelo único de maternidade e que abram lugar a trajectos diferenciados, que ampliem o leque de escolhas das mulheres (e dos homens!) e que os validem igualmente. Mesmo daquelas e daqueles para quem a maternidade e a paternidade não se afiguram como vias únicas ou preferenciais de concretização pessoal e humana.



## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abbey, E., & Valsiner, J. (2005). Emergence of meanings through ambivalence. [58 paragraphs]. *Forum Qualitative Sozialforschung /Forum: Qualitative Social Research* [On-line Journal], 6,(1), Art. 23. Disponível em: <http://www.qualitative-research.net/fqs/fqs-texte/1-05-1-23-e.htm>.
- Alberdi, I., Escario, P. & Matas, N. (2000). *Les dones joves de Espanya*, Barcelona, Fundació “La Caixa”.
- Allport, G. (1963). *Pattern and growth in personality*. London: Holt, Rinehart and Winston.
- Altheide, D. L. & Johnson, J. M. (1994). Criteria for assessing interpretive validity in qualitative research. In N. Denzin & Y. Lincoln (Eds.), *Handbook of qualitative research* (pp. 485-499). Thousand Oaks: Sage Publications.
- Arendell, T. (2001). Conceiving and investigating motherhood: The decade’s scholarship. *Sage Family Studies Abstracts*, 23, 3, 275-407.
- Badinter, E. (1980). *O amor incerto: História do amor maternal do século XVII ao século XX*. Lisboa: Relógio d’Água Editores.
- Bailey, L. (1999). Refracted selves? A study of changes in *self*-identity in the transition to motherhood. *Sociology*, 33, (2), 335-352.
- Bailey, L. (2000). Bridging home and work in the transition to motherhood: A discursive study. *The European Journal of Women's Studies*, 7, 53-70.
- Bailey, L. (2001). Gender shows: First-time mothers and embodied selves. *Gender & Society*, 15, (1), 110-129.

- Bakhtin, M. M. (1981). *The dialogic imagination: Four essays by M. M. Bakhtin* (C. Emerson & M. Holquist, Trad.). Austin, TX: University of Texas Press.
- Bakhtin, M. M. (1984). *Problems of Dostoevsky's poetics* (C. Emerson, Trad.). Minneapolis, MN: University of Minnesota Press. (original work published in 1929, revised in 1963)
- Barreno, I. (1992). Maternidade: mitos e realidades. In M. Barbosa, L. Boléo & I. Castro (Eds.), *Actas do Seminário: Maternidade, mitos e realidades* (pp. 23-36). Cadernos da Condição Feminina, nº 36. Lisboa: CIDM.
- Bertau, M. C. (2004). Developmental origins of the dialogical *self*. In Hermans, H. & Dimaggio, G. (Eds.), *The dialogical self in psychotherapy* (pp.29-42). New York: Brunner-Routledge.
- Breheny, M. & Stephens, C. (2007). Irreconcilable differences: Health professionals' constructions of adolescence and motherhood. *Social Science & Medicine*, 64, 112–124.
- Britton, J. (2007). Maternal anxiety: Course and antecedents during the early postpartum period. *Depression and Anxiety*, 0, 1-8. Published online in Wiley InterScience ([www.interscience.wiley.com](http://www.interscience.wiley.com))
- Brockington, I. (1996). *Motherhood and mental health*. Oxford: Oxford University Press.
- Bruner, J. (1986). *Actual minds, possible worlds*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Bruner, J. (1990). *Acts of meaning*. London: Harvard University Press.
- Canavarro, M. C. S. (1999). Inventário de sintomas psicopatológicos – B.S.I. In M. R. Simões, M. M. Gonçalves & L. S. Almeida (Eds.), *Testes e provas psicológicas em Portugal*, Vol. II (pp. 95-109). Braga: APPORT/SO.

- Chodorow, N. (1978). *The reproduction of mothering: Psychoanalysis and sociology of gender*. Berkeley: University of California Press.
- Choi, P., Henshaw, C., Baker, S. & Tree, J. (2005). Supermum, superwife, supereverything: Performing femininity in the transition to motherhood. *Journal of Reproductive and Infant Psychology*, 23, (2), 167-180.
- Coelho, L. (2003). *Mulheres, família e Mercado de trabalho: Que desafios à regulação das economias pós-industriais?* Centro de Estudos Sociais: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.
- Conde, A. & Figueiredo, B. (2003). Ansiedade na gravidez: Factores de risco e implicações para a saúde e bem-estar da mãe. *Psiquiatria Clínica*, 24, (3), 197-209.
- Croghan, R. & Miell, D. (1998). Strategies of resistance: “Bad” mothers dispute the evidence. *Feminism & Psychology*, 8, (4), 445-465.
- Cunha, C. A. (2007). *Processos dialógicos de auto-organização e mudança: Um estudo microgenético*. Dissertação de candidatura ao grau de mestre em Psicologia, na especialidade de Psicologia Clínica. Braga: Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho.
- Davies, B. & Harré, R. (2001). *Positioning: The discursive production of selves*. In J. Smith, R. Harré & L. Van Langenhove (Eds.), *Rethinking methods in psychology* (pp. 261-271). London: Sage Publications.
- Dias, A. R. (2006). *Discursos culturais e violência conjugal: O olhar dos media sobre a mulher, as relações de género e a violência – de 1965 a 2006*. Dissertação de candidatura ao grau de mestre em Psicologia, na especialidade de Psicologia Clínica. Braga: Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho.



- Diriwächter, R., & Valsiner, J. (2006). Qualitative developmental research methods in their historical and epistemological contexts. [53 paragraphs]. *Forum Qualitative Sozialforschung /Forum: Qualitative Social Research* [On-line Journal], 7,(1), Art. 8. Disponível em: <http://www.qualitative-research.net/fqs/fqs-eng.htm>.
- Duarte, F., Rosa, C. & Gonçalves, M. (2006). *Self* and dialogical articulation of multivocality: Proposal of an analysis model. *International Journal of Idiographic Science*, Article 2. (www.valsiner.com)
- Edley, N. (2001). Analysing masculinity: Interpretative repertoires, ideological dilemmas and subject positions. In M. Wetherell, S. Taylor & S. J. Yates (Eds.), *Discourse as data: A guide for analysis* (pp. 189-228). London: Sage Publications.
- Edley, N. & Wetherell, M. (1997). Jockeying for position: The construction of masculine identities. *Discourse and Society*, 8, (2), 203-217.
- Edwards, D. & Potter, J. (1992). *Discursive psychology*. London: Sage.
- Fidalgo, L. (2003). *(Re)construir a maternidade numa perspectiva discursiva*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Fleming, A. S., Flett, G. L., Ruble, D. N. & Shaul, D. L. (1988). Postpartum adjustment in first-time mothers: Relations between mood, maternal attitudes, and mother-infant interactions. *Developmental Psychology*, 24, (1), 71-81.
- Flick, U. (1999). *An introduction to qualitative research*. London: Sage Publications.
- Fogel, A. (1993). *Developing through relationships: Origins of communication, self, and culture*. Hemel Hempstead: Harvester Wheatsheaf.
- Fursman, L. (2002). *Ideologies of motherhood and experiences of work: Pregnant women in management and professional careers*. Center for Working Families, University of California, Working Paper No 34.  
Disponível em <http://wfnetwork.bc.edu/berkeley/papers/34.pdf>

- Glade, A., Bean, R. & Vira, R., (2005). A prime time for marital/relational intervention: A review of the transition to parenthood literature with treatment recommendations. *The American Journal of Family Therapy*, 33, 319-336.
- Gonçalves, M. M. (2003). *Psicoterapia, uma arte retórica: Contributos das terapias narrativa*. Coimbra: Quarteto Editora.
- Gonçalves, O. (2000) *Viver narrativamente*. Coimbra: Quarteto Editora.
- Gonçalves, O., Korman, Y. & Angus, L. (2000). Constructing psychopathology from a cognitive narrative perspective. In J.D. Raskin & R.A. Neyemer (Eds.) *Constructions of disorder*. Washington DC: APA Press.
- Gonçalves, M. M. & Cunha, C. (2006). Re-autoria, imaginação e mudança. *Psychologica*, 41, 151-167.
- Gonçalves, M. M, & Salgado, J. (2001). Mapping the multiplicity of the *self*. *Culture & Psychology*, 7, 3, 367-377.
- Hays, S. (1996). *The cultural contradictions of motherhood*. New Haven: Yale University Press.
- Harré, R. (1992). Introduction: The second cognitive revolution. *American Behavioral Scientist*, 36, 5-7.
- Harré, R., & Van Langenhove, L. (1991). Varieties of positioning. *Journal for the Theory of Social Behaviour*, 21, 393-407.
- Hermans, H. J. M. (1996). Voicing the *self*: From information processing to dialogical interchange. *Psychological Bulletin*, 119, 1, 31-50.
- Hermans, H. J. M. (1999). Dialogical thinking and *self*-innovation. *Culture and Psychology*, 5, (1), 67-87.

- Hermans, H. J. M. (2001a). A pessoa como narrador motivado de histórias: Teoria da valoração e o método da auto-confrontação. In M. M. Gonçalves & O. F. Gonçalves (Eds.), *Psicoterapia, discurso e narrativa: A construção conversacional da mudança* (pp. 157-206).
- Hermans, H. J. M. (2001b). The construction of a personal position repertoire: method and practice. *Culture and Psychology*, 7, 3, 323-365.
- Hermans, H. J. M. (2001c). The dialogical *self*: Toward a theory of personal and cultural positioning. *Culture and Psychology*, 7, 3, 243-281.
- Hermans, H. J. M. (2002). The dialogical *self* as a society of mind. *Theory & Psychology*, 12, 147-160.
- Hermans, H. J. M. (2003). The construction and reconstruction of a dialogical *self*. *Journal of Constructivist Psychology*, 16, 89-130.
- Hermans, H. J. M. (2004). The dialogical *self*: Between exchange and power. In Hermans, H. & Dimaggio, G. (Eds.), *The dialogical self in psychotherapy* (pp.13-28). New York: Brunner-Routledge.
- Hermans, H. J. M. (2006). Moving through three paradigms, yet remaining the same thinker. *Counselling Psychology Quarterly*, 19, (1), 5-25.
- Hermans, H. J. M. & Dimaggio, G. (2004). The dialogical *self*: Introduction. In Hermans, H. & Dimaggio, G. (Eds.), *The dialogical self in psychotherapy* (pp.1-10). New York: Brunner-Routledge.
- Hermans, H. J. M. & Hermans-Jansen, E. (1995). *Self-narratives: The construction of meaning in psychotherapy*. New York: The Guilford Press.

- Hermans, H. J. M. & Hermans-Jansen, E. (2003). Dialogical processes and development of the *self*. In Valsiner, J. & Connolly, K. (Eds.), *Developmental psychology* (pp. 534-559). London: Sage Publications.
- Hermans, H. J. M., & Hermans-Jansen, E. (2004). The dialogical construction of coalitions in a personal position repertoire. In H. J. M. Hermans & G. Dimaggio (Eds.), *The dialogical self in psychotherapy* (pp. 124-137). New York: Bruner-Routledge.
- Hermans, H. J. M. & Kempen, H. (1993). *Dialogical self: Meaning as movement*. San Diego: Academic Press.
- Hermans, H. J. M. & Kempen, H. (1998). Moving cultures: The perilous problems of cultural dichotomies in a globalizing society. *American Psychologist*, 53, 1111-1120.
- Hermans, H. J. M., Kempen, H. & van Loon, R. (1992). The dialogical *self*: Beyond individualism and rationalism. *American Psychologist*, 47, 23-33.
- Higgins, E. T. (1987). *Self-discrepancy: A theory relating self and affect*. *Psychological Review*, 94, 319-340.
- Honos-Webb, L. & Stiles, W. B. (1998). Reformulation of assimilation analysis in terms of voices. *Psychotherapy*, 35, 23-33.
- James, W. (1993). *The principles of psychology* (4th print). Chicago: Enciclopædia Britannica. (publicado originalmente em 1890)
- Janesick, V. J. (1994). The dance of qualitative research design: Metaphor, methodolatry and meaning. In N. Denzin & Y. Lincoln (Eds.), *Handbook of qualitative research* (pp. 209-219). Thousand Oaks: Sage Publications.

- Joaquim, T. (1992). A questão da maternidade e o imaginário colectivo. In M. Barbosa, L. Boléo & I. Castro (Eds.), *Actas do Seminário: Maternidade, mitos e realidades* (pp. 47-52). Cadernos da Condição Feminina, nº 36. Lisboa: CIDM.
- Johnston, D. & Swanson, D. (2006). Constructing the “good mother”: The experience of mothering ideologies by work status. *Sex roles*, 54, 509-519.
- Josephs, I. E. (1998). Constructing one's *self* in the city of the silent: Dialogue, symbols, and the role of “as-if” in *self*-development. *Human Development*, 41, 3, 180-195.
- Josephs, I. E. (2000). A psychological analysis of a psychological phenomenon: The dialogical construction of meaning. *Social Science Information*, 1, 115-129.
- Josephs, I. E. (2002). ‘The hopi in me’: The construction of a voice in the dialogical *self* from cultural psychological perspective. *Theory & Psychology*, 12, (2), 161-173.
- Josephs, I. & Valsiner, J. (1998). How does autodiologue work? Miracles of meaning maintenance and circumvention strategies. *Social Psychology Quarterly*, 61, 68 – 83.
- Josephs, I., Valsiner, J. & Surgan, S., (1999). The process of meaning construction. In J. Brandtstädter, & R. M. Lerner (Eds.), *Action and self-development: Theory and research through the life span* (pp. 257-282). Thousand Oaks: Sage Publications.
- Lawrence, J. & Valsiner, J. (2003). Making personal sense: An account of basic internalization and externalization processes. *Theory & Psychology*, 13, (6), 723–752.
- Leal, I. (2005). Da psicologia da gravidez à psicologia da parentalidade. In Leal, I. (Coord.), *Psicologia da gravidez e da parentalidade* (pp. 9-19). Lisboa: Fim de Século.

- Leiman, M. & Stiles, W. B. (2001). Dialogical sequence analysis and the zone of proximal development as conceptual enhancements to the assimilation model: The case of Jan revisited. *Psychotherapy Research*, 11, 311-330.
- Letherby, G. (1994). Mother or not, mother or what? Problems of definition and identity. *Women's Studies International Forum*, 17, (5), 525-532.
- Lewis, M. (2002). The dialogical brain: Contributions of emotional neurobiology to understanding the dialogical *self*. *Theory and Psychology*, 12, (2), 175-190.
- Lewis, M. & Todd, R. (2004). Toward a neuropsychological model of internal dialogue: Implications for theory and clinical practice. In Hermans, H. & Dimaggio, G. (Eds.), *The dialogical self in psychotherapy* (pp.43-59). New York: Brunner-Routledge.
- Lewis, S. (1991). Motherhood and employment: The impact of social and organizational values. In A. Phoenix, A. Woollett & E. Lloyd (Eds.). *Motherhood: Meanings, practices and ideologies* (pp. 195-215). London: Sage.
- Linville, P. W. (1987). *Self-complexity* as a cognitive buffer against stress-related illness and depression. *Journal of Personality and Social Psychology*, 52, 663-676.
- Llombart, M. (1993). Mujer, relaciones de género y discurso. *Revista de Psicología Social*, 8 (2), 201-215.
- Lombart, M. (1995). Discurso, orden social y relaciones de poder: una propuesta y su ejemplificación en el discurso sobre la maternidad. *Revista de Psicología Social Aplicada*, 5, (1/2), 165-184.
- Lyddon, W. J., Yowell, D. R. & Hermans, H. J. M. (2006). The *self-confrontation* method: Theory, research and practical utility. *Counselling Psychology Quarterly*, 19, (1), 27-43.

- Machado, C. (2000). *Discursos do medo, imagens do "outro"*. Dissertação de candidatura ao grau de doutor em Psicologia pela Universidade do Minho. IEP: Universidade do Minho.
- Marková, I. (1987). On the interaction of opposites in psychological processes. *Journal for the Theory of Social Behavior*, 17, 279-299.
- Markus, H., & Nurius, P. (1986). Possible selves. *American Psychologist*, 41, 954-969.
- Marshall, H. (1991). The social construction of motherhood: An analysis of childcare and parenting manuals. In A. Phoenix, A. Woollett & E. Lloyd (Eds.), *Motherhood: Meanings, practices and ideologies* (pp. 68-85). London: Sage.
- Matlin, M. (2000). *The psychology of women*. New York: Harcourt College Publishers.
- McAdams, D. (1993). *The stories we live by: Personal myths and the making of the self*. New York: William Morrow.
- Mcquillan, J., Greil, A. L., Shreffler, K. M. & Tichenor, V. (2008). The importance of motherhood among women in the contemporary United States. *Gender & Society*, 22, (4), 477-496.
- Mead, G. H. (1934). *Mind, self and society*. Chicago: University of Chicago Press.
- Meyers, D. T. (2001). The rush to motherhood: Pronatalist discourse and women's autonomy. *Journal of Women in Culture and Society*, 26, 735-773.
- Monteiro, R. (2005). *O que dizem as mães: Mulheres trabalhadoras e suas experiências*. Coimbra: Quarteto Editora.
- Morse, J. (1994). Designing funded qualitative research. In N. Denzin & Y. Lincoln (Eds.), *Handbook of qualitative research* (pp. 220-235). Thousand Oaks: Sage Publications.

- Nelson, A. (2003). Transition to motherhood. *Journal of Obstetric, Gynaecologic and Neonatal Nursing*, 32, 465-477.
- Neves, S. (2005). *A (des)construção dos discursos genderizados sobre o amor, o poder e a violência nas relações íntimas: Metodologias feministas na psicologia social crítica*. Dissertação de candidatura ao grau de doutor em Psicologia, na especialidade de Psicologia Social. Braga: Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho.
- Neves, S. & Barbosa, C. (2003). O feminismo liberal. In C. Marques, C. Nogueira, M. J. Magalhães & S., Marques da Silva (Eds.). *Um olhar sobre os feminismos. Aprofundar a democracia no mundo da vida* (pp. 47-62). Porto: Edições UMAR.
- Nyström, K. & Öhrling, K. (2004). Parenthood experiences during the child's first year: Literature review. *Journal of Advanced Nursing*, 46, (3), 319-330.
- Oakley, A. (1984). *Take it like a woman*. London: Fontana.
- Phoenix, A., & Woollett, A. (1991). Introduction. In A. Phoenix, A. Woollett & E. Lloyd (Eds.). *Motherhood: Meanings, practices and ideologies* (pp. 1-12). London: Sage.
- Phoenix, A., & Woollett, A. (1991). Motherhood: Social construction, politics and psychology. In A. Phoenix, A. Woollett & E. Lloyd (Eds.). *Motherhood: Meanings, practices and ideologies* (pp. 13-27). London: Sage.
- Phoenix, A., Woollett, A. & Lloyd, E. (1991). *Motherhood: Meanings, practices and ideologies*. London: Sage.
- Potter, J. & Wetherell, M. (1987). *Discourse and social psychology: Beyond attitudes and behaviour*. London: Sage Publications.



- Potter, J. & Wetherell, M. (1995). Discourse analysis. In J. Smith, R. Harré & L. Van Langenhove (Eds.), *Rethinking methods in psychology* (pp. 80-92). London: Sage Publications.
- Potter, J. & Wetherell, M. (2001). Unfolding discourse analysis. In M. Wetherell, S. Taylor & J. S. Yates (Eds.), *Discourse theory and practice: A reader* (pp. 198-209). London: Sage Publications.
- Raeff, C. (1996). A cultural analysis of maternal *self*-conceptions. *Journal of Applied Developmental Psychology*, *17*, 271-306.
- Raggatt, P. (2002). The landscape of narrative and the dialogical *self*: Exploring identity with the personality web protocol. *Narrative Inquiry*, *12*, (2), 291-318.
- Rebelo, G. (2002). *Trabalho e igualdade: Mulheres, teletrabalho e trabalho a tempo parcial*. Oeiras: Celta Editora.
- Relvas, A. P. (2002). A mulher na família: “Em torno dela”. In A. P. Relvas & M. Alarcão (Coords.), *Novas formas de família* (pp. 305-340).
- Rennie, D., Phillips, J. & Quartaro, G. (1988). Grounded theory: A promising approach to conceptualization in psychology? *Canadian Psychology*, *29*, 139-150.
- Rich, A. (1976). *Of woman born: motherhood as experience and institution*. New York: W. W. Norton & Company.
- Riggio, H. (2006). The adaptative responses of families to maternal employment: Part II – family perspectives. *American Behavioral Scientist*, *49*, 1303-1309.
- Rini, C. K., Dunkel-Schetter, C., Wadhwa, P. D. & Sandman, C. A. (1999). Psychological adaptation and birth outcomes: The role of personal resources, stress, and sociocultural context in pregnancy. *Health Psychology*, *18*, (4), 333-345.

- Roland, A. (2001). Another voice and position: Psychoanalysis across civilizations. *Culture and Psychology, 7*, 3, 311-321.
- Rollins, J. (1996). *Women's minds, women's bodies: The psychology of women in a biosocial context*. New Jersey: Prentice Hall.
- Salgado, J., (2004). *Methodology and the dialogical self: Different ways of killing a metaphor*. Paper presented at Third International Conference on the Dialogical Self, Warsaw, Poland, August, 26-29.
- Salgado, J., & Gonçalves, M. (2007) The dialogical self: Social, personal, and (un)conscious. In A. Rosa & J. Valsiner (Eds.), *The Cambridge handbook of social cultural psychology*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Salgado, J., & Hermans, H. J. M. (2005). The return of subjectivity: From a multiplicity of selves to the dialogical self. *E-Journal of Applied Psychology: Clinical Section, 1*, 1-13. Disponível em: <http://www.swin.edu.au/lib/r/onlinejournals/ejap/>.
- Sarbin, T. R. (1986). The narrative and the root metaphor for psychology. In T. R. Sarbin (Ed.), *Narrative psychology: The storied nature of human conduct* (pp. 3-21). New York: Praeger.
- Seibold, C. (2004). Young single women's experiences of pregnancy, adjustment, decision-making and ongoing identity construction. *Midwifery, 20*, 171-180.
- Sevón, E. (2005). Timing motherhood: Experiencing and narrating the choice to become a mother. *Feminism & Psychology, 15*, 461-482.
- Siegler, R. S., & Crowley, K. (1991). The microgenetic method: A direct means for studying cognitive development. *American Psychology, 46*, 606-620.

- Simão, L. M. (2007). We researchers: Unquiet people disquieting others. A commentary on Duarte & Gonçalves' "Negotiating motherhood: A dialogical approach". *International Journal for Dialogical Science*, 2, (1), 277-285.
- Smith, J. A. (1991). Conceiving selves: A case study of changing identities during the transition to motherhood. *Journal of Language and Social Psychology*, 10, 225-243.
- Smith, J. A. (1999). Identity development during the transition to motherhood: An interpretative phenomenological analysis. *Journal of Reproductive and Infant Psychology*, 17, 281-299.
- Smith, J., Harré R. & Van Langenhove, L. (1995), *Rethinking methods in psychology*. London: Sage Publications.
- Solé, C. & Parella, S. (2004). "Nuevas" expresiones de la maternidad: Las madres con carreras profesionales "exitosas". *Revista Española de Sociología*, 4, 67-92.
- Sommerfield, D. P. (1989). The origins of mother blaming: Historical perspectives on childhood and motherhood. *Infant Mental Health Journal*, 10, 1, 14-24.
- Stasevskas, K. O. (1999). *Ser mãe: Narrativas de hoje*. Dissertação de candidatura ao grau de Mestre apresentada à Faculdade de Saúde Pública, Universidade de S. Paulo. São Paulo.
- Stiles, W. B. (1997). Signs and voices: Joining a conversation in progress. *British Journal of Medical Psychology*, 70, 169-176.
- Strauss, A. & Corbin, J. (1994). *Basics of qualitative research*. Newbury Park, CA: Sage.
- Tardy, R. (2000). "But I am a good mom": The social construction of motherhood through health-care conversations. *Journal of Contemporary Ethnography*, 29, (4), 433-473.

- Taylor, S. (2001a). Evaluating and applying discourse analytic research. In M. Wetherell, S. Taylor & J. S. Yates (Eds.), *Discourse as data: A guide for analysis* (pp. 311-330). London: Sage Publications.
- Taylor, S. (2001b). Locating and conducting discourse analytic research. In M. Wetherell, S. Taylor & J. S. Yates (Eds.), *Discourse as data: A guide for analysis* (pp. 5-48). London: Sage Publications.
- Tizard, B. (1991). Employed mothers and the care of young children. In A. Phoenix, A. Woollett & E. Lloyd (Eds.), *Motherhood: Meanings, practices and ideologies* (pp. 178-195). London: Sage.
- Upton, R. L. & Han, S. (2003). Maternity and its discontents: "Getting the body back" after pregnancy. *Journal of Contemporary Ethnography*, 32, (6), 670-692.
- Valsiner, J. (1998). *The guided mind: A sociogenetic approach to personality*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Valsiner, J. (1999). I create you to control me: A glimpse into basic processes of semiotic mediation. *Human Development*, 42, 26-30.
- Valsiner, J. (2000). *Culture and human development*. London: Sage Publications.
- Valsiner, J. (2001). Process structure of semiotic mediation in human development. *Human Development*, 44, 84-97.
- Valsiner, J. (2002a). Forms of dialogical relations and semiotic autoregulation within the self. *Theory and Psychology*, 12, 251-265.
- Valsiner, J. (2002b). Irreversibility of time and ontopotentiality of signs. *Estudios de Psicología*, 23, 49-59.

- Valsiner, J. (2003). Culture and its transfer: Ways of creating general knowledge through the study of cultural particulars. In W. J. Lonner, D. L. Dinnel, S. A. Hayes, & D. N. Sattler (Eds.), *Online readings in psychology and culture* (Unit 2, Chapter 12), (<http://www.ac.wvu.edu/~culture/index-cc.htm>), Center for Cross-Cultural Research, Western Washington University, Bellingham, Washington USA.
- Valsiner, J. (2004). The promoter sign: Developmental transformation within the structure of dialogical *self*. Paper presented at Symposium *Developmental aspects of the dialogical self*, Gent, Belgium, July, 12.
- Valsiner, J. (2005a). Scaffolding within the structure of dialogical *self*: Hierarchical dynamics of semiotic mediation. *New Ideas in Psychology*, 23, 197-206.
- Valsiner, J. (2005b). Soziale und emotionale Entwicklungsaufgaben im kulturellen Kontext. In J. Asendorpf & H. Rauch (Eds.), *Enzyklopädie der Psychologie: Soziale, emotionale und Persönlichkeitsentwicklung* (Vol. 3). Göttingen: Hogrefe.
- Valsiner, J. (2006). From double stars to dialogical *self*: Constructing new theoretical explanatory systems. Invited Presentation at the *Conférence Interaction et pensée: perspectives dialogiques*, Lausanne, October 13.
- Valsiner, J. (2007). *Culture in minds and societies: Foundations of cultural psychology*. London: Sage Publications.
- Wetherell, M. (1998). Positioning and interpretative repertoires: Conversation analysis and post-structuralism in dialogue. *Discourse and Society*, 9, (3), 387-412.
- Wetherell, M. & Potter, J. (1992). *Mapping the language of racism: Discourse and the legitimation of exploitation*. London: Harvester Wheatsheaf.
- Wetherell, M., Taylor, S. & Yates, J. S. (2001a). *Discourse as data: A guide for analysis*. London: Sage Publications.

- Wetherell, M., Taylor, S. & Yates, J. S. (2001b). *Discourse theory and practice: A reader*. London: Sage Publications.
- White, M. & Epston, D. (1990). *Narrative means to therapeutic ends*. New York: Norton.
- Woollett, A. (1985). Childless: Strategies for coping with infertility. *International Journal of Behavioural Development*, 8, 473-482.
- Woollett, A. (1991). Having children: Accounts of childless women and women with reproductive problems. In A. Phoenix, A. Woollett & E. Lloyd (Eds.), *Motherhood: Meanings, practices and ideologies* (pp. 47-65). London: Sage.
- Woollett, A. & Phoenix, A. (1991). Psychological views of mothering. In A. Phoenix, A. Woollett & E. Lloyd (Eds.), *Motherhood: Meanings, practices and ideologies* (pp. 28-46). London: Sage.
- Wortham, S. (2001). *Narratives in action: A strategy for research and analysis*. New York: Teachers College Press.
- Zittoun, T. (2005). *Transitions: Development through symbolic resources*. Greenwich, CT: Information Age Press.
- Zittoun, T., Duveen, G., Gillespie, A., Ivinson, G. & Psaltis, C. (2003). The use of symbolic resources in developmental transitions. *Culture and Psychology*, 9, (4), 415-448.



## **ANEXOS**





# Questionário Socio-Demográfico

Sujeito nº \_\_\_\_\_

## 1. Identificação Pessoal

1 - Sexo:        M     F

2 - Idade: \_\_\_\_\_ anos

3 - Localidade de residência: \_\_\_\_\_

4 – Estatuto matrimonial actual: solteiro / casado / em regime de coabitação

5 – Duração do casamento/coabitação: \_\_\_\_\_

6 – Se namorados, duração da relação: \_\_\_\_\_

7 – N° de filhos (excluindo adopção e gravidez actual): \_\_\_\_\_

## 2. Identificação Profissional

8 – Nível de formação académica: \_\_\_\_\_

9 – Área de formação: \_\_\_\_\_

10 – Estatuto laboral actual: empregado / empregado mas não a trabalhar (licença de maternidade; licença por doença; etc) / desempregado / estudante / outro:

\_\_\_\_\_

## 3. História médica e dados relativos à gravidez

11 - Termo da gravidez (n° de semanas de amenorreia): \_\_\_\_\_ semanas

12 - Data prevista para o parto: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

13 - Ocorrência de problemas de fertilidade anteriores à gravidez: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

14 - Tratamento médico para o problema de fertilidade referido: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

15 – Gravidezes anteriores: \_\_\_\_\_

16 – Gravidez actual: planeada / não planeada mas desejada / não planeada nem desejada

17 – Tipo de gravidez: simples / gemelar

18 – História de complicações médicas durante a gravidez: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

19 – História de distúrbios psicológicos ou psiquiátricos: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

20 – Toma alguma medicação para problemas psicológicos actualmente?

Sim  Não

## **Tarefa de Articulação Dialógica**

**(Duarte, Rosa & Gonçalves, 2006)**

### **1 - Identificação das posições internas**

O participante define as suas posições discursivas internas.

**NOTA:** O investigador só refere o número limite de posições se o participante o exceder (as mais significativas).

### **Instruções**

Quando pensamos sobre nós próprios ou tentamos elaborar uma descrição sobre o modo como pensamos que somos, torna-se evidente que não existe uma definição única. No decorrer do nosso quotidiano assumimos facetas ou dimensões diferentes, e até mesmo contraditórias, dependendo de um complexo de contingências (contextuais, históricas, relacionais, entre outras).

A identidade pessoal de cada indivíduo é, por natureza, complexa e diversificada. Neste sentido, a imagem que construímos sobre nós próprios pode ser comparada a um puzzle, na medida em que é igualmente composta por diversas peças ou elementos, diferentes entre si, mas que no seu conjunto constituem a nossa identidade.

Neste estudo estamos interessados na forma como se descreve a si próprio, pelo que gostaríamos que reflectisse sobre as diferentes facetas ou dimensões que considera fazerem parte de si ou da pessoa que é.

A sua tarefa é identificar as facetas que considera mais descritivas de si próprio (tanto positivas como negativas). Pode definir o número de facetas que considerar necessário, de maneira a que no seu conjunto representem uma boa amostra da forma como se vê a si próprio. Cada faceta pode corresponder, por exemplo, a áreas da sua vida, interesses, actividades, características pessoais, peculiaridades, entre outros.

Gostaríamos ainda que atribuisse uma designação às facetas identificadas, a qual considere ser um bom sumário das principais características de cada uma. As designações podem incluir exemplos tão diversos como “a criança que há em mim”, “o meu desejo de liberdade”, “o eu emocional”, “os meus sonhos”, “o eu profissional”.

As suas respostas são anónimas e confidenciais, portanto seja o mais honesto possível.  
Tem alguma questão sobre esta tarefa?

## **2 - História de cada uma das posições discursivas**

O participante conta uma breve história sobre cada uma das posições, de forma a ilustrar as suas principais características (no presente), o seu percurso de vida (mudanças ao longo do tempo), os principais objectivos de cada uma para o futuro, os principais intervenientes desta história (os outros significativos para cada posição).

### **Instruções**

Queríamos ainda pedir-lhe que contasse uma breve história sobre cada uma destas posições, de forma a ilustrar as suas principais características (no presente) e o seu percurso de vida (mudanças ao longo do tempo), os principais objectivos de cada uma para o futuro.

## **3 - Diálogos entre as posições internas**

O participante descreve a conversa mais habitual entre cada par de posições internas.

**NOTA:** O investigador está atento e intervém no sentido de clarificar as concordâncias/discordâncias; dominância/submissão; presença/ausência de conflitos; final dos diálogos e impacto afectivo.

Possibilidade de explorar se o diálogo foi sempre o mesmo ao longo do tempo, ou se foi sofrendo alterações. Como é que o participante imagina que o diálogo irá evoluir.

### **Instruções**

Agora, gostaria que pensasse um pouco sobre o modo como estas posições se relacionam, no sentido de procurar explicar como é a interacção mais habitual entre elas.

Imagine que cada uma destas posições é uma personagem de uma história, de um filme (ou um fantoche) que, de repente, ganha voz. Se neste momento, pudéssemos ouvir uma conversa entre elas, o que estariam a dizer uma à outra?

NOTA: Se isso for uma ajuda pode pensar no tipo de diálogo mais recorrente que existe entre essas duas posições, ou na última conversa que ocorreu.

**Questões para explorar o tipo de relação:**

- Saber se as posições, geralmente, concordam / discordam.
- Quando concordam: a) têm as duas, à partida, a mesma opinião; b) uma cede invariavelmente; c) são capazes de negociar e chegar a acordo (cedem alternadamente) ou criar uma outra alternativa.
- Quando discordam: a) mantêm cada uma a sua opinião; b) uma cede invariavelmente; c) são capazes de negociar e chegar a acordo (cedem alternadamente) ou criar uma outra alternativa.
- Dominância: Porque é que esta cede? (a dominante é uma posição com mais poder – moral, social, hierárquico; a dominante é uma posição mais significativa para o sujeito).
- Questionar, para cada díade, sobre a resolução da conversa, a presença/ausência de conflitos e o impacto afectivo dessa resolução (gestão conflitos).
- Explorar se o diálogo foi sempre o mesmo ao longo do tempo, ou se foi sofrendo alterações. Como é que o participante imagina que o diálogo irá evoluir.
- Questionar acerca de qual seria o diálogo ideal.

Gostaríamos agora de lhe fazer algumas questões relativas ao momento presente:

- Existe entre algum dos pares que relacionou uma relação de tensão / conflito que, gerando ou não mal-estar, esteja a exigir de si uma atenção especial?
- Deste conjunto de posições, qual/quais considera mais relevantes, no sentido de estarem mais activas, mais presentes.



## **Entrevista sobre a Experiência de Maternidade**

- 1 – Quais foram as razões que a levaram a decidir ter um filho neste momento? (decisão voluntária ou involuntária?)
- 2 – Quais foram as razões para que isso não tenha acontecido mais cedo?
- 3 – Quando é que se sentiu realmente mãe pela primeira vez?
- 4 – O que sentiu/pensou quando descobriu que estava grávida?
- 5 – Como foi para si estar grávida?
- 6 – Sempre imaginou/desejou vir a ser mãe? Como é que imaginava que seria a maternidade?
- 7 – Os seus pensamentos/ideias acerca de ser mãe e da maternidade alteraram-se de alguma forma ao longo da gravidez?
- 8 – Que imagem tem agora da maternidade? Corresponde de alguma forma ao que tinha imaginado?
- 9 – A sua vida sofreu alterações após o nascimento do bebé? Quais considera mais positivas? Quais considera mais negativas?
- 10 – Descreva-me o seu bebé.
- 11 – A maternidade veio alterar algum dos seus projectos para o futuro?
- 12 – O seu emprego tem algum impacto na forma como é mãe?





## **Instruções para o preenchimento da Grelha dos Afectos**

**(Hubert Hermans)**

De seguida vai encontrar uma lista de 16 afectos:

- 1- Alegria
- 2- Auto-estima
- 3- Felicidade
- 4- Preocupação
- 5- Força
- 6- Prazer
- 7- Carinho
- 8- Amor
- 9- Infelicidade
- 10- Ternura
- 11- Autoconfiança
- 12- Intimidade
- 13- Desânimo
- 14- Orgulho
- 15- Desapontamento
- 16- Calma interior

A tarefa que lhe pedimos agora, é que analise afectivamente as duas frases apresentadas, avaliando até que ponto cada um destes afectos se encontra na dimensão descrita, de acordo com a seguinte escala:

- 0- Nada
- 1- Um pouco
- 2- De alguma forma
- 3- Bastante
- 4- Muito
- 5- Mesmo muito

Na página seguinte encontrará um quadro que lhe pedimos para completar de acordo com esta instrução.

## Adaptado de Matriz de valorações e afectos

(Hermans, & Hermans-Jansen, 1995)

<b>AFECTOS</b>	Alegria	Auto-estima	Felicidade	Preocupação	Força	Prazer	Carinho	Amor	Infelicidade	Ternura	Autoconfiança	Intimidade	Desânimo	Orgulho	Desapontamento	Calma interior
Geralmente sinto-me...																
Idealmente gostaria de me sentir...																

## BSI

L. R. Derogatis, 1993. Versão M. C. Canavarro, 1995

A seguir encontra-se uma lista de problemas que por vezes as pessoas apresentam. Por favor leia cada um cuidadosamente e assinale a opção que melhor descreve o GRAU EM QUE CADA PROBLEMA O/A AFECTOU **DURANTE OS ÚLTIMOS 7 DIAS, INCLUINDO HOJE**. Não deixe nenhuma pergunta por responder.

### **Em que medida foi afectado(a) pelos seguintes problemas:**

1 - Nervosismo ou tensão interior.

0. Nunca    1. Poucas vezes    2. Algumas vezes    3. Muitas vezes    4. Muitíssimas vezes

2 – Desmaios ou tonturas.

0. Nunca    1. Poucas vezes    2. Algumas vezes    3. Muitas vezes    4. Muitíssimas vezes

3 – Ter a impressão que outras pessoas podem controlar os seus pensamentos.

0. Nunca    1. Poucas vezes    2. Algumas vezes    3. Muitas vezes    4. Muitíssimas vezes

4 – Sentir que os outros são culpados pela maioria dos seus problemas.

0. Nunca    1. Poucas vezes    2. Algumas vezes    3. Muitas vezes    4. Muitíssimas vezes

5 – Dificuldade em se lembrar de coisas passadas ou recentes.

0. Nunca    1. Poucas vezes    2. Algumas vezes    3. Muitas vezes    4. Muitíssimas vezes

6 – Aborrecer-se ou irritar-se facilmente.

0. Nunca    1. Poucas vezes    2. Algumas vezes    3. Muitas vezes    4. Muitíssimas vezes

7 – Dores sobre coração ou no peito.

0. Nunca    1. Poucas vezes    2. Algumas vezes    3. Muitas vezes    4. Muitíssimas vezes

8 – Medo na rua ou em espaços públicos.

0. Nunca    1. Poucas vezes    2. Algumas vezes    3. Muitas vezes    4. Muitíssimas vezes

9 – Pensamentos de acabar com a vida.

0. Nunca    1. Poucas vezes    2. Algumas vezes    3. Muitas vezes    4. Muitíssimas vezes

10 – Sentir que não pode confiar na maioria das pessoas.

0. Nunca    1. Poucas vezes    2. Algumas vezes    3. Muitas vezes    4. Muitíssimas vezes

11 – Perder o apetite.

0. Nunca    1. Poucas vezes    2. Algumas vezes    3. Muitas vezes    4. Muitíssimas vezes

12 – Sentir um medo súbito sem razão para isso.

0. Nunca    1. Poucas vezes    2. Algumas vezes    3. Muitas vezes    4. Muitíssimas vezes

13 – Ter impulsos que não se podem controlar.

0. Nunca    1. Poucas vezes    2. Algumas vezes    3. Muitas vezes    4. Muitíssimas vezes

14 – Sentir-se sozinho(a) mesmo quando está com mais pessoas.

0. Nunca    1. Poucas vezes    2. Algumas vezes    3. Muitas vezes    4. Muitíssimas vezes

15 – Dificuldade em fazer qualquer trabalho.

0. Nunca    1. Poucas vezes    2. Algumas vezes    3. Muitas vezes    4. Muitíssimas vezes

16 – Sentir-se sozinho(a).

0. Nunca    1. Poucas vezes    2. Algumas vezes    3. Muitas vezes    4. Muitíssimas vezes

17 - Sentir-se triste.

0. Nunca    1. Poucas vezes    2. Algumas vezes    3. Muitas vezes    4. Muitíssimas vezes

18 – Não ter interesse por nada.

0. Nunca    1. Poucas vezes    2. Algumas vezes    3. Muitas vezes    4. Muitíssimas vezes

19 – Sentir-se atemorizado(a).

0. Nunca    1. Poucas vezes    2. Algumas vezes    3. Muitas vezes    4. Muitíssimas vezes

20 – Sentir-se facilmente ofendido(a) nos seus sentimentos.

0. Nunca    1. Poucas vezes    2. Algumas vezes    3. Muitas vezes    4. Muitíssimas vezes

21 – Sentir que as outras pessoas não são suas amigas ou não gostam de si.

0. Nunca    1. Poucas vezes    2. Algumas vezes    3. Muitas vezes    4. Muitíssimas vezes

22 – Sentir-se inferior aos outros.

0. Nunca    1. Poucas vezes    2. Algumas vezes    3. Muitas vezes    4. Muitíssimas vezes

23 – Vontade de vomitar ou mal-estar no estômago.

0. Nunca    1. Poucas vezes    2. Algumas vezes    3. Muitas vezes    4. Muitíssimas vezes

24 – Impressão de que os outros o(a) costumam observar ou falar de si.

0. Nunca    1. Poucas vezes    2. Algumas vezes    3. Muitas vezes    4. Muitíssimas vezes

25 – Dificuldade em adormecer.

0. Nunca    1. Poucas vezes    2. Algumas vezes    3. Muitas vezes    4. Muitíssimas vezes

26 – Sentir necessidade de verificar várias vezes o que faz.

0. Nunca    1. Poucas vezes    2. Algumas vezes    3. Muitas vezes    4. Muitíssimas vezes

27 – Dificuldade em tomar decisões.

0. Nunca    1. Poucas vezes    2. Algumas vezes    3. Muitas vezes    4. Muitíssimas vezes

28 – Medo de viajar de autocarro, de comboio ou de metro.

0. Nunca    1. Poucas vezes    2. Algumas vezes    3. Muitas vezes    4. Muitíssimas vezes

29 – Sensação de que lhe falta o ar.

0. Nunca    1. Poucas vezes    2. Algumas vezes    3. Muitas vezes    4. Muitíssimas vezes

30 – Calafrios ou afrontamentos.

0. Nunca    1. Poucas vezes    2. Algumas vezes    3. Muitas vezes    4. Muitíssimas vezes

31 – Ter de evitar certas coisas, lugares ou actividades por lhe causarem medo.

0. Nunca    1. Poucas vezes    2. Algumas vezes    3. Muitas vezes    4. Muitíssimas vezes

32 – Sensação de vazio na cabeça.

0. Nunca    1. Poucas vezes    2. Algumas vezes    3. Muitas vezes    4. Muitíssimas vezes

33 – Sensação de anestesia (encortiçamento ou formigueiro) no corpo.

0. Nunca    1. Poucas vezes    2. Algumas vezes    3. Muitas vezes    4. Muitíssimas vezes

34 – Ter a ideia de que devia ser castigado(a) pelos seus pecados.

0. Nunca    1. Poucas vezes    2. Algumas vezes    3. Muitas vezes    4. Muitíssimas vezes

35 – Sentir-se sem esperança perante o futuro.

0. Nunca    1. Poucas vezes    2. Algumas vezes    3. Muitas vezes    4. Muitíssimas vezes

36 – Ter dificuldades em se concentrar.

0. Nunca    1. Poucas vezes    2. Algumas vezes    3. Muitas vezes    4. Muitíssimas vezes

37 – Falta de forças em partes do corpo.

0. Nunca    1. Poucas vezes    2. Algumas vezes    3. Muitas vezes    4. Muitíssimas vezes

38 – Sentir-se em estado de tensão ou aflição.

0. Nunca    1. Poucas vezes    2. Algumas vezes    3. Muitas vezes    4. Muitíssimas vezes

39 – Pensamentos sobre a morte ou sensação de que vai morrer.

0. Nunca    1. Poucas vezes    2. Algumas vezes    3. Muitas vezes    4. Muitíssimas vezes

40 – Ter impulsos de bater, ofender ou ferir alguém.

0. Nunca    1. Poucas vezes    2. Algumas vezes    3. Muitas vezes    4. Muitíssimas vezes

41 – Ter vontade de destruir ou partir coisas.

0. Nunca    1. Poucas vezes    2. Algumas vezes    3. Muitas vezes    4. Muitíssimas vezes

42 – Sentir-se embaraçado(a) junto de outras pessoas.

0. Nunca    1. Poucas vezes    2. Algumas vezes    3. Muitas vezes    4. Muitíssimas vezes

43 – Sentir-se mal no meio de multidões, como em lojas, cinemas ou assembleias.

0. Nunca    1. Poucas vezes    2. Algumas vezes    3. Muitas vezes    4. Muitíssimas vezes

44 – Grande dificuldade em sentir-se “próxima” de outra pessoa.

0. Nunca    1. Poucas vezes    2. Algumas vezes    3. Muitas vezes    4. Muitíssimas vezes

45 – Ter ataques de pânico ou terror.

0. Nunca    1. Poucas vezes    2. Algumas vezes    3. Muitas vezes    4. Muitíssimas vezes

46 – Entrar facilmente em discussões.

0. Nunca    1. Poucas vezes    2. Algumas vezes    3. Muitas vezes    4. Muitíssimas vezes

47 – Sentir-se nervoso(a) quando tem que ficar sozinho(a).

0. Nunca    1. Poucas vezes    2. Algumas vezes    3. Muitas vezes    4. Muitíssimas vezes

48 – Sentir que as outras pessoas não dão o devido valor ao seu trabalho ou às suas capacidades.

0. Nunca    1. Poucas vezes    2. Algumas vezes    3. Muitas vezes    4. Muitíssimas vezes

49 – Sentir-se tão desassossegado(a) que não consegue manter-se sentado(a) quieto(a).

0. Nunca    1. Poucas vezes    2. Algumas vezes    3. Muitas vezes    4. Muitíssimas vezes

50 – Sentir que não tem valor.

0. Nunca    1. Poucas vezes    2. Algumas vezes    3. Muitas vezes    4. Muitíssimas vezes

51 – Ter a impressão que, se deixasse, as outras pessoas se aproveitariam de si.

0. Nunca    1. Poucas vezes    2. Algumas vezes    3. Muitas vezes    4. Muitíssimas vezes

52 – Ter sentimentos de culpa.

0. Nunca    1. Poucas vezes    2. Algumas vezes    3. Muitas vezes    4. Muitíssimas vezes

53 – Ter a impressão de que alguma coisa não regula bem na sua cabeça.

0. Nunca    1. Poucas vezes    2. Algumas vezes    3. Muitas vezes    4. Muitíssimas vezes

Obrigada pela sua colaboração!